

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS (CCHN)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGEL)
DOUTORADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS**

ROSANI MUNIZ MARLOW

**ATOS DE FALA E REFERENCIAÇÃO NA (DES)CONSTRUÇÃO DE
FACES PÚBLICAS NOS “BASTIDORES” DE NOTÍCIAS POLÍTICAS**

VITÓRIA-ES

2021

ROSANI MUNIZ MARLOW

**ATOS DE FALA E REFERENCIAÇÃO NA (DES)CONSTRUÇÃO DE
FACES PÚBLICAS NOS “BASTIDORES” DE NOTÍCIAS POLÍTICAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Centro Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos, na área de concentração Texto e Discurso.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria da Penha Pereira Lins.

VITÓRIA-ES

2021

[FICHA CATALOGRÁFICA]

ROSANI MUNIZ MARLOW

**ATOS DE FALA E REFERENCIAÇÃO NA (DES)CONSTRUÇÃO DE
FACES PÚBLICAS NOS “BASTIDORES” DE NOTÍCIAS POLÍTICAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Centro Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos, na área de concentração Texto e Discurso.

Aprovada em 24 de novembro de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria da Penha Pereira Lins
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora e Presidente da Comissão

Prof. Dr. Fábio Luiz Malini de Lima
Universidade Federal do Espírito Santo
Examinador Interno

Prof. Dr. Rivaldo Capistrano de Souza Júnior
Universidade Federal do Espírito Santo
Examinador Interno

Prof.^a Dr.^a Isabel Maria Loureiro de Roboredo
Seara
Universidade Aberta, Portugal
Examinadora Externa

Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Tinoco Cabral
Universidade Cruzeiro do Sul
Examinadora Externa

Prof. Dr. Pedro Henrique Witchs
Universidade Federal do Espírito Santo
Examinador interno suplente

Prof. Dr. Anderson Ferreira
Universidade Federal do Espírito Santo
Examinador externo suplente

Mãe, minha rainha Regina, eu estava ausente,
mas você habitava os meus pensamentos.
Eu te amo.

AGRADECIMENTOS

A minha gratidão a ti, Senhor Deus. Desde que conheci o meu Criador e Salvador, nunca mais estive só, nem me deixei abalar.

*G*rata sou também a minha família, Sergio, Marvin e Dominique. Eles estavam o tempo todo comigo, mesmo quando em outra dimensão eu parecia estar.

*R*eservo as palavras mais lindas e o sorriso mais terno para a minha orientadora, Professora Doutora Penha Lins. Para ser feliz, tinha que ser com você. Obrigada!

*A*migas e amigos, familiares, colegas, alunas e alunos, todos que me inspiraram e todos que se inspiraram em mim, porque fui e sempre serei determinada.

*D*ocentes da Universidade Federal do Espírito Santo que contribuíram de forma ímpar para manter vivo o meu desejo de saber mais. Orgulho de ser Ufes!

*E*special gratidão aos professores das bancas de qualificação e de defesa. A contribuição de vocês tornou ainda mais digno esse trabalho. Sou doutora pela Ufes!

*C*ertamente, outros desafios virão, e é assim que deve ser. Mas o sentimento de vitória por esse dia é inesquecível e insubstituível.

*E*u não posso encerrar sem uma última palavra de gratidão. Porque eu sei o que vivi, sobretudo as dores que senti:

*R*osani, e as muitas mulheres que vivem em ti, vocês são o meu orgulho. Vocês venceram! Aprenderam a resistir!

*[...] o comportamento não tem oposto.
Por outras palavras, não existe um não-comportamento.
[...] se está aceito que todo o comportamento,
numa situação interacional, tem valor de mensagem, [...] é-lhe impossível não comunicar.
(WATZLAWICK; BEAVIN; JAKSON, 1967)*

RESUMO

A evolução tecnológica transformou o fazer jornalístico, criou novas formas de interação e deu visibilidade aos fenômenos de desinformação; os “bastidores” são, na prática jornalística, um dos mais recorrentes jargões; a fonte *off* é, para o jornalista, um recurso legal para o acesso a informações sigilosas de interesse público; os fatos e as personalidades públicas são narrados nas notícias com a finalidade de informar o leitor; o jornalismo estabelece editorias específicas, como a política, para especializar seu trabalho. Com este cenário, esta pesquisa objetivou compreender a força e o efeito do enunciado da fonte *off*, com emprego do termo “bastidores”, nas notícias políticas sobre a imagem pública de políticos, em geral. Neste sentido, as teorias dos atos de fala, de Austin (1998) e Searle (1981), e as teorias da face, de Goffman (1975, 2011) e de Brown e Levinson (1987), ampliadas pelos estudos da (im)polidez, do campo da Pragmática e da Nova Pragmática, apresentados por Seara (2014, 2017), Marlangeon (2017) e Rajagopalan (2010, 2017), além dos processos referenciais da Linguística Textual, conforme Koch (2011, 2013), Marcuschi (2004, 2006), Lins e Capistrano Junior (2017), tornaram-se base para a análise de notícias políticas do jornalismo digital. Foi necessário considerar conceitos, como identidade, alteridade, liberdade de expressão, ética e capital social, com impacto na percepção e na (re)construção da realidade e da imagem do outro, com Martino (2014), Schimitz (2011), Marques e Matos (2011), e Unesco (2019). Numa abordagem quali-quantitativa, utilizando categorias do *off*, de Marlow (2016), o resultado da pesquisa confirmou a tendência dos enunciados dos “bastidores” do *off* colocarem em prática projetos de dizer de desconstrução de personalidades públicas, mas a preservação da face também foi observada. Ainda, a análise percebeu evidências de uma aproximação do *off* com fenômenos de desinformação e propôs o conceito de *fake-off*. E mais, a (des)construção da face alheia relacionada ao emprego do jargão “bastidores” também foi empreendida pelo jornalista e por outros referentes da notícia. No entanto, a responsabilidade sobre tais atos continua sendo do jornalista, pois é deste profissional a prerrogativa de informar com isenção e ética, embora a prática reinterprete a deontologia, assim como a notícia reinterpreta a realidade.

Palavras-chave: Atos de Fala. Referenciação. Bastidores. (Des)Construção de Face. *Fake off*.

ABSTRACT

The technological evolution has transformed journalistic work, created new forms of interaction and gave visibility to misinformation phenomena; “backstage” is, in journalistic practice, one of the most recurrent jargons; the off source is, for the journalist, a legal resource for accessing confidential information of public interest; facts and public personalities are narrated in the news with the purpose of informing the reader; journalism establishes specific editorials, such as politics, to specialize its work. With this scenario, this research aimed to understand the strength and effect of the off source statement, using the term “backstage” in political news about the public image of politicians in general. In this sense, the theories of speech acts, by Austin (1998) and Searle (1981), and the theories of the face, by Goffman (1975, 2011) and Brown and Levinson (1987), expanded by the studies of (im) politeness, from the field of Pragmatics and New Pragmatics, presented by Seara (2014, 2017), Marlangeon (2017) and Rajagopalan (2010, 2017), in addition to the referential processes of Textual Linguistics, according to Koch (2011, 2013), Marcuschi (2004, 2006), Lins and Capistrano Junior (2017), became the basis for the analysis of political news in digital journalism. It was necessary to consider concepts such as identity, otherness, freedom of expression, ethics and social capital, with an impact on the perception and (re)construction of reality and the image of the other, with Martino (2014), Schimitz (2011), Marques and Matos (2011), and UNESCO (2019). In a quali-quantitative approach, using Marlow's (2016) off categories, the research result confirmed the tendency of the “backstage” statements of the off to put into practice speaking projects of deconstruction of public personalities, but the preservation of the face as well was observed. Furthermore, the analysis noticed evidences of an approximation of the off with disinformation phenomenon and proposed the concept of fake-off. Furthermore, the (de)construction of the other's face related to the use of the “backstage” jargon was also undertaken by the journalist and other referents of the news. However, the responsibility for such acts remains with the journalist, as it is this professional's prerogative to inform with impartiality and ethics, although the practice reinterprets deontology, just as news reinterprets reality.

Keywords: Speech acts. Reference. Backstage. (De)construction of the face. Fake off.

RESUMEN

La evolución tecnológica ha transformado el hacer periodístico, ha creado nuevas formas de interacción y ha dado visibilidad a los fenómenos de desinformación; los “bastidores” son, en la práctica periodística, una de las jergas más recurrentes; la fuente *off* es, para el periodista, un recurso legal para el acceso a las informaciones confidenciales de interés público; los hechos y las personalidades públicas son narrados en las noticias con la finalidad de informar al lector; el periodismo establece editoriales específicos, como la política, para especializar su trabajo. Con este escenario, esta investigación tuvo como objetivo comprender la fuerza y el efecto del enunciado de la fuente *off*, con el uso del término “bastidores”, en las noticias políticas sobre la imagen pública de políticos, en general. En este sentido, las teorías de los actos de habla, de Austin (1998) e Searle (1981), y las teorías de la faz, de Goffman (1975, 2011) y de Brown e Levinson (1987), ampliadas por los estudios de la (in)cortesía, desde el campo de la Pragmática y la Nueva Pragmática, presentado por Seara (2014, 2017), Marlangeon (2017) e Rajagopalan (2010, 2017), además de los procesos referenciales de la Lingüística Textual, según Koch (2011, 2013), Marcuschi (2004, 2006), Lins e Capistrano Junior (2017), se convirtieron en la base para el análisis de noticias políticas del periodismo digital. Fue necesario considerar conceptos, como identidad, alteridad, libertad de expresión, ética y capital social, con impacto en la percepción y (re)construcción de la realidad y la imagen del otro, con Martino (2014), Schimitz (2011), Marques e Matos (2011), e Unesco (2018). En un enfoque cuali-cuantitativo, utilizando las categorías *off* de Marlow (2016), el resultado de la investigación confirmó la tendencia de los enunciados de los “bastidores” del *off* a poner en práctica proyectos de decir de desconstrucción de personalidades públicas, pero la preservación de la faz también fue observado. Aun el análisis constató evidencias de una aproximación del *off* con fenómenos de desinformación y propuso el concepto de *fake-off*. Además, la (des)construcción de la faz del otro relacionada con el uso de la jerga “bastidores” también fue emprendida por el periodista y otros referentes de la noticia. Sin embargo, la responsabilidad de tales actos recae en el periodista, ya que es prerrogativa de este profesional informar con imparcialidad y ética, aunque la práctica reinterpreta la deontología, así como la noticia reinterpreta la realidad.

Palabras clave: Actos de habla. Referenciar. "Bastidores". (Des)construcción de la faz. *Fake off*.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – O lugar da Linguística Textual	106
FIGURA 2 – O lugar da Pragmática Linguística	129
FIGURA 3 – A Hipótese Performativa de Austin	143
FIGURA 4 – A Hipótese Ilocucionária de Austin	144
FIGURA 5 – Classificação do ato ilocucionário de Austin	146
FIGURA 6 – Classificação alternativa do ato ilocucionário de Searle	147
FIGURA 7 – Teorias da Face	172
FIGURA 8 – O <i>continuum</i> cortesia-descortesia	177
FIGURA 9 – Ambiente de busca do portal A Gazeta	183
FIGURA 10 – Recorte de ambiente virtual de notícias políticas de A Gazeta	184
FIGURA 11 – Recorte sobre informação incorreta em A Gazeta	186

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Síntese dos Processos Referenciais	121
TABELA 2 – Principais Personalidades Referenciadas	191
TABELA 3 – Categorias do <i>Off</i> nas Notícias Políticas	194
TABELA 4 – Comparativo do total de fenômenos do <i>Off</i> em 2016 e 2021	194
TABELA 5 – Relação do termo “bastidores” aos modos do <i>Off</i> e em Goffman	200
TABELA 6 – Ocorrências dos “bastidores” do <i>Off</i>	206
TABELA 7 – <i>Continuum</i> Cortesia-Descortesia	216
TABELA 8 – <i>Continuum</i> Cortesia-Descortesia nos “bastidores” do <i>Off</i>	217
TABELA 9 – “Bastidores” e trabalho de face em notícias políticas	222
TABELA 10 – Síntese dos “bastidores” e trabalho de face no cenário capixaba ...	243
TABELA 11 – Síntese dos “bastidores” e trabalho de face no cenário nacional	269
TABELA 12 – Síntese geral do trabalho de face nas 22 notícias analisadas	270

LISTA DE NOTÍCIAS ANALISADAS NO TEXTO

NOTÍCIA (1) – Ameaça à face negativa de Jair Bolsonaro	245
NOTÍCIA (2) – Ameaça à face positiva de Jair Bolsonaro	248
NOTÍCIA (4) – Preservação da face positiva de Paulo Hartung	228
NOTÍCIA (7) – Ameaça à face positiva de Renato Casagrande	230
NOTÍCIA (8) – Ameaça à face positiva de Jair Bolsonaro	250
NOTÍCIA (10) – Preservação da face positiva de Renato Casagrande	232
NOTÍCIA (12) – Ameaça à face negativa dos Poderes Estaduais	234
NOTÍCIA (16) – Preservação da face positiva de Maurício Malta	236
NOTÍCIA (23) – Ameaça à face negativa do governo de Jair Bolsonaro	253
NOTÍCIA (29) – Preservação da face positiva de Jair Bolsonaro	254
NOTÍCIA (33) – Ameaça à face negativa de Marcelo Crivella	255
NOTÍCIA (38) – Preservação da face negativa do Governo Casagrande	239
NOTÍCIA (43) – Ameaça à face negativa de Renato Casagrande	240
NOTÍCIA (47) – Ameaça à face negativa de Luiz Henrique Mandetta	256
NOTÍCIA (48) – Ameaça à face negativa de Luiz Henrique Mandetta	258
NOTÍCIA (50) – Ameaça à face positiva de Renato Casagrande	242
NOTÍCIA (51) – Ameaça às faces negativas de Jair Bolsonaro e de Luiz Henrique Mandetta	259
NOTÍCIA (54) – Ameaça à face negativa de Jair Bolsonaro	260
NOTÍCIA (62) – Preservação da face positiva de Jair Bolsonaro	262
NOTÍCIA (63) – Preservação da face positiva de Sergio Moro	264
NOTÍCIA (78) – Ameaça à face negativa de Abraham Weintraub	266
NOTÍCIA (79) - Ameaça à face positiva de Jair Bolsonaro	267

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	16
1 JORNALISMO: LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO	25
1.1 WEBJORNALISMO	26
1.2 JORNALISMO POLÍTICO	45
1.3 FACES NO JORNALISMO	56
1.3.1 A face pública: Identidade e Alteridade	58
1.3.2 A face protegida: Fontes <i>Off The Record</i>	73
1.3.3 A face legal: Informação e Liberdade de Expressão	77
1.3.4 A face institucional: Ética e Capital Social	89
2 LINGUÍSTICA SOCIOCOGNITIVA-INTERACIONAL: INTERFACE	
LINGUÍSTICA TEXTUAL E PRAGMÁTICA	101
2.1 EM FACE DA LINGUÍSTICA TEXTUAL (LT)	106
2.1.1 Operações cognitivas de construção da realidade	109
2.1.2 Referenciação e objeto-de-discurso	117
2.2 EM FACE DA PRAGMÁTICA E DA NOVA PRAGMÁTICA	131
2.2.1 Teoria dos Atos de Fala	136
2.2.2 Teorias da Face	157
2.2.3 Teorias da (Im)Polidez-(Des)Cortesia	167
3 METODOLOGIA CIENTÍFICA: NOS “BASTIDORES” DA PESQUISA	181
3.1 <i>CORPUS</i> : 80 NOTÍCIAS POLÍTICAS – JUNHO/2018 A JUNHO/2020	184
3.2 <i>LOCUS</i> : JORNAL A GAZETA ONLINE	187
3.3 CATEGORIAS DO <i>OFF</i> : “BASTIDORES” NAS NOTÍCIAS POLÍTICAS	190
4 ATOS DE FALA E REFERENCIAÇÃO NOS “BASTIDORES” DO <i>OFF</i> ...	197
4.1 A LINGUAGEM DO <i>OFF</i> E DO <i>FAKE-OFF</i>	198
4.2 (IM)POLIDEZ NOS “BASTIDORES”	215
4.3 (DES)CONSTRUÇÃO DE FACES PÚBLICAS	221
4.3.1 Personalidades do cenário político capixaba	227
4.3.2 Personalidades do cenário político nacional	244

CONSIDERAÇÕES FINAIS 272

REFERÊNCIAS 280

APÊNDICES 291

APÊNDICE A – TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

APÊNDICE B – TABELA DE RESUMO DAS NOTÍCIAS POLÍTICAS DO *CORPUS*

APÊNDICE C – MEMÓRIA DAS PERSONALIDADES PÚBLICAS REFERENCIADAS NO *CORPUS*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Simpatizante do “espírito de risco, em vez do anseio de acomodação” defendido por Ribeiro (1999) na escrita científica, inicio com algumas considerações em primeira pessoa. No ano de 2005, numa sala de aula do prédio Bernadette Lyra, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), eu defendia meu trabalho de especialização em Estudos Linguísticos: Linguagem e seu funcionamento, com o título “Estudo de caso: os instrumentos de comunicação da Unimed Vitória e os pressupostos teóricos de Paul Grice”. Este acontecimento ficaria entre as boas lembranças da minha carreira acadêmico-profissional, mas não somente isso. Naquele momento, eu ouvi de minha então orientadora, Prof^a. Dr^a. Maria da Penha Pereira Lins, palavras as quais ousou reproduzir como: “Você é uma candidata em potencial para o mestrado”. Talvez a professora orientadora não tivesse noção de como suas palavras foram recebidas por aquela aluna requerente do título de Especialista, mas elas tiveram o poder de fomentar o desejo e de conservar em mim o projeto de continuidade dos estudos acadêmicos pelos dez anos seguintes. O título de mestre foi conquistado em 2016 e os estudos do doutorado, iniciados no segundo semestre de 2018.

Maio de 2021, de forma remota, tendo em vista protocolo de prevenção à contaminação do Novo Coronavírus (pandemia da Covid-19), apresento aos professores da banca de qualificação meu trabalho intitulado “Atos de fala e referência na (des)construção de faces públicas nos ‘bastidores’ de notícias políticas”, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria da Penha Pereira Lins. É impossível não relembrar da cena que introduz as considerações iniciais deste trabalho. Dizer é fazer, é agir sobre o outro, é movê-lo, inclusive, a registrar neste momento: Obrigada, prof. Penha Lins!

Assim, as pesquisas que encorpam esta tese de doutorado tiveram um ponto inicial nos estudos da dissertação de mestrado, defendida em dezembro de 2016, com o título “Cooperação em jogo no jornalismo? Uma análise da interação fonte *off* e

jornalista”¹, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Maria da Penha Pereira Lins. Esta dissertação oportunizou o estudo das interações comunicativas entre jornalista e fonte *off*, informante cuja identidade não é revelada e cuja enunciação é legitimada pelo jornalismo. Na ocasião, elegemos o *corpus* de notícias políticas do jornalismo impresso do veículo Jornal A Tribuna.

Para os estudos da dissertação de mestrado, dois princípios teóricos do campo da pragmática linguística, o Princípio da Cooperação, de Grice (1975), e o Princípio da Relevância, de Sperber e Wilson (1995), fundamentaram a análise da cooperação e a relevância atribuída ao *off* entre interlocutores na esfera jornalística. Como parte da metodologia, na citada dissertação foram categorizados 162 enunciados de fontes *off* em sete modos que revelavam os diferenciados usos do *off* nas notícias políticas analisadas, assim apresentados:

O **modo de especulação** e boato foi a categoria de maior número de ocorrências de *off*, confirmando que uma das formas mais comuns do *off* é justamente veicular boatos ou manipulá-los para que tais informações, legitimadas pelo jornalismo, sirvam a interesses políticos ou particulares, não necessariamente públicos. O **modo de autoria indeterminada** revelou que as formas do *off* podem ocultar ou generalizar a origem da informação de modo a resguardar sua identificação, o que não impede a publicação da informação tendo em vista os interesses nela contidos. O **modo de vaguidão** descreve o *off* que emprega informações superficiais, sem status oficial. O modo **retórico ou sofista** refere-se ao emprego do *off* com finalidade eloquente, ou seja, com a pretensão de convencer, de persuadir o leitor, de estabelecer uma dada realidade. O **modo de contraposição** registrou o *off* com finalidade de contradizer, no mesmo período frasal, uma informação dada, oportunizando ao leitor conhecer e interpretar versões de um mesmo fato. O **modo de conchavo** evidenciou o *off* sendo empregado em acordos e campanhas políticas em fórum restrito. Por último, o **modo de arena** reúne ocorrências do *off* que registram sentidos construídos por figuras metafóricas que conferem à política a conotação de espaços de “guerra”, de “jogo” e de “provocação” (MARLOW, 2016, p. 104-105, grifo nosso).

Além de possibilitar a leitura contextual das esferas da política e do jornalismo para a compreensão do fenômeno do *off* e seu emprego em notícias políticas, especialmente sobre o *corpus* categorizado e as teorias convocadas para sua análise, a dissertação concluiu que,

de fato, o Princípio da Cooperação e as máximas são de interesse de partícipes numa conversação que pretende informar e influenciar, como aí

¹ Disponível em: <<http://www.linguistica.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGEL/detalhes-da-tese?id=10396>>. Acesso em 24 de jul. 2019.

bem se encaixam os conteúdos jornalísticos. Ou seja, não há a intenção de comprometer a cooperação na interação entre fonte *off* e jornalista, porém é certo que as particularidades do discurso jornalístico, em especial no campo da política, favorecem adequações das máximas em decorrência de interesses tanto do jornalista ou do veículo de comunicação que ele representa, quanto da fonte *off* ou do sujeito a quem ela representa. Tais adequações, no entanto, representam recursos jornalísticos e, na verdade, surtem um efeito de simplificar ou de direcionar sentidos, que serão percebidos conforme a expectativa de relevância do leitor. E, por fim, tendo em vista a prestação de um serviço de informação diário e ininterrupto, o leitor do jornal é quem avalia a competência do jornal em relação aos seus conteúdos quando o adquire e mantém a preferência pelo mesmo, pois certamente pesa sobre os jornalistas a responsabilidade do seu produto final em relação ao produto da concorrência (MARLOW, 2016, p. 106-107).

No entanto, tais categorias pareciam evidenciar que a informação de fonte sigilosa² legitimada pela imprensa, através das suas escolhas lexicais, configura-se em recurso estratégico, da mídia, da fonte *off*, ou de ambas, para veicular sentidos que, intencionalmente, (des)constróem a imagem da personalidade a que se faz referência perante o público leitor e a sociedade em geral, considerando a abrangência desse canal de comunicação.

Na conclusão da dissertação, elencamos possibilidades de continuidade das pesquisas que, por ora, finalizaram-se para efeito de se requerer o grau de mestre em Estudos Linguísticos. Certamente, as afirmações “As metáforas e os jargões de uso jornalísticos têm participação fundamental na materialização do *off* no jornalismo. O termo metafórico mais frequente e mais representativo do *off* é ‘bastidores’” (MARLOW, 2016, p. 105) eram verdadeiros convites para aprofundar as investigações então encerradas.

Não tardou para que a retomada de um novo olhar sobre a fonte *off* se tornasse projeto aprovado em seleção para doutoramento pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da UFES, com o título: “Atos de fala e referenciação na (des)construção de faces públicas nos ‘bastidores’ de notícias políticas”, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria da Penha Pereira Lins.

² “O dever do jornalista é apurar e divulgar qualquer informação que seja do interesse do leitor, sigilosa ou não” (FOLHA, 2001, p. 44); “O jornalista pode negar-se a revelar como, onde, quando e por meio de quem obteve determinada informação. O direito ao sigilo de fonte é garantido pela Constituição (artigo 5º, inciso XIV) e deve ser usado sempre que o profissional julgar necessário resguardar suas fontes. Em juízo, isso não o exime de provar a veracidade daquilo que escreveu. Ou seja, a responsabilidade judicial pela publicação de uma informação “off” é do jornal ou do jornalista, e não da fonte” (FOLHA, 2001, p. 165).

A evolução tecnológica transformou o fazer jornalístico, criou novas formas de interação e deu visibilidade aos fenômenos de desinformação; os “bastidores” são, na prática jornalística, um dos mais recorrentes jargões; a fonte *off* é, para o jornalista, um recurso legal para o acesso a informações sigilosas de interesse público; os fatos e as personalidades públicas são narrados nas notícias com a finalidade de informar o leitor; o jornalismo estabelece editorias específicas, como a política, para especializar seu trabalho. Com este cenário, esta pesquisa objetivou compreender a força e o efeito do enunciado da fonte *off*, com emprego do termo “bastidores”, nas notícias políticas sobre a imagem pública de políticos, em geral.

De modo específico, interessou à pesquisa verificar em que medida o emprego do jargão “bastidores” aliado ao *off* empreende uma produção de sentido da redação jornalística, em especial aos interlocutores de notícias políticas, tendo em vista a relação da mídia com a política e o seu poder de alcance de massas.

O termo “bastidores” é um jargão jornalístico que abriga uma pluralidade de sentidos e permite múltiplos usos nas práticas midiáticas. O Manual da Redação do Jornal Folha de S.Paulo assim o define: “são o lado encoberto ou o interior de uma organização ou de um fato, não acessível ao público. Os bastidores da política e da economia, em especial, merecem investigação jornalística permanente” (FOLHA, 2001, p. 37). Assim, “bastidores” também se tornou referência de fonte *off*, tendo em vista que a fonte *off*, por um lado, está em ambientes que ao jornalista não é permitido o acesso e, por outro, também é inacessível ao público leitor.

Portanto, considerando que os enunciados provenientes do *off*, tanto explícitos quanto disfarçados, parecem trazer efeitos e consequências para outros atores e interactantes, em esferas social, política e até econômica, como: os referenciados pelo *off*, os aliados ou opositores destes referenciados, os leitores do jornal, as mídias concorrentes, entre outros, formulamos a problemática desta pesquisa em quatro questões, seguidas das respectivas hipóteses:

(1) É possível mensurar a dimensão do “dizer é fazer” nos enunciados da fonte *off* e, assim, compreender quais atos estão sendo praticados através dessas informações prestadas a jornalistas com o argumento de serem essenciais para ao leitor?

Como hipótese, com base em pesquisas desenvolvidas até aqui, o falar materializado no *off* revela projetos de dizer para atos específicos, que se prezam a atender às intenções de algum interessado ou de interessados, podendo ser estes: o enunciador anônimo ou a quem ele representa, o veículo midiático, o referente ou até mesmo o público leitor, ou outros. A pesquisa atual pretende, após quantificar e analisar tais fenômenos, confirmar em que medida isso se mostra nas notícias políticas do jornal online.

(2) Os atos de fala praticados pelas fontes *off* se configuram em estratégias que se prestam a (des)abonar a imagem pública dos seus referentes, atendendo assim a interesses outros para além da pretendida informação da notícia?

De forma empírica, tendo em vista a frequência com que a fonte *off*, de identidade protegida, é evocada no noticiário político para pronunciar-se em relação a personalidades públicas, de faces expostas, é possível também afirmar, em princípio, que o linguajar vinculado ao *off* intenciona construir sentidos que intentam a favor ou contra a face do outro, evidenciando, assim, interesses para além do propósito informativo.

(3) Considerando a deontologia e a formalidade características da redação jornalística, o polêmico e agressivo território político e o *off* como enunciador de face ocultada pelo jornalismo, os enunciados dessa fonte empregam (im)polidez em relação à face alheia exposta?

Provisoriamente, parece-nos que a fonte *off*, na qualidade de enunciador sem face legitimado pelo jornalismo e, portanto, não questionado pela sociedade, é convocada para assumir determinados atos discursivos (im)polidos que ao jornalista não convém deliberadamente assumir na notícia. Tal premissa, inclusive, leva-nos a propor o termo

e, assim, admitir a possibilidade do emprego de *fake-off*, ou seja, da utilização indevida da voz inquestionável do *off*.

(4) Considerando o fato de que as fontes *off* são legitimadas pelo jornalismo e até selecionadas por eles, é possível dizer que o “falar é fazer” do *off* serve para comprovar a tese da pérfida imparcialidade dos meios de comunicação?

Acreditamos ser possível afirmar, desde já, que estes fatos e situações põem em xeque o princípio da imparcialidade da mídia, em especial, do jornalismo político brasileiro, pelo menos considerando os profissionais do jornalismo e as respectivas organizações envolvidas no *corpus* sob análise.

Focando no universo dos estudos linguísticos, esta pesquisa situa-se, primeiramente, no escopo teórico da Pragmática Linguística e, também, da Linguística Textual. No entanto, uma outra dimensão das Ciências Humanas é evocada para suas contribuições no sentido de se construir um percurso acadêmico mais adequado à pesquisa: o Jornalismo ou a Comunicação Social, a cujos autores cedemos a preferência de iniciar o primeiro capítulo desta tese.

Portanto, no Jornalismo, aqui entendido como ciência da Comunicação Social, buscamos compreender a esfera jornalística, em especial, o jornalismo em tempos digitais, para reunir e somar conhecimentos desse segmento técnico-profissional que permitissem à pesquisadora focar nas relações estabelecidas a partir do emprego do *off* para (des)construir imagens de pessoas públicas em notícias políticas de jornal online. Para tanto, contribuíram com essa pesquisa os autores Nilson Lage (2005); Franklin Martins (2005); Francisco Weffort (2006); Luís Mauro Martino Sá Martino (2014; 2018); Ângela Cristina Salgueiro Marques (2018); Dênis de Moraes (2016); Pedro Luís Piedade Novaes (2012); Aldo Antônio Schimitz (2011); John B. Thompson (1988); Zélia Leal Adghirni (2006), além de muitos outros. Uma menção de gratidão aos autores Lage e Weffort que faleceram neste ano de 2021.

Na Pragmática Linguística, com contribuições da Nova Pragmática, em especial, tem-se como aporte teórico a Teoria dos Atos de Fala, originada da Filosofia da

Linguagem, com o inglês John Langshaw Austin (1911-1960), seguido por outros, como o americano John Rogers Searle (1932-). A Teoria dos Atos de Fala reúne, originalmente, doze conferências proferidas por Austin na Universidade de Harvard, EUA, em 1955, e publicadas postumamente, na obra de título *How to do things with words*, em 1962. Os escritos de Austin apresentam a sua tese de que dizer é transmitir informações, mas também é uma forma de fazer coisas com palavras, de agir sobre o outro e sobre o mundo, diferente do pensamento da sua época que entendia a linguagem como uma descrição do mundo. Esses autores clássicos são comentados por Kanavillil Rajagopalan (2010; 2014) e Paulo Ottoni (1998; 2002), entre outros.

Enriquecem a Teoria dos Atos de Fala, as teorias da Polidez, introduzidas por Penelope Brown e Stephen Levinson (1987), das quais fazem parte os estudos sobre a imagem social dos indivíduos, do canadense Erving Goffman (1922-1982), neste trabalho sendo considerados em especial as obras *A representação do eu na vida cotidiana* ([1959] 1975) e *Ritual de Interação: Ensaio sobre o comportamento face a face* ([1967] 2011).

Os estudos da Polidez defendem que, ao se comunicarem, os interactantes tendem a cooperar para manter a face e assegurar a autoimagem de todos os participantes. Essa cooperação se manifesta por determinadas habilidades ou condutas, como o tato e a diplomacia, inclusive o esforço da preservação do orgulho, da honra e da dignidade da face, evitando ou contornando-se situações de ameaças às faces dos indivíduos envolvidos, como em gafes, insultos intencionais ou não intencionais e ofensas, pois, segundo Goffman ([1967] 2011), é impossível ter total controle da própria face porque não se consegue controlar a interpretação que o outro fará do que é dito. Logo, a face não é de todo particular no indivíduo; ela é, em termos sociais, um empréstimo de uma imagem social, um produto social.

E ainda numa perspectiva de ciência pragmática voltada para os campos culturais e sociais, consideraremos os estudos sobre a (im)polidez linguística organizados por Isabel Roboredo Seara (2014); Ana Lúcia Tinoco Cabral, Isabel Roboredo Seara e Manoel Guaranha (2017) e outros, na intenção de perceber como enunciados de notícias políticas com o emprego do *off* se comportam em relação a isso. Essas teorias

da Pragmática Linguística se prestam a confirmar que a face é, pois, construída à medida da interação com o outro.

Na Linguística Textual, através das contribuições de Ingedore Grunfeld Villaça Koch (1999; 2004; 2005; 2008; 2011; 2013), de Luiz Antônio Marcuschi (2004; 2006), de Maria da Penha Pereira Lins (2009; 2012), de Lins e Rivaldo Capistrano Junior (2017) e dos estudos organizados por Edson Souza, Eduardo Penhavel e Marcos Rogério Cintra (2017), além de outros, utilizamos os construtos teóricos da referenciação que, como práticas discursivas, expressam a relação de mútua constituição entre linguagem e realidade e, por assim dizer, constroem e (re)constroem nossos mundos na interação com o entorno físico, social e cultural.

Importante frisar também que a presente tese promove, de certa forma, uma ampliação da pesquisa encerrada no mestrado (MARLOW, 2016), razão pela qual a consulta à dissertação é recorrente nesta tese. No entanto, preocupamo-nos em fazer outras abordagens temáticas das escolhidas na pesquisa anterior. Desta forma, apesar de, intrinsecamente, o problema que nos interessa estar situado num contexto político, os teóricos e estudiosos evocados contribuíram também com questões, digamos, “apolíticas”, privilegiando outros aspectos sociocognitivos e interacionais.

Sendo assim, no primeiro capítulo – Jornalismo, Linguagem e Comunicação -, exploramos a esfera do jornalismo digital para entender as transformações ocorridas nesse segmento profissional especialmente no século XXI, com os avanços da internet. Além disso, fizemos uma breve imersão nas práticas do jornalismo político para promover um diálogo com os novos cenários que a pesquisa proporcionaria. Concluindo, promovemos uma perspectiva de discussão sobre algumas faces do jornalismo que interessam a essa pesquisa: a face do outro (identidade e alteridade), as fontes sem face (*off*), a face legal (informação e expressão) e a face institucional (Ética e capital social).

O segundo capítulo – Linguística sócio-cognitiva-interacional: interface linguística textual e pragmática – está dividido em dois subcapítulos: o primeiro aborda a Linguística Textual e suas contribuições para o entendimento da construção cognitiva

da realidade e dos fenômenos que envolvem a referenciação de objetos-de-discurso. Já o segundo subcapítulo descreve as teorias da Pragmática que interessam à pesquisa: os atos de fala, a face social e a (im)polidez ou (des)cortesia linguística.³

O terceiro capítulo – Procedimentos metodológicos – apresenta as escolhas de abordagem e de procedimentos científicos que deram suporte à pesquisa. Nele, são detalhadas a composição do *corpus* de oitenta notícias políticas, extraídas do veículo Jornal A Gazeta Online, as quais foram organizadas, categorizadas e quantificadas de acordo com os modos do *Off* (MARLOW, 2016), para potencializar as análises pretendidas nesta pesquisa.

Por fim, o quarto capítulo – Atos de fala e referenciação nos “bastidores” do *off* - apresenta a análise do *corpus* em si. Dividido em três subcapítulos, temos o primeiro com o a proposição e a justificativa do *fake-off* para o *off*, no segundo, seguimos com a análise do emprego ou não de formas polidas nos enunciados do *off* e, no terceiro, analisamos a influência do “falar é fazer” do *off* na (des)construção da imagem do referente, pessoa pública.

Convém assinalar que este trabalho observa a vigência do novo acordo ortográfico, oficializado a partir de 2016, mas preserva a originalidade das citações das obras pesquisadas e publicadas antes da vigência do acordo, bem como as opções semântico-estilísticas dos autores consultados. Convém registrar também a presença dos textos em português de Portugal, de Cláudia Araújo (2010).

³ A relação de equivalência entre os estudos de (Im)Polidez e (Des)Cortesia será explicitada posteriormente.

1 JORNALISMO: LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO

“Viver em uma sociedade midiática demanda o domínio de competências, em primeiro lugar, para o próprio reconhecimento dessa ‘cultura da(s) mídia(s)’ como o espaço no qual outras instituições e práticas se articulam”
(MARTINO, 2014, p. 232)

Neste primeiro capítulo, estabelecemos pontos de convergência do jornalismo e da linguagem que atendam aos objetivos desta pesquisa. Portanto, daremos ênfase à esfera da comunicação social, situando-a brevemente na história do surgimento da escrita e da imprensa, da evolução para uma sociedade organizada em torno de espaços públicos, dos profissionais jornalistas e suas fontes de informação, das particularidades da cobertura política e das forças externas que estão transformando e moldando o fazer jornalístico, como as tecnologias e as exigências mercadológicas, bem como desacreditando-o, como os fenômenos da desinformação.

Considerando a modernidade dos tempos atuais no jornalismo e as conseqüentes mudanças nas características dos gêneros jornalísticos e seus suportes em ambiente digital, especialmente no âmbito do jornalismo político, constitui-se interesse dessa pesquisa, no primeiro capítulo, conhecer e compreender o jornalismo sob a perspectiva de algumas de suas muitas faces.

Tais faces do jornalismo foram assim definidas: a face pública, percebendo as “interações” e as práticas dos profissionais do jornalismo online; a face protegida, quando fazem uso de informações advindas de fontes com anonimato legitimado para noticiar sobre outras pessoas, cujas faces são expostas; a face legal, que autoriza o jornalismo a ser porta-voz da sociedade na prerrogativa de informar e de agir com liberdade de expressão com base em direitos constitucionais e deontológicos; e ainda a face institucional, tendo em vista a condição do jornalismo como ramo comercial que, na grande maioria, está associado a grandes empresas do mercado da comunicação de massa no Brasil, com evidências, muitas vezes, de alianças em prol de interesses mercantis e políticos, em detrimento do capital social positivo.

Segundo Martino e Marques, as palavras comunicação e comunidade têm origem comum e ambas reforçam a democracia que “se funda numa base comunicativa, na

medida em que ela permite a deliberação e o questionamento” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 223). Essas afirmações favorecem a reflexão que queremos fazer sobre a política das relações sociais.

1.1 WEBJORNALISMO

“a Internet é uma espécie de protótipo de novas formas de comportamento comunicativo”
(MARCUSCHI, 2004, p. 13)

Desde a escrita inaugurando a História e a prensa de Gutemberg inaugurando o jornalismo, pesquisadores da comunicação social registram grandes transformações na área, nas últimas décadas, em decorrência de um jornalismo digital (FERRARI, 2014; UNESCO, 2019; MARQUES; MATOS, 2011; KARAM, 2014; MARTINS, 2005; ADGHIRNI, 2006). Desta forma, procuraremos, brevemente, estabelecer algumas mudanças ocorridas no meio jornalístico, que influenciaram tanto o negócio quanto o produto das empresas jornalísticas, e o quanto essas mudanças transformam a percepção da vida real para o público leitor.

Karam, por exemplo, afirma que “a linguagem oral e a representação escrita são conquistas da humanidade desde que ela se afasta da pura animalidade e caminha em direção à sua construção como gênero, simultaneamente singular, particular, universal” (KARAM, 2014, p. 15). O autor valoriza a informação pela palavra, seja ela texto escrito, oral, visual e virtual, como de caráter central e o debate público plural como “requisito para a resolução de conflitos sociais considerados negativos, isto é, do ponto de vista moral, *ruins, maus* para a humanidade” (KARAM, 2014, p. 17, grifos do autor).

Martino (2014) aponta que, antes mesmo do antropocentrismo, que desenvolveu e organizou as ciências modernas, a divisão entre História e Pré-História já traz uma mudança indiscutível nas relações sociais a partir da escrita, pois “Os modos de aprender e de entender o mundo, bem como os modos de convivência, foram fundamentalmente afetados pela mudança do modelo oral para o escrito” (MARTINO, 2014, p. 254). Segundo o autor,

Não por acaso, é a invenção da escrita um dos marcos da passagem da “Pré-História” à “História”: as civilizações mais antigas, como egípcios e assírios, deixaram registros escritos que permitem a reconstrução dos acontecimentos de sua época (MARTINO, 2014, p. 254).

Lage (2005) nos traz à lembrança que o Jornalismo, desde a sua origem, no século XVI, está ligado a vários fatores, como a estruturação dos serviços de correios e novas estradas e o estímulo da alfabetização promovida pela indústria do livro e enfatizada pela reforma protestante, mas principalmente ao confronto político: “não houve fator mais consistente do que a ambição burguesa de confrontar a aristocracia” (LAGE, 2005, p. 30).

Resumidamente, Schimitz (2017) descreve as quatro gerações na história do jornalismo a partir do século XVII, num cenário em que o conceito de esfera pública⁴ estava associado a um contexto de reunião pública de pessoas privadas e num “ambiente emergente da sociedade burguesa, impulsionado pela expansão dos correios e da invenção da impressão tipográfica, em 1445, por Johannes Gutenberg (1390-1468)” (SCHIMITZ, 2011, p. 7). Sobre as quatro gerações, escreve Schimitz:

A primeira, eles chamam de “jornalismo de transmissão”, que aparece no século XVII e tinha a função de transmitir as informações das fontes diretamente ao seu público, sem alterar o conteúdo. A partir desse conceito e do momento histórico, o jornalismo nasce atrelado à esfera pública burguesa, entendida como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público, sob o império das leis do mercado e do consumo de cultura, no início do Iluminismo, formado por uma sociedade civil que se utiliza do espaço público para efetuar suas reivindicações eminentemente pessoais e corporativas. [...]

[...]

As outras três gerações: “jornalismo de opinião”, surge no início do século XIX, a serviço das lutas políticas; “jornalismo de informação”, emerge no fim do século XIX, com foco na atualidade; e “jornalismo de comunicação”, aparece nas décadas de 1970/1980, atende às expectativas do público alvo, consumidor” (SCHIMITZ, 2011, p. 7).

⁴ Esfera Pública pode ser entendida como “um espaço de discussão e ação social formado na interação entre as pessoas. É um local de conversas no qual assuntos de relevância para a cidade são debatidos, e também da tomada coletiva de decisões a partir da troca de idéias entre cidadãos a respeito de assuntos de interesse geral” (MARTINO, 2014, p. 91). “Assim, segundo o conceito clássico, a Esfera Pública é formada nos espaços públicos de discussão, e é povoada por idéias tornadas públicas a partir de sua divulgação via panfletos, jornais e livros. A entrada de temas na Esfera Pública depende, em boa medida, do uso de mídias responsáveis por dar publicidade — no sentido de ‘tornar público’ — a temas que, por alguma razão, precisam ser colocados em discussão. Algo similar ao que pode ser feito em alguns ambientes da internet” (MARTINO, 2014, p. 92). “[...] uma esfera composta de sujeitos privados com opinião própria, o que assegura a possibilidade da contraposição coletiva a decisões discricionárias do poder público” (SOUZA, 2019, p. 124).

Adghirni (2006) e Schimitz (2011) dão crédito aos americanos quando explicitam a origem de várias práticas jornalísticas – desde os gêneros textuais até as articulações com vários públicos da sociedade, incluindo as fontes. Nas palavras do Schimitz, temos o jornalismo se articulando em campos e interesses políticos, a partir do final do século XIX:

a reportagem e a pirâmide invertida – que aparece na cobertura da Guerra da Secessão (1861-1865) – e a entrevista, baseadas na narrativa e na informação, surgem como práticas jornalísticas introduzidas pelos americanos. Até 1860, nos Estados Unidos da América (EUA), o jornalismo não formava, ainda, uma classe profissional nem uma indústria. Isso viria a ocorrer no final do século XIX, dando origem ao ideal da objetividade.

[...]

Nasce assim, o jornalismo de informação. O campo jornalístico passa a articular com os campos políticos, econômicos e sociais, sujeito às relações comerciais, às pressões do público, às ações dos jornalistas, aos interesses sociais, políticos e culturais. Então, as fontes entram nesse campo para fazer o seu jogo (SCHIMITZ, 2011, p. 8).

Martino (2014) lembra dois grandes fatos envolvendo a escrita na história da humanidade para, então, citar o terceiro: a potencialização da escrita desde o advento da internet. Segundo o autor,

Antes da escrita o conhecimento era oral, transmitido de geração a geração. A escrita permitiu aos seres humanos armazenarem informações em outro local além de seu cérebro, em uma espécie de HD externo escrito. A invenção da prensa mecânica por Gutemberg aumentou progressivamente a quantidade de informações em circulação dos séculos XV ao XX, e as mídias digitais, no século XXI, tornam esse crescimento exponencial (MARTINO, 2014, p. 41).

Ao longo do século XX, desenvolveu-se a capacidade de compartilhar dados na forma de dígitos combinada com a integração de processadores em redes de alta velocidade, através de conexões descentralizadas, o que recebeu o nome de internet. Sua origem fez parte de operações militares norte-americanas durante os anos 1950 e 1960, no período da chamada “Guerra Fria”. Aos poucos, foi absorvida também pelas universidades e, posteriormente, disponibilizada para o público em geral (ADGHIRNI, 2006, p. 54).

Adghirni (2006) temporiza o surgimento do jornalismo na internet a partir dos anos 1980. Mas esta nova fase do jornalismo, de uma forma geral, levantou opiniões polarizadas, tanto de crítica e pessimismos quanto de deslumbre e otimismo, em

relação ao desenvolvimento tecnológico, como afirma Lage (2005, p. 174): “Quando a Internet estreou como mídia de acesso público, no início da década de 1990, suscitou questões que variam do deslumbramento ao catastrofismo”, opinião que Adghirni (2006) assevera:

Os estudos sobre mídia e recepção ocuparam um espaço privilegiado no debate público [...]. Uma das tendências mais fortes é a visão apolítica das mídias. Além de Régis Debray, o mais ilustre representante dessa corrente é Jean Baudrillard, que reduz os conteúdos das mídias a simulacros. Ele vê na difusão de massa uma vasta operação de poder contra a qual é impossível lutar. Na mesma linha crítica, temos Ignácio Ramonet, crítico voraz da globalização e da supervelocidade da informação. Pessimista, temos ainda Philippe Breton (1999), que alerta para os perigos do culto à Internet e à ideologia da transparência (“tudo o que é super-exposto queima, como a película no claro, como a borboleta na luz”). Por outro lado, é preciso salientar a influência dos teóricos deslumbrados com as tecnologias da comunicação, como Pierre Lévy e Dominique Wolton, que apresentam uma visão otimista das novas mídias, embora afirmem que não bastam as técnicas para garantir a democracia da comunicação (ADGHIRNI, 2006, p. 54).

Mas, Ferrari (2014) afirma que entender o surgimento dos portais brasileiros, na segunda metade nos anos 1990, é saber que, na história da imprensa brasileira, os grandes conglomerados de mídia⁵ são oriundos de empresas familiares que também detêm a liderança dos portais de internet, sem impedimento legal para essa “dominação oculta”, por isso informalmente chamados de “barões da internet brasileira” (FERRARI, 2014, p. 35).

Não obstante à máxima de que “a imprensa é o quarto poder, ao lado dos institucionalmente previstos na Constituição Federal (Executivo, Legislativo e Judiciário)” (NOVAES, 2012, p. 19), a Unesco afirma que, atualmente, tem-se uma “instituição emergente” que se coloca como fiscalizadora da mídia jornalística, em muitos meios de comunicação: “a eliminação de posições que fornecem verificação

⁵ “Os 50 meios de comunicação com maior audiência no Brasil pertencem a 26 grupos econômicos. Nove são do grupo Globo, cinco do grupo Bandeirantes, cinco de Edir Macedo (considerando a Rede Record e os meios de comunicação da Igreja Universal do Reino de Deus), quatro da RBS, três do grupo Folha. O grupo Estado, o grupo Abril e o grupo Editorial Sempre Editora / SADA controlam, cada um, dois dos veículos de maior audiência. Os demais grupos possuem apenas uma das mídias pesquisadas. [...] A televisão ainda é o maior meio de comunicação de massa no Brasil. Mais de 70% do público nacional é compartilhado entre quatro grandes redes (Globo, SBT, Record e Band). Neste grupo, a Rede Globo representa mais de metade da audiência (equivalente a 36,9% do total). O segundo colocado, o SBT, tem 14,9% da audiência total e o terceiro, Record, 14,7%. A concentração da audiência também é significativa nos mercados de mídia impressa e on-line. A soma da audiência dos quatro principais veículos, em ambos os segmentos, é superior a 50%” (RSF, 2017).

interna de fatos levou à função agora assumida pelo ‘quinto estado’ de blogueiros e outros protagonistas externos que evocam erros cometidos por jornalistas” (UNESCO, 2019, p. 10). Sobre isso, a ONU adverte que os jornalistas não podem permitir que

organizações de checagem de fatos façam o trabalho jornalístico de verificar alegações questionáveis apresentadas por fontes, não importa se tais fatos foram relatados na mídia, ou se os fatos foram diretamente publicados nas redes sociais. A capacidade dos profissionais de notícias deve ir além do jornalismo “fofoqueiro”, e as investigações da veracidade de alegações feitas pelos sujeitos das notícias precisam ser melhoradas (UNESCO, 2019, p. 11, grifos do autor).

Campos (2017) ainda mostra a importância da *web* para o campo político, evidenciado nas campanhas de marketing político digital que buscam, em palanques virtuais, interação com foco em convencimento do interlocutor-eleitor. São crescentes, pois, a manifestação direta, a interação e os conflitos e polarizações entre internautas, políticos e outras personalidades formadoras de opinião em redes sociais, como o Instagram e o Twitter.

No entanto, mediante tais mudanças, Karam lembra o que não deveria mudar no “jornalismo *on-line*, jornalismo digital ou ciberjornalismo [...], o interesse público, a busca pela verdade, o rigor, a equidade, a exatidão e a integridade constituem eixos morais da credibilidade” (KARAM, 2014, p. 166).

As mudanças do jornalismo no século XXI também são estudadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), especialmente os problemas decorrentes dos fenômenos de desinformação ou “desordem da informação”⁶, ligados ao ambiente digital, impacto esse “preocupante para as eleições e para a própria ideia de democracia como um direito humano” (UNESCO, 2019, p. 10):

o século 21 transformou a informação em armamento em uma escala sem precedentes. Novas e poderosas tecnologias simplificam a manipulação e a fabricação de conteúdo, e as redes sociais ampliam dramaticamente falsidades propagadas por Estados, políticos populistas e entidades

⁶ “Fenômenos de desinformação ou ‘desordem da informação’ estão diretamente vinculados à divulgação e ao compartilhamento de informação falsa, sabendo-se que é falsa, para resultar intencionalmente em usuários ativamente desinformados; e de informação falsa que a pessoa que está divulgando acredita ser verdadeira” (UNESCO, 2019, p. 47-48).

corporativas desonestas, pois são compartilhadas por públicos não críticos. As plataformas se tornaram terreno fértil para a propaganda computacional, *trolling*⁷ e exércitos de *trolls*⁸; “redes de fantoche” e *spoofers*. Também há a chegada da exploração de *trolls* para as eleições (UNESCO, 2019, p. 16).

No caso brasileiro, inclusive, são inúmeras as notícias que informam tanto sobre contas “robôs”, “gabinete do ódio” e outras estratégias de influência digital ligadas ao atual governo; bem como sobre as providências das plataformas para a verificação de contas suspeitas, não só no Brasil, mas em todo o mundo.

Conforme Pollyana Ferrari (2014), dos sites jornalísticos que se comportavam “como meros reprodutores do conteúdo publicado em papel” (FERRARI, P., 2014, p. 25), o desenvolvimento tecnológico avançou, inclusive para perspectivas comerciais, e, a partir dos anos 2000, com a expansão das redes sociais⁹, suplantou a estática Web 1.0, surgindo a Web 2.0 enquanto plataforma dinâmica e interativa,

um tipo mais denso de conexões na chamada Web 2.0, termo cunhado por Tim O’Reilly, em 2005, para definir o alto grau de interatividade, colaboração e produção/uso/consumo de conteúdos pelos próprios usuários. Em oposição ao caráter “fixo” da Web 1.0, que operava ao redor sobretudo de “páginas” com elementos relativamente estáveis, como *blogs*, navegadores, transposição de conteúdos *off-line*¹⁰ para o digital, a Web 2.0 se apresentava como uma plataforma dinâmica, em constante transformação gerada pelas interações entre usuários (MARTINO, 2014, p. 12).

Marcuschi (2004) também observa a preponderância da escrita na Internet. Apesar de integrar som, imagem e representações semióticas, “a Internet e todos os gêneros a ela ligados são eventos textuais fundamentalmente baseados na escrita. Na

⁷ “*Trolling* em sua aplicação relacionada à internet refere-se a atos que variam desde provocação gentil, enganação e provocação, até fraude deliberada. No entanto, é cada vez mais utilizado como um termo para cobrir todos os atos de abuso online. Isso é potencialmente problemático, pois combina uma ampla gama de atividades e potencialmente subestima a gravidade do assédio online” (UNESCO, 2019, p. 118).

⁸ “O termo *troll* é utilizado na internet para designar um indivíduo que busca interferir no bom andamento de uma discussão em uma determinada comunidade online, através da postagem de comentários maldosos ou fora de contexto. O comportamento padrão de um *troll* envolve postar uma mensagem, geralmente em resposta a uma questão, buscando insultar, chatear ou perturbar o grupo” (ZAGO, 2012, p. 151). “Os trolls também podem ser considerados uma subcultura típica da internet, na medida em que existem ‘diversos grupos que se organizam coletivamente para incentivarem a prática de *trolling* e *flaming* através do que eles chamam de “anarquização” da rede” (AMARAL; QUADROS, 2006, online) (ZAGO, 2012, p. 152).

⁹ O Glossário de Jargão da internet define “redes sociais” como “formas de representação de relacionamentos afetivos ou profissionais dos seres entre si ou entre seus agrupamentos de interesses mútuos” (FERRARI, P. 2014, p. 119).

¹⁰ O Glossário de Jargão da internet define o termo “off-line” para dizer que “o usuário não está conectado à internet” (FERRARI, P., 2014, p. 118).

Internet, a escrita continua essencial [...] o que se nota é um hibridismo mais acentuado” (MARCUSCHI, 2004, p. 19).

Marquesi e Cabral (2017) contribuem com a afirmação de que “a Web 2.0 tornou possíveis práticas de linguagem até então inimagináveis, permitindo ao usuário de internet um papel ativo na produção do conhecimento [...] sobretudo, práticas de leitura e escrita” (MARQUESI; CABRAL, 2017, p. 480):

As tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC)¹¹, conforme define Araújo Jr. (2008, p. 22), “são recursos tecnológicos, softwares e hardwares, que realizam as tarefas de receber, processar, distribuir e armazenar os dados e informações, permitindo a interação e a interatividade sem restrições de tempo e espaço” [...] A Web (World Wide Web), criada em 1989 por Tim Berners-Lee, [...] constitui um sistema de hipertextos de alcance mundial, já que estabelece ligações entre computadores da internet. [...] Em sua fase inicial, os usuários podiam apenas visitar uma página e ter acesso à informação ali disponível. [...] O surgimento da Web 2.0, em 2004, alterou essa situação e as pessoas, sem necessidade de grandes conhecimentos de programação computacional, passaram a produzir seus próprios conteúdos e a publicá-los na rede. [...] Os serviços passaram assim a funcionar on-line¹², por meio do navegador internet (MARQUESI; CABRAL, 2017, p. 477).

Pollyana Ferrari (2014) também aponta como positiva a maneira da acessibilidade da informação na internet. Nas palavras da autora,

as TICs [...] mudaram a forma de comunicação, causando impacto na mídia tradicional e também no comportamento social da população. Não podemos deixar de assumir que a internet proporcionou um acesso à informação de maneira única. Achar o link¹³ mais interessante ao cardápio de ofertas diárias do Twitter, seguir uma tag (#) e com isso fazer um protesto político ou ajudar um país que sofreu um terremoto ou inundação (FERRARI, P., 2014, p. 85).

Por hipertexto, que inaugurou uma leitura não linear dos textos no ambiente digital, Polyanna Ferrari conceitua como sendo "um bloco de diferentes informações digitais

¹¹ Atualmente, com termo já ampliado, “Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) é uma expressão utilizada para representar uma tecnologia avançada, na qual é possível processar qualquer tipo de informação. Surgiu a partir de 1975, em consequência da fusão das telecomunicações analógicas com a informática (SETTON, 2015). O ambiente digital integra a computação, as comunicações e os diferentes suportes em que estão disponíveis os conteúdos (KENSKI, 2012). Nesta perspectiva, podem ser considerados TDIC: o computador, o celular, o smartphone, o tablet, o notebook, a palmtop e outros dispositivos que permitam a navegação na internet e a transformação de qualquer linguagem ou dado em forma binária” (BASONI, 2019, p. 241).

¹² O Glossário de Jargão da internet define o termo “on-line” como “‘estar em linha’ ou estar ligado à rede ou a um outro computador” (FERRARI, P., 2014, p. 118).

¹³ O Glossário de Jargão da internet define “link” ou “hyperlink” como elemento básico do hipertexto: “um *hyperlink* oferece um método de passar de um ponto do documento para outro ponto no mesmo documento ou em outro documento” (FERRARI, P., 2014, p. 117).

interconectadas [...] que, ao utilizar nós ou elos associativos (os chamados links) consegue moldar a rede hipertextual, permitindo que o leitor decida e avance sua leitura do modo que quiser” (FERRARI, P., 2014, p. 44).

Marquesi e Cabral também recordam como Koch (2008) define o hipertexto: “uma escritura não sequencial e não linear, que se ramifica de modo a permitir ao leitor virtual o acesso praticamente ilimitado a outros textos, na medida em que procede a escolhas locais e sucessivas em tempo real (p. 162)” (MARQUESI; CABRAL, 2017, p. 486). E ambas ainda apontam, com base em Koch (2004), o conceito de link

como uma espinha dorsal do texto, que permite ao leitor construir, com base na maneira pela qual se encadeiam e remetem umas às outras, um roteiro que irá orientá-lo para determinados sentidos implicados no texto. A partir do processamento desse conjunto de percepções, o leitor pode inferir as intenções do produtor e construir os sentidos do material (MARQUESI; CABRAL, 2017, p. 486).

Ainda segundo Pollyana Ferrari (2014), “Para o pai do hipertexto, Ted Nelson, o conceito de texto elástico (*stretchtext*), aquele que se expande e se contrai conforme as solicitações do leitor, faz com que o internauta assuma o comando da ação [...] como se estivesse numa grande biblioteca” (FERRARI, P., 2014, p. 44-45). Para Marquesi e Cabral (2017), tal característica, desafia o leitor a construir uma leitura coerente, apesar de não linear, a partir de seus interesses e escolhas, tendo em vista que

O hipertexto se apresenta, por conseguinte, como um texto em construção, que depende do trabalho e dos objetivos do leitor para se construir, o que demanda, por parte do leitor, a seleção, o estabelecimento de relações, de associações, a organização das informações de acordo com o seu contexto de leitura, com suas intenções (MARQUESI; CABRAL, 2017, p. 488).

O conceito de leitor de textos é, assim, adaptado quando se trata de um leitor de hipertextos: “hiperleitores [...] ‘são construtores de caminhos e de sentidos’, com base nos recursos oferecidos pela tecnologia e nas novas habilidades cognitivas que essa prática permite exigir desenvolver” (MARQUESI *et al.*, 2010, *apud* MARQUESI; CABRAL, 2017, p. 487). Portanto, “a leitura hipertextual constitui uma busca de sentidos vivenciada por caminhos que oferecem muitas possibilidades de percursos,

de idas e vindas que podem conduzir a sentidos opostos aos pretendidos ou esperados” (MARQUESI; CABRAL, 2017, p. 487).

De forma crítica, Pollyana Ferrari (2014) chama de pseudoconhecimento o conteúdo acessado pelo leitor digital de portais porque “Não é um conhecimento real ou adquirido por processo de reflexão; também não consiste na possibilidade de ter qualquer tipo de influência sobre os fatos observados” (FERRARI, P., 2014, p. 14).

E ainda, de forma um tanto pejorativa, Pollyana Ferrari chama de “Navegantes de ‘pilhagem’” os leitores de portais, tendo em vista as dificuldades de sua instabilidade enquanto leitor e das dificuldades de sua fidelização enquanto cliente. Essa depreciação do leitor certamente valoriza não a liberdade do usuário dos portais, mas uma visão econômica, de “consumidor fiel”. Nas palavras de Ferrari,

Como satisfazer um leitor que pratica uma navegação de “pilhagem”, que no clique seguinte pode transferir a audiência para outro site? Por ser bombardeado diariamente por uma quantidade avassaladora de informações, o internauta não se sente fiel a qualquer veículo digital, nem mesmo ao portal do provedor de acesso que ele assina (FERRARI, P., 2014, p. 23).

Especificamente sobre o jornalismo no ambiente da internet 2.0, Castellano (2011) informa que havia também uma expectativa para uma nova forma de interação com o leitor, pois “rompe-se a tradicional barreira comunicacional entre emissor e receptor da mensagem para introduzir a ideia de que o leitor pode ser também um coautor das notícias, um conceito expresso na máxima [...] ‘todo cidadão é um repórter’” (CASTELLANO, 2011, p. 183).

Segundo Pollyana Ferrari (2014), cunhou-se o termo “jornalista on-line” para definir os “Profissionais que trabalham com a transposição das mídias, ou seja, traduzem as notícias da linguagem impressa para a web, em sites de jornais e revistas” e “jornalismo digital” para identificar “todos os noticiários, sites e produtos que nasceram diretamente na web” (FERRARI, P., 2014, p. 41-42). E mais, as universidades também se preocupam em atualizar suas grades curriculares do curso de Comunicação Social de forma a oferecer a disciplina “Jornalismo on-line”. Segundo a autora,

A disciplina “Jornalismo on-line” iniciou no século XXI presente em todos os cursos de Comunicação do país. Algumas universidades passaram a oferecer também a especialização. O curso da Estácio de Sá, do Rio de Janeiro, por exemplo, visa “ensinar os alunos a criar textos para as novas mídias, desenvolver e avaliar páginas da web, encontrar e organizar a informação, explorar as novas tecnologias, os aspectos legais, comerciais e reguladores analisando seu impacto nas áreas cultural e comercial” (FERRARI, P., 2014, p. 41).

Pollyana Ferrari (2014), inclusive, identifica mudanças no perfil do leitor de jornais, a chamada “Geração Y” - os nascidos após 1980, contemporâneos da internet: “É o leitor que raramente lê jornal impresso [...] prefere acessar o site preferido para saber das notícias” (FERRARI, P., 2014, p. 58). Na opinião da autora, “os jovens entre 18 a 25 anos são hoje os potenciais consumidores da nova mídia interativa” (FERRARI, P., 2014, p. 57).

Ainda, na opinião de Martino (2014), “A interface torna o ambiente digital familiar, permitindo uma interação mais rápida e dinâmica. Ponto de contato entre dois sistemas é o espaço no qual, de fato, acontece a articulação entre ser humano e máquina” (MARTINO, 2014, p. 230). Mas, segundo autor, o ambiente virtual promove uma série de mudanças nos padrões de comportamento dos seres humanos inseridos no contexto virtual. Segundo Martino,

“computadores estruturam nosso ambiente mental”. A relação dos seres humanos com o conhecimento do mundo ao seu redor se transforma completamente quando é intermediada pelas mídias digitais. As percepções, os relacionamentos e a própria atividade mental operam a partir de uma contínua intersecção com o digital. Por conta disso, nosso pensamento, assim como nosso relacionamento com a realidade e com outros seres humanos, são, ao menos parcialmente, adaptados à lógica das mídias digitais (MARTINO, 2014, p. 40).

Por exemplo, Martino (2014) vê nesse cenário as condições ideais para o desenvolvimento de quadros de ansiedade e exemplifica que, “se, no início do século XX, a resposta a uma carta poderia demorar semanas, no início do século XXI uma mensagem que não seja respondida instantaneamente pode gerar preocupação” (MARTINO, 2014, p. 42).

Martino (2014) afirma que “A realidade chega à mente humana pelos sentidos” (MARTINO, 2014, p. 205), mas que a mente se deixa influenciar pelo que se põe entre

elas, no caso, a mídia. “O resultado é uma interação mediada entre a mente humana e a realidade, transformando as percepções e a cognição conforme o uso específico de cada mídia” (MARTINO, 2014, p. 205).

Outras pesquisas são lembradas por Martino (2014) que mostram sobre como os meios de comunicação tecnológicos podem alterar o comportamento dos indivíduos, suas percepções sobre o mundo e, conseqüentemente, suas relações sociais, “procurando compreender de que maneira as tecnologias de comunicação redefinem nossas percepções do mundo social, sobre relacionamentos pessoais e sobre nós mesmos em um cotidiano no qual identidades passam pelas mídias” (MARTINO, 2014, p. 199).

Para além de mudanças na interação dos sujeitos proporcionadas pela mídia na internet, muitas foram as transformações percebidas no produto e nos gêneros jornalísticos adaptados para o ambiente virtual. Historicamente, segundo Martino, o principal meio de comunicação usado por uma sociedade está diretamente vinculado ao modo como essa sociedade se organiza em termos políticos, econômicos e culturais, pois

os meios de comunicação são responsáveis pela organização, gestão e disseminação do conhecimento nas sociedades. Sem eles não há cultura, e as relações sociais estariam seriamente comprometidas. Portanto, os meios usados para disseminar as informações são responsáveis pela forma de distribuição do conhecimento na vida social, em particular, pela formação de monopólios ou oligopólios de informação (MARTINO, 2014, p. 189).

Em relação à comunicação social contemporânea, podemos dizer que as principais transformações ocorridas nos gêneros textuais do jornalismo, nos últimos anos, foram em decorrência do jornalismo impresso que passou a ser online. Independente do suporte anterior ou do atual, Martino (2014) descreve o tipo da interação no ciberespaço sem considerar que ela, por isso, seja de qualidade inferior às interações face a face, por exemplo, ou impressas, no caso. Segundo ele,

No ciberespaço, em vez de vozes e gestos, a interação acontece a partir de pixels em uma tela e sons eletronicamente compartilhados. Isso não torna a comunicação entre as pessoas menos autêntica se comparada com uma interação face a face. Comunidades virtuais não são melhores ou piores do que os agrupamentos humanos no espaço físico (MARTINO, 2014, p. 45).

Certamente, o jornalismo e o seu principal produto, a notícia escrita – antes impressa, agora virtual – oferece uma rica oportunidade para considerar ainda as reflexões filosóficas de Derrida, citado por Martino, quando afirma que a palavra escrita tem significado ambíguo, que pode ser “remédio ou veneno”, conforme sua origem no termo *famiakon*, de onde “farmácia”: “*famiakon* pode significar tanto ‘remédio’ quanto ‘veneno’, mais ou menos o que a palavra ‘droga’, como medicamento ou como entorpecente, ainda tem” (MARTINO, 2014, p. 254)

Sobre essa “dualidade” da palavra escrita, Martino e Marques afirmam que “O enquadramento de situações não depende apenas de decisões morais relativas ao bem ou ao mal que se pretende [...]. Trata-se de práticas sociais presentes no ambiente de produção e circulação da mídia – uma questão ética” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 133). Além disso,

Os discursos da mídia podem fortalecer regras, padrões e concepções já estabelecidos, reforçando preconceitos e estereótipos, mas também podem servir para criar uma relação de solidariedade entre indivíduos que constroem juntos suas diferenças e semelhanças auxiliados por quadros morais de avaliação e julgamento recíprocos (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 25).

E se não bastasse essa possibilidade de “efeitos colaterais” da escrita para o bem ou para o mal, Pollyana Ferrari (2014) também aponta a má qualidade das notícias dos jornais on-line, o que, segundo ela, pode passar pela má qualidade dos profissionais do jornalismo. Nas palavras da autora,

Se analisarmos os principais veículos on-line nacionais, iremos encontrar matérias recheadas de verbos na forma passiva, sentenças muito longas e uma mistura de metáforas com clichês. Isso pode ser consequência de equipes formadas muito rapidamente, poucas pessoas e jornalistas inexperientes – que, magicamente, de estagiários passam a editores [...] (FERRARI, P., 2014, p. 53-54).

Aliás, Pollyana Ferrari (2014) cita um exemplo do que é ser um profissional jornalista da era digital em campo, na primeira década do século XXI:

Além da necessidade de trabalhar com vários tipos de mídia, o jornalismo multimídia precisa desenvolver no repórter uma visão multidisciplinar, com noções comerciais e de marketing. Para se ter uma ideia dessa mudança do fazer jornalismo, o portal G1 prepara o repórter para ir à rua com um *notebook*, um *modem wireless* para acesso à banda larga, uma máquina

fotográfica digital, um gravador de áudio digital e um radiocomunicador. (FERRARI, P., 2014, p. 40).

A crítica de Pollyana Ferrari (2014) alcança também a demasiada quantidade de notícias publicadas pelos jornais, o caráter competitivo entre jornalistas e entre empresas concorrentes, “Coberturas irresponsáveis, falta de checagem das informações que serão veiculadas na web e uma infinidade de outros erros primários que são cometidos pela imprensa brasileira” (FERRARI, P., 2014, p. 80).

Martino (2014) apresenta uma explicação com base no consumismo imediato para essa velocidade com que a informação jornalística precisa ser produzida e como essa urgência impacta na (ir)relevância da informação. Segundo o autor,

A lógica da indústria da informação é produzir um máximo de informações que precisam ser consumidas imediatamente, porque no momento seguinte já não terão importância nenhuma. O tempo é comprimido ao máximo, tornando um eterno agora. Há uma urgência em saber o que está acontecendo, naquele momento, a todo momento, porque no instante seguinte outra informação já estará em seu lugar. E, como não há preocupação de que essas informações durem no tempo, não há hierarquia de importância. São apresentadas como igualmente relevantes. O que, invertendo a lógica, pode significar que são todas igualmente irrelevantes (MARTINO, 2014, p. 190).

Portanto, concorda Pollyana Ferrari: “Achar que o mais importante é oferecer as últimas notícias o mais rápido possível é um grande equívoco do meio” (FERRARI, 2014, p. 54). Segundo ela, o caminho da notícia da pauta à tela “demora, muitas vezes, dez minutos. Principalmente na área de últimas notícias” (FERRARI, P., 2014, p. 57).

Araújo (2010) concorda com Pollyana Ferrari (2014), em relação à velocidade com que as notícias são produzidas e à consequente qualidade duvidosa do produto online final, pois

A lógica do critério de audiências traduz-se também, cada vez mais, em exigências de velocidade informativa, que faz com que haja uma drástica diminuição do tempo destinado à produção e confirmação da notícia. No panorama actual do *online*, em que essas notícias são produzidas ao segundo, esta velocidade põe muitas vezes em causa a exactidão, seriedade e verdade da própria notícia (ARAÚJO, 2010, p. 23).

Sendo assim, para Pollyana Ferrari (2014), o tempo é o grande “capataz” não só dos jornalistas, mas dos próprios leitores, ao ponto que “tornou-se quase uma unanimidade achar que matéria publicada na internet pode vir cheia de erros – sejam eles de ortografia, apuração ou concordância. Tudo é perdoado em virtude do curto espaço de tempo da edição” (FERRARI, 2014, p. 57). Segundo ela, fazendo referência ao leitor: “Se o leitor quiser aprofundar-se, precisará utilizar os recursos de hipermídia¹⁴ e avançar sobre o tema em outros links correlatos, o que normalmente não ocorre por causa do curto espaço de tempo” (FERRARI, 2014, p. 57).

Martins ainda aponta que, além da escassez de tempo do jornalista, o comportamento instantâneo, irrefletido, dos políticos, diante de jornalistas e fontes, acaba se tornando ingrediente de notícias: “Hoje em dia, a notícia é praticamente instantânea. Temos menos tempo para pensar, avaliar e ponderar os fatos do que antes. Os políticos também. São obrigados a reagir [...] sem medir todas as consequências de sua reação” (MARTINS, 2005, p. 88).

Outro problema do jornalismo midiático é a hibridização que o sensacionalismo faz entre informação e entretenimento (ARAÚJO, 2010, p. 41). Martino e Marques (2018) concordam com Araújo e contribuem afirmando que o produto notícia também pode veicular injustiça, infortúnio e desrespeito:

as produções da mídia reúnem conhecimentos e saberes partilhados e também incorporam aspectos de experiências identificadas como injustas, ou seja, práticas percebidas como geradoras de infortúnio ou desrespeito. E isso acontece sobretudo no âmbito do entretenimento (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 135).

Pollyana Ferrari (2014) ainda aponta o problema do empacotamento¹⁵ da produção de notícias nas redações online, que reduz o jornalista a um “copidesque”¹⁶ de texto

¹⁴ O Glossário de Jargão da internet define hipermídia como “Todos os métodos de transmissão de informações baseadas em computadores, incluindo texto, imagens, vídeo, animação e som” (FERRARI, P., 2014, p. 116).

¹⁵ “Empacotar significa receber um material produzido, na maioria das vezes, por uma agência de notícias conveniada, e mudar o título, a abertura; transformar alguns parágrafos da notícia em outra matéria para ser usada como link correlato, adicionar foto ou vídeo, e por aí afora” (FERRARI, P., 2014, p. 46).

¹⁶ “Termo importado dos Estados Unidos por Pompeu de Souza durante a reforma do Diário Carioca. Na época poucos repórteres escreviam a matéria. Eles chegavam e ditavam o texto para o editor. Pompeu obrigou-os a escrever. Para transformar o texto incompreensível dos repórteres em algo

alheio. Conforme Ferrari, na rotina das redações online, “a produção de reportagens¹⁷ deixou de ser um item do exercício do jornalismo. Adotou-se apenas a produção de notícias, ou, como se diz no jargão jornalístico, de ‘empacotamento’ da notícia” (FERRARI, P., 2014, p. 46, com grifos).

Quanto a isso, Schimitz (2011) confirma que o jornalismo desenvolve “estratégias para antecipar as rotinas e práticas jornalísticas, abastecendo a mídia com material pronto para veicular, torna-se de grande utilidade para as redações, pois economiza tempo e o custo para coletar a informação original” (SCHIMITZ, 2011, p. 17).

Zago (2012), em suas pesquisas, também afirma que o jornalismo contemporâneo exige a produção de notícias para múltiplas plataformas, e que o consumidor de notícias contemporâneo exige que o jornalismo seja cada vez mais interativo, conversacional e participativo. Diante desse cenário, segundo a autora, “as organizações jornalísticas passam a criar perfis em sites de redes sociais (para estar onde as pessoas estão e levar a elas seus conteúdos), buscando não só disseminar notícias como também estabelecer uma conversação com seu público” (ZAGO, 2012, p. 159), mesmo que essa “essa excessiva cultura da participação” traga problemas (ZAGO, 2012, p. 159).

Concordamos com Martino (2014) quando explica que o entusiasmo com a internet e as mídias digitais “pauta-se na perspectiva de que as tecnologias de rede são responsáveis pelo estabelecimento de novas formas de relação entre as pessoas, oferecendo a possibilidade de transformações sociais e históricas” (MARTINO, 2014, p. 269). De fato, isso pode até acontecer, mas essas mudanças não virão das tecnologias de informação, pois

Se é possível mudar algo, isso acontece a partir de relações de comunicação entre seres humanos. O desafio da comunicação é exatamente esse,

legível existia uma Mesa de Textos (Copy Desk em inglês) com os melhores redatores do Diário Carioca. O termo incorporou-se à linguagem jornalística como sinônimo de redator” (Disponível em: <<https://dicionariodejornalismo.blogspot.com/2010/08/copydesk-ou-copidesque.html>>. Acesso em 26/04/2021.

¹⁷ “Reportagens têm por objetivo transmitir ao leitor, de maneira ágil, informações novas, objetivas [...] e precisas sobre fatos, personagens, idéias e produtos relevantes. Para tanto, elas se valem de ganchos oriundos da realidade, acrescidos de uma hipótese de trabalho e de investigação jornalística” (FOLHA, 2001, p. 24).

compreender o outro — e, não por acaso, daí vem sua dificuldade. As tecnologias de informação podem permitir o acesso ao outro, mas isso não significa, necessariamente, construir relações de comunicação com outras pessoas, grupos e povos (MARTINO, 2014, p. 269).

A Unesco (2019) reforça o posicionamento de Martino (2014) ao apontar o emergente problema das “fake news” (notícia falsa) ou “fake media” (mídia falsa), sendo necessário “pensar sobre as pessoas que estão criando esse tipo de conteúdo e o que as motiva a fazer isso” (UNESCO, 2019, p. 47). Segundo a Organização, o termo “fake news” muitas vezes é utilizado para rotular “reportagens com as quais o requerente não concorda. Um mapa do Google Trends mostra que as pessoas começaram a pesquisar o termo extensivamente no segundo semestre de 2016” (UNESCO, 2019, p. 47).

Assim, segundo a Unesco, o termo “Fake News” é inadequado para explicar os fenômenos da “informação incorreta”¹⁸ e da “desinformação”¹⁹, porque “é inerentemente vulnerável a ser politizado e usado como uma arma contra a indústria de notícias, como uma maneira de enfraquecer os relatórios que as pessoas no poder não gostam” (UNESCO, 2019, p. 47). A Unesco relaciona, inclusive, diferentes tipos de informação incorreta e desinformação que se combinam e se encaixam no espectro da “desordem da informação”:

Isso inclui a sátira e paródia, as manchetes *click-bait*²⁰, o uso enganoso de legendas, elementos visuais ou estatísticas, bem como o conteúdo genuíno que é compartilhado fora de contexto, o conteúdo impostor (quando o nome de um jornalista ou um logotipo da redação é usado por pessoas sem conexões com eles) e o conteúdo manipulado e fabricado. De tudo isso, emerge que esta crise é muito mais complexa do que o termo *fake news* sugere (UNESCO, 2019, p. 47).

Além das categorias “Informação Incorreta” e “Desinformação”, a Unesco ainda estabelece a categoria de “Má-Informação”:

¹⁸ Informação incorreta é “informação falsa que a pessoa que está divulgando acredita ser verdadeira” (UNESCO, 2019, p. 47).

¹⁹ “Desinformação é uma informação falsa e a pessoa que a divulga sabe que é falsa. É uma mentira intencional e deliberada, e resulta em usuários sendo ativamente desinformados por pessoas maliciosas” (UNESCO, 2019, p. 47-48).

²⁰ A tradução “isca de clique” para *click-bait* diz respeito ao uso de manchetes, normalmente sensacionalistas, para atrair o tráfego de internautas.

Uma terceira categoria poderia ser denominada má-informação; informação que é baseada na realidade, mas usada para causar danos a uma pessoa, organização ou país. Um exemplo é um relatório que revela a orientação sexual de uma pessoa sem justificativa de interesse público. É importante distinguir mensagens que são verdadeiras daquelas que são falsas, mas também aquelas que são verdadeiras (e aquelas com alguma verdade), mas que são criadas, produzidas ou distribuídas por “agentes” que pretendem prejudicar em vez de servir ao interesse público. Essas más-informações – como informações verdadeiras que violam a privacidade de uma pessoa sem uma justificativa de interesse público – vão contra os padrões e a ética do jornalismo (UNESCO, 2019, p. 48).

A estes fenômenos de divulgação e compartilhamento de notícias falsas, conforme nomeados e conceituados pela Unesco (2019), incluímos, por proposição desta pesquisa, o termo *fake-off* (*fonte-off* falsa ou *off* falso ou ambos), que ocorre quando a fonte em si não existe, mas serve para assumir um enunciado do jornalista que assim se exime da responsabilidade de fazê-lo, ou ainda quando a fonte, aproveitando-se do anonimato que o *off* lhe confere, age de má-fé, de forma a mentir ou a informar para benefício próprio ou prejuízo alheio. Em ambos os casos, jornalista²¹ e fonte *off* agem de forma ilícita e antiética. E ainda se pode concluir que é possível que tanto a informação quanto a fonte anônima sejam falsas. Em todos os casos, a responsabilidade deve ser imputada ao jornalista.

Considerando os estudos de Marcuschi (2004), o autor introduz os gêneros textuais no contexto da tecnologia digital afirmando que “Os gêneros emergentes nessa nova tecnologia são relativamente variados, mas a maioria deles tem similares em outros ambientes, tanto na oralidade como na escrita” (MARCUSCHI, 2004, p. 13). No entanto, segundo ele, esses gêneros eletrônicos provocaram polêmicas quanto à sua natureza e sobre o impacto na comunicação e na vida social, porque “os ambientes virtuais são extremamente versáteis e [...] a Internet é uma espécie de protótipo de novas formas de comportamento comunicativo” (MARCUSCHI, 2004, p. 13).

Capistrano Júnior e Elias (2019, p. 103-104) complementam que, ao observar-se o texto na cultura digital, além da quebra de linearidade, da convergência de linguagens (verbal, sonora e visual), do gerenciamento possibilitado por computadores e dispositivos móveis, outras características podem ser citadas, como: a fluidez, a

²¹ “O jornalista [...] deve pautar sua conduta pela preocupação de seguir os mais altos princípios éticos da profissão, que incluem nunca usar sua condição de jornalista para obter vantagens pessoais e não escrever sobre assuntos em que tenha interesses pessoais diretos” (FOLHA, 2001, p. 41).

interação poligerida, a atualização constante, a variedade de temas e de gêneros. Além disso, “Os textos não só são (re)criados ou excluídos com rapidez, mas também são revisados e alterados por um ou vários usuários e lançados novamente na rede pelo compartilhamento de dados, marcado pelo uso de links, hastags, curtidas etc.” (CAPISTRANO JÚNIOR; ELIAS, 2019, p. 104).

Para Marcuschi (2004), a exemplo da expressão cultura letrada que identificou a florescência da escrita na sociedade, tem-se agora uma cultura eletrônica que parece indicar, na opinião de Marcuschi, uma nova economia da escrita, bem como novos rumos de pesquisa, como letramento digital e discurso eletrônico. Acrescente-se às novas abordagens os gêneros midiáticos, pois

[...] o estudo da comunicação virtual na perspectiva dos gêneros é particularmente interessante, porque “*a interação on-line tem o potencial de acelerar enormemente a evolução dos gêneros*”, tendo em vista a natureza do meio tecnológico [...]. Esse meio propicia, ao contrário do que se imaginava, uma “*interação altamente participativa*” [...] (MARCUSCHI, 2004, p. 17, grifos do autor).

Considerando o legado de Bakhtin e Miller para os estudos dos gêneros, Marcuschi (2004) relembra e afirma que a era das tecnologias de fato promoverá interferência na natureza dos gêneros. Nas palavras de Marcuschi:

Se tomarmos o gênero como texto situado histórica e socialmente, culturalmente sensível, recorrente, “relativamente estável” do ponto de vista estilístico e composicional, segundo a visão bakhtiniana (Bakhtin, 1979), servindo como forma de ação social (Miller, 1984), é fácil perceber que um novo meio tecnológico, na medida em que interfere nessas condições, deve também interferir na natureza do gênero produzido (MARCUSCHI, 2004, p. 17, grifos do autor).

Basoni (2019, p. 248) aponta para a multimodalidade como sendo um “elemento importante a ser observado para a produção de sentido de um texto no ambiente digital, mostrando que a leitura e produção de textos, nesse ambiente, requerem habilidade antes não enfocadas nas discussões sobre os gêneros”.

Recuero, por sua vez, relaciona uma série de características de interações em ambientes de internet, “espaço em que [...], de certa forma, não se tem controle sobre quem diz, quem terá acesso ao que foi dito e como esses discursos serão utilizados

(após a postagem)” (RECUERO, 2016, p. 19), o que tem provocado o interesse de diversos pesquisadores:

A escrita oralizada; a unidade temporal elástica, ou seja, um acontecimento no qual os participantes dividem a unidade temporal, embora não necessariamente a copresença; a migração entre diversas plataformas e a consequente multimodalidade; a representação da presença dos agentes; e, finalmente, o borramento da fronteira entre o público e o privado também na conversação (RECUERO, 2016, p. 19).

Com base em Recuero (2016), Basoni (2019) aponta alguns temas de interesse desses estudos proporcionados pela interação virtual:

principalmente a “não copresença”, a “representação da presença dos Agentes” e o “borramento das fronteiras entre o público e o privado”, têm afetado as formas de discurso e provocado posicionamentos de violência, impolidez e outros que, possivelmente, não estariam presentes em conversações face a face (RECUERO, 2016, *apud* BASONI, 2019, p. 249).

Por fim, a Unesco afirma que a Era Digital chegou a ser descrita como a “era dourada para o jornalismo” (UNESCO, 2017, p. 104, *apud* UNESCO, 2019), considerando todos os avanços e possibilidades a partir de um clique do *mouse*. No entanto, essa era também “gerou desafios contínuos sem precedentes e mudanças estruturais na indústria de notícias. O jornalismo está ‘sob fogo’, enfrentando uma ‘perfeita tempestade’ de pressões virtuais convergentes que alimentam a ‘desordem da informação’” (UNESCO, 2019, p. 60). Esses desafios pontuados pela Unesco são:

- o surgimento da propaganda computacional [...];
- a ascensão da publicidade digital, causando o colapso do modelo tradicional de negócios para a publicação de notícias e o desemprego em massa;
- o fracasso da publicidade digital em apoiar o jornalismo como um substituto para a publicidade impressa (o Google e o Facebook são agora os principais beneficiários das vendas de publicidade digital);
- uma convergência digital, transformando conteúdo comissionado, produção, publicação e distribuição, aumentando significativamente a pressão de prazo e levando a perdas adicionais de emprego;
- assédio *online* direcionado a jornalistas (particularmente mulheres), suas fontes e seus públicos;
- plataformas de mídia social que colocam o público na vanguarda da descoberta e distribuição de conteúdo, tornando-os colaboradores na produção de notícias (que oferece muitos benefícios, mas desestabiliza o poder de manutenção dos meios de comunicação e impacta padrões de verificação);
- as expectativas da audiência de notícias “sob demanda”, entrega móvel e engajamento em tempo real nas mídias sociais aumentam ainda mais a

pressão sobre os profissionais de notícias que enfrentam a diminuição de recursos em um ciclo de notícias sem fim;

- a luta dos editores de notícias para manter as audiências como barreiras à publicação é removida, possibilitando qualquer pessoa ou entidade a produzir conteúdo, contornando *gatekeepers*²² tradicionais e competindo por atenção – incluindo políticos poderosos que procuram enfraquecer a credibilidade de reportagens críticas;
- o impacto limitado e a rentabilidade de muitas novas empresas de mídia somente digitais preenchendo os vazios criados pelo fracasso dos jornais;
- a erosão da confiança no jornalismo e nas principais organizações de mídia fazendo com que o público se dissipe ainda mais, diminuindo os lucros remanescentes e alimentando a disseminação da “desordem da informação” (UNESCO, 2019, p. 60-61).

Assim, até o momento, podemos dizer que o ambiente virtual reverbera crises de relacionamento, observáveis também no jornalismo digital, que parece despreocupado com questões sociais da moral e da ética em prol de interesses, sejam estes próprios, comerciais ou escusos. O subcapítulo seguinte abordará essa problemática ainda mais acirrada considerando-se as particularidades do jornalismo político.

1.2 JORNALISMO POLÍTICO

“não bastam as técnicas para garantir a democracia da comunicação”
(ADGHIRNI, 2006, p. 54)

Faz-se oportuno conceituar o que é política, e o entendimento de Weber, ao escrever sobre a política como vocação, atende aos objetivos desta pesquisa. Segundo Weber, um dos fundadores da Sociologia, o conceito de política é “extraordinariamente amplo e abrange toda espécie de atividade diretiva autônoma” (WEBER, 2001, p. 59), mas ele o assim o delimita:

Por política entenderemos tão somente a direção do agrupamento político hoje denominado “Estado” ou a influência que se exerce nesse sentido. [...] O Estado não se deixa definir, sociologicamente, a não ser pelo específico meio que lhe é peculiar, da forma como é peculiar a todo outro agrupamento político, a saber, o uso da coação física. “Todo Estado se fundamenta na força”, disse um dia Trotsky [...]” (WEBER, 2001, p. 59).

²² A tradução do termo *gatekeepers* para o jornalismo é “porteiro da redação”, ou seja, o profissional do jornalismo responsável por fazer a triagem e definir o que será noticiado.

Ao relacionar “Estado” e “coação física” e “força”, Weber (2001, p. 61) aproxima “Política” de “violência”: “Assim como todos os agrupamentos políticos que o precederam no tempo, o Estado consiste em uma relação de dominação do homem pelo homem, com base no instrumento da violência [...] considerada legítima”, tendo em vista os dominados se submeterem à autoridade reivindicada pelos dominadores. Nas palavras de Weber,

Por evidência, a violência não é o único instrumento de que se vale o Estado – não se tenha a respeito qualquer dúvida -, mas é seu instrumento específico. Na atualidade, a relação entre Estado e a violência é particularmente íntima. Desde sempre, os agrupamentos políticos mais diversos – começando pela família – recorreram à violência física, tendo-a como instrumento normal de poder (WEBER, 2001, p. 60).

Em Marlow (2016, p. 38), partimos de conceitos de política segundo Ribeiro (2010): “o exercício de alguma forma de poder e, naturalmente, às múltiplas consequências desse exercício”, sendo este poder, a “capacidade de influenciar o comportamento das pessoas”, evidenciado em dois aspectos: “a) um interesse; b) uma decisão” (RIBEIRO, 2010, apud MARLOW, 2016, p. 38). Em relação ao segundo aspecto, Ribeiro (2010) evidencia o que chama de “talento especial” para se fazer política, a qual não deve ser ditada por interesses pessoais. Na opinião de Ribeiro,

[...] pouca coisa pode haver de mais nobre do que a dedicação à coletividade, quando essa dedicação não é ditada por interesses pessoais ou mesquinhos, mas por crenças ou ideais que, mesmo erradamente, tenham como objetivo o bem-estar público (RIBEIRO, 2010, p. 26, apud MARLOW, 2016, p. 39).

Na opinião de Weber, a carreira política “concede o sentimento de poder. A possibilidade de influir sobre outros seres humanos, o sentimento de participar do poder e, acima de tudo, a consciência de figurar entre os que detêm nas mãos um elemento importante da história” (WEBER, 2001, p. 107). As análises dessa pesquisa em muito evidenciaram as personalidades públicas de carreira política pela sua presença marcante nas notícias do jornal, razão pela qual interessa agora compreender o jornalismo político.

Os títulos “Jornalismo Político” e “A editoria política e o gênero discursivo notícia política” foram contemplados na dissertação de Marlow (2016) mas, dada a relevância destes tópicos para a coesão desta pesquisa, serão revisitados, em especial, com as

contribuições de Martins (2005), sobre a cobertura política, cuja “maior preocupação é [...] informar o leitor, e não convencê-lo a adotar determinadas idéias” (MARTINS, 2005, p. 13), porque, afinal, “o jornalismo só existe como missão: informar a sociedade para que ela, bem informada, possa tomar suas próprias decisões” (MARTINS, 2005, p. 34).

Também para Lage (2005, p. 16), “A essência do jornalismo é a informação: o dever de informar e, principalmente, o direito que os cidadãos têm de ser informados”. Sobre a atividade de cobertura jornalística, Lage aponta para o acompanhamento de eventos contíguos, sequenciais, “na fronteira entre notícia e reportagem” (LAGE, 2005, p. 142). Conforme o autor (2005), a política é uma das áreas especializadas, que contém editoria própria, e nela há espaço para outros gêneros, além da notícia, como a crônica política. Ainda segundo Lage,

o noticiário político gira, portanto, em torno de questões muito variadas e consiste basicamente em anunciados na terceira pessoa: fulano disse, beltrano manifestou-se etc. [...] Por mais se queira, não é possível fugir inteiramente de fórmulas como ‘fontes informaram’, ‘funcionários admitem’ etc. (LAGE, 2005, p. 149).

A obra “Jornalismo Político”, de Martins (2005), foi escrita para “jovens repórteres e estudantes de comunicação que [...] se interessam” pela cobertura política (MARTINS, 2005, p. 11). Martins, a estes interlocutores, esmera-se em ensinar sobre as particularidades da pauta, do relacionamento com as fontes, da notícia política e do ambiente de internet, em compartilhar experiências do dia a dia do jornalista político e, também, em fazer alertas sobre a atuação ética na profissão.

Sobre as informações *On* e *Off*, por exemplo, Martins esclarece: “No *on*, alguém assume a responsabilidade pela informação. [...] Informação em *off* é aquela que uma pessoa nos dá com a condição de que seu nome não apareça na história” (MARTINS, 2005, p. 56). Martins (2005, p. 56) afirma que “Na cobertura política, *off* é essencial. Sem ele, dificilmente os repórteres conseguiriam recuperar informações de bastidores, de reuniões reservadas ou de negociações políticas fechadas”. No entanto, Martins enumera cinco regras que o jornalista deve observar em relação ao *off*:

Primeira: não banalizá-lo. Quando divulgamos uma informação em *off*, na prática estamos sonegando outra informação ao leitor: a origem da notícia. [...] *Off* sobre trivialidade é algo que não tem o menor cabimento.
Segunda: o *off* tem que ser expressamente pedido [...].
Terceira: o *off* é para ser verificado [...] sobre a qualidade da informação inicial.
Quarta: o *off* só se aplica à informação. Para opinião, não existe sigilo. [...]
Quinta: não existe anonimato para quem quer lançar acusações contra a honra de terceiros [...] (MARTINS, 2005, p. 56-57).

Ao apresentar a rotina de um jornalista político na perspectiva do jornalista, Martins orienta para a diversidade das fontes para reunir muita informação como primeira regra, escancarando o cenário político e seus atores, com afirmações, como: “Políticos mentem muito – às vezes até quando pensam falar a verdade – e poucos são confiáveis” (MARTINS, 2005, p. 48); “Todos os políticos, sem exceção, têm interesses e objetivos, lealdades e inimizades, ambições e ressentimentos, cacoetes e vaidades, que inevitavelmente filtram, apimentam e marcam seus relatos” (MARTINS, 2005, p. 48); “Mais vale um bom bastidor do que aconteceu em uma reunião fechada do que uma declaração formal do porta-voz fora dela” (MARTINS, 2005, p. 65) e

raramente o repórter consegue estar presente no momento e no local do fato, acompanhando diretamente o ocorrido e fazendo sua própria avaliação. Em geral, nos casos de negociações de bastidores, audiência de governo, reuniões partidárias fechadas, encontros políticos reservados etc., ele é obrigado a reconstituir o que aconteceu com base em relatos de segunda ou terceira mão (MARTINS, 2005, p. 48).

Lage (2005) concorda com Martins sobre a mentira e aponta que ela é, no mundo moderno e na política, “uma estratégia como outra qualquer: não resulta de engano nem é questão de crença. É um ato deliberado” (LAGE, 2005, p. 49) e que, “Tomada em sentido amplo, como supressão parcial da verdade, a mentira é rotineira e, em muitos casos, inevitável” (LAGE, 2005, p. 50), pois “é difícil estabelecer a verdade quando estão em jogo dinheiro e poder – isto é, nos ambientes pelos quais transita o jornalismo” (LAGE, 2005, p. 56). No entanto, “A credibilidade do discurso jornalístico funda-se em um compromisso tácito entre o veículo e o público segundo o qual os fatos noticiados são reais” (LAGE, 2005, p. 119).

E sobre vaidade na política, “a necessidade de se colocar pessoalmente, da forma mais evidente possível, em primeiro plano”, Weber (2001, p. 108-109) afirma: “Um

inimigo vulgar, muito humano, há e o homem político deve dominar a cada dia e a cada hora: trata-se da muito comum ' vaidade'. Ela é inimiga mortal de qualquer devoção a uma causa”.

Mas Schimitz vê os políticos como as fontes oficiais e preferidas dos jornalistas, porque suas ações são de interesse público. Segundo ele,

Os políticos são “definidores primários” por excelência, pelo poder e privilégio que desfrutam, sendo capazes de emitir opiniões importantes a respeito de assuntos controversos. Constituídas basicamente por políticos e as autoridades, as fontes oficiais estão em todos os níveis (nacional, estadual e municipal) e poderes (executivo, legislativo e judiciário). Suas relações com a mídia decorrem, e muito, do regime de governo (SCHIMITZ, 2011, p. 48-49).

No entanto, Martins (2005, p. 70) lembra que é preciso saber lidar com “a guerra entre a informação e a contra-informação travada diariamente nos bastidores do poder”. Segundo o autor:

Nesta guerra, vale tudo: a verdade e a meia-verdade, a inverdade e a quase-verdade, a mentira piedosa e a mentira deslavada, a calúnia e a intriga, a adulação e a propaganda, a ficção política e o conto da carochinha. Inventase qualquer coisa para promover ou derrubar alguém, esvaziar ou vitaminar carreiras, limpar a área ou congestionar o meio-campo (MARTINS, 2005, p. 70).

Por isso, Weber lembra que a vaidade pode incorrer à demagogia na política: “O demagogo é obrigado a contar com o ‘efeito que faz’ – motivo pelo qual sempre corre o perigo de desempenhar o papel de um histrião [farsante, hipócrita] [...] já que está preocupado continuamente com a impressão que pode causar sobre os outros” (WEBER, 2001, p. 109).

Bourdieu também lembra o "marketing político"²³ do campo jornalístico que envolve tanto jornalistas quanto políticos: “é cada vez mais necessário para ser bem-sucedido politicamente ajustando-se às exigências do campo jornalístico, verdadeira ‘panelinha’

²³ “O marketing político pode ser definido como um conjunto de técnicas e procedimentos que têm como objetivos adequar um(a) candidato(a) ao seu eleitorado potencial procurando fazê-lo, num primeiro momento, conhecido do maior número de eleitores possível e, em seguida, mostrando-o diferente de seus adversários (obviamente melhor do que eles) (CAMPOS, 2017, p. 17).

que contribui cada vez mais para fazer os políticos e sua reputação” (BOURDIEU, 1997, p. 137).

Sobre isso, Campos (2017) esclarece que, na prática do marketing político, há tanto a construção de imagem-marca²⁴, quanto a necessidade de retroalimentá-la e de protegê-la das ações de “contra faces”²⁵. Como exemplos de fatores que podem causar danos a uma imagem-marca, Campos cita palavras, comportamentos ou gestos nos discursos políticos, mutações nos cenários políticos, temas da agenda da mídia e manobras de opositores (CAMPOS, 2017).

Chama a atenção que, desde a introdução de sua obra, por exemplo, Martins (2005) afirma que a cobertura jornalística necessita ser, ou pelo menos buscar ser, isenta, mas, ao mesmo tempo, a sociedade deve cobrar isso: “Nós, jornalistas, exercemos uma profissão importante demais para nos comportarmos como integrantes de uma seita. Precisamos da vigilância e da crítica permanente da sociedade” (MARTINS, 2014, p. 12).

Martins (2005) justifica a necessidade dessa “interferência” da sociedade na imprensa, tendo em vista que “A democracia²⁶ não significa apenas eleições regulares e vigilância dos eleitores sobre os políticos. Implica também aumento do espírito crítico e maior interferência da sociedade em todos os espaços públicos e de formação de opinião pública” (MARTINS, 2005, p. 26). E completa: “Tanto na política e na administração pública quanto nas redações, a corrupção ou a venalidade é fruto de um processo de afrouxamentos sucessivos, e não de um ato repentino e isolado de

²⁴ “conceito de *imagem-marca*, no domínio da política de imagem, como um processo planejado intencionalmente na construção do perfil de um personagem posto a exposição na esfera pública com a finalidade de conquistar a adesão de destinatários (eleitores), em meio à disputa de sentidos e ofertas simbólicas dos concorrentes” (CAMPOS, 2017, p. 53, grifos do autor).

²⁵ “Uma vez estabelecida, a imagem-marca de um ‘personagem’ político, se faz necessário, uma realimentação desta a fim de garantir a continuidade desta marca [...]. Existe ainda o fator relacionado a manobras dos opositores que atuam como “*contra faces*” das imagens-marca” (CAMPOS, 2017, p. 53, grifos do autor).

²⁶ “a democracia ou o governo da maioria, onde o Estado e a organização política da sociedade aparecem sob a forma do governo de todos ou do povo” (BOCAYUVA, VEIGA; 1992, p. 68). “A democracia é também uma concepção de regime político na qual a transparência é fundamental e onde os seres humanos se revelam através de seus atos e de suas palavras” (BOCAYUVA, VEIGA; 1992, p. 70).

perda de padrões éticos” (MARTINS, 2005, p. 31). Com relação a essa crise ética na política, Karam (2014) contrapõe com as deficiências e problemas do jornalismo:

O jornalismo trabalha com valores e significados contraditórios. Expressa-se em uma ou outra direção, dependendo do profissional que executa determinada pauta, da estrutura de controle informativo de um meio, dos critérios de noticiabilidade e de vários outros fatores (KARAM, 2014, p. 42).

Essa preocupação de Martins também pode ser percebida no Manual da Redação da Folha de S.Paulo, em que se lê:

convém que ele [o jornalismo] seja reexaminado periodicamente, a fim de aferir se sua atividade está sendo capaz de projetar alguma luz para além da efervescência dos acontecimentos, se seus critérios estão sendo os melhores para franquear uma leitura ao mesmo tempo fidedigna, reveladora e útil, se não da realidade, ao menos da sua superfície diária (FOLHA, 2005, p. 10).

As colocações de Martins (2005) e Karam (2014), especialmente, têm afinidade com a visão de Bourdieu, que assim descreve os interesses dos jornalistas na política:

interessando-se mais pelo jogo e pelos jogadores do que por aquilo que está em jogo, mais pelas questões de pura tática política que pela substância dos debates, mais pelo efeito político dos discursos na lógica do campo político (a das coligações, das alianças ou dos conflitos entre as pessoas) que por seu conteúdo (quando não chegam a inventar e a impor à discussão puros artefatos [...]) (BOURDIEU, 1997, p. 135).

Cook (2011) concorda com David Easton: “O que distingue a interação política de todos os outros tipos de interação social é que ela é predominantemente orientada à alocação impositiva de valores numa sociedade.” (Easton, 1965, p. 50)” (COOK, 2011, p. 204) e afirma que “o papel político da mídia de notícias está em ampliar o alcance dos que já são politicamente poderosos. Nesse sentido, os jornalistas seriam influentes principalmente no apoio à autoridade oficial e menos na alocação de valores” (COOK, 2011, p. 205). Mas, continua Cook, “o jornalismo não é só política” porque

O jornalismo é pelo menos parcialmente independente de suas fontes na produção do conteúdo das notícias. Em consequência, ela pode ser capaz de influenciar quem tem autoridade, quais são os valores da política e quais alocações são feitas. O jornalismo compartilha um destino semelhante com os três poderes constitucionais, sendo parcialmente independente e parcialmente dependente de outras instituições para cumprir sua própria tarefa (COOK, 2011, p. 205).

Assim, de uma forma geral, Koch (2005) afirma que as interpretações indesejadas fazem parte de um processo de compreensão que se caracteriza como um processo ativo e contínuo de construção da realidade; e Cook (2001), por sua vez, entende que, na relação da política com a cobertura das notícias, nem sempre haverá interpretações que agradam a todos os envolvidos: de um lado, a ênfase numa versão oficial que aproxima jornalismo e governo; de outro, as notícias que veiculam interpretações, valores e contratos implícitos que nem sempre favorecerão os atores oficiais. Por isso, Cook entende que “a notícia é o resultado de negociações recorrentes entre fontes e jornalistas, cujos resultados diários beneficiam apenas certas alocações de valores” (COOK, 2001, p. 206).

Bourdieu também dá sua contribuição para o entendimento da relação jornalismo e política e afirma que a “visão inteiramente particular do campo político [...] encontra seu princípio na estrutura do campo jornalístico e nos interesses específicos dos jornalistas que aí se geram”. Para o sociólogo, o jornalismo empreende, com seu estilo de cobertura política, uma simplificação demagógica da política; e o essencial de competência dos jornalistas “consiste em um conhecimento do mundo político baseado na intimidade dos contatos e das confidências (ou mesmo dos rumores e dos mexericos) mais que na objetividade de uma observação ou de uma investigação” (BOURDIEU, 1997, p. 135).

Martino (2014) ainda aponta como a internet alterou também a percepção das pessoas sobre o que é espaço público – lugar das ações visíveis, dos fatos que podem ser conhecidos por todos, e espaço privado – lugar onde estão as coisas e práticas que são particulares, que não devem ser vistas. Segundo o autor,

Enquanto o espaço público é o espaço das ações visíveis, onde qualquer fato pode ser conhecido por todos, o lugar aonde, a princípio, *tudo é potencialmente visível*; o espaço particular é o lugar das coisas e das práticas que *não devem ser vistas*. É o espaço da intimidade, dos interditos, protegido do olhar público por cortinas e portas, no qual só é admitido quem for convidado. Aliás, a proteção do espaço privado é uma das bases da democracia moderna: ninguém, exceto com ordem judicial, pode entrar na casa de outra pessoa sem autorização. A internet introduz uma outra dimensão nessa questão, mesclando, em muitos casos, as questões públicas e privadas por conta da exposição, cada vez maior, de detalhes da vida particular no espaço público digital (MARTINO, 2014, p. 94, grifos do autor).

Portanto, muitos dos autores já citados (ADGHIRNI, 2006; CASTELLANO, 2011; MARTINO, 2014; e MARTINO; MARQUES, 2018) entendem que a democracia da comunicação não se faz via aparato tecnológico e que, pelo contrário, o monopólio das mídias, pelo alcance das massas, pode ser um poder ideológico que se levanta até mesmo contra direitos democráticos. No Brasil, por exemplo, Castellano (2011) afirma que os meios de comunicação tradicionais dos anos 1980 haviam perdido credibilidade, e que sua aliança com o mercantilismo

fez surgir um movimento em busca de um novo tipo de jornalismo que, apoiado nas novas tecnologias da comunicação, pregava um maior comprometimento pelos interesses comerciais. Surgia, portanto, uma posição otimista em relação à internet e à possibilidade de uma mídia mais democratizada (CASTELLANO, 2011, p. 183).

Inclusive, a internet faz com que “um assunto privado pode se tornar um assunto público desde que seja do interesse de um grupo grande de pessoas, isto é, desde que, por sua relevância, diga respeito à vida particular de vários outros indivíduos” (MARTINO, 2014, p. 94). Mas, Martino alerta que os temas da Esfera Pública deveriam se caracterizar pelo engajamento que provocam, ou deveriam provocar, nas pessoas (MARTINO, 2014).

Não se trata, portanto, do simples interesse que um tema tem, mas da “relevância que esse tema pode assumir dentro da democracia” (MARTINO, 2014, p. 95), tendo em vista “que o critério do que é ou não relevante nunca é o mesmo em diferentes jogos de linguagem”²⁷ (OLIVEIRA, 2012, p. 119). Oliveira chega a conceituar a relevância para o jornalismo a partir de escolhas e intervenções sobre fatos e acontecimentos:

²⁷ “Em oposição à compreensão de linguagem como cálculo, jogos de linguagem consistem em sistemas de pensamento e ação baseados em ‘formas de vida’ definidas em termos do que as pessoas fazem, pensam e como elas vivem. Com as noções de jogos de linguagem e formas de vida, Wittgenstein explora as características dos usos cotidianos e da linguagem. Assim como a Pragmática filosófica de Austin, a noção de jogos de linguagem de Wittgenstein também mostra aspectos convergentes com o estudo da Pragmática em linguística (ARAÚJO; SOUZA, 2019, p. 15-16). E mais: “A noção de jogo de linguagem como uma categoria integrada por diversos elementos históricos, sociais e econômicos na constituição dos sentidos radicaliza a ideia de linguagem como forma de vida e conduz a pragmática cultural ao diálogo com outros campos do conhecimento, como a Antropologia e a Sociologia”. “O conceito de jogos de linguagem é fundamental para entendermos o político, o econômico e a historicidade das práticas culturais” (ALENCAR, 2014, p. 94-96).

Enfim, a relevância não é uma condição abstrata que preexiste ao uso da linguagem, uma condição intrínseca ao fato/objeto ou algo que possa ser definido a partir de critérios objetivos; sim, uma escolha, uma intervenção que se faz em torno de um acontecimento e que julgamos válido destacar em virtude dos valores que o fato agrega para esta ou naquela comunidade (OLIVEIRA, 2012, p. 120).

Martino e Marques lembram que “A democracia, em termos bem gerais, tem como fundamento uma concepção de ser humano que coloca todos os indivíduos no mesmo plano, sem fazer outras distinções além daquelas estipuladas pela própria pessoa no decorrer de sua vida” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 158) e que “só é possível pensar em democracia quando nos mostramos dispostos a nos colocar no lugar dos outros” (HABERMAS *apud* MARTINO; MARQUES, 2018, p. 80). Os autores, inclusive, lembram que a democracia tal qual tem sido praticada atualmente sofre críticas em relação às ideias originais de Platão:

Uma das críticas à democracia tem como alvo o que é identificado como ‘tirania da maioria’. Esta pode fazer da democracia um regime particularmente opressor para quem, exercendo seu direito de não concordar, não compartilha as preferências da maior parte das pessoas – crítica, aliás, formulada anteriormente por Platão.

[...]

A crítica de Platão tem como fundamento a ideia de que o melhor governo é aquele exercido pelas pessoas mais aptas a governar, com melhores condições para decidir o que é bom para a cidade. Deixar as decisões nas mãos de todos, em eleições livres, seria deixar os assuntos da *polis* nas mãos da opinião popular – e o povo, na visão do filósofo, teria como base para decidir apenas sua opinião, facilmente manipulável pela retórica dos políticos (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 161-162).

Mas, conforme dito anteriormente, se a escrita inaugurou a história da humanidade, e se o jornalismo inaugurou uma nova forma de interação a partir das notícias publicadas em ambiente virtual e interativo, Martino aponta que “A disseminação em massa tende a minar o conhecimento, tornando-o superficial e efêmero” (MARTINO, 2014, p. 191). E mais, que, desde Platão, a escrita é “aparência do saber” e que o conhecimento nasce “a partir do diálogo”:

“A escrita oferece às pessoas apenas a aparência do saber, não sua realidade. As pessoas vão ouvir muitas coisas sem, de fato, aprenderem, e vão ficar acreditando que sabem muito quando na verdade não sabem nada.” (Trecho do mito sobre a origem da escrita contado por Sócrates no diálogo Fedro, escrito por seu discípulo Platão. E, até onde se sabe, uma das mais antigas críticas a uma tecnologia). No caso, a escrita. Para Sócrates, o ato de escrever vai contra um dos princípios fundamentais da razão, o

conhecimento que nasce a partir do diálogo - para usar a expressão consagrada, a dialética (MARTINO, 2014, p. 249).

Bourdieu chama atenção para as “condições de seleção” e o “efeito da transcrição” que a escrita jornalística produz sobre as interações e os fatos que cobre, que fazem “desaparecer, inevitavelmente, o acompanhamento não escrito da palavra, o tom, os gestos, a mímica, isto é, tudo aquilo que, para um espectador de boa-fé, assinala [...] um discurso animado pela preocupação de fazer compreender e de convencer” (BOURDIEU, 1997, p. 131).

Bourdieu também percebeu as tendências mais típicas da “visão jornalística”, como: a tendência de identificar o novo ou fazer revelações; de privilegiar os feitos e sobretudo os malfeitos dos indivíduos, nas perspectivas frequentes da denúncia e da acusação, ou ainda a tendência a estabelecer supostas conclusões (BOURDIEU, 1997, p. 132).

Oliveira também aponta para a importância do “fazer” social da mídia, que assume o fato, ou seja, as práticas humanas como objeto e como força motriz no universo discursivo do jornalismo:

Uma das frases corriqueiras nas redações de jornais, em assessorias de imprensa e na boca dos políticos é: “contra fatos não há argumentos”. Quer dizer, diante das evidências, dos dados, das provas, daquilo que foi feito [a etimologia da palavra “fato” é discutível, mas é possível associá-la com *facere* = fazer], não há questionamentos válidos! Tão importante é o “fato” que se tornou objeto do jornalismo e a sua busca, a força motriz de um jornal. Os fatos não têm uma existência independente, uma vida *per se*. Fatos são práticas humanas que irão adquirir significação unicamente por meio de certos métodos estabelecidos neste ou naquele universo discursivo (OLIVEIRA, 2012, p. 119, grifos do autor).

Com base em leituras de Muniz Sodré, Martino e Marques lembram que “a ‘narração do fato’ [...] é, em várias dimensões, uma ‘reconstrução’ deste, no qual fatores objetivos, no sentido de não dependerem diretamente da livre escolha do jornalista, interagem com elementos subjetivos e institucionais na construção da notícia. (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 144).

Por exemplo, o Manual da Folha de S.Paulo assume que a imprensa teve papel determinante “no *impeachment* do presidente da República em 1992. [...] Entrou em

grande evidência um jornalismo baseado na investigação, nem sempre conscienciosa, de irregularidades na administração pública, divulgadas de forma categórica, às vezes bombástica” (FOLHA, 2005, p. 13), ao mesmo tempo em que se vê alvo de crítica da sociedade, pois

Assim como cresceu a percepção crítica²⁸ da imprensa em relação aos poderes constituídos, especialmente os de natureza pública, aumentou também a recepção crítica dos meios de comunicação por parte de sua base social, o público que consome a mercadoria-informação. O mal-estar que cerca a imprensa passou a se traduzir em três acusações predominantes: ela seria superficial, invasiva e pessimista (FOLHA, 2005, p. 13).

Martins (2005) também registra a ojeriza de políticos em relação aos jornalistas: “De modo geral, os jornalistas políticos de Brasília exercem a profissão com garra, independência e paixão. As autoridades que o digam. [...] A maioria considera-nos uns verdadeiros selvagens” (FRANKLIN, 2005, p. 46).

Por sua vez, com base em Lasch (1995), Castellano entende que a informação em si não fundamenta a democracia, mas sim o debate público, e que as mudanças que tornaram o jornalismo mais técnico e profissional não favoreceram a formação de um público mais esclarecido (CASTELLANO, 2011, p. 188).

Portanto, diante de um cenário com tantos atores sociais, muitas vezes com percepções de mundo e interesses divergentes, convém focar com mais precisão, na seção seguinte, em algumas faces no jornalismo que contribuem para o objeto desta pesquisa.

1.3 FACES NO JORNALISMO

“ninguém tem amigos por estar conectado”
(MARTINO, 2014, p. 266)

Martino e Marques afirmam que a noção de pessoa sofreu muitas transformações no decorrer dos séculos XVIII a XX e XXI: “seres humanos foram tratados – e ainda são,

²⁸ “A crítica deve ser fundamentada em argumentos claros. Quando escrita por especialista, deve permanecer acessível ao leigo, sem ser banal. Não deve conter acusação de ordem pessoal. O objeto da crítica é a obra ou o desempenho, e não a pessoa” (FOLHA, 2001, p. 60).

em muitas situações –, no limite de sua condição, como coisas [...] uma maneira de ver os outros indivíduos não como ‘pessoas’, mas como ‘súditos’, ‘inferiores’, ‘atrasados’, ‘selvagens’ ou qualquer outro termo” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 35-36).

Entendendo que a interação também se dá através de uma ação linguageira na qual estão envolvidos partícipes em cooperação comunicativa, faz-se fundamental abordar a questão da alteridade, ou seja, da percepção do eu/nós e dos outros no jornalismo, pois

Os meios de comunicação e as redes sociais digitais podem construir representações positivas e negativas de qualquer assunto e, com isso, colaborar tanto para um debate elaborado quanto para esvaziar ou dificultar as relações sociais – por exemplo quando o “outro” é continuamente representado de maneira negativa (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 26, grifos do autor).

De forma geral, Martino e Marques apontam que os humanos apresentam muitas dificuldades para viver em sociedade, mesmo que dessa convivência dependa a sobrevivência da espécie:

A exemplo de outros animais, os humanos notaram que a sobrevivência de um indivíduo seria facilitada pelo convívio em grupo. No entanto, por alguma razão, aquilo que era absolutamente natural e simples para os animais mostrou-se incrivelmente complexo para o ser humano: viver com os outros (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 15).

Para esses autores, “O desafio da convivência é atribuir ao outro o mesmos *status* de ‘pessoa’, e também de interlocutor digno de respeito, escuta e reconhecimento que se dá a si mesmo” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 41, grifos dos autores). Souza, inclusive, aponta que “ser ‘gente’, ser considerado ‘ser humano’, não é um dado natural, mas, sim, uma construção social [...] consensos sociais compartilhados, que precisam ser universalizadas para que a igualdade jurídica formal tenha alguma eficácia” (SOUZA, 2019, p. 162).

Martino e Marques lembram, inclusive, que a noção de que “todas as pessoas são iguais” não foi uníssona em todas as épocas – “e mesmo hoje em dia, embora seja

em tese aceita, é desafiada todos os dias por atitudes que reduzem o outro a qualquer outra coisa, menos ‘meu semelhante’” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 32).

Portanto, entendemos ser produtivo para a pesquisa analisar algumas das faces que interagem no jornalismo: a face pública, sob o enfoque da identidade e da alteridade; a face protegida, com a abordagem do sigilo profissional; a face legal; sob a perspectiva do direito à informação e da liberdade de expressão; e a face capitalista, considerando o jornalismo como instituição, negócio e valor social.

1.3.1 A face pública: Identidade e Alteridade

“as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela”
(HALL, 2014, p. 110)

Hall, um dos principais estudiosos do tema, tem a seguinte pergunta como título de uma de suas publicações: “Quem precisa de identidade?”. Hall afirma que uma “explosão discursiva em torno do conceito de ‘identidade’” está “efetuando uma completa desconstrução das perspectivas identitárias em uma variedade de áreas disciplinares, todas as quais, de uma forma ou outra, criticam a ideia de uma identidade integral, originária e unificada” (HALL, 2014, p. 103).

Segundo Hall (2014), as identidades são construções que emergem no interior de jogos de poder e, por isso, se constituem “mais um produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica” (HALL, 2014, p. 109). E sendo assim, “É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas” (HALL, [1995] 2014, p. 109).

Hall (2014) afirma que a identidade do Eu se constrói “apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu *exterior constitutivo*” (HALL, 2014, p. 110, grifos do autor). E de uma forma particularizada, Hall entende que “As identidades

são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós” (HALL, [1995] 2014, p. 112), isto é,

as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora “sabendo” (aqui, a linguagem da filosofia da consciência acaba por nos trair), sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma “falta”, ao longo de uma divisão, a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas – idênticas – aos processos de sujeito que são nela investidos (HALL, 2014, p. 112, grifos do autor).

Martino concorda com Hall que as “Identidades [...] são organizadas também sobre a noção de *diferença*: eu *sou* alguém porque *não sou* algum outro (MARTINO, 2014, p. 103, grifos do autor). Para Martino, a “A diferença estabelece os limites da identidade. Esses limites podem ser bastante fluidos, transformando-se de acordo com as experiências do indivíduo, suas reflexões e sua trajetória de vida (MARTINO, 2014, p. 103).

Da mesma forma, Machado, com base em Hall (2006), ao falar de identidade, afirma que o entendimento de identidade e sua relação com um sujeito unificado, cartesiano, está em declínio: “o que se percebe atualmente é uma fragmentação do indivíduo moderno, e essa identidade delimitada, rígida, está [...] dando lugar a novas identidades, que são constantemente construídas e reconstruídas” (MACHADO, 2009, p. 167).

Silva, por sua vez, entende que identidade e diferença têm significados independentes entre si, mas compartilham uma importante característica: “elas são o resultado de atos de criação linguística” (SILVA, 2014, p. 76). Com isso, Silva afirma que: “A identidade e a diferença são criações sociais e culturais” (SILVA, 2014, p. 76) e, portanto, atos de linguagem:

a identidade e a diferença têm que ser nomeadas. É apenas por meios de atos de fala que instituímos a identidade e a diferença como tais. [...] Como ato linguístico, a identidade e a diferença estão sujeitas a certas propriedades que caracterizam a linguagem em geral. Por exemplo, segundo o linguista suíço Ferdinand de Saussure, a linguagem é, fundamentalmente, um sistema de diferenças (SILVA, 2014, p. 76-77).

E Silva continua utilizando o exemplo da língua enquanto sistema de diferenças para dizer que “a linguagem, entendida aqui de forma mais geral como sistema de significação, é, ela própria, uma estrutura instável” (SILVA, 2014, p. 78). Essa instabilidade se dá por causa da “ilusão que temos de ver o signo como uma presença, ou seja, de ver no signo a presença do referente (a ‘coisa’) ou do conceito” (SILVA, 2014, p. 78). Assim, conclui Silva que

Essa característica da linguagem tem consequências importantes para a questão da diferença e da identidade culturais. Na medida em que são definidas, em parte, por meio da linguagem, a identidade e a diferença não podem deixar de ser marcadas, também, pela indeterminação e pela instabilidade. [...] Em suma, a identidade e a diferença são tão instáveis quanto a linguagem da qual dependem (SILVA, 2014, p. 80).

Silva ainda afirma a identidade e a diferença como tipos de relação social: “Isso significa que sua definição – discursiva e linguística – está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas” (SILVA, 2014, p. 81).

Segundo Silva, o processo de produção da identidade oscila entre dois movimentos: “de um lado, estão aqueles processos que tendem a fixar e a estabilizar a identidade; de outro, os processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la” (SILVA, 2014, p. 84). Como exemplo, Silva (2014) cita a língua como um dos elementos centrais, junto com outros símbolos nacionais – hinos, bandeiras, brasões –, no processo de produção de identidade das nações modernas. Assim, segundo o autor,

Pouco importa se os fatos assim narrados são “verdadeiros” ou não; o que importa é que a narrativa fundadora funciona para dar à identidade nacional a liga sentimental e afetiva que lhe garante uma certa estabilidade e fixação, sem as quais ela não teria a mesma e necessária eficácia (SILVA, 2014, p. 81).

De fato, Weffort afirma que, no caso da “fixação” da identidade do povo brasileiro, deu-se sob a construção de “um povo imaginário, apoiado nos devaneios da imaginação romântica e da idealização literária dos índios. Mas, para além da ilusão ideológica, esse povo inexistia para todos os efeitos práticos da política” (WEFFORT, 2006, p. 329). E mais: esse “povo imaginário [...] era tão ausente da política quanto o povo real,

formado na sua maioria por mestiços, em grande parte marginalizados, e negros, muitos dos quais eram escravos” (WEFFORT, 2006, p. 329).

Martino entende, também, que a definição de identidade está condicionada a acesso e compreensão de informação: “Mais do que as informações em si, o acesso às informações é um fator crucial para a definição das fronteiras sociais entre os indivíduos, mostrando a cada um qual é seu espaço e, portanto, indicando em alguma medida quem se é” (MARTINO, 2014, p. 201).

Além disso, segundo Martino (2014), o acesso à informação pelos indivíduos é “determinante para a definição dos papéis sociais [...]. A constituição das identidades de grupo, a socialização humana e a criação de hierarquias estão vinculadas diretamente ao acesso que se tem a um determinado tipo de informação” (MARTINO, 2014, p. 201), pois

a apreensão do outro nos discursos de identidade é delimitada muitas vezes pela velocidade. A interpretação do outro em um ambiente de alta velocidade implica não só a redução da alteridade a um dado imediato, mas também a fixação de uma relação direta entre os atos significantes de um indivíduo e o significado atribuído a esses atos (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 201).

Citando van Dijk, Morato explica como os indivíduos significam discursos a partir de uma interação comunicativa:

Segundo van Dijk (2008/2011), os indivíduos interpretam discursos de outrem e os constituem em termos de um modelo mental a respeito da situação comunicativa – a partir do ambiente espaço-temporal, das identidades e papéis sociais dos produtores e receptores do texto, bem como de suas relações entre si, suas intenções e tipos de conhecimentos que detêm ou apresentam (MORATO, 2017, p. 419).

Nesta mesma esteira, Martino e Marques concordam que a linguagem e o uso que se faz dela nos insere e nos realiza numa determinada comunidade, proporcionando a troca e a negociação de pontos de vista para além das diferenças (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 99-100). Para esses autores, “O encontro entre identidades, mediado ou face a face, marca a importância do reconhecimento social [...] – e perceber as injustiças recebidas é um dos pontos iniciais do reconhecimento” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 100). Esse reconhecimento de que fala Martino e Marques é

O reconhecimento do mundo do outro envolve, além de laços afetivos, éticos e políticos, uma comunicação que nos permita compartilhar a produção de um mundo comum. Nesse mundo partilhado, eu me apresento diante do outro e espero dele a compreensão e certa abertura para o diálogo, pois é por meio dessa relação que as identidades se moldam e se expressam, que relações se estreitam ou são cortadas (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 100).

Sendo assim, segundo os autores, “Na relação comunicativa de reconhecimento mútuo há sempre uma tensão a respeito dos parâmetros utilizados para atribuir um valor aos sujeitos, seja no plano das relações privadas, jurídicas ou sociais (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 101). E mais,

O reconhecimento é um processo pertencente tanto ao campo da ética quanto da moral. De um lado, está ligado ao florescimento do indivíduo em condições que assegurem autoconfiança, autorrespeito e autoestima. De outro, se pensarmos que a busca de reconhecimento envolve, sobretudo, questões de desrespeito, dominação cultural, violência e marginalização, é importante notarmos que se trata também de uma questão de justiça (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 102).

Portanto, “o reconhecimento social recíproco reflete, de alguma maneira, a experiência moral na qual os indivíduos se colocam como portadores de necessidades e buscam receber dos outros compreensão e aprovação/valorização” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 101)

Concordamos com Martino e Marques, que afirmam que a sociedade sempre segrega o outro a quem despreza ou rejeita e, assim, “‘inventa’ estranhos numa ordem que se quer impor, muitas vezes, baseada em métodos científicos e técnicos – e também políticos” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 111). Por isso, então,

A obrigação social de apresentar e representar o “eu” para o “outro” na vida cotidiana, de rastrear todas as ofensas que lhe são feitas e zelar pela reparação das ofensas infligidas ao “eu” e ao “outro” requer uma forma de comunicação na qual os participantes se posicionem baseados em esquemas cognitivos e sociais para atribuir ou negar valor aos outros (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 101, grifo dos autores).

“As identidades ‘flutuam’ no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar alerta para defender as primeiras em relação às últimas” (BAUMAN, 2005, p. 19). A afirmação de Bauman já aponta para diferentes significados da palavra identidade. De fato, o filósofo a tem

como “inescapavelmente ambígua” (BAUMAN, 2005, p. 82), por isso, ele conceitua a busca pela identidade como “uma luta”: “as batalhas de identidade não podem realizar a sua tarefa de identificação sem dividir tanto quanto, ou mais do que, unir. Suas intenções includentes se misturam com (ou melhor, são complementadas por) suas intenções de segregar, isentar e excluir” (BAUMAN, 2005, p. 85, grifos do autor).

Para Bauman, só há uma exceção a esta regra – originalmente de Kant: “a verdadeira e plenamente includente identidade da raça humana” (BAUMAN, 2005, p. 85). E, assim, Martino e Marques concordam e complementam afirmando que,

Se existe uma “natureza humana”, então deve haver um conjunto de valores que ultrapassa as barreiras culturais e, portanto, é universal. A ideia da “natureza humana” coloca a espécie humana acima da cultura e das relações sociais de produção na qual essa cultura existe. [...] Por baixo das diferenças culturais e econômicas haveria elementos invariáveis, comuns a toda humanidade, independentemente de todos os outros fatores (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 39).

Weffort (2006) aponta que falar em democracia é falar em igualdade e, conseqüentemente, em desigualdade entre as pessoas. Weffort (2006) afirma que, no viés sociológico,

Fala-se de “desigualdade” para mencionar uma relação de domínio (ou de autoridade), relação de “superior” a “inferior”, qualquer que seja o sentido social que se lhe atribua. Não é apenas uma “diferença”, mas uma diferença situada em alguma hierarquia, de riqueza, de prestígio ou de poder. Assim, em contrapartida, o que se entende por igualdade não significa necessariamente uniformidade; por comportar diferenças. É o que ocorre nas sociedades pluralistas, modernas e democráticas, nas quais se reconhecem diferenças entre indivíduos e cidadãos que são, em princípio, iguais (WEFFORT, 2006, p. 332, grifos do autor).

Martino e Marques (2018) explicam sobre a noção de igualdade de direitos entre todos os indivíduos, legado das revoluções modernas que abriram as portas da Idade Contemporânea e que fundaram o conceito de “cidadão”:

A noção de igualdade de direitos entre todos os indivíduos é uma conquista da Revolução Inglesa [1640-1688], responsável por diminuir consideravelmente o poder da aristocracia em benefício de uma ascendente burguesia – que logo faria a Revolução Industrial [segunda metade do século XXVIII] e colocaria a Inglaterra no topo do comércio mundial – e da Revolução Francesa [1789-1799] – que, de maneira mais radical, aboliu os privilégios do direito de nascimento e colocou todos os indivíduos em uma nova categoria, o “cidadão”, palavra usada, a partir daí, não apenas para designar o habitante

das cidades, mas também aquele que tem direitos e deveres perante seus iguais (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 159-160, grifos nossos).

[...]

Essa mudança de concepção de ser humano alterou profundamente o significado de política e abriu espaço para a consolidação da noção moderna de democracia como “governo de todos”. [...] Ao menos em tese porque mesmo na democracia o estabelecimento de quem são os “iguais” entre os iguais não é uma questão fechada. Ao contrário, o legado político imediato das duas revoluções mencionadas [Revolução Inglesa e Revolução Francesa] não foi a extensão da participação política a todos os indivíduos (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 160, grifos nossos).

Como exemplo dessa desigualdade dos indivíduos, Weffort (2006) cita, com base em Myrdall (1944), o “igualitarismo limitado aos brancos” como premissa do racismo norte-americano – que é diferente do caso brasileiro – pois,

os brancos anglo-americanos admitiam a escravidão porque, ao mesmo tempo, pensavam que o negro não pertencia à humanidade [...] podiam tornar-se escravos porque não teriam almas, portanto, não poderiam ser salvos. Podiam tornar-se escravos porque não eram homens (WEFFORT, 2006, p. 331).

Na sociedade brasileira, porém, entendia-se que “todos os homens têm alma, pertencem à mesma humanidade criada por Deus e são reconhecidos como Seus filhos. Mas cumprem funções diferentes na sociedade ‘cristã’” (WEFFORT, 2006, p. 331). Assim, a condição de “iguais diante de Deus, mas desiguais no mundo dos homens” (WEFFORT, 2006, p. 331) justificava, inclusive, a escravidão dos negros: “Trazê-los para a América, mesmo à custa de fazê-los escravos, seria um modo de incorporá-los ao povo de Deus” (WEFFORT, 2006, p. 331). Dessa forma, não a escravidão, mas a violência se tornou “ponto de combate dos jesuítas: ‘porque são também filhos de Deus não devem ser os escravos tratados com brutalidade’” (WEFFORT, 2006, p. 331).

Weffort lembra que o entendimento da desigualdade entre os homens como algo natural tem embasamento histórico e que “essa noção de desigualdade natural acabou por impor-se durante séculos aos usos e costumes do Brasil” (WEFFORT, 2006, p. 331) fundamentada na tradição do medievalismo ibérico somada às circunstâncias de quatro séculos de regime escravocrata na realidade brasileira. Portanto, para o historiador: “Numa sociedade que assim interioriza a desigualdade, o reconhecimento da igualdade não poderia vir da própria sociedade. Teria que vir de

fora – do Estado, da religião ou da influência de outros países” (WEFFORT, 2006, p. 334).

Martino e Marques contribuem com o fato que, na história da humanidade em geral, “a noção de ‘igualdade’ entre todos os indivíduos é um princípio relativamente jovem dentro da política. De maneira geral, até o século 18, a ideia de que as pessoas eram diferentes por conta de suas origens era bastante difundida” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 158). Os autores defendem relações sociais engajadas na política da amizade. Segundo eles,

a política da amizade possibilita a experimentação de um mundo comum que una e separe indivíduos ao mesmo tempo, mantendo sempre a distância entre eles, condição da pluralidade. Isso pede um investimento, um engajamento na ação de criar e recriar formas de interação social tais como a cortesia, a solidariedade, a hospitalidade, o respeito [...] um exercício criativo para produzir novos significados, espaços e imagens de contato com o outro, sem prescrever um único modo de existência como correto (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 99).

Criar e recriar formas de interação social com amizade, cortesia, solidariedade, hospitalidade, respeito mútuo preserva a pluralidade das relações entre os indivíduos na sociedade (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 112). Martino e Marques lembram ainda que: “É no cotidiano que a comunicação com o outro se fortalece, se redefine e redimensiona os sujeitos e o meio no qual se inserem. Mas isso não é simples” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 99).

Segundo Martino e Marques, “para além de qualquer questão estritamente racional, é preciso que nossa *sensibilidade* esteja aberta para compreender aqueles que nos rodeiam (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 48, grifos dos autores). E continuam:

Uma das características associadas ao ser humano é a sensibilidade no contato com o outro. E é de notar como os espaços midiáticos distribuem de maneira desigual as possibilidades de estima e valorização das pessoas, fazendo que determinados indivíduos e grupos estejam mais sujeitos ao desprezo e à injúria do que outros (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 210).

Martino faz uma relação da comunicação como relação entre seres humanos que torna imprescindível a alteridade, ou seja, a percepção e compreensão do outro como parte constituinte do eu. Nas palavras de Martino,

A comunicação [...] é o complexo processo de estabelecimento de relações entre seres humanos, atividade vinculada ao ato de compartilhar com outra pessoa algo que permita o estabelecimento de uma relação entre ambos no espaço da chamada “intersubjetividade”, isto é, o espaço entre dois indivíduos ou “sujeitos”, como denomina. Comunicação é, sobretudo, relação. O espaço da comunicação é a intersubjetividade, relação que só existe na comunicação entre seres humanos dispostos tanto a falar quanto a ouvir. A comunicação requer a compreensão do outro, da alteridade — do latim *alter*, “outro” (MARTINO, 2014, p. 268, grifos do autor).

Neste sentido, segundo os autores, a comunicação, ampliado o escopo para a comunicação social, é de suma responsabilidade, pois “Sempre haverá um ponto de vista, certa inclinação, um ângulo específico, não só no jornalismo, mas em qualquer tentativa de contar uma história” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 145). Ou seja, “É por meio de nossas relações intersubjetivas e do constante trabalho de reflexão sobre a linguagem que fazemos, vemos e revemos nossos valores, escolhas, posturas e posições” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 113). Isso porque, nas palavras dos autores,

Minha visão de mundo influencia a maneira como situo as pessoas nele, como interpreto suas ações em relação a mim e aos outros. A equivalência entre “realidade” e “visão da realidade” costuma ter consequências práticas, isto é, interfere diretamente na relação com o outro (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 125, grifos dos autores).

Inclusive, segundo Martino e Marques, a mídia tem grande responsabilidade pelo contato dos sujeitos com os “outros” e com a sociedade – “o problema é *como* isso vai acontecer e, principalmente, qual será a imagem desse ‘outro’ construído pelos discursos midiáticos” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 25, grifos dos autores), porque, afinal de contas, “A quantidade de informações disponíveis on-line sobre qualquer pessoa permite reconstituir, sem muita dificuldade, quem ela é” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 198) e que “Narramos com base no que sabemos, mas o que sabemos está ligado diretamente às condições que temos de conhecer a realidade. E tais condições formam, em nossa mente, o jeito como entendemos o mundo e o explicamos aos outros” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 45).

No entanto, os autores continuam: “Se não temos um conhecimento completo nem de nós mesmos, seria muita pretensão achar que podemos entender integralmente os outros” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 48). Assim, “na impossibilidade de

percepção de outras narrativas da pessoa sobre si mesma, entendemos o outro tomando por base essa narrativa única, que se torna uma espécie de verdade a respeito do outro” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 199). Sobre a complexidade do narrar o outro ou construir narrativas sobre o outro, Martino explica que, ao contar histórias, porque nela se define quem é herói e quem é opositor, pois narrar influencia diretamente no modo como o fato será interpretado. Ou seja, narrar não é apenas descrever, mas construir uma realidade (MARTINO, 2014).

Santos (2014, p. 287) concorda com Martino (2014) e Martino e Marques (2018) ao afirmar que “o problema da responsabilidade tem ganhado destaque devido às preocupações com a dimensão ético-política de nossas práticas linguísticas, tendo em vista o direito à liberdade de expressão assegurado constitucionalmente”. E essa responsabilidade da mídia com a (des)construção da imagem do outro, na verdade, configura bem “as relações de poder intrínsecas aos discursos”, conforme expõe Martino e Marques:

Em virtude das relações de poder existentes em qualquer discurso, intrínsecas ao ato enunciativo, em uma situação de desigualdade discursiva na qual um enunciador – ou poucos – tem o poder de definir todos os outros, as categorias de interpretação da realidade presentes nesse discurso tendem a envolver a alteridade e o si mesmo em uma trama de conceituações marcadas pelas categorias hermenêuticas²⁹ de quem fala (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 201).

Para Martino e Marques, a lógica dos jogos de poder está cada vez mais ligada à lógica da visibilidade adquirida por certos grupos e setores da sociedade, pois estes “de alguma maneira, encontram trânsito livre para chegar à mídia – o que parece ser suficiente, em alguns casos, para garantir a legitimidade do seu discurso” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 171). Segundo esses autores,

nas práticas sociais, no lugar da regra jurídica, é comum uma espécie de simulacro da regra, criado pela oportunidade que a mídia tem de, pela amplitude de ressonância, transformar o que diz em verdade – uma verdade legitimada pelas telas onde ela aparece. Tal dialética interfere na formação da opinião pública, transformando a quantidade em qualidade, a parte no todo e a suspeita em evidência (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 171).

²⁹ Parte da filosofia que estuda as teorias da interpretação. A hermenêutica tradicional refere-se ao estudo da interpretação de textos escritos, especialmente nas áreas da literatura, das ciências da religião e do direito.

Tendo em vista que “O trabalho com a comunicação implica uma responsabilidade considerável com a comunidade e com o contexto histórico, político e social de uma época. [...] Se um comunicador erra, seu erro tende a afetar escalas maiores da sociedade” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 222), porque “boa parte dos julgamentos não é feita com base no que conhecemos a respeito do outro, mas, justamente, a partir do que *não se sabe sobre ele*” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 28, grifos dos autores).

Martino lembra que “A esfera particular, no caso, não deixa de ter igualmente um teor político na medida em que esse pode ser um espaço privilegiado de resistência, tensão e dissenso, a partir da experiência individual, às questões específicas” (MARTINO, 2014, p. 119). No entanto, o autor entende que a excessiva visibilidade, a ausência de privacidade e a vigilância existente nas mídias digitais e no ciberespaço é um problema econômico, social e político, e detalha:

Econômico, entre outros fatores, na venda ilegal de informações pessoais: alguém se cadastra em um *site* de compras, por exemplo, que, além de vender a mercadoria para o consumidor, vende ou transfere os dados do perfil desse consumidor para outra empresa. **Social**, neste caso, por conta das alterações que a excessiva visibilidade pode trazer para as relações sociais: o máximo de visibilidade pode significar transparência e segurança, mas também controle e vigilância. Neste último aspecto, o domínio dos territórios da internet e do uso das mídias digitais é **político**: o controle universal do acesso (com o uso, por exemplo, de uma senha pessoal ligada ao documento de identidade) eliminaria o anonimato da rede. Isso é visto por alguns como uma possibilidade de inibir crimes no ciberespaço ao garantir a possibilidade de rastreamento de todos os acessos, *links* e *sites* visitados, enquanto outros entendem que o fim do anonimato seria o fim de um tipo de liberdade de expressão que só existe na internet por conta dessa ausência de identificação (MARTINO, 2014, p. 88, grifos nossos).

Schimitz (2011), por sua vez, afirma que, em relação a vida pública e privacidade: “A maioria dos meios de comunicação diz que respeita a privacidade, embora quem tem uma vida pública perde, por isso, parte do direito à privacidade” (SCHIMITZ, 2011, p. 29). Da mesma forma, para Martino (2014), “Em alguns casos, é possível dizer que o direito de estar só, ou o direito de não ser visto/não interagir torna-se uma valiosa mercadoria nos ambientes preenchidos pelas mídias digitais” (MARTINO, 2014, p. 117).

Assim, na opinião de Schimitz (2011), não é simples delimitar vida íntima, vida privada³⁰ e vida pública porque esses conceitos podem variar conforme as pessoas e as circunstâncias envolvidas. Nas palavras do autor,

O respeito à dignidade humana e a proteção à honra estão igualmente contemplados no direito civil e na deontologia³¹ dos jornalistas, prevalecendo as obrigações legais, embora a ética profissional tente preservar os jornalistas dos rigores da lei. O direito ou a invasão de privacidade é um dos temas dos códigos de deontologia em todo o mundo. Mas antes é preciso delimitar o que é vida íntima, privada e pública. Na intimidade, o que acontece é velado e comunicável somente por iniciativa dos envolvidos. Ao contrário da esfera pública, que além de ser do conhecimento de todos, pode-se divulgar sem autorização. Na esfera privada compartilham-se os fatos e eventos com um número restrito de pessoas, logo, não são secretos, embora não se tenha a intenção de tornar público. Essa questão tem um forte impacto na relação das fontes com os jornalistas. Pois, mesmo que esses três círculos sejam claros na teoria, torna-se complexa a sua delimitação na prática, variando conforme as pessoas e as circunstâncias (SCHIMITZ, 2011, p. 67).

E é justamente por essa dificuldade de diálogo e entendimento que, na opinião de Martino e Marques (2018), faz-se necessário estabelecer regras éticas do discurso, sob pena do crescimento de tipos de violência, pois “Sem regras para a conversação, sem debate em condições de igualdade, a sociedade se fragmenta na violência e na imposição pela força. (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 79).

Martino e Marques ainda veem uma aproximação entre falta de diálogo e totalitarismo político: “Se deixarmos de lado a possibilidade de nos entender, a lei do mais forte passa a ser a única lei – e, quando isso acontece, estamos a um passo da violência e do totalitarismo político” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 79).

Para Martino e Marques (2018), “Normas são elementos importantes de definição de nossas experiências singulares e intersubjetivas, mas é preciso destacar que normas inflexíveis não se adaptam às mudanças culturais e históricas e entram em contradição com novas formas de existir” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 20). Inclusive, continuam: “Nas sociedades modernas há múltiplas noções do que é ‘moral’, sendo necessário, de saída, evitar o moralismo – isto é, impor nosso ponto de vista aos outros” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 20). Martino e Marques apontam

³⁰ “A vida privada só tem relevância jornalística se estiver crucialmente ligada a fato de interesse ou legítima curiosidade públicos” (FOLHA, 2001, p. 27).

³¹ A deontologia é um conjunto de normas, leis e condutas éticas que regem uma classe profissional, no caso, a dos jornalistas.

para a “única maneira de evitar conflitos” e essa visão confere com os estudos da cortesia/descortesia também abordados nesse trabalho. Segundo os autores,

A única maneira de evitar conflitos é fazendo que todos aceitem algumas regras comuns que demonstram o respeito pela coletividade. É preciso que cada pessoa controle seus atos, suas palavras e ações, a fim de mostrar aos outros sua disposição para viver bem (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 73).

Na opinião destes autores, “colocar-se no lugar do outro não é só uma exigência moral, mas ajuda na construção e no reconhecimento das identidades e diferenças” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 25), sendo que a mídia pode influenciar tanto negativa como positivamente na relação mútua dos indivíduos:

Os discursos da mídia podem fortalecer regras, padrões e concepções já estabelecidos, reforçando preconceitos e estereótipos, mas também podem servir para criar uma relação de solidariedade entre indivíduos que constroem juntos suas diferenças e semelhanças auxiliados por quadros morais de avaliação e julgamento recíprocos (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 25).

Exatamente pela possibilidade de a mídia ser tanto exemplo de observação quanto de infração de regras, padrões e concepções nas relações sociais que os jornalistas precisam ficar atentos aos “direitos de personalidade” (NOVAES, 2012, p. 58):

O profissional da imprensa e o veículo pelo qual ele trabalha devem tomar o cuidado de, antes de divulgar qualquer notícia, buscar todas as fontes possíveis, ouvindo, se possível, todas as partes envolvidas, conduta esta que dará mais credibilidade à matéria jornalística, além de ser inerente à própria ética profissional (NOVAES, 2012, p. 60).

Martinho e Marques (2018) lembram, inclusive, que o tratamento de conteúdos oriundos das fontes do jornalismo também merece todo cuidado na publicação de notícias. E dão um exemplo:

No jornalismo, por exemplo, as declarações das fontes são recortadas e adaptadas segundo a história que a notícia vai contar. Certamente se espera algum grau de fidelidade – caso contrário, estaríamos falando de ficção, e não de jornalismo; no entanto, mesmo quando se busca ser fiel ao que a fonte disse, há sempre uma reorganização de suas declarações (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 133).

Na esteira do entendimento da necessidade de se ater a regras, “nas demandas que envolvam a defesa de intimidade, da privacidade das partes, tal restrição tem razão

de ser, para que não haja exposição das partes litigantes, escancarando-se suas vidas privadas para a coletividade, ainda mais quando se tratar de matéria jornalística” (NOVAES, 2012, p. 92). Inclusive, segundo Novaes, a jurisprudência brasileira já dispõe de soluções objetivas em face da reiteração de fatos concretos envolvendo pessoas públicas e notórias (NOVAES, 2012, p. 68).

Araújo (2012) também aponta que, em relação ao direito à vida privada, no caso de figuras públicas: “O ‘peso’ social de certas pessoas, pela profissão que exercem, pela celebridade que alcançaram, [...] pode justificar que factos de sua vida privada sejam divulgados por exigências de interesse público” (ARAÚJO, 2010, p. 97). Portanto, Novaes conclui que, “No confronto certo entre a liberdade de imprensa e os direitos de personalidade, deve ser buscada a ponderação [...]” (NOVAES, 2012, p. 66).

Schimitz (2011) também concorda que o jornalismo se vale do conflito nas relações alheias e que, por isso, comete atropelos e desobedece a princípios que ela mesma julga estabelecer. Nas palavras de Schimitz,

O jornalismo vale-se dos conflitos, diversidade de ideias, variedade de opiniões, multiplicidade de interesses e da complexidade das relações humanas. E as “interações do jornalista com a fonte envolvem conflitos e acordos inevitáveis, porque a interlocução é viva, interessada” (Chaparro, 2001, p. 43). [...] No afã de fazer revelações de impacto, a mídia atropela alguns limites, em nome de um suposto interesse público, que ela mesma estabelece. Sobrepõe direitos, imagem e reputação, sem resguardar a idoneidade das organizações, ainda que a liberdade de imprensa não autorize tudo (SCHIMITZ, 2011, p. 61).

Conforme Araújo (2010), pode ser consenso que jornalistas se interessem por noticiar o “lado humano dos políticos e de outras personalidades influentes”. Mas é fato também o que Araújo chama de “Privacidade oferecida” (ARAÚJO, 2010, p. 92) em relação ao interesse que figuras públicas podem ter na sua exposição na mídia:

a questão mais polêmica é que as figuras públicas – essencialmente os políticos e as vedetas ligadas ao mundo do espetáculo, televisão, desporto, moda etc. – são acusados pelos meios de comunicação social de terem dois pesos e duas medidas. Quando precisam da “publicidade” dos meios de comunicação social, da qual depende muitas vezes o seu sucesso profissional, renunciam à sua intimidade e expõem-se publicamente, “abrindo” as portas de sua casa e da sua vida. Essas mesmas personalidades, noutras circunstâncias também ligadas à vida privada, em que essa exposição não vai ao encontro dos seus interesses, reagem mal à

presença e publicação de notícias pela comunicação social, originando muitas vezes a instauração de processos judiciais (ARAÚJO, 2010, p. 17, grifos da autora).

Novaes (2012) chama a atenção para o fato de que, “Além de ser verdadeira, a notícia veiculada na imprensa deve ser de interesse público, não se admitindo a publicação de fatos sensacionalistas ou de interesse particularizado de grupos” (NOVAES, 2012, p. 63). Da mesma forma, Araújo (2010) indica o problema da “lógica sensacionalista”: “Numa lógica sensacionalista, os media promovem uma justiça emocional sem contraditório, em que os suspeitos de um caso são rapidamente tratados como condenados, sem qualquer hipótese de defesa” (ARAÚJO, 2010, p. 38). Para a pesquisadora, “o crime desperta emoções, o crime ‘vende’”. Os temas relacionados com a justiça enquadram-se, assim, nos critérios de noticiabilidade” (ARAÚJO, 2010, p. 31).

Novaes (2012) também aponta que, na mídia atual, até mesmo fatos *a priori* de interesse apenas do judiciário estão cada vez mais ganhando espaço de divulgação pública e de exposição do outro: “Apesar do rigor legal, são raros os casos de condenação pelo vazamento de sigilo processual. Hoje se tornou comum assistirmos noticiários na mídia, onde é transmitida, ao vivo, a prisão de pessoas cujo processo criminal está sob total sigilo, por determinação judicial” (NOVAES, 2012, p. 94).

Sobre isso, Araújo (2010) aponta para o fenômeno da mediatização da justiça, que ocorre também em Portugal (ARAÚJO, 2010, p. 34). Araújo comenta o resultado do estudo exploratório de Rocha, de 1999, sobre a convivência da justiça com a comunicação social em Portugal, considerando as respostas de futuros magistrados e advogados, que concluiu: “a realidade construída pela comunicação social é diferente, incorrecta, deformada ou adulterada” (ARAÚJO, 2010, p. 35).

Assim, Araújo (2010) concorda com Novaes (2012) e afirma que, “A partir do momento em que os meios de comunicação social passaram a ter um maior interesse pelos casos de justiça, as questões ligadas ao segredo de justiça também ganharam novas proporções” (ARAÚJO, 2010, p. 106). Aliás, Araújo lembra bem que “a comunicação em tempo real do jornalismo choca com os tempos lentos, morosos e ritualizados de actuação da justiça” (ARAÚJO, 2010, p. 37).

Para Martino e Marques (2018), com base em leituras de Habermas, a relação de empatia favorece a vida em comunidade, porque “apenas nos colocando no lugar dos outros, alargando nosso ponto de vista para além de nossos interesses, chegaríamos a uma vida em comum” (HABERMAS *apud* MARTINO; MARQUES, 2018, p. 78). É preciso, pois, no dia a dia, ter disposição, ação, para a renovação constante de nossas relações:

Na vida cotidiana, percebemos a força das interações comunicativas como produtoras de vínculo entre as pessoas que agem reciprocamente e estão dispostas a aceitar os outros como parceiros dignos de respeito, estima e valor. Nem sempre essa disposição à tolerância e à empatia rege nossos contatos, mas a vida em sociedade só é possível porque existe um fluxo de crenças e ideias compartilhadas que se renova constantemente nas relações entre os indivíduos (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 99).

Vale lembrar com Martino e Marques (2018) que “Alimentar empatia por outras pessoas não significa amá-las nem deixar de discordar delas, mas desenvolver uma capacidade de escuta e acolhimento responsável pela ampliação do horizonte do qual um indivíduo interpreta e julga as reivindicações de seus pares” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 84).

Toda a reflexão feita até aqui se põe agora como fundamento para apreciarmos as questões relativas à fonte *off* no jornalismo, tendo em vista a sua característica primeira de anonimato, que pode ser utilizada, como será visto, como forma de transferir para um enunciador sem face um discurso que não pode ser assumido “de cara”.

1.3.2 A face protegida: Fontes *Off The Record*

**“O grau de confiança não está atrelado à verdade ou mentira.
A fonte coopera com a mídia para ser aceita socialmente
e o jornalista é cético por natureza e técnica”
(SCHIMITZ, 2011, p. 30-32)**

Muito embora a interação jornalista e fonte *off* já tenha recebido atenção em trabalho anterior (cf. MARLOW, 2016, p. 59-65), com base em autores, como Chaparro (1994), Lage (2005) e Fortes (2005), nesta pesquisa, outros pesquisadores estão sendo evocados para contribuir no aprofundamento do fenômeno no *off*, agora tendo

como objeto de estudo não mais a cooperação na interação e a relevância da informação originária do *off*, mas o seu efetivo uso, pelo jornalismo, e seus projetos para a (des)construção de faces sociais, ou seja, para a (des)qualificação do outro perante a sociedade.

Primeiramente, Schimitz (2011) afirma que são “dísparas as classificações e denominações dos tipos de fontes de notícias por pesquisadores e nos manuais de redação dos principais jornais brasileiros” (SCHIMIDT, 2011, p. 16) e que a origem do jornalista foi independente da necessidade de fontes de notícia:

A figura do repórter, por exemplo, surge por volta de 1870, por se caracterizar no tipo de jornalista que buscava a notícia (*newsgathering*), tomava notas sobre os eventos e considerava os fatos. Até então os jornalistas não perguntavam às fontes, apenas relatavam o ocorrido e emitiam suas opiniões pessoais (SCHIMITZ, 2011, p. 7).

Depois, porém, a fonte passou a interagir com o jornalista numa relação de confiança que incluir tanto compromisso de silêncio quanto origem de informação: “As fontes deixaram de apenas contribuir na apuração da notícia. Passaram também a produzir e oferecer conteúdos genuinamente jornalísticos, levando a mídia a divulgar os seus fatos e eventos, mantendo os seus interesses” (SCHIMITZ, 2011, p. 5). Inclusive Schimitz cita a categoria “fonte oficial” como a preferida da mídia, mesmo que a realidade possa ser maquiada à sua conveniência:

Alguém em função ou cargo público que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado e preservam os poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), bem como organizações agregadas (juntas comerciais, cartórios, companhias públicas etc.). É a preferida da mídia, pois emite informação ao cidadão e trata essencialmente do interesse público, embora possa falsear a realidade, para preservar seus interesses ou do grupo político (SCHIMITZ, 2011, p. 25).

Novaes (2012), por sua vez, informa que as fontes jornalísticas podem ser classificadas em internas e externas. As fontes internas são originadas da própria estrutura da atividade jornalística, como os arquivos e acervos bibliográfico, os correspondentes (ex.: *free lancers*) e outros jornalistas. Já as fontes externas estão foro do ambiente de trabalho do jornalista, como: as fontes oficiais ou formais; as fontes oficiosas ou não autorizadas; as porta-voz; as fontes autorizadas; as fontes independentes; as agências de notícias e as assessorias de imprensa.

Ainda conforme Novaes (2012), em relação à forma como a fonte é apresentada na matéria jornalística, tem-se a seguinte classificação: fonte ostensiva ou fonte sigilosa: “A primeira é identificada na matéria jornalística [...]; a segunda não aparece na notícia, ou seja, designa informação de fonte que se mantém anônima [...] e também é conhecida como *off the record*” (NOVAES, 2012, p. 104).

Schimitz (2011) afirma que “os cursos de jornalismo se ressentem de abordagens sobre as fontes, embora elas estejam na essência do trabalho jornalístico” (SCHIMITZ, 2011, p. 5). Atualmente, segundo Martino e Marques: “No campo do jornalismo [...], a qualidade do texto ou os melhores contatos com fontes estão entre as estratégias que ajudam o profissional a crescer não só em sua empresa, mas em todo o campo – o que acontece quando ele passa a ser reconhecido pelos colegas” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 182). Mas não raro, de lado a lado, a relação entre jornalista e fonte se mostra conflituosa, segundo Schimitz:

Queixam-se dos jornalistas quando utilizam recursos de linguagem, notadamente o futuro do pretérito, como condicional - suposto, envolvido - para indicar incerteza, se proteger e expor pessoas. O público assimila essa suposição como fato consumado. Em geral, as fontes também reclamam que os repórteres deturpam as suas declarações e os fatos, que pinçam frases fora do contexto. Os jornalistas defendem-se alegando subordinação a um regime de pressa, de corrida contra o tempo e espaço, o que faz incorrer em erros e distorções, “raramente premeditados” (SCHIMITZ, 2011, p. 62, grifos do autor).

De uma forma geral, conforme a definição de Herbert Gans (1980), para Schimitz, fontes de notícias são “as pessoas que os jornalistas observam ou entrevistam e quem fornece informações ou sugestões de pauta, enquanto membros ou representantes de um ou mais grupos (organizados ou não) de utilidade pública ou de outros setores da sociedade” (SCHIMITZ, 2011, p. 9). Schimitz lembra ainda a diferença entre fonte e outros atores que interagem com jornalistas:

A assessoria de imprensa não é fonte, mas ponte, por intermediar os interesses, opiniões, conhecimentos e relatos de eventos de quem assessora. Nem o porta-voz é fonte, mas uma pessoa qualificada e autorizada a dar informações, que reflitam o pensamento oficial de quem representa. Chama-se de informante “autorizado” ou “não autorizado” (também denominado de “fonte oficiosa”) quem substitui o porta-voz ou a própria fonte quando esta não pode - ou não deseja, ou ainda, desconhece,

no caso de “não autorizado” - formalizar a informação ou a sua opinião, pessoalmente (SCHIMITZ, 2011, p. 24-25, grifos do autor).

Segundo Schimitz (2011), a origem do conceito está relacionada à mitologia romana: “Fonte, deus das nascentes, filho do deus Jano e de Juturna, ninfeta das águas e mananciais” (SCHIMITZ, 2011, p. 8), e a etimologia da palavra vem do latim: “fonte: nascente de água” (SCHIMITZ, 2011, p. 8). A palavra é empregada com vários significados em contextos diferentes, inclusive no jornalismo:

Refere-se “àquilo que origina ou produz”, empregada na anatomia (têmpera), eletricidade (fonte de energia), física e química (fonte térmica, de tensão e de corrente elétrica), tipografia (caracteres), astronomia (fonte de rádio), informática, fotometria, ótica (fonte luminosa) e no jornalismo (fonte de notícia) (SCHIMITZ, 2011, p. 8).

É interessante que, conforme Schimitz (2011), o significado de fonte no jornalismo tem a especificidade de ser paradoxal, o que já aponta para algumas questões que queremos entender:

De uma “fonte limpa” espera-se origem certa, segura; mediante informação insuspeita, autorizada. Igualmente, “ir à fonte”, sugere dirigir-se a quem pode fornecer informação exata sobre algo ou explicar a origem do fato. Isso se aplica ao jornalismo investigativo, mas perde a lógica, quando a fonte age proativamente, oferecendo notícia pronta. A maioria das informações jornalísticas advém de organizações ou personagens que testemunham ou participam de eventos e fatos de interesse da mídia. O mundo moderno obriga o jornalista a produzir notícias que não presencia nem entende. Isso provocou a difusão da assessoria de imprensa, que articula as informações entre a fonte e o jornalista (SCHIMITZ, 2011, p. 9, grifos do autor).

Assim como Martins (2005), Schimidz (2011) também lembra que a regra básica da informação jornalística deve ser a citação explícita da fonte pelo convencimento do jornalista. Se não for possível, porém, a fonte pode obter a garantia do sigilo, mas com o cuidado da confirmação das informações fornecidas. No entanto, segundo Schimitz,

Muitos veículos não publicam a notícia sem essa confirmação. Outros, consideram a confiabilidade do informante. O sigilo protege explicitamente a fonte, ou seja, o jornalista que recebe a informação confidencial é autorizado a utilizá-la, desde que não revele a sua origem. Mas a fonte pode exigir que não se publique, servindo então, a informação, como uma sugestão de pauta e ponto de partida para a apuração dos fatos. Várias questões éticas envolvem a relação de jornalistas com as fontes sigilosas. Primeiro, “é direito do jornalista resguardar o sigilo de fonte”, contempla o código de ética dos jornalistas brasileiros, da Fenaj (2008) (SCHIMITZ, 2011, p. 62-67).

Ainda segundo Schimitz, a relação jornalista e fonte sigilosa envolve questões legais, éticas e deontológicas “em que o jornalista não é obrigado a revelar sua fonte, o que é assegurado na legislação das democracias contemporâneas. Mas, cabe à fonte decidir o que pode ou não ser divulgado e, ao jornalista, considerar o *off* ou não” (SCHIMITZ, 2011, p. 30-31).

O interesse específico desta pesquisa é as fontes *off the record*, abreviadas por *off*. Novaes acrescenta que, “De maneira geral, o profissional de imprensa deve sempre mencionar as suas fontes na matéria jornalística, somente fazendo uso do sigilo em casos excepcionais, ou seja, a regra é a utilização da fonte ostensiva; a exceção, a sigilosa” (NOVAES, 2012, p. 106). No entanto, esta pesquisa pretende mostrar que a exceção tem sido a regra nas notícias políticas do jornal online.

Como aponta Schimidt (2011), o emprego do *off*, em muitas situações, revela o despreparo ou a má qualidade do jornalismo ou está a serviço de (des)construção de faces sociais. Nas palavras do autor,

Ao prestar uma informação em *on*, o jornalista presume que a fonte deseja ser identificada, embora, às vezes, a identificação se faz de maneira vaga ou indireta, geralmente por incompetência do repórter, quando indica somente *status* ou função: “importante empresário”, “um participante da reunião”, “um ex-ministro” etc. Notadamente o telejornalismo adota dois pesos e duas medidas para identificar as fontes. Quando se trata de uma notícia negativa ou sensacionalista, as marcas e empresas são citadas verbalmente e com ênfase. No entanto, no caso de sucesso ou boa iniciativa, a fonte não é identificada adequadamente (SCHIMITZ, 2011, p. 29-30, grifos do autor).

Para embasamento do que se pretende, discorreremos sobre o direito à liberdade de expressão e, em seguida, o direito à informação, ambas prerrogativas que garantem ao jornalismo uma relação de explícita cooperação entre jornalista e fonte *off*.

1.3.3 A face legal: Informação e Liberdade de Expressão

**“a liberdade de expressão não pode se sobrepor
à dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF)”**
(NOVAES, 2012, p. 32)

A liberdade de pensamento e de expressão está prevista nos artigos 18 e 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. No entanto, em relação à liberdade de

pensamento, conforme esclarece Novaes, “não existe tanta preocupação do Direito com esta, já que o ato de pensar é impossível de ser limitado até mesmo em regimes ditatoriais” (NOVAES, 2012, p. 25). Todavia, Novaes lembra que “A liberdade de expressão tem também proteção constitucional em sua forma omissiva, quando [...] garante-se inclusive a não manifestação do pensamento, no intuito de a pessoa não ser obrigada a fazer prova contra si mesma” (NOVAES, 2012, p. 31).

No Brasil, a proteção à liberdade de expressão sempre esteve presente em todas as Constituições Democráticas. Mas, nas Cartas Outorgadas de 1937 e 1967, “havia, no próprio texto constitucional restrições à liberdade de expressão, as quais traduziam o período totalitário então vivenciado no País, como foi o Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Militar (1964-1985)” (NOVAES, 2012, p. 30).

Esse fato confirma que “a liberdade de expressão só tem aplicação efetiva em regimes democráticos” (NOVAES, 2012, p. 30). Aliás, Novaes afirma que “a atual Constituição Federal, de 1988, por ser fruto da redemocratização do país, [...] possui vários dispositivos de confirmam esse compromisso com a democracia e com a liberdade de expressão” (NOVAES, 2012, p. 30-31).

Considerando a realidade de Portugal, Araújo afirma que “A liberdade de expressão, tal como qualquer outro direito fundamental, não é um valor absoluto, tem vários limites legais à sua actuação” (ARAÚJO, 2010, p. 65). De igual forma, em relação à Comunicação Social brasileira, ou seja, às regras e princípios para a imprensa em geral, temos os artigos 220 a 224 da Constituição Federal. Sobre eles, Novaes afirma que

a liberdade de expressão não é absoluta, devendo adequar-se em relação a outros direitos e garantias também protegidos pela Constituição Federal. Assim, não tem guarida no Brasil o denominado *hate speech*, ou seja, manifestação de ódio, desprezo ou intolerância contra determinados grupos, motivados por preconceitos ligados à etnia, religião, gênero, deficiência física ou mental e orientação sexual, dentre outros valores (NOVAES, 2012, p. 32).

Santos (2014) também contribui com suas pesquisas sobre o termo “hate speech” e injúria verbal do discurso jurídico americano. Segundo a autora,

O termo *hate speech* e a discussão que ele envolve, são, de certa forma, restritos ao contexto legal norte-americano. Refere-se, de maneira geral, à fala com o objetivo de degradar, intimidar ou incitar a violência ou ação prejudicial contra uma pessoa ou grupo de pessoas tendo por base sua raça, gênero, origem étnica, idade, religião, orientação sexual, visão política etc. A possibilidade ou não de regular esse tipo de fala é objeto de um debate acirrado nos Estados Unidos. Embora a liberdade de expressão seja garantida pela constituição e que seja proibido qualquer tipo de regulação do conteúdo de fala pelo Estado, existem aqueles que defendem a condenação dos efeitos prejudiciais da injúria verbal através da criação de leis (SANTOS, 2014, p. 298-299).

Sobre isso, Novaes (2012) adverte que não há liberdade se há ódio e discriminação, e que “a mídia é grande formadora de opinião [...] ela pode destruir reputações ou colocar pessoas no céu, dependendo do conteúdo da matéria publicada” (NOVAES, 2012, p. 19). Mas Novaes (2012) também admite que os profissionais da imprensa necessitam de amparo legal para cumprir com a sua missão de informar a sociedade – que também é um direito do cidadão.

Uma dessas garantias legais é a de manter sob sigilo a identidade de suas fontes noticiosas. No entanto, como todo direito, é preciso que a utilização do sigilo da fonte jornalística pela imprensa nacional seja para a finalidade para a qual está garantida em lei. Nas palavras de Novaes,

a possibilidade de se divulgar fatos de interesse coletivo, sem censura do Poder Público, ocasiona na experiência de um povo ciente de todas as decisões que ocorrem no dia a dia de um determinado País, Estado ou Município, e via de consequência, oxigena e mantém o regime democrático. Para tanto, o jornalista competente necessita de instrumentos [...], sendo um deles [...] veicular uma notícia sem que seja obrigado, por quem quer que seja, a revelar a identidade da sua fonte, desde que necessário para a sua profissão. Esse mecanismo é mais conhecido como o resguardo do sigilo da fonte jornalística e no ordenamento jurídico brasileiro é garantido expressamente no art. 5º, XIV, da Constituição Federal de 1988 (NOVAES, 2012, p. 19-20).

Schimitz (2011) confirma que, no Brasil, não há norma jurídica que imponha a quebra de sigilo da fonte resguardado constitucionalmente “quando necessário ao exercício da profissão” (SCHIMITZ, 2011, p. 67), porém

Entende-se que o jornalista, ao omitir a fonte, assume o que foi revelado por ela, respondendo civil e criminalmente. Além do aspecto legal, também se configura em princípio deontológico, questionado quando infringido. Geralmente a fonte sigilosa revela informações de interesse público. Mas, também pode lançar calúnias, difamações, boatos e intrigas para medir

reações. Por isso, para falar em *off* (*off the record*) é preciso que o informante esteja investido do estatuto de fonte, configurado por uma relação contínua de confiança com o repórter ou fidedignidade (SCHIMITZ, 2011, p. 67).

Martins (2005) também se pronuncia a esse respeito e registra que discorda da posição de “Muitos que acham que o sigilo da fonte é sagrado, não podendo ser quebrado em nenhuma hipótese. O Off seria uma catedral, um templo, que, em circunstância alguma, poderia ser violado” (MARTINS, 2005, p. 57). O autor defende a possibilidade, por exemplo, de “transferência do sigilo da fonte” para o chefe da redação, por segurança, ou ainda a quebra de sigilo quando a fonte “está envolvida em um ato ilícito grave” (MARTINS, 2005, p. 57).

Aliás, Martins (2005), dentre outros, cita um exemplo dessa quebra de sigilo envolvendo uma das personalidades públicas que estão no escopo desta pesquisa: Jair Messias Bolsonaro, na época, capitão do Exército Brasileiro:

Em 1985, ao fazer uma reportagem para a *Veja* sobre a insatisfação no Exército com os baixos soldos, a repórter Cássia Maria Rodrigues ouviu, em off, do então capitão Jair Bolsonaro, hoje deputado, a informação de que ele e outros jovens oficiais pretendiam explodir bombas em lugares públicos para chamar a atenção para o problema. Diante da gravidade da situação, a revista decidiu quebrar o off e revelar o nome do autor da ameaça, para que as autoridades pudessem tomar providências rapidamente. A meu ver, *Veja* acertou (MARTINS, 2005, p. 57).

Novaes (2012) afirma, inclusive, que o Brasil é um dos países mais avançados em termos de legislação sobre liberdade de imprensa. Segundo ele, a consequência do seu bom uso da liberdade de imprensa pela mídia “será sempre um forte instrumento para preservação do regime democrático em que vivemos” (NOVAES, 2012, p. 20). Portanto, com base em Javier Restrepo, citado por Pereira Junior (2006, p. 60), Novaes reproduz os sete cuidados prévios à garantia do sigilo da fonte que a mídia precisa dispensar:

1. Se a situação permite, revele a identidade de suas fontes. A notícia tem maior credibilidade e futuras fontes reconhecerão suas regras básicas;
2. Confidencialidade, só para proteger alguém relativamente indefeso, cuja vida ou trabalho pode ser ameaçado, ou pode perder a capacidade de continuar fonte;
3. Não abuse de fontes ingênuas. Não se deixe abusar por fontes sofisticadas;
4. Não admita confidencialidade posterior, não acordada nos encontros com a fonte;

5. Não deixe fonte anônima amparar-se na confidencialidade para atacar ninguém;
6. Lembre do poder da imprensa: você está em posição de causar dano ou benefício;
7. Uma vez que prometa confidencialidade, mantenha sua palavra (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 60, *apud* NOVAES, 2012, p. 107-108).

Expondo a realidade do jornalismo de Portugal, Araújo (2010) afirma que a tentativa de impor responsabilidades e de exigir a prestação de contas é um assunto que causa “algum ‘melindre’ e resistência na classe jornalística, pois é quase sempre encarada como uma forma de limitar a liberdade de expressão, como uma forma de controlo e censura” (ARAÚJO, 2010, p. 28). Araújo entende que “a relação das leis de imprensa de um país não é apenas uma garantia constitucional ou um estatuto especial para a imprensa, mas contém uma filosofia política na sua base” (ARAÚJO, 2010, p. 17).

Na opinião de Araújo (2010, p. 16-17), “os jornalistas fazem da sua visão da ética a principal (ou idealmente mesmo a única) base para o seu trabalho, que tem, no seu próprio discurso, sempre uma ligação à necessidade de ampla liberdade como garantia da democracia”. E complementa: “Um especial destaque deve ser dado à responsabilização perante os sujeitos das notícias e as fontes, já que estes dois grupos são os que potencialmente podem ter as suas vidas mais afectadas, quer positiva, quer negativamente, pela atividade jornalística” (ARAÚJO, 2010, p. 29).

Sobre a responsabilização criminal das leis constitucionais, Novaes (2010) aponta que a jurisprudência brasileira difere da “posição da Suprema Corte norte-americana, na qual, sob enfoque na Primeira Emenda³², se entente que é livre qualquer manifestação e pensamento, mesmo de ódio e preconceito” (NOVAES, 2012, p. 33). Segundo Novaes, no caso brasileiro,

Nosso ordenamento jurídico pune o abuso da liberdade de expressão. Além da responsabilidade civil do ofensor, o Código Penal prevê vários crimes relativos ao excesso da manifestação do pensamento, tais como os delitos de calúnia (art. 138), difamação (art. 139), injúria (art. 141), ato obsceno (art. 233), escrito ou objeto obsceno (art. 234), incitação ao crime (art. 286), apologia de crime ou criminoso (art. 287). Há também previsão de ilícito em leis penais extravagantes, como, por exemplo, o crime de racismo (Lei 7.716/89), de divulgação ou publicação por qualquer meio, de simulação e

³² Primeira Emenda à Constituição Norte-Americana: “O Congresso não legislará no sentido de estabelecer uma religião, ou proibindo o livre exercício dos cultos; ou cerceando a liberdade de palavra, ou de imprensa, ou o direito do povo de se reunir” (ESTADOS UNIDOS, 2010).

participação de criança ou adolescente em cena sexo explícito (art. 241-C, parágrafo único, Lei 8,069/90), entre outros (NOVAES, 2012, p. 34-35).

Ainda sobre responsabilidade e responsabilização da imprensa, Schimitz (2011) contribui com a afirmação de que,

Em princípio, o jornalista é responsável pelo que divulga, mas raramente responsabilizado pelo que faz de errado. Isto é, a sua responsabilidade esgota-se ao revelar o que considera verdadeiro, por isso não condiciona a veiculação de uma verdade relevante às possíveis consequências, ainda que saiba quais sejam os efeitos. Enfim, o jornalista exerce uma função pública, para a qual não foi eleito, servindo simultaneamente aos interesses públicos e à organização privada que vende a notícia e gera lucros (SCHIMITZ, 2011, p. 57-58, grifos do autor).

Se há, na Carta Magna, regras bem claras quanto à proteção ao direito de livre expressão – a principal bandeira do jornalismo na sua missão de noticiar –, é de se estranhar que não haja um órgão regulador dos meios de comunicação de massa previsto pela Constituição Federal, ou melhor, que não haja um órgão com poderes para, de fato, regular os meios de comunicação. Conforme explica Novaes,

O art. 224 da Constituição Federal determina a criação, pelo Congresso Nacional, do Conselho de Comunicação Social, como órgão auxiliar do Poder Legislativo, para fins de regulamentar todas as disposições estabelecidas na Constituição, nos arts. 2020 a 223. [...] De qualquer modo, por ser um mero órgão auxiliar do Congresso Nacional, o Conselho de Comunicação Social [...] não possui funções deliberativas, mas sim consultivas, sendo, para Fábio Konder Comparato, um órgão de “pomposa inutilidade” (2001, p. 164) (NOVAES, 2012, p. 51).

Para Novaes (2012), essa lacuna na Lei proporciona o surgimento e o agravamento de muitos problemas do jornalismo brasileiro, inclusive ligados a favorecimento político. Segundo o autor,

O que, infelizmente, não caminha bem em nosso país é a forma pela qual o jornalismo é aplicado principalmente na mídia eletrônica (televisão, rádio e internet). Isso porque, além de existir vícios de concessão desses serviços públicos, com o apadrinhamento político pelo Congresso Nacional, instituição que concede tais autorizações de funcionamento, hoje a imprensa brasileira está nas mãos de poucas pessoas, as quais compõem verdadeiros impérios de comunicação social. Por outro lado, é tímida a fiscalização da programação e no conteúdo dos programas veiculados pelos meios de comunicação eletrônica, onde a população nacional é tratada como mercadoria e o objetivo dos donos do quarto poder é voltado tão somente para o lucro e a captação da audiência (NOVAES, 2012, p. 142).

Araújo (2010) afirma que “Todos os países têm o seu próprio conjunto de leis de imprensa. As fontes e os objetivos destas leis reflectem juízos de valor políticos e socioculturais de cada sociedade ao pesar na balança a liberdade de imprensa e os seus valores concorrentes” (ARAÚJO, 2010, p. 17).

Schimitz (2011) lembra, inclusive, que os primeiros códigos de ética e deontológicos estavam aquém da preocupação com relações profissionais e se tornaram uma estratégia de resistência a interferências dos poderes públicas. Segundo o autor,

Os primeiros códigos de ética e deontológicos dos jornalistas aparecem no começo do século XX, inicialmente na França (1918), Estados Unidos da América (1923), Suécia (1923), Finlândia (1924), Itália (1928), Noruega (1936) e Inglaterra (1938). Nota-se a proliferação de múltiplos códigos, que utilizam a estratégia da ética: fixar suas próprias normas para dissuadir os poderes públicos de intervir na regulamentação (SCHIMITZ, 2011, p. 59).

No entendimento de Novaes (2012), com o qual concordamos, direitos não podem ocasionar abusos, ou seja, a convivência das pessoas em regime democrático não pode ser confundida e servir de justificativa para a liberdade de manifestação sem limites através da “propagação de ideias preconceituosas ou ilícitas, devendo qualquer abuso ser efetivamente combatido, justamente para ser garantia a ordem, mantendo-se a paz social” (NOVAES, 2012, p. 35).

Sendo assim, passamos a analisar mais detidamente sobre a premissa do direito à informação, o qual se concretiza numa relação de mãos duplas: o direito de informar (da imprensa) e direito de ser informado (do cidadão).

O jornalismo tem a prerrogativa de instituição que presta o serviço de informar a sociedade (MARTINS, 2005; LAGE, 2005). No entanto, a Unesco (2019) aponta uma série de problemas – dentre eles o *trolling* – que, atualmente, colocam em risco o direito de o jornalismo informar e o direito do cidadão de ser informado. Segundo a Unesco,

Em alguns casos, os jornalistas foram alvo de [...] *trolling* – tentativas deliberadas de “enganar, desinformar, confundir ou pôr em risco jornalistas” ou suas fontes potenciais com o compartilhamento de informações destinadas a distraí-los e direcioná-los de forma inadequada. Alternativamente, os jornalistas podem ser enganados para que compartilhem informações imprecisas que alimentem uma falsa interpretação

dos fatos ou, quando revelado como falso, que diminuam a credibilidade do jornalista (e da organização de notícias com a qual eles são afiliados). Em outros casos, eles enfrentam ameaças digitais projetadas para expor suas fontes, violar sua privacidade para expô-las a riscos ou acessar seus dados não publicados (UNESCO, 2019, p. 118).

A Unesco (2019, p. 118), inclusive, denuncia o *troolling* financiado por governos que mobilizam “esquadrões digitais de ódio” com a finalidade de “acalmar comentários críticos e suprimir a liberdade de expressão” e alimentar ora incitação ora intimidação online através do

assédio e violência online (às vezes rotulado como *trolling*) desproporcionalmente experimentados pelas mulheres e frequentemente de natureza misógina. Isso pode fazer com que jornalistas, fontes e comentaristas sejam submetidos a fluxos de abuso online, falsas alegações sobre sua conduta, deturpação de suas identidades ou ameaças de danos destinados a humilhá-los e arruinar sua confiança, desacreditá-los, desviar sua atenção e, por fim, abater suas reportagens. Enquanto isso, em muitos lugares do mundo físico, o abuso projetado para reprimir a reportagem crítica continua, com o perigo adicional de agora ser alimentado pela incitação e intimidação online (UNESCO, 2019, p. 118).

Conforme Araújo (2010), na sociedade atual, acontecem, com frequência, casos de conflito entre o direito de informação e outros direitos pessoais, que atentam contra o direito ao bom nome e reputação de um indivíduo, ou à imagem e à reserva da vida familiar, por exemplos, valores esses que são constitucionalmente protegidos (ARAÚJO, 2010, p. 65). Araújo comenta, inclusive, que, em Portugal, “O crime de difamação é aquele que maior conflitualidade tem com a liberdade de imprensa, o que justifica que seja este o tipo de processo judicial que mais vezes é instaurado aos jornalistas” (ARAÚJO, 2010, p. 74).

Schimitz (2011) estabelece que o jornalismo precisa fazer uma correta distinção entre “fonte de informação” e “fonte de notícia” ao veicular conteúdos de fontes “no sentido de que qualquer informação está disponível a alguém. Já a fonte de notícia necessita de um meio de transmissão, de um mediador, que faça circular o seu conhecimento ou saber” (SCHIMITZ, 2011, p. 8).

Novaes (2012) concorda com Schimitz (2011) ao dizer que a liberdade de imprensa visa proteger o direito de se veicular notícias de interesse público, o que é de suma

importância para a manutenção da democracia, mas que impõe ao jornalismo o exercício da ética. Nas palavras de Novaes,

A notícia é a divulgação de um fato ou de um acontecimento, por veículo jornalístico, a qual pode ser veiculada com juízo de valor, que é a crítica [...], o que acarreta num pluralismo de ideias e, via de consequência, na existência de um povo esclarecido sobre os fatos de interesse público, contribuindo para a manutenção da democracia. A mídia, por sua vez, deve exercer seu mister de forma responsável, ou seja, divulgar fatos verdadeiros, de interesse geral, atuando com ética e, na medida do possível, com neutralidade (NOVAES, 2012, p. 38).

Com a proposição de mensurar o grau de democracia no mundo, todos os anos a organização Repórteres Sem Fronteiras (RSF) divulga uma classificação de cerca de 180 países em termos de liberdade de imprensa, apurada conforme relatórios de jornalistas membros de organizações parceiras da RSF.

Sendo assim, utilizando dados publicados por Novaes e atualizados para esta pesquisa, temos o Brasil posicionado em 58º (2010), com sucessivas quedas para 99º (2011), 105º (2019) e 107º (2020). Sobre a colocação do Brasil em 2011, Novaes aponta que

A justificativa para o Brasil estar apenas na 99ª posição, segundo o relatório dos Repórteres sem Fronteiras, diz respeito à censura prévia imposta a alguns veículos de comunicação por determinação da justiça e pelo fato de perseguição a profissionais da imprensa, principalmente no norte e nordeste, onde ocorreram até mesmo assassinatos de jornalistas. A conclusão do referido relatório é que no Brasil a liberdade de imprensa vive momento “delicado” (NOVAES, 2012, p. 41, grifos do autor).

Já sobre a atual posição do Brasil, 107º lugar em 2020, o RSF informa que o país vive “Um clima de ódio e desconfiança alimentado pelo presidente Bolsonaro”. E esclarece:

Ameaças, agressões, assassinatos... O Brasil continua sendo um país particularmente violento para a imprensa, com dezenas de casos de jornalistas assassinados nos últimos anos. Na maioria, esses comunicadores, repórteres, locutores de rádio, blogueiros e outros atores da comunicação cobriam e investigavam tópicos relacionados à corrupção, políticas públicas ou crime organizado, particularmente em cidades de pequeno e médio porte em todo o país, nas quais são mais vulneráveis. A eleição de Jair Bolsonaro em outubro de 2018, após uma campanha marcada por discursos de ódio, desinformação, violência contra jornalistas e desprezo pelos direitos humanos, marcou a abertura de um período especialmente sombrio para a democracia e a liberdade de imprensa. O presidente Bolsonaro, seus parentes e vários membros do governo insultam e difamam alguns dos mais

importantes jornalistas e meios de comunicação do país, promovendo um clima de ódio e desconfiança do jornalismo no Brasil. Além disso, o horizonte midiático ainda é bastante concentrado no país, sobretudo nas mãos de grandes famílias, com frequência, próximas da classe política. O sigilo das fontes é com frequência questionado e muitos jornalistas investigativos são alvo de processos judiciais abusivos (RSF, acesso em 26 dez. 2020, grifo nosso).

A considerar o exposto pela RSF, o cenário do jornalismo brasileiro piorou exponencialmente desde 2012. Como não é o foco discutir todos os tópicos estampados pela ONG, e considerando o trecho grifado, podemos inferir que, se os jornalistas são questionados sobre o anonimato de suas fontes, pode estar ocorrendo infrações a direitos democráticos. Por isso, Novaes afirma que “a preservação da liberdade de imprensa é luta contínua de todos países democráticos” (NOVAES, 2012, p. 118).

Também a Unesco aponta uma série de riscos ao jornalismo e seus profissionais e fontes que estão interligados aos fenômenos de “fake News”:

O problema da desinformação e da informação incorreta que lesam o jornalismo verossímil e as informações confiáveis aumentaram drasticamente na era das redes sociais. As consequências incluem o ataque deliberado a jornalistas e outros editores, junto com suas fontes, que procuram verificar ou compartilhar informações e comentários. Os riscos associados podem debilitar ainda mais a confiança no jornalismo, juntamente com a segurança dos jornalistas e suas fontes (UNESCO, 2019, p. 118).

Portanto, “o sigilo da fonte jornalística não se trata de privilégio da imprensa, e sim de instrumento importantíssimo para a divulgação da notícia. Isso porque existem fatos, de interesse público, que jamais seriam publicados pela mídia se não houvesse esse mecanismo” (NOVAES, 2012, p. 106) porque sabemos da “relação de confidencialidade entre jornalista e fonte, a qual revela a este fatos secretos que tem conhecimento, autorizando sua divulgação, desde que sua identidade seja preservada” (NOVAES, 2012, p. 109).

Mas Schimitz (2011) também chama a atenção para o lugar social das fontes e os interesses da mídia. Segundo ele, “As fontes deixaram de apenas contribuir na apuração da notícia. Passaram também a produzir e oferecer conteúdos genuinamente jornalísticos, levando a mídia a divulgar os seus fatos e eventos, mantendo os seus interesses” (SCHIMITZ, 2011, p. 5).

Inclusive, Schimitz (2011) nos lembra sobre os estudos da primeira tese de jornalismo, que justamente abordou a questão da credibilidade das fontes: “[a] primeira tese sobre o jornalismo [...] já abordava a credibilidade e variedade de fontes, alertando para a necessidade de ouvir várias pessoas para confirmar a veracidade dos fatos” (SCHIMITZ, 2011, p. 5).

Novaes (2012) afirma que, em “relação de confiança entre a fonte e o jornalista, essa questão é mais voltada ao campo ético que jurídico” (NOVAES, 2012, p. 109). Inclusive, existe um Código de Ética Jornalística seguido por esses profissionais (NOVAES, 2012, p. 110).

No entanto, conforme Novaes (2012), a advertência do jornalista Luiz Costa Pereira Junior (2006) quanto ao emprego de informações de fonte *off* precisa ser considerada pelos próprios jornalistas:

Confidencialidade exige cautela. Os entrevistados podem usar o jornalista para passar informação maliciosa e mentir sem arcar com as responsabilidades. [...] Há procedimentos para evitar tropeços. Um muito importante é publicar informação obtida por *off* só quando confirmada por outras evidências, checar a idoneidade da fonte e conhecer o terreno em que se pisa. Confrontar, e comprovar, informação é regra de ouro. Se não há outro meio que não o sigilo, então o critério é explicar a razão do anonimato, sem revelar a identidade da fonte (PEREIRA JUNIOR, 2006, p. 59, *apud* NOVAES, 2012, p. 92).

Mesmo que “apenas quem trabalha diretamente com o veículo de imprensa, na sua atividade principal, que é a divulgação de notícia, tem autorização constitucional para preservar sua fonte” (NOVAES, 2012, p. 117-118), “as garantias constitucionais não podem nunca servir de escudo para prática de ilícitos” (NOVAES, 2012, p. 125). Afinal, “o abuso no uso do sigilo não é amparado pela Constituição Federal” (NOVAES, 2012, p. 127).

Novaes (2012) deixa bem claro que “o amparo ao sigilo da fonte não acobertará a prática de ilícitos pelo profissional da imprensa, ou seja, se o jornalista estiver mancomunado com a sua fonte sigilosa para o exercício de condutas ilícitas, ele será normalmente investigado pela polícia” (NOVAES, 2012, p. 131). E mais,

Essa garantia de não revelar a fonte sigilosa, nem mesmo em juízo, não é ponto pacífico no direito comparado, sendo inclusive, essa questão resolvida de outras formas em outros países democráticos, como nos Estados Unidos da América, em que a recusa do jornalista na revelação da identidade da fonte protegida pode lhe custar a própria liberdade, por configurar crime de desacato (NOVAES, 2012, p. 130).

No entanto, ao mesmo tempo em que Novaes (2012, p. 138) adverte que “inventar uma fonte não é um bom negócio para o jornalista”, o autor afirma que “a imprensa brasileira usa e abusa do sigilo da fonte mesmo em ocasiões nas quais não se vislumbra o seu devido resguardo para a divulgação da notícia [...] esse procedimento é utilizado de forma banal, corriqueira (NOVAES, 2012, p. 138).

Na mesma convicção com que diz que a imprensa brasileira negligencia o bom uso de fontes de informação sigilosa, Novaes (2012) afirma ser “evidente que a Constituição Federal não abriga os desmandos dos jornalistas, os quais, para exercer sua ocupação, inventam fontes sigilosas, cometem crimes com os seus interlocutores secretos, permitem que estes atinjam a honra de outrem sem serem identificados” (NOVAES, 2012, p. 146) e que “o mau jornalismo também é prejudicial ao regime democrático e deve ser punido com rigor” (NOVAES, 2012, p. 147).

Por fim, Schimitz (2011) tem recomendações a fazer, fundadas na ética, aos jornalistas e às fontes,

alertando os jornalistas sobre a complexidade das relações de forças, interferências, ações e interesses das fontes, que delas devem exigir transparência, em benefício do público. Também [...], indicando às fontes, como andar no campo minado do jornalismo, percebendo a dinâmica desse relacionamento, para agir de forma ética e em pé de igualdade (SCHIMITZ, 2011, p. 5).

Portanto, ao definir a esfera jornalística como “campo minado”, Schimitz (2011) oportuniza agora uma análise na perspectiva comercial do jornalismo, a fim de percebermos, por esse ângulo, aspectos que também contribuam para o entendimento do projeto de dizer e fazer sobre as personalidades públicas de nossa sociedade.

1.3.4 A face institucional: Ética e Capital Social

“como qualquer sociedade empresarial, os veículos de imprensa também visam lucro e são remunerados por patrocinadores, incluindo propagandas governamentais”
(NOVAES, 2012, p. 42)

Bocayuva e Veiga (1992) apontam uma definição para modelo o capitalista em que se inserem as organizações³³ em nossa sociedade: “complexo de dominação autoritário, burocrático, estamental, tecnocrático, racista e sexista, mantenedor do desenvolvimento desigual na formação histórica brasileira” (BOCAYUVA; VEIGA, 1992, p. 192). Portanto, Bocayuva e Veiga afirmam que o capitalismo produz uma sociedade alienada e contraditória, pois

A sociedade capitalista destrói ou fragmenta os sistemas de valores particulares, separando de maneira abstrata a economia da política e esta da moral. Do mesmo modo, separou o trabalhador do seu produto e de si mesmo através do desenvolvimento da força de trabalho transformada em mercadoria, isto é, pelo regime assalariado e pelo sistema fabril com as máquinas (BOCAYUVA; VEIGA, 1992, p. 256).

Conforme explica Thompson (2003), as origens da globalização estão historicamente associadas pela expansão do mercantilismo, ao longo dos séculos XV e XVI, mas especialmente marcadas pelo desenvolvimento da industrialização nos séculos XVII, XVIII e XIX. No entanto,

A produção industrial tornou-se sempre mais importante como uma fonte de poder econômico e político para as nações centrais, enquanto as regiões periféricas se tornaram cada vez mais dependentes dos mais poderosos [...]. O desenvolvimento do sistema global foi esporádico e desigual, refletiu flutuações na atividade econômica e fundamentais assimetrias na distribuição de poder (THOMPSON, [1995] 2003, p. 136).

E especialmente sobre a globalização da comunicação, Thompson (2003) afirma que suas origens são um fenômeno do século XX, “Pois foi durante esse século que o fluxo de comunicação e informação em escala global se tornou uma característica regular e penetrante da vida social” (THOMPSON, [1995] 2003, p. 143). Inclusive,

³³ Por organizações entende-se “unidades sociais deliberadamente constituídas e reconstituídas para atingir metas. São baseadas em divisões de trabalho, poder e responsabilidades de comunicação e planejadas para a realização de determinados objetivos” (MATOS, 2009, p. 2014, *apud* SANTIAGO, 2011, p. 317).

afirma ele, “a globalização da comunicação tem sido também um processo estruturado e desigual que beneficiou mais a uns que a outros, e que incluiu mais rapidamente algumas partes do mundo nas redes de comunicação global do que outras” (THOMPSON, [1995] 2003, p. 143).

Pesquisando sobre o crescimento das indústrias da mídia no último século, Thompson (2003) aponta para um cenário de “sofrimento” em decorrência do “crescimento dos conglomerados da comunicação [...] e suas atividades predatórias, em muitos contextos facilitadas pelo relaxamento nos controles do governo” (THOMPSON, [1995] 2003, p. 73-76).

A superação desse modelo capitalista, segundo os autores, passa pelo estabelecimento da moral nas relações sociais: “Os atores políticos devem buscar estabelecer parâmetros de consenso moral em relação a toda e qualquer ação ou projeto, deixando em aberto aos indivíduos, em caso de qualquer divergência de consciência, a escolha quanto à sua participação” (BOCAYUVA; VEIGA, 1992, p. 261), tendo em vista que “*Não existe uma modalidade única de consciência político-moral portadora da verdade que oriente a práxis*” (BOCAYUVA; VEIGA, 1992, p. 251, grifos dos autores).

Portanto, é preciso buscar entender, nesta pesquisa, que imagem o jornalismo toma para si perante a sociedade, quais valores de seu capital social sustentam seu *ethos* institucional e, por fim, como esse organismo se enquadra e atua num universo nitidamente capitalista e globalizado, pois, conforme Schimitz (2011), as organizações refletem imagens que as identificam na cabeça dos públicos ou das pessoas com as quais mantém contato direto ou indireto.

Dessa forma, abordar essa questão ética e comercial se faz premente, pois o entendimento que se tem é que “O circuito industrial de produção da mídia não leva em conta, em primeiro lugar, as questões de representação, ética ou moral na discussão pública. Seu maior compromisso, num sistema pautado pelo lucro, não é outro senão o lucro” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 131).

Com base em Rego (2004), Santiago afirma que “as organizações, tanto privadas como públicas, funcionam como parte da sociedade e, como entes sociais, precisam ter voz e vez na democracia” (SANTIAGO, 2011, p. 338). Assim também, seus relacionamentos determinam “a imagem institucional da organização” (SANTIAGO, 2011, p. 339).

E mais, Santiago (2011) entende que as organizações, em geral, atuam num cenário de constantes mudanças nos campos econômico, social e político, o que exige “ações efetivas que as tornem sempre competitivas, preservando a reciprocidade e a cooperação como princípios centrais de sua interação com diferentes públicos de interesse e setores sociais” (SANTIAGO, 2011, p. 317).

Para Santiago (2011), missão, visão e valores são elementos que formam a identidade organizacional, que ajudam na compreensão dos objetivos da constituição de uma organização e que, portanto, não podem ser considerados algo ultrapassado:

a missão de uma organização é a expressão atuante de um compromisso compartilhado e a visão está relacionada ao seu futuro. Valores são aqueles elementos que conduzem os relacionamentos pautados pela ética, ou, em outras palavras, a maneira de tratar as pessoas dentro e fora da organização (SANTIAGO, 2011, p. 326).

Segundo leituras de Santiago (2011), “A construção e a consolidação de organizações exigem, no mundo de hoje, a presença de relações de confiança mútua senso de propósito e capacidade de trabalho coletivo, elementos estes subjacentes ao conceito de capital social” (VALLE *et al.*, 2006, p. 46, *apud* SANTIAGO, 2011, p. 317).

A noção de “capital social”, desenvolvida também por Bourdieu (1998), tornou mundialmente conhecida por sociólogos e cientistas políticos, entre outros. Diversos pesquisadores estudam o capital social nas organizações que, em suma, refere-se a valores – como virtude cívica, solidariedade, moralidade, confiança, respeito, reciprocidade, bem comum, coesão social e participação – constituídos a partir de interações entre atores sociais (SANTIAGO, 2011, p. 323).

Caillé (2011) afirma que as diversas “chaves” para o desenvolvimento da sociedade não estão no capital econômico, mas no capital social. Dentre essas chaves, ele cita:

“Confiança, associações, democracia, explicitação de direitos de propriedade, sistema jurídico transparente e eficiente, administração eficaz” (CAILLÉ, 2011, p. 19). O autor aponta estudos de Putnam, outro renomado pesquisado do conceito, que relaciona o declínio da democracia ao “aumento do individualismo – consequência do declínio do capital social” (CAILLÉ, 2011, p. 20).

Santiago (2011) utiliza uma definição sucinta de Recuero (2009), de que “capital social refere-se a um valor constituído a partir das interações entre os atores sociais” (RECUERO, 2009, p. 44, *apud* SANTIAGO, 2011, p. 317), mas a autora se esmera em explicá-lo, com base em outras leituras:

O conceito de capital social não tem aspectos homogêneos na literatura. A maioria dos autores concorda apenas que se trata de um valor relacionado às conexões sociais, ou seja, obtido através do pertencimento a um grupo social (Coleman, 1988; Bourdieu, 1983; Putnam, 2000; Lin, 2001). Assim, o capital social constitui-se em recursos que são mobilizados através das conexões sociais, única e exclusivamente. [...] observa-se o caráter do capital social como aquele recurso cujo acesso é facilitado pelo pertencimento a uma rede social. Como socialmente o pertencer a um grupo não é um fato dado, mas algo que requer investimento de recursos pessoais (tais como tempo, sentimentos e etc.), podemos dizer também que o capital social está também relacionado com o investimento de cada ator na rede social que está, por sua vez, relacionado as expectativas que o ator tem de retorno (Lin, 2001). Como recurso, o capital social é passível de acumulação e transformação em outras formas de capital, como o econômico (Bourdieu, 1983) e o humano (Coleman, 1988) (RECUERO, 2012, p. 599-600).

Caillé (2011) afirma que “Ninguém ignora atualmente que o sucesso de um país, de uma região ou de uma organização depende tanto de seu capital social quanto de seu capital econômico” (CAILLÉ, 2011, p. 19), mas Santiago (2011) lembra que o capital social nas organizações nem sempre é positivo, correto ou ético, pois existe também o capital social negativo:

Desvio de verbas ou fraudes financeiras, por exemplo, podem ser fruto de uma relação de confiança entre colaboradores mal-intencionados que compartilham de um mesmo objetivo. O mais comum, em casos divulgados pela imprensa, é percebermos a existência de uma verdadeira “rede” com esse propósito, até envolvendo pessoas externas à organização. Afinal, uma rede social que tem origem no ambiente corporativo também transfere o resultado das interações entre seus atores para aplicação no ambiente externo em suas conexões (SANTIAGO, 2011, p. 332).

Segundo Schimitz (2011), os objetivos dos jornalistas “estão alinhados às metas das organizações jornalísticas e não respondem somente à sociedade, mas prioritariamente ao público dos seus veículos de comunicação”, ou seja, o “*ethos* jornalístico” está nivelado à produtividade e à competitividade (SCHIMITZ, 2011, p. 78).

Assim, para considerarmos o “*ethos*” institucional, as interações sociais são imprescindíveis. Tomadas quase sempre como sinônimos, ética e moral³⁴, de fato, têm quase a mesma origem, mas há uma sutil diferença em relação à formação de caráter de um indivíduo. Martino e Marques (2018) entendem a ética como exame racional dos valores morais que orientam as ações. Assim, ela nasce quando há a possibilidade de escolha individual – o que, imediatamente, implica responsabilidade individual (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 15). Para os autores, no caso da comunicação, a ética está diretamente ligada à maneira como construímos nossa relação com os outros” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 10).

Segundo Martino e Marques (2018), as ideias que fundamentam a ética nas relações de comunicação – a comunicação como um fenômeno humano – antecede as atividades profissionais” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 11). Para eles, “a ética, como reflexão crítica acerca dos preceitos morais, implica justamente o questionamento, a reformulação e justificação das condutas por nós adotados em busca do bem-viver” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 29).

Ainda segundo Martino e Marques (2018), “A história mostra que os valores fundamentais de uma época podem não significar absolutamente nada em outra. [...] Os valores éticos, do mesmo modo, não podem ser dissociados da cultura que os produz e dentro da qual eles são válidos” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 59) e que a “A própria visão dos fundamentos éticos de uma ação, e até mesmo de um fato,

³⁴ “O termo ‘ética’ vem do grego ‘ethos’, que significa, ao mesmo tempo, ‘hábito’ e ‘caráter’. Em sentido mais antigo, ‘ethos’ significava ‘lugar onde se mora’ ou ‘habitação’. [...] Assim, o caminho para que o indivíduo tivesse um bom caráter era cultivar nele, desde pequeno, bons hábitos. Daí a importância das condições sociais de vida, isto é, do ‘lugar onde se mora’, de nosso ‘habitat’ para a formação do caráter de alguém. [...] Quando, na filosofia medieval, buscou-se uma tradução para ‘ethos’, a palavra mais próxima foi ‘mores’, que liberalmente significa costume. Por isso, em alguns casos, a expressão ‘bons costumes’ também está associada à moral. Da palavra ‘mores’ nasce a moderna palavra ‘moral’ (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 17-18, grifos dos autores).

varia de acordo com a concepção racional que se tem dela” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 61).

Nesse sentido, Schimitz lembra como a mídia pode ser usada para idealizar e manter uma identidade socialmente aceita, uma imagem de fachada, dissociada, muitas vezes, do que se é, de fato, pois

as organizações empenham-se, equivocadamente, em formar uma identidade: como querem ser vistas, percebidas, ou seja, os atributos que as distinguem uma das outras. Usam a mídia para firmar uma identidade idealizada, buscando ser o que realmente não são. Por exemplo, uma indústria tabagista proclamar-se socialmente responsável. Então, chama-se a ética para tratar dessa dissociação (SCHIMITZ, 2011, p. 52-53).

Assim, Schimitz (2011) chama a atenção para a credibilidade das empresas jornalísticas no sentido de sua responsabilidade com a qualidade dos seus serviços que prestam à sociedade. Schimitz (2011) lembra, por exemplo, que as fontes usam estratégias para obter visibilidade na esfera pública, legitimar a identidade organizacional ou pessoal e formar uma imagem positiva associada à credibilidade e à boa reputação, e que, “Do ponto de vista jornalístico, isso pouco importa. Nem mesmo a natureza promocional de uma informação (Lage, 2001, p. 69)” (SCHIMITZ, 2011, p. 14).

Nesta esteira, Schimitz (2011) relaciona alguns problemas que estão diretamente relacionados à ética empresarial e cívica do jornalismo, especialmente em consequência da gestão de identidade, imagem e reputação que as fontes empreendem:

Já a fonte [...] a sua responsabilidade está vinculada ao resultado do que informa ou não. Segue um modo singular de dizer, com base nos seus interesses, não necessariamente na verdade, mas no que acredita. Fala positivamente de si e, eventualmente, de forma negativa ou neutra de outrem, para validar o que comunica. As organizações estão continuamente expostas às questões éticas e sociais advindas de suas decisões. Respondem pela degradação do meio ambiente, produtos nocivos à saúde, propaganda enganosa, atendimento ao público, corrupção, desempenho econômico e financeiro etc. Afinal, não competem apenas pelo mercado, mas também para conquistar uma boa reputação. Uma nova ética empresarial e cívica foi introduzida no mundo dos negócios e no serviço público no final do século XX, trazendo impactos ao capital intangível das organizações: imagem, reputação, confiança e rentabilidade (SCHIMITZ, 2011, p. 58).

No entendimento de Schimitz (2011), é justamente porque os interesses e os objetivos das fontes de notícias e dos jornalistas não são exatamente os mesmos, embora um dependa do outro, que há a confrontação da ética das fontes com a deontologia dos jornalistas (SCHIMITZ, 2011, p. 54). Para o autor, para além da ética tradicional, o jornalismo deve se pautar numa ética do dever e numa ética da responsabilidade:

Regula-se por normas e valores aplicados à prática profissional, independentemente das consequências que possa provocar. Refere-se à ética do dever, quando se está absolutamente convicto sobre algo. Trata-se do compromisso com a verdade jornalística, objetividade etc. Ao contrário da ética tradicional, não segue a cartilha do certo e do errado, mas a ponderação de um caráter incorporado por alguém. Ou seja, uma ação bem intencionada [sic] pode produzir consequências desastrosas, mas isto não é responsabilidade do jornalista e sim das evidências que não se confirmaram ou dos equívocos das fontes. Já a ética da responsabilidade relaciona um fato à causa final, tem caráter teleológico, ensina Weber. Centra-se nas consequências, nos resultados, na avaliação dos riscos. Embora o jornalista seja responsável pelo conteúdo e reflexo fiel dos fatos, ele não se guia pela responsabilidade das consequências (SCHIMITZ, 2011, p. 57, grifos nossos).

Portanto, considerando que o jornalismo elenca uma série de públicos que mantêm uma interrelação, vale refletir sobre os valores que fundamentam o capital social da instituição, o que está relacionado também com a imagem institucional da empresa jornalística na sociedade. Souza (2019) inicia fazendo uma crítica à imprensa como “empresa prestadora de um serviço público” e como “partido político”:

A grande imprensa é uma grande empresa que se disfarça, mentindo para seus leitores e telespectadores, e “tira onda” de serviço público. Como “partido político”, é a instituição que consegue arregimentar e convencer sua clientela, coisa que os partidos elitistas como o PSDB só conseguem hoje em dia em bolsões regionais. O partido verdadeiramente nacional da elite endinheirada é a grande imprensa (SOUZA, 2019, p. 164).

Segundo Castellano (2011), a realidade de uma indústria jornalística submetida a interesses econômicos de grandes grupos empresariais é o caso brasileiro, mas não só. Castellano (2011) afirma que a imagem da mídia, no mundo todo,

está comprometida com o lucro, com a garantia do funcionamento e a manutenção do *status quo* do mundo capitalista, em que as pessoas são estimuladas a ser consumidores e a não formular um pensamento crítico, o qual seria fundamental à democracia (CASTELLANO, 2011, p. 190).

Araújo (2010) lembra que, no caso do jornalismo, “as consequências da lógica mercantilista [...] produz uma submissão aos critérios comerciais”. Além disso, os

jornalistas são frequentemente “acusados de gozar de uma certa impunidade, de um ‘poder sem responsabilidade’[...]” (ARAÚJO, 2010, p. 18, grifos da autora).

Na opinião de Araújo (2010), o jornalismo é negócio, a informação é mercadoria, o cidadão é consumidor e “os media competem entre si não só pelas audiências, mas também pela publicidade, fontes e investidores, procurando retorno de investimento e lucro, o que traz implicações na função social do jornalismo” (ARAÚJO, 2010, p. 22). Nas palavras da autora,

Considerada como uma mercadoria, a informação é orientada pelo princípio da rentabilidade e, conseqüentemente, concebida para vender. [...] Dentro dessa lógica empresarial, o jornalismo como serviço público vai dando assim, cada vez mais, lugar ao jornalismo como negócio [...] sendo agora o público encarado mais como consumidor do que como cidadão (ARAÚJO, 2010, p. 23).

Martino e Marques (2014) concordam com Araújo (2010), quando afirmam: “O jornalismo, até então um instrumento de ação político, progressivamente se transforma em uma mercadoria, produto elaborado pelas empresas de comunicação” (MARTINO, 2014, p. 92).

Souza (2019) complementa a afirmação de Martino e Marques (2014) quando entende que o capitalismo, “além de ser a forma dominante de produzir mercadorias materiais, como salsichas e roupas, [...] também passa a ser a forma dominante de produção de mercadorias simbólicas, como a informação e o conhecimento” (SOUZA, 2019, p. 131). Segundo Souza, “A ausência de pluralidade de informações e opiniões na grande imprensa gera seres humanos facilmente influenciáveis e manipuláveis, incapazes de pensar por si mesmos” (SOUZA, 2019, p. 136).

Souza (2019) e Martino (2014) concordam em afirmar que há uma parcela economicamente poderosa para manipular autoridades e instituições: “Nada muda significativamente com a elite do dinheiro, que compra o Parlamento, sentenças de juízes, a imprensa e o que mais for necessário” (SOUZA, 2019, p. 114). Com base em Habermas, Souza afirma que o exercício do poder político também se legitima discursivamente, para além do poder do dinheiro e das formas de violência física e simbólica (SOUZA, 2019, p. 128).

Martino (2014) continua dizendo que, em consequência disso, tem-se a alteração também da noção de “esfera pública” e “interesse público”, pois

passa a haver uma tensão constante entre o interesse público e o interesse do mercado na constituição da Esfera Pública que, por sua vez, deixa de ser apenas um espaço de debates políticos para se converter em um lugar de disputa entre os interesses do Estado, das empresas e das corporações (MARTINO, 2014, p. 93).

Souza (2019) contribui com esse entendimento afirmando que o sufrágio universal e a educação para todos “abre a possibilidade de uma esfera pública mais inclusiva” (SOUZA, 2019, p. 130). No entanto, o autor também faz um alerta: “As esferas estatais, públicas, e privadas, do mercado, passam a formar um único contexto funcional, a partir da privatização do Estado pelo capitalismo organizado [...], processo esse acelerado pela concentração de capitais” (SOUZA, 2019, p. 130). Portanto, Souza (2019) é da opinião que se faz necessária uma esfera pública de conteúdo não estatal que se forma a partir da mudança das atividades da imprensa, ou seja,

de uma atividade meramente informativa e manipulativa do que interessa ao Estado tornar público, em favor da concepção de um veículo, de um ‘fórum’ apartado do Estado. É esse fórum de pessoas com capacidade de julgar que permite a formação de uma opinião pública crítica que introduz, pela primeira vez, a questão da legitimidade discursiva da política (SOUZA, 2019, p. 125).

Schimitz (2011) entende que, na relação entre jornalismo e suas fontes, há sempre divergências e oposições no entendimento de “interesse público” e “interesse particular”, mas que, de ambos os lados, esse conceito é trabalhado, conforme a conveniência, para “interesse do público”. Segundo o autor,

Recai sobre as fontes a imputação de que fazem publicidade através de discursos particulares, travestidos de interesse público. Está aí, uma das contradições da informação jornalística. O interesse pela notícia é público e o interesse público é o que a opinião pública diz que é (SCHIMITZ, 2011, p. 55, grifos do autor).

Em relação à esfera particular, Martino entende que a privacidade tenha sido transformada em uma mercadoria de alto valor no jornalismo, afinal,

dados a respeito de quem se é, do que se gosta, dos hábitos de consumo e da vida particular de uma pessoa tornam-se um elemento crucial em uma economia baseada na informação com vistas ao consumo. Se, no

capitalismo, nada é imune à transformação em mercadoria, em uma sociedade capitalista conectada a informação a respeito do indivíduo torna-se um dos mais importantes elementos de troca” (MARTINO, 2014, p. 118).

Mas, segundo Martino (2014), “A esfera particular, no caso, não deixa de ter igualmente um teor político na medida em que esse pode ser um espaço privilegiado de resistência, tensão e dissenso, a partir da experiência individual, às questões específicas” (MARTINO, 2014, p. 119).

Pollyana Ferrari (2014) cita, como exemplo das relações comerciais no jornalismo, que “as agências noticiosas são as principais âncoras de fornecimento de notícias para os sites jornalísticos. A grande maioria dos portais utiliza material produzido para revistas e jornais – tudo através de parcerias estratégicas” (FERRARI, P., 2014, p. 56). Aliás, a sobrevivência da notícia escrita dependerá desses veículos especializados, “ainda que chegue ao consumidor por via eletrônica, projetada em terminais de vídeo” (FERRARI, P., 2014, p. 60).

Também sobre relações comerciais, Schimitz (2011) lembra o quanto as fontes – entendidas aqui como empresas e suas respectivas assessorias com as quais o jornalismo interage – determinam as pautas e inclusive fornecem seus “conteúdos prontos” para a mídia, fazendo do jornalismo apenas o “mediador entre quem produz a notícia e o público, devido aos custos para obter a informação, ao enxugamento das redações, à proliferação de assessorias e agências de comunicação e à capacitação das fontes para o relacionamento com a mídia” (SCHIMITZ, 2011, p. 11-12). Nas palavras do autor,

O saber do jornalismo também é construído pela fonte, [...] cada vez mais as fontes fornecem conteúdos prontos para uso. Segundo os americanos Harvey Molotch e Marilyn Lester (1974), mesmo quando os jornalistas (*News assemblers*) produzem as notícias, são pressionados pelas fontes (*news promoters*) a alterar o enfoque ou aceitar as notícias produzidas por elas, principalmente quando apresentadas no enquadramento (*frame*) de interesse do público (SCHIMITZ, 2011, p. 11-12).

Schimitz (2011) lembra, inclusive, que o protagonismo das fontes acarreta o “encastelamento” dos profissionais nas redações, que se rendem à comodidade da informação pronta, o que “transforma os jornalistas em editores das notícias produzidas pelas fontes” (SCHIMITZ, 2011, p. 11). Segundo Schimitz,

Estrategicamente, a fonte apresenta seus conteúdos seguindo os processos jornalísticos: release estruturado com título curto, atraente, verbo de ação; lide³⁵ com a essência da notícia; “ganchos” que estimulam a leitura; texto carregado de objetividade, inclusive no estilo que recomendam os manuais de redação” (SCHIMITZ, 2011, p. 11-12).

O protagonismo das fontes, citado por Schimitz (2011), está relacionado ao investimento em treinamento que as grandes organizações fazem para que a informação repassada para a mídia já esteja em qualidade de publicação, garantindo sua aceitação pelo jornalista. Nas palavras do autor,

Quanto maior a visibilidade da organização, maior a sua preocupação com a qualidade das informações disponibilizadas para a mídia. Daí, a decisão da realização de treinamento (*mídia training*) para desenvolver ações sistemáticas de relações com os jornalistas, notadamente na preparação para a contingência e gestão de crises. Na capacitação das fontes e porta-vozes são revelados os métodos, ritos e atitudes de repórteres e editores. Aborda inclusive o universo particular dos jornalistas: os jargões, truques, como percebem e interpretam os valores de notícia (SCHIMITZ, 2011, p. 17).

Dessa forma, Araújo (2010) entende que muitos problemas causados e enfrentados pelo jornalismo têm origem na sua condição de empresa subordinada ao objetivo do lucro. Segundo a autora,

a submissão às exigências e aos critérios comerciais abre caminho para as “derrapagens” deontológicas na imprensa e nos meios audiovisuais. A falta de rigor e exactidão, o sensacionalismo, o exagerado uso de fontes anônimas, o desrespeito pela presunção de inocência e a invasão da vida privada são alguns dos erros de conduta da comunicação social (ARAÚJO, 2010, p. 27).

Schimitz (2011) também percebe a disputa e o jogo de interesses que se coloca na relação entre jornalistas, assessores de imprensa e fontes. Nas palavras do autor,

Entre as fontes, e por conseguinte assessores de imprensa, e jornalistas se estabelece uma relação de amor e ódio. Pois os interesses que movem um lado e outro não são idênticos. Há uma disputa velada entre os “dois lados do balcão”, principalmente dos assessores que evitam conflitos ostensivos em público (SCHIMITZ, 2011, p. 39).

³⁵ “O lide tem por objetivo introduzir o leitor na reportagem e despertar seu interesse pelo texto já nas linhas iniciais. Pressupõe [...] a idéia mais significativa [...] o aspecto mais curioso ou polêmico [...] a declaração de maior impacto ou originalidade de um personagem. [...] Se os fatos são urgentes e fortes, eles tendem a impor ao lide um estilo mais direto e descrito, respondendo às questões principais em torno do acontecimento (o quê, quem, quando, como, onde, por quê, não necessariamente nessa ordem)” (FOLHA, 2001, p. 28).

Por fim, apesar de reconhecer o conflito de interesses de lado a lado, com base nas leituras de Chaparro, Schimitz (2011) evoca os valores e princípios do jornalismo. Nas palavras do autor,

o jornalista não deve temer nem desprezar o interesse privado, pois são legítimos e representam os conflitos da atualidade. Aliás, o que se opõe a um interesse particular é outro interesse particular. Para Chaparro (2009), é certo que “sem os discursos e ações dos interesses particulares em conflito, o jornalismo não teria o que noticiar”. Além disso, muitas das notícias vertem dos discursos conflitantes e ações dos interesses privados. Mas, os valores e princípios do jornalismo – verdade, honestidade, correção, lealdade, respeito, equilíbrio, justiça, imparcialidade – orientam a ética jornalística, mesmo lá onde não fizer sentido nem tiver cabimento [...] (SCHIMITZ, 2011, p. 55-56).

Sendo assim, na opinião de Martino e Marques (2018), é fato que o contexto capitalista e globalizante prioriza o lucro em detrimento do capital social positivo, pois

As disputas de poder, seja na política, nas organizações ou mesmo na família, os jogos de interesse nos quais tudo é feito com segundas intenções, o individualismo e a competitividade do hipercapitalismo parecem não deixar espaço para que se fale em valores ou ética. No entanto, é justamente por isso que precisamos discutir os procedimentos e os critérios que fundamentam esses procedimentos (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 55).

Martino e Marques (2018) também lembram de Austin para justificar a preocupação ética com a linguagem no jornalismo, afinal as palavras,

como lembra o filósofo inglês John Austin, não são apenas representações do que pensamos. Elas *mudam* nosso pensamento e nossas atitudes. Nesse sentido, *palavras são ações*. E, talvez, justamente por conta disso, a preocupação ética com a linguagem seja tão importante. Se *palavras fazem coisas, o que fazemos com elas* não pode ser desligado de nosso caráter, de nosso *ethos*, de nossa ética (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 89, grifos dos autores).

A pesquisa adentra agora no território da Linguística, revisando as teorias escolhidas para analisarmos o *corpus* dos “bastidores” das notícias políticas que, através de seus enunciados, executam uma ação e um projeto de dizer em relação a figuras públicas referenciadas pelas fontes anônimas.

2 LINGUÍSTICA SOCIOCOGNITIVA-INTERACIONAL: INTERFACE LINGUÍSTICA TEXTUAL E PRAGMÁTICA

“a crença na autossuficiência de fatores linguísticos para negociação de sentido(s) não mais se sustenta”
(CAPISTRANO JÚNIOR, 2017, p. 104)

O discurso é, para a ciência, um objeto complexo e, assim, exige do pesquisador escolha de abordagem entre várias perspectivas possíveis. Van Dijk relaciona, por exemplo, que discurso é “uma forma de uso da linguagem”; “uma forma de comunicação humana”; “uma forma de interação social”; “é produzido por instituições e organizações sociais” e “membros de grupos sociais”; as estruturas e regras do discurso “podem variar em diferentes culturas”; a produção e a compressão do discurso se dá por “processos mentais” e a análise desse discurso tem importância nos estudos das leis, da educação e da política. Todos esses campos requerem análises ora diferenciadas – dadas algumas limitações -, ora combinadas entre si (VAN DIJK, 2017, p. 95).

Portanto, considerando toda essa complexidade, Van Dijk (2017) assim entende um modelo ideal de análise do discurso: “que cada estrutura ou estratégia de discurso seja descrita em termos gramaticais, pragmáticos, cognitivos, sociocognitivos, sociológicos, antropológicos e políticos e suas interrelações” (VAN DIJK, 2017, p. 95).

Neste trabalho, assumimos a visão que considera conjuntamente fenômenos sociais e mentais para o estudo da comunicação humana: o posicionamento teórico da linguística sócio-cognitiva-interacional. Sócio-cognitivo porque a apreensão da realidade, a interpretação, o sentido, são construções, negociações, entre participantes do ato comunicativo, tendo em vista processos cognitivos, como *frames*, memória, conhecimento de mundo, conhecimentos prévios e compartilhados etc. Interacional porque o estudo da língua ultrapassa os domínios formais do texto e do contexto e concebe a linguagem como ação e interação entre sujeitos, num contexto, considerando as condições de seu uso.

Sob esse olhar teórico, temos em vista a análise do fenômeno objeto desta pesquisa – o emprego do *off*, uma fonte de face anônima, no jornalismo online, em notícias

políticas, como projeto de um querer dizer para a (des)construção de outra face social exposta à cadeia midiática (inter)nacional – em função das possibilidades do uso sociolinguístico-interacional da linguagem: “os processos mentais e as representações, bem como a interação social adequada em situações de comunicação, mediada por modelos mentais de situações de conversação, bem como situações em que as pessoas falam, escrevem, ouvem e leem” (VAN DIJK, 2017, p. 113).

A concepção não internalista da linguagem interessa às disciplinas da Linguística Textual (doravante LT) e da Pragmática, tendo em vista que a cognição se dá para além das habilidades mentais, pois é um fenômeno dependente de uma inter-relação complexa. Segundo Morato, especificamente sobre a LT,

Essa concepção não internalista de texto e de cognição está presente na agenda da LT de uma forma geral, mas tem se mostrado particularmente decisiva nos últimos anos, de forma a impulsionar e sistematizar os estudos sobre referenciação, sobre o desenvolvimento e a gestão do tópico discursivo, sobre a relação entre interação e conceptualização na construção do sentido textual (MORATO, 2017, p. 422).

Salomão (2013) aponta, por exemplo, as possibilidades teóricas da LT em referência à teoria dos espaços mentais, como um “um instrumento adequadamente poderoso para explicar a dinâmica da interpretação em tempo real” (SALOMÃO, 2013, p. 15). Segundo a autora, a teoria dos espaços mentais

focaliza a dimensão cognitiva do desdobramento do discurso em planos epistêmicos; as relações referenciais realizam-se nestes domínios, por natureza temporários, que constituem ferramentas do processamento discursivo: os “*espaços mentais*” [...] internamente especificados por herança, seja de bases de conhecimento estabilizado (modelos culturais, *scripts*, esquemas conceptuais), se de outros espaços mentais previamente originados. Sendo assim, sua especificação é sempre parcial, atendendo exclusivamente às necessidades comunicativas de enquadramento ou de especificação (SALOMÃO, 2013, p. 155, grifos da autora).

Morato (2017) também relaciona alguns enfoques de estudos cognitivos, muitos dos quais estão na agenda da LT e da Pragmática:

enquadres cognitivos de tamanho e escopo variados, como modelos de contexto (van Dijk, 2008), modelos cognitivos idealizados (Lakoff, 1987), frames semânticos e interacionais (nos termos anunciados por Fillmore,

1982; e Goffman, 1974 – e já expandidos por tantos autores na atualidade), metaforidade (focalizada por linguistas cognitivos desde o trabalho pioneiro de Lakoff e Johnson em 1980) são tão importantes quanto as expressões referenciais para a manutenção, a continuidade e a gestão do tópico, bem como para a coerência discursiva e a coesividade comunicacional, funcionando como “âncoras sociocognitivas” do processamento textual (MORATO, 2017, p. 420).

Além do já exposto, esta pesquisa pretende estabelecer pontos de contato teóricos entre a LT e a Pragmática Linguística para uma análise de *corpus* numa dimensão de interação mediada pelo uso de computadores ou de dispositivos móveis de acesso à internet, ampliando o universo de investigação da linguagem, conforme explicam Marquesi e Cabral:

Se o século anterior viu nascer a internet, que aproximou os seres humanos, rompeu espaços e permitiu o acesso rápido à informação, o século XXI insere no cenário o que se conhece por tecnologia *mobile*, ou tecnologia móvel, [...] amplia as possibilidades tecnológicas e nos faz rever a noção de tempo e espaço, já que, praticamente, tudo o que se veicula via Web está acessível pelo telefone e pelos *tablets*, em qualquer momento e lugar (MARQUESI; CABRAL, 2017, p. 477).

De forma geral, os estudos do texto e do discurso têm suas origens em várias disciplinas das humanidades e ciências sociais e, assim como os estudos da comunicação, inicialmente de forma monodisciplinar, ou seja, dentro das disciplinas “mães”, termo de van Dijk (VAN DIJK, 2017, p. 95). Segundo o autor,

após a década de 1970, [...] o estudo do texto, e do discurso mostrou uma maior influência de outras disciplinas, que [...] começou a se fundir um campo multidisciplinar de Estudos do Discurso, como ocorre atualmente [...] [embora] a integração teórica está longe de ser perfeita [...] o estudo multidisciplinar do discurso está em sua infância teórica (VAN DIJK, 2017, p. 95).

Conforme expõem Cintra e Penhavel (2017), depois de vencidas duas fases anteriores – a transfrástica e a da gramática de textos –, a LT chegou ao Brasil efetivamente a partir da década de 1980, tomando por objeto o texto e a construção textual do sentido, focando em estudos sobre princípios de processamento linguístico, os quais

promovem a integração de enunciados de modo a torná-los uma unidade linguística capaz de propiciar a construção de sentido. Tais princípios incluem também os sete fatores de textualidade/textualização apresentados por Beaugrande e Dressler (1981), quais sejam, coesão, coerência, situacionalidade, informatividade, intertextualidade, intencionalidade e

aceitabilidade [...] tratados por Marcuschi (2008, p. 97) como “critérios de acesso à produção de sentido” (CINTRA; PENHAVEL, 2017, p. 220).

Na década de 1980, Luiz Antônio Marcuschi e Ingedore Grunfeld Villaça Koch, foram pioneiros na LT para os estudos que envolvem texto e cognição no Brasil. É de Marcuschi a seguinte definição da LT: “o estudo das operações linguísticas, discursivas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção e processamento de textos escritos ou orais em contextos naturais de uso” (MARCUSCHI, 2008, p. 73).

Já na década de 1990, Koch afirma que os estudos da LT se inclinavam para uma perspectiva sociointeracional da linguagem e, em consequência, para o estudo de processos e estratégias sociocognitivos da produção e compreensão textual (KOCH, 1999, p. 171). Koch também situa quais eram os fenômenos textuais de interesse das pesquisas naquele momento da história da LT no Brasil, o que inclusive levava a um diálogo com outras áreas das Ciências Humanas, especialmente as Ciências Cognitivas de modo geral:

Os principais objetos de pesquisa, dentro do enfoque mencionado, têm sido a estrutura e o funcionamento da memória, bem como as formas de representação dos conhecimentos, seu acesso, utilização, recuperação e atualização, por ocasião do processamento de textos; as principais estratégias de ordem sócio-cognitiva, interacional e textual postas em ação durante o processo de produção/intelecção; e, ainda, as estratégias de “balanceamento” do implícito/explicito (KOCH, 1999, p. 171).

Ao apresentar a Pragmática Linguística, Lins afirma ser necessário deixar de lado o estudo sobre uso da língua estruturalista tradicional e partir para uma análise que considere as escolhas do falante, o “uso da língua condicionado pelas diversas situações sociais” (LINS, 2012, p. 35). Com base em suas leituras de diversos pesquisadores, a autora relembra alguns dos muitos conceitos da Pragmática, todos centrados numa situação de uso linguístico:

Para Cristal (2000, p. 206), a Pragmática refere-se “ao estudo da LÍNGUA do ponto de vista dos usuários, em especial as escolhas feitas, as RESTRIÇÕES encontradas ao usar a língua em interação social e o efeito de seu uso sobre outros participantes em um ato de comunicação” (grifos do autor) [...], Trask (2006, p. 232) define a Pragmática como um ramo da lingüística que “estuda como enunciados comunicam significados num contexto” [...] Reyes [1988] declara que a pragmática se ocupa de estudar o significado linguístico, e não o significado das palavras isoladas do contexto” [...] Green [1996] ressalta

que [...] a crença, a intenção (ou propósito), o planejamento e a ação deve estar dentro das noções centrais da Pragmática. Yulle (1996) acrescenta [...] “Pragmática é o estudo relacionado ao que é dito pelo falante (escritor) e interpretado pelo ouvinte (leitor)” [...] Levinson (2007), ao tentar uma definição, [...] a Pragmática [...] tenta explicar facetas da estrutura linguística por referência a questões não lingüísticas (LINS, 2012, p. 36-37).

Van Dijk (2017) também aponta os estudos da polidez e dos atos de fala como parte do escopo da Pragmática, sinalizando para o interesse em ação, interação e relações sociais entre participantes, apesar da “arbitrariedade”³⁶ desses interesses, que lhe é característica:

O âmbito da Pragmática é, de fato, bastante arbitrário, porque logo também outras noções fundamentais foram sendo estudadas sob esse rótulo, como a noção de polidez (Brown; Levinson, 1987). Esses estudos são “Pragmática” porque são formulados em termos de ação e interação, por um lado, e em termos de relações sociais entre os participantes, por outro. Algumas dessas condições já foram formuladas em estudos filosóficos sobre atos de fala [...]. Mas no estudo bem mais empírico e linguístico da polidez (cortesia), o foco estava em estruturas linguísticas específicas [...] que apresenta como a deferência e outras relações sociais de “face” são determinadas na conversação (VAN DIJK, 2017, p. 103).

Como esclarece Morato, “Integrando-se texto e contexto nas viradas pragmáticas e sociocognitiva da LT (cf. Marcuschi, 2002), a noção de texto passa a ser compreendida como sendo de natureza processual, com foco na análise e na explicação da unidade textual em uso” (MORATO, 2017, p. 402), considerando-se uma realidade que é construída sociocognitivamente pelos falantes.

Portanto, nesta pesquisa, a interface LT e Pragmática reunirá algumas de suas principais teorias – os fenômenos da referenciação de objetos-de-discursos e os estudos dos atos de fala e da polidez linguística – para compreendermos as intenções do emprego do *off* em relação a um projeto de dizer visando (des)construção de faces públicas nas notícias políticas do jornalismo online. Essa interface é plenamente possível, conforme defendem Lins e Capistrano Júnior:

Embora se reconheçam as diferentes bases epistemológicas dessas disciplinas e suas respectivas categorias analíticas, acreditamos que a inserção de pressupostos e categorias da Pragmática pela LT possibilita aos estudiosos do texto uma complementação de dispositivos teórico-metodológicos e uma compreensão mais alargada de fenômenos interacionais. A recíproca é verdadeira, uma vez que categorias analíticas da

³⁶ Que não se explica pela lógica, pela moral ou por verdades universais.

LT, como a referenciação [...], podem auxiliar os pragmaticistas numa visão mais ampliada de aspectos interacionais e como essas categorias podem ou não afetar a imagem social dos sujeitos e de suas intenções (LINS; CAPRISTRANO JÚNIOR, 2017, p. 15).

Todas estas contribuições auxiliam no entendimento da proposição desta pesquisa, de observação e análise do uso linguístico das fontes *off* no jornalismo. A seguir, revisitaremos as ideias da LT e da Pragmática Linguística e suas respectivas teorias que servirão de base para a análise do *corpus* evidenciado nesta pesquisa.

2.1 EM FACE DA LINGUÍSTICA TEXTUAL (LT)

**“uma representação sincera, honesta, séria,
liga-se menos firmemente com o mundo real
do que se poderia à primeira vista supor”**
(GOFFMAN, 1975, p. 71)

FIGURA 1 – O lugar da Linguística Textual



FASE 1: LT de perspectiva sintático semântica (anos 60)
FASE 2: LT de perspectiva pragmática (final dos anos 70)
FASE 3: LT de perspectiva cognitiva (Anos 80)
FASE 4: LT de perspectiva sociocognitiva interacional (atualidade)

Fonte: CAPISTRANO JÚNIOR; ELIAS, 2019, p. 97

A Figura 1, de Capistrano Júnior e Elias, representa a evolução da LT “por meio do diálogo com outras disciplinas não só da Linguística, mas também das Ciências Humanas, com o intuito de compreender e explicar o texto, considerando toda a complexidade que lhe é atribuída” (CAPISTRANO JÚNIOR; ELIAS, 2019, p. 98). Esse processo evolutivo já se encontra na quarta de sucessivas fases, com início nos anos 60 até a atualidade.

Lins e Capistrano Júnior (2017) apontam que os trabalhos da LT no Brasil têm apresentado consenso em algumas concepções e contextos, os quais entendemos ser importantes também para esta pesquisa:

- i) a concepção de língua como atividade cognitivo-interativa altamente complexa de produção de sentidos (MARCUSCHI, 2007), visão que implica considerar aspectos socioculturais, interacionais e cognitivos de forma imbricada e mutualmente constitutivos;
- ii) a visão plástica de contexto, entendido como uma construção negociada, situada e dinâmica, cuja (re)configuração pressupõe os sujeitos, seus papéis sociais, suas crenças, seus conhecimentos e os diversos elementos que os participantes de uma interação tomam como relevantes em eventos comunicativos específicos (KOCH, 2004; KOCH; CUNHA-LIMA, 2004; VAN DIJK, 2012);
- iii) a concepção de texto como constructo, entendido como evento discursivo, “o próprio lugar da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos (KOCH, 2008, p. 19). Entender o texto como uma entidade multifacetada (KOCH, 2004; KOCH; ELIAS, 2016b) implica considerar que aspectos sociais e culturais e processos cognitivos são subjacentes e indissociáveis das ações textuais dos sujeitos; e os elementos linguísticos e não-linguísticos presentes na superfície textual (explicitude do texto) não são autossuficientes nem portadores de um sentido completo. Daí o entendimento de que texto e contexto estão intrinsecamente vinculados (LINS; CAPISTRANO JÚNIOR, 2017, p. 17).

Como dito, para os pesquisadores da LT, há “consenso em torno do seu objeto, o texto: que ele é constituído por fatores internos e externos à língua” (MORATO, 2017, p. 394). Assim, “Uma das interfaces recentes e mais promissoras da LT é com o estudo sociocognitivo do texto [...]. Essa perspectiva não apenas a faz receber influência dos estudos cognitivos da linguagem, como contribuir com eles” (MORATO, 2017, p. 395).

Capistrano Júnior (2017, p. 106) aponta que, com base em Koch e Elias, para a LT o texto é uma construção processual de sentidos, influenciadas por fatores intersubjetivos, sócio-históricos, culturais e cognitivos simultaneamente. Por conseguinte, o contexto é um conjunto de suposições construídas na interação que orienta para a escolha de sentidos satisfatórios em cada ato comunicativo.

A LT também considera as práticas textuais em mídias sociais digitais, cujos textos em suas características “não lineares, não delimitados, multimodais e poliautorais” (LINS; CAPISTRANO JÚNIOR, 2017, p. 18) podem ser analisados. Tendo em vista

que o fenômeno do *off* em análise ocorre em notícias políticas do jornalismo online, interessa à pesquisa, na seção seguinte, abordar como autores da LT, especialmente, observam texto e gênero adaptados para os ambientes de interação humana mediada por tecnologias.

2.1.1 Operações cognitivas de construção da realidade

“Construída e constituída nas/em práticas sociais, a linguagem é acima de tudo um ato performativo: normativo e transgressivo e, simultaneamente, sujeito e ação construindo sentidos”
(OLIVEIRA, 2012, p. 120)

Marques e Martino (2018) percebem e registram a necessidade de discussão sobre a mídia e o impacto que ela imprime sobre a realidade social porque “O jornalismo, como atividade social, responde a uma demanda de informações relacionadas a questões de interesse público e do bem-estar coletivo. Demanda, aliás, que independente do jornalismo e existe muito antes dele” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 150).

Sobre isso, Souza (2019) chama a atenção para o autoritarismo da mídia ao afirmar que ela produz uma leitura “tosca e arbitrária” da realidade produzida por intelectuais³⁷ e a compartilha transformando-a em “crença social”. Segundo ele,

90% do que se passa por ciência e que vai ser a substância do (falso) debate midiático é, na verdade, justificação social e política, sob o uso legitimador do prestígio científico, de relações fáticas de dominação, para que não se compreenda como o mundo social funciona, dando a impressão de que sabemos tudo e que somos adequadamente informados (SOUZA, 2019, p. 93).

Morato (2017) inicia lembrando que os estudos do texto relacionados à cognição vão se avolumando a partir dos anos 1990 e, com base em Koch, explica as bases dessa perspectiva teórica. Segundo a autora,

³⁷ “Diversos sentidos têm sido dados ao termo intelectuais. Em um primeiro sentido, aparece como uma categoria ou um grupo social particular detentor de um nível de instrução superior [...] e que exerce profissões especializadas. [...] Em uma segunda acepção, menos exata, intelectuais seriam os escritores, cientistas, artistas e estudiosos, isto é, aqueles que adquiriram notoriedade pública através da cultura e, assim, têm uma possibilidade de intervir nos debates da sociedade. O terceiro sentido vem do pensamento de Antonio Gramsci (1891-1937) [...]. Ele, que entendia a política como ‘um caso especial de mobilização cultural’, ampliou o sentido do conceito quando definiu que *intelectuais são todos os trabalhadores que, em maior ou menor grau, portam uma especialização e desempenham um papel organizativo, diretivo ou conectivo na sociedade*” (BOCAYUVA; VEIGA, 1992, p.195-196).

O vetor epistemológico da relação entre texto e cognição vai se afirmando no decorrer dos anos 1990. Em 2002, Koch afirma, enfatizando uma perspectiva de texto *qua* cognição, isto é, texto enquanto construção do conhecimento: “Os textos como forma de cognição social permitem ao homem organizar cognitivamente o mundo. É em razão desta capacidade que são excelentes meios de intercomunicação, bem como de produção, preservação e transmissão do saber. (p. 177)” (MORATO, 2017, p. 395, grifos da autora).

Conforme Morato (2017), a concepção de cognição de base sociogênica tem marcado a trajetória mais recente dos estudos do texto, como os que focam as relações intertextuais a partir de uma concepção sociointeracional de cognição. Nas palavras da autora,

o modo pelo qual a língua refere e emoldura o mundo e é por ele modulada tem sido uma questão para diversos quadros conceituais da Linguística (cf. Marcuschi, 2002, 2007). Dentro desse espírito, ao tomar como objeto de estudo o texto e os diferentes fatores envolvidos na construção do sentido, a LT mobiliza ações como conhecimento, inferência, interação e contexto, dentre outras; isso tem aprofundado seu envolvimento com a problemática cognitiva (MORATO, 2017, p. 396).

Portanto, “A cognição, desse modo, não apenas é concebida em termos de uso e de prática, ela é *situada* e “modelar”, isto é, constitui-se como formas e construtos organizados de representação da realidade, contextual e socioculturalmente definidos ou ancorados” (MORATO, 2017, p. 396, grifos da autora). Dessa forma,

O interesse de estudiosos do texto por domínios, esquemas e enquadres sociocognitivos tais como *frames*, metáforas, contexto, mesclagem ou rituais e molduras comunicativas (cf Salomão, 1999) é um índice das vantagens teóricas e analíticas da concepção sociogênica de cognição na investigação de fenômenos textuais. Não é por acaso que o estudo da categorização, por exemplo, base de nosso sistema conceptual (Lakoff, 1987), tem dominado tanto a pesquisa de terreno da LT, quanto no da Linguística Cognitiva (MORATO, 2017, p. 396).

Morato (2017) nos aponta como a cognição é compreendida numa perspectiva sociogênica, que ressalta a natureza sociocultural de nossa vida mental:

Em uma perspectiva sociogênica, a cognição é compreendida como um conjunto de processos por meio dos quais somos capazes de organizar o mundo em termos simbólicos e nele atuar de forma semioticamente variada, adquirindo, armazenando, construindo e modificando conhecimentos em meio a práticas sociais situadas e compartilhando-as no decurso de nossas mais variadas *inter-ações* (MORATO, 2017, p. 400, grifos da autora).

E mais, segundo Morato (2017), a abordagem sociogênica explica a cognição não como a existência de uma faculdade mental individual e inata alocada em nosso cérebro, mas como um conjunto de processos e fatores biológicos, culturais, cognitivos (incluindo-se aí a cognição linguística), sociais, corporais, psicoafetivos, dentre outros, com os quais compreendemos e atuamos no mundo (MORATO, 2017, p. 400). Portanto, Morato aponta um compromisso conceitual e analítico da LT, ao relacionar texto e cognição, ou seja,

não é apenas conceitual, é também analítico, uma vez que uma das vantagens da LT é precisamente basear-se não apenas em *processos* (gramaticais, cognitivos, sociais), mas também em *modelos* ou *construtos* (enquadres, rituais sociais, *scripts*, *frames* etc.) de natureza textual, baseados nas ações dos indivíduos em relações de natureza constitutiva entre texto e contexto, entre informações dadas e novas, entre conteúdo explícito e implícito, entre fatores internos e externos, entre verbal e não-verbal (MORATO, 2017, p. 401-402).

Morato (2017) lembra que, “a partir dos anos 1980, a noção de cognição com a qual passa a trabalhar a LT é menos psicogênita e instrumental e mais predominantemente sociogênita e funcional” (MORATO, 2017, p. 403). Nesta perspectiva,

Para se compreender o texto como forma de cognição é preciso ter em conta que por ele conceptualizamos o mundo, compartilhamos intenções, perspectivamos os processos de significação, semiologizamos seu conteúdo de produção, reconhecemos de forma intersubjetiva nossos interlocutores e suas intenções comunicativas, relacionamos, dentre outros, determinados aspectos e motivações sociais, cognitivas, culturais, linguísticas e emocionais na produção do sentido (MORATO, 2017, p. 404).

Neste sentido, o interesse pelo estudo do processamento cognitivo do texto abre perspectivas de pesquisa, evidenciando, por exemplo, certos fenômenos, certas questões teóricas e certas metodologias, abaixo explicitadas por Morato:

certos *fenômenos* – como o processamento da leitura, a linguagem figurada, a compreensão e a interpretação de textos, as estratégias cognitivas e interacionais de produção e interpretação de textos, a coerência textual, a (re)textualização, a progressão tópica, a argumentação; certas *questões teóricas* – como metacognição, inferenciação, memórias, as relações de ensino e aprendizagem de processos e análises textuais, modelos ou enquadramentos sociocognitivos do texto; e certas *metodologias* – registros de movimentos oculares na leitura, neuroimagem funcional de processamento e interpretação de texto falado ou escrito, protocolos específicos de estudo de texto, simulações computacionais (Morato, 2014) (MORATO, 2017, p. 405-406, grifos da autora).

Koch, Morato e Bentes (2013) sinalizam a importância da linguagem na construção da realidade dada a questão social e interativa para além da questão racional e cognitiva. Nas palavras das autoras,

Analisada em meio às práticas sociais e às situações enunciativas, a língua muito facilmente deixou de ser identificada com a capacidade apenas mental (racional, intuitiva) de corresponder ou ser equivalente à realidade. Tanto quanto o mundo, ela seria uma construção simbólica para a qual concorrem vários fatores psicossociais; na relação com o mundo, ela seria, a um só tempo, dialeticamente determinada e determinante, estruturada e estruturante, organizada e organizadora (KOCH; MORATO; BENTES, 2013, p. 7).

Salomão (2013), por sua vez, lembra que não é possível pensar numa autonomia que faça separação entre mente e mundo, ou que defina verdade e liberdade sem implicar questões de construção sociocognitiva. Para a autora,

Na perspectiva sociocognitiva não há cesura entre linguagem e mundo. O realismo cognitivista (não metafísico) reconhece que o mundo existe e que a mente é inseparável do mundo em sua materialidade e em sua história: de fato, a mente é parte do mundo e, nesta condição, *não o representa, mas atua nele, e o transforma ao transformar-se*. Por isso, é impossível conceber a verdade como transcendência ou a liberdade como autonomia da situação em que a cognição se produz (SALOMÃO, 2013, p. 166, grifos da autora).

Da mesma forma, Koch (2005, s/p) aponta para a necessidade da consciência de que “todo fazer (ação) é necessariamente acompanhado de processos de ordem cognitiva, de que quem age precisa dispor de modelos mentais de operações e tipos de operações” em relação aos estudos dos textos pela LT. Koch afirma que, na visão cognitiva de processamento textual, entendemos o texto como resultado de processos mentais, o que chama de “abordagem procedural”:

Nesta abordagem, postulava-se que os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos de atividades e episódios da vida social em que se acham envolvidos, isto é, têm conhecimentos representados na memória enciclopédica que necessitam ser ativados para que cada uma de suas atividades seja coroada de sucesso; e que, dessa forma, os interlocutores já trazem para a situação comunicativa determinadas expectativas e ativam certos conhecimentos e experiências no momento da motivação e estabelecimento de metas, em todas as fases preparatórias da construção textual, não apenas na tentativa de traduzir seu projeto em signos verbais (comparando entre si diversas possibilidades de concretização dos objetivos e selecionando aquelas que julgam as mais adequadas), como também no momento da compreensão de textos (KOCH, 2005, s/p).

Em relação aos modelos mentais nos estudos sobre o discurso, Van Dijk (2017) contribui ao explicar que os modelos mentais respondem por muitas propriedades fundamentais do significado do discurso:

Os modelos mentais são subjetivos e não apenas o conhecimento que as pessoas apresentam de uma situação que testemunharam, ouviram ou leram, mas também as avaliações das pessoas, ações ou eventos representados, bem como as emoções. Eles são multimodais como são as experiências pessoais e, portanto, apresentam informações visuais, auditivas ou sensorio-motoras que, por sua vez, estão associadas ao processamento específico de regiões do cérebro. Os modelos mentais são interpretados por tais informações a partir da entrada discursiva, bem como são instanciados pelo conhecimento (específico) da memória “semântica”. Nesse sentido, são mais detalhados do que o discurso, porque o discurso não precisa conter todas as informações que os usuários da língua podem inferir a partir de seu conhecimento. Assim, os modelos mentais também representam, com elegância, a informação implícita e pressuposta, bem como as implicaturas, definidas como a informação em modelos mentais que não está explicitamente expressa no discurso (VAN DIJK, 2017, p. 109, grifos nossos).

Inclusive, van Dijk lembra que manchetes e títulos de notícias são macroestruturas semânticas ou tópicos discursivos que não precisam ser explicitamente expressos no discurso porque definem os níveis mais elevados de modelos mentais organizados hierarquicamente (VAN DIJK, 2017).

Já em relação aos estudos sobre a construção da realidade na esfera da comunicação social em tempos tecnológicos, Leonardo Avritzer faz a apresentação da obra de Thompson afirmando que uma consequência do desenvolvimento da mídia na modernidade é a “a possibilidade de agir tendo em vista um outro que conhece apenas a imagem da minha ação” (AVRITZER, [1995] 2003, p. 7).

Em Thompson, vários fenômenos, sobretudo na política, podem ser percebidos em decorrência dessa ação, como: a construção mediática de imagens e a consequente fragilidade dessas mesmas imagens; a transformação da própria ideia da experiência; e a criação de uma esfera pública mediática de manifestações e discussões (THOMPSON, [1995] 2003, p. 8). Ainda na apresentação da obra de Thompson, Avritzer afirma que

O primeiro desses fenômenos consiste na possibilidade da construção mediática de imagens e da consequente fragilidade dessas mesmas imagens. A política liga cada vez mais com imagens públicas construídas

através da mídia. Tal possibilidade, no entanto, traz consigo o seu contrário, isto é, o fato de as imagens, precariamente construídas através da mídia, serem vulneráveis à revelação de um novo fato ou mesmo de uma só imagem (AVRITZER, [1995] 2003, p. 8).

Martino (2014), por sua vez, apresenta-nos o conceito de simulacro: “O simulacro está ligado, nesse sentido, ao virtual. Trata-se da anulação do real substituído por algo mais real ainda, mas criado na imagem tecnológica da simulação” (MARTINO, 2014, p. 261). Ou seja, o simulacro do real é, no ambiente virtual, é o hiper-real:

O império da imagem sobre a realidade é [...], na verdade, uma aparência. O simulacro, em seu esforço para se fingir de real, muitas vezes utiliza recursos para representá-lo não como é, mas como deveria ser, ou como é na imaginação das pessoas — uma imaginação, por sua vez, povoada pelas imagens da mídia e do consumo (MARTINO, 2014, p. 262).

Sobre a construção de significados no ambiente midiático, Martino (2014) contribui afirmando que esse processo se dá de forma muitas vezes conflituosa, porque

o processo de mediação perpassa todas as atividades do cotidiano, alterando o modo como são praticadas e aumentando as potencialidades de interação — mas também deixando no horizonte a perspectiva de lutas e conflitos pela definição de significados, agora circulando como estilhaços em várias frestas da vida cotidiana (MARTINO, 2014, p. 245).

Thompson (2003), da mesma forma, vê nos meios de comunicação digitais possibilidades de novas formas de interação, que perderam o caráter imediato de face a face, e novas maneiras de exercer o poder. Nas palavras do autor,

Quando os indivíduos usam os meios de comunicação, eles entram em formas de interação que diferem dos tipos de interação face a face que caracterizam a maioria dos nossos encontros quotidianos. Eles são capazes de agir em favor de outros fisicamente ausentes, ou responder a outros situados em locais distantes. De um modo fundamental, o uso dos meios de comunicação transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, e novas maneiras de exercer o poder, que não está mais ligado ao compartilhamento local comum (THOMPSON, [1995] 2003, p. 13).

Entendemos que a percepção de Martino (2014) e de Thompson ([1995] 2003) pode ser ilustrada pela instalação da pandemia do Covid-19 (2020-2021), que instaurou de forma global mudanças na forma de interagir em muitas instâncias sociais – trabalho, educação, comércio, entretenimento, entre outras, dando grande visibilidade para mídias e redes sociais. Ao adotar-se o isolamento social como forma de favorecer a

prevenção e o combate ao vírus, o arsenal tecnológico supriu e criou, inclusive, novas formas de interação social.

Martino (2014) continua a tecer seu raciocínio a partir das relações humanas mediadas pela tecnologia para afirmar que temos, de certa forma, uma consciência da noção de construção da realidade via sentidos humanos, ou seja, via percepção mental de um indivíduo. Nas palavras do autor,

os sentidos humanos são as “interfaces” do cérebro em relação ao mundo exterior: o que se chama de “realidade”, em alguma medida, é o que esses sentidos conseguem captar dos sinais externos, transformar em impulsos elétricos e enviar, via rede nervosa, ao cérebro (MARTINO, 2014, p. 226, grifos do autor).

Nessas relações, conforme Martino (2014), construímos um mundo real com base em aparências, uma realidade aparente. Ou seja,

Intermediadas por telas digitais, a relação das pessoas com a realidade se torna, de alguma maneira, um vínculo com imagens e aparências. [...] A mediação de si mesmo, assim como a mediação da realidade, faz com que o mundo compartilhado nas telas digitais se torne um espaço de troca de imagens e aparências. O mundo que aparece [...] é o mundo da aparência (MARTINO, 2014, p. 248).

Para Martino (2014, p. 248), “Se o mundo mediado é construído a partir de aparências, é com essas aparências que vão se desenrolar as relações políticas e se vai compreender o outro” na sociedade atual. Segundo ele,

Espaço de debates, conflitos e articulações entre representações mediadas, a noção de uma polis midiática proposta por Silverstone abre espaço para a interpretação não apenas da vida cotidiana, mas das repercussões políticas e sociais que a troca simbólica de imagens e aparências cria a respeito de si mesmo e do outro - seja na esfera das relações interpessoais, seja na política mundial (MARTINO, 2014, p. 249).

Considerando a linguagem como o principal mediador da interação entre as referências do mundo biológico e as referências do mundo sócio-cultural, para Koch “o texto passa ser visto como o próprio lugar da interação e os interlocutores como sujeitos ativos que — dialogicamente — nele se constroem e por ele são construídos” (KOCH, 2005, s/p), atualizando, assim, a noção de contexto para

lugar onde se constroem e reconstroem indefinidamente as significações, o árbitro das tensões entre sistematicidades e indeterminações do dizer e do mostrar, do dito e do implicado. Ele se apresenta, por um lado, como estruturado, mas tem, por outro lado, função estruturante, já que cria e dá forma aos processos de significação (Morato & Koch 2003) (KOCH, 2005, s/p).

Koch (2005) explica que o processamento textual é um procedimento estratégico de uso de conhecimentos, porque depende tanto das características textuais como das características dos usuários da língua - seus objetivos, convicções, conhecimento de mundo, conhecimento disponível no texto-cotexto-contexto, crenças, opiniões e atitudes.

Assim, “no momento da compreensão, há a possibilidade de o leitor reconstruir não somente o sentido intencionado pelo produtor do texto, mas também outros sentidos, não previstos ou, por vezes, nem mesmo desejados pelo produtor” (KOCH, 2005, s/p). A desconstrução da face de um aliado por ação do discurso do *off* pode ser um exemplo desses efeitos não intencionais.

Portanto, interpretações outras e até indesejadas são possíveis e decorrentes da dependência dos variados níveis de conhecimentos e do contexto que diferentes interlocutores poderão acionar mentalmente para perceber e inferir sobre implicaturas e, assim, construir sentidos que lhes satisfaçam. Segundo Koch,

Todo processo de compreensão pressupõe, portanto, atividades do ouvinte/leitor, de modo que se caracteriza como um processo ativo e contínuo de construção — e não apenas de reconstrução —, no qual as unidades de sentido ativadas a partir do texto se conectam a elementos suplementares de conhecimento extraídos de um modelo global também ativado em sua memória. Por ocasião da produção, o locutor já prevê essas inferências, na medida em que deixa implícitas certas partes do texto, pressupondo que tais lacunas venham a ser preenchidas sem dificuldades pelo interlocutor, com base em seus conhecimentos prévios e nos elementos da própria situação enunciativa (KOCH, 2005, s/p).

Para explicar a relação entre cognição e cultura, Koch (2005) afirma que o indivíduo capta do ambiente as informações e, só depois disso, representa internamente - mente individual - a realidade. Assim, “a cultura e a vida social seriam parte deste ambiente e exigiriam a representação, na memória, de conhecimentos especificamente culturais” (KOCH, 2005, s/p). Ou seja, “a cultura é um conjunto de

dados a serem apreendidos, um conjunto de noções e de procedimentos a serem armazenados individualmente. A cultura é vista como um fenômeno em geral passivo, sobre o qual as mentes atuam” (KOCH, 2005, s/p). Portanto,

Uma visão que incorpore aspectos sociais, culturais e interacionais à compreensão do processamento cognitivo baseia-se no fato de que grande parte dos processos cognitivos acontece na sociedade e não exclusivamente nos indivíduos. Essa visão, efetivamente, tem se revelado necessária para explicar tanto fenômenos cognitivos quanto culturais (KOCH, 2005, s/p).

Conforme Morato (2017), sobre as ideias que aproximam Koch e Marcuschi: “texto e cognição inscrevem-se numa lógica ‘pragmática’, isto é, sociocultural, experiencial, contextual e comunicativa”, ou seja:

Para ambos, sendo um fenômeno de ordem sociopragmática, o texto estrutura-se de modo “normativo”, o que envolve alguma ideia de (re)conhecimento de esquemas de ação e de regimes simbólicos e de cooperação intersubjetiva. Sendo um fenômeno de ordem interacional, o texto constitui-se largamente de forma coconstruída e cooperativa, estruturando-se por meio de inferências diversas, emoldurado pela qualidade interacional dos indivíduos e de suas rotinas de vida em sociedade – sobre o que o texto, reciprocamente, tem influência (MORATO, 2017, p. 399).

“O sentido é o uso; o uso é a escolha; a escolha é o enquadramento; o enquadramento é a ação prática/cognoscente sobre/em; esta ação é o ato político que nos leva a assumir uma posição valorativa diante dos nossos semelhantes” (OLIVEIRA, 2012, p. 121). Com essa afirmação, Oliveira nos mostra como “A indignação, aceitação ou a indiferença das pessoas diante dos acontecimentos revela como as crenças e emoções individuais são alteradas e muitas vezes completamente recriadas pelo uso da linguagem” (OLIVEIRA, 2012, p. 122).

Reconhecendo desde já que deixamos de ceder espaço para muitos renomados pesquisadores brasileiros da LT, avançamos para o entendimento dos processos de referência, que em muito colaboram na análise do *off* ao percebermos como se dará o fenômeno em relação às faces de personalidades citadas nas notícias políticas, ou seja, através de sua relação com a (re)construção dos objetos-de-discurso.

2.1.2 Referenciação e objeto-de-discurso

“os fenômenos referenciais, na qualidade de práticas discursivas, são um testemunho expressivo da relação mutuamente constitutiva entre linguagem e realidade”

(KOCH; MORATO; BENTES, 2013, p. 9)

De início, lembramos a proposta de substituição da noção de referência por referenciação e da noção de referente por objeto-de-discurso, com origem em Mondada, aceita pelos estudiosos da LT. No entanto, neste trabalho, não fazemos distinção entre os termos referente e objeto-de-discurso, ambos tratados de forma correlata. Koch, Morato e Bentes (2013) explicam as mudanças no entendimento da referência pela LT:

Se foi inicialmente vinculada às questões de ordem lógico-semântica, empiricamente centrada na análise do acesso metalinguístico do sujeito à realidade, a referência, nos últimos anos, tem sofrido positivamente as consequências da introdução, na análise da linguagem [...] de uma série de elementos que compõem de maneira complexa um domínio interpretativo inapelavelmente ligado às práticas humanas, das quais a linguagem é, sem sombra de dúvida, a mais radical, como a interatividade, a (inter)subjetividade, a reflexividade, a heterogeneidade, a discursividade, a argumentatividade etc. (KOCH; MORATO; BENTES, 2013, p. 8).

Koch, Morato e Bentes (2013) exemplificam a adaptação de vários termos teóricos da Linguística com a consideração dos estudos da cognição humana na linguagem:

Da trajetória que vai da referência à referenciação, segue-se a que vai do significante à significação, do enunciado à enunciação, da língua ao discurso, da metalinguagem concebida sob parâmetros logicistas à metalinguagem integrada à enunciação. Da trajetória que vai da referência à referenciação, segue-se a que vai do cognitivismo ao sociocognitivismo, a partir do qual a cognição é concebida como construto social, intersubjetiva e historicamente situada (KOCH; MORATO; BENTES, 2013, p. 8).

Conforme Cortez (2013, p. 316), referência é “um fenômeno que se atualiza e se configura no discurso”. Para a autora, “tratar da referência em uma perspectiva interacionista e discursiva pressupõe uma concepção de língua que não se esgota no código, nem implica uma correspondência direta com o mundo, como se a língua refletisse a realidade” (CORTEZ, 2013, p. 316). Aliás, Cortez assim afirma o seu entendimento de língua como uma ação essencialmente social:

a língua é, em essência, ação pública realizada e negociada discursivamente no âmbito das relações sociais que se constituem por partilhamento, refutação, desqualificação e modificação de sentidos, experiências e conhecimentos de várias ordens, para que se possa opinar, interferir, rejeitar, chamar atenção e persuadir, entre outras ações, neste mundo verbal polifônico (CORTEZ, 2013, p. 320).

Segundo Cortez, “os referentes não se apresentam unicamente em estado de dicionário, nem são entidades apriorísticas de espelhamento da realidade, mas *objetos-de-discurso*, porque nele se desenvolvem para a realização de um projeto de dizer” (CORTEZ, 2013, p. 334, grifos da autora).

Cavalcante (2013) apresenta-nos o conceito de referentes, ou objetos-de-discurso como entidades constituídas a partir da inter-relação entre língua e práticas sociais. Segundo a autora,

Em uma perspectiva de cognição social intencionalmente situada [...], dizemos que é da inter-relação entre língua e práticas sociais que emergem os referentes, ou “*objetos-de-discurso*”, por meio dos quais percebemos a realidade que, por sua vez, nos afeta. Os referentes passam a ser, assim, não uma entidade congelada que herdamos e transferimos, mas uma instância de referencialidade constitutivamente indeterminada e efêmera (CAVALCANTE, 2013, p. 125).

Koch (2005) aponta que os objetos-de-discurso são operados linguisticamente na interação, levando em conta toda uma questão contextual, de forma a serem constantemente adaptados, transformados, conforme a necessidade de se atender ao querer-dizer do enunciador, alterando-se, assim, a realidade. Nas palavras de Koch,

Os objetos-de-discurso não se confundem com a realidade extralingüística, mas (re)constroem-na no próprio processo de interação. Ou seja: a realidade é construída, mantida e alterada pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ela: interpretamos e construímos nossos mundos por meio da interação com o entorno físico, social e cultural (KOCH, 2005, s/p).

Podemos considerar que a construção referencial é uma ação de parceria, em um processo interacional, cognitiva e socialmente situado. Os contextos, as intenções, as finalidades estarão relacionadas a estas ações e, dessa forma, os rituais, os gêneros, o léxico que dela fazem parte não são neutros ou imparciais (KOCH, 2005), posição que também encontra respaldo em Santos (2015, p. 6): “não podemos nos esquecer das marcas ideológicas na linguagem. Não há signo neutro, não há linguagem

totalmente objetiva, isenta de posicionamento; a imparcialidade na linguagem é um mito, uma ilusão”

Para Zamponi (2013), os parceiros na interação comunicativa também operam colaborativamente na construção dos referentes. Assim,

Sempre situado, o ato de referência envolve uma operação colaborativa de parceiros da interação, que constroem os referentes no e pelo discurso, atividade linguística e sociocognitiva, ligada, acima de tudo, à interação e à intersubjetividade. [...] a referenciação é uma atividade de construção colaborativa situada e não apenas uma operação linguística (ZAMPONI, 2013, p. 173).

Conforme Marcuschi (2013, p. 76), “O processo referencial é um trabalho inferencial no contexto das relações sociocognitivas e dos enquadres estabelecidos e não apenas pela força dos conteúdos lexicais em questão”. Zamponi (2013), com base em Marcuschi, aponta duas condições necessárias aos partícipes de uma interação:

a) devem trabalhar juntos sobre uma base de conhecimentos comuns; e b) devem assegurar-se mutuamente desses conhecimentos. Quanto à primeira condição, como aponta Marcuschi [2001], a interação exige a presença de algo comum, como cultura, crenças, língua e contextos situacionais, entre outros aspectos (ZAMPONI, 2013, p. 174).

De forma sucinta, Koch (2013) expõe como o sujeito, na interação com outros sujeitos, faz uso da linguagem e do repertório linguístico para referenciar a realidade de acordo com o seu querer-dizer. Nas palavras de Koch,

A referenciação constitui, portanto, uma atividade discursiva. O sujeito, por ocasião da interação verbal, opera sobre o material linguístico que tem à sua disposição, realizando escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas à concretização de sua proposta de sentido. Isto é, as formas de referenciação, bem como os processos de remissão textual que se realizam por meio delas, constituem escolhas do sujeito em função de um querer-dizer. É por esta razão que se defende que o processamento do discurso, visto que realizado por sujeitos sociais atuantes, é um processamento estratégico. Assim, a interpretação de uma expressão referencial anafórica, nominal ou pronominal, consiste não simplesmente em localizar um segmento linguístico no texto (um “antecedente”) ou um objeto específico no mundo, mas, sim, algum tipo de informação anteriormente alocada na memória discursiva (KOCH, 2013, p. 34-35).

Assim, “os fenômenos referenciais, na qualidade de práticas discursivas, são um testemunho expressivo da relação mutuamente constitutiva entre linguagem e

realidade” (KOCH; MORATO; BENTES, 2013, p. 9). Concordando com Koch e outros linguistas, “de que a referenciação é uma atividade discursiva” e que há uma “instabilidade das relações entre as palavras e as coisas”, o que evidencia, portanto, estratégias pragmáticas particulares de enunciação, apreensão e compreensão de textos. Citada por Bentes e Rio,

Koch [2004] afirma que a referenciação é uma atividade discursiva que revela a instabilidade entre as palavras e as coisas, evidenciando que “os modelos de mundo não são estáticos”. Dessa forma, segundo a autora, a variedade das estratégias de referenciação no discurso depende mais da pragmática da enunciação do que da semântica dos objetos. De acordo com a exposição da autora, a realidade se transforma em referente discursivo por meio da percepção/cognição ou da interpretação humana. Sendo assim, a atividade de construção da referência é uma reelaboração dos dados sensoriais para fins de apreensão e compreensão (BENTES; RIO, 2013, p. 266).

Na LT, a referenciação, bem como a progressão referencial, consistem na construção e reconstrução de referentes ou objetos-de-discurso. Conforme Cavalcante, “o referente se cria de um conjunto de ações, do modo pelo qual os enunciadores ajustam suas ações conversacionais e da maneira pela qual constroem os sentidos em cada evento comunicativo” (CAVALCANTE, 2013, p. 125).

A LT estabelece algumas estratégias e operações cognitivas básicas da referenciação, como a construção/ativação de referentes, a reconstrução/reativação de referentes, e a desfocalização/desativação de referentes. Segundo Koch:

1. construção/ativação: pela qual um ‘objeto’ textual até então não mencionado é introduzido, ativado na memória, passando a preencher um nóculo (“endereço” cognitivo, locação) na rede conceptual do modelo de mundo textual: a expressão lingüística que o representa é posta em foco na memória de trabalho, de tal forma que esse “objeto” fica saliente no modelo.
2. reconstrução/reativação: um nóculo já presente na memória discursiva é reintroduzido na memória operacional, por meio de uma forma referencial, de modo que o objeto-de-discurso permanece saliente (o nóculo continua em foco).
3. desfocalização/desativação: quando um novo objeto-de-discurso é introduzido, passando a ocupar a posição focal. O objeto retirado de foco, contudo, permanece em estado de ativação parcial (“stand by”), podendo voltar à posição focal a qualquer momento; ou seja, ele continua disponível para utilização imediata na memória dos interlocutores (KOCH, 2005, s/p).

Especificamente sobre a ativação de objetos-de-discurso, Koch (2008) explica qual é a distinção entre a ativação ancorada e a ativação não ancorada, e sua relação com outros processos referenciais:

A **ativação de objetos-de-discurso** pode ser **ancorada** e **não ancorada**. No primeiro caso, tem-se a introdução na memória de um objeto-de-discurso totalmente novo, sem qualquer apoio (âncora) no texto, ao passo que, no segundo, embora se trate também de um objeto novo, o texto contém âncoras cognitivas com base nas quais ele poderá ser interpretado. São casos de ativação ancorada as anáforas indiretas e associativas, bem como as expressões anafóricas por meio das quais se criam novos objetos-de-discurso, ao operar-se a **sumarização/encapsulamento** de segmentos textuais, quer por meio de pronomes neutros (isto, isso, aquilo, o), quer por meio de expressões nominais, quando, então, ocorre a **rotulação** (KOCH, 2008, p. 102-103, grifos nossos).

Morato (2017), a partir de leituras e Koch e Marcuschi, esclarece como as âncoras textuais fazem parte de processos mentais decorrentes da interação proporcionada pelas construções textuais:

as “âncoras textuais” (Marcuschi, 2005) constituem-se de determinados processos sociocognitivos (inferências, conhecimento prévio ou compartilhado, enquadres interativos etc.) precedentes à expressão referencial e dizem respeito a focos implícitos que atuam em sua configuração. Não são vinculados a itens lexicais específicos, mas podem ser ativados por eles, bem como por construções textuais complexas (Koch, 2004, Marcuschi, 2005) (MORATO, 2017, p. 420).

A Tabela 1, a seguir, apresenta e sintetiza os tipos de processos de referenciação, ou seja, as formas como expressões referenciais podem introduzir objetos-de-discurso, bem como retomá-los através de processos anafóricos e dêiticos.

TABELA 1 - Síntese dos Processos Referenciais

Processos Referenciais		
Expressões referenciais podem introduzir objetos-de-discurso, retomá-los e recategorizá-los		
Introdução referencial	Anáfora	Dêixis
Estreia de novo referente sem ancoragem anterior	Retomada de um referente de forma: <ul style="list-style-type: none"> • Direta (manutenção do referente) • Indireta (novo referente ancorado no contexto) • Encapsuladora (sumarização de uma porção textual com possíveis acréscimos contextuais / antecipação de informações) • Rótulos (anáforas encapsuladoras de núcleo nominal que resumem uma porção de texto e inauguram um novo referente) • Encapsuladora metadiscursiva / metalinguística (remissão que focaliza a própria atividade enunciativa como objeto-de-discurso) 	Coordenadas para a identificação de interactantes, local, tempo de onde fala, quando fala): <ul style="list-style-type: none"> • Dêixis pessoal • (quem fala, para quem fala) • Dêixis espacial • (de onde fala) • Dêixis temporal • (quando fala)

Fonte: produção de Marlow

Conforme orienta a Tabela 1, tem-se a introdução referencial sempre que, no texto, surge um novo referente ou objeto-de-discurso através de expressões referenciais, normalmente nominais. Dada a dinamicidade dos objetos-de-discurso, uma vez introduzidos no texto, eles podem ser modificados, desativados, reativados, recategorizados, contribuindo para (re)construir o sentido no curso da progressão textual.

No texto, esses referentes ou objetos-de-discurso poderão ser gerenciados cognitivamente conforme a intenção de sentido que se quer dar a eles através de vários processos, em especial os anafóricos, conforme explica Koch:

Podem-se distinguir dois tipos dessas formas anafóricas: 1) as que simplesmente rotulam um segmento do texto, transformando-o em objeto-de-discurso e abrindo, assim, a possibilidade de progressão textual [...] 2) as que realizam operações de nominalização, por meio de nomes deverbiais ou não. Consistem em rotulações resultantes de encapsulamentos operados sobre predicções antecedentes ou subseqüentes (KOCH, 2013, p. 39-40).

Para a análise de nossa pesquisa, faz-se necessário o entendimento sobre “o emprego de expressões nominais anafóricas [visto que este] opera a recategorização dos objetos-de-discurso, [...] atendendo aos propósitos comunicativos do falante/escrevente [...] recategorização, muitas vezes, feita por meio de termos metafóricos” (KOCH, 2013, p. 37).

Ainda, segundo Koch: “As formas anafóricas [...] [encapsuladoras] encerram, na absoluta maioria, valor persuasivo, isto é, os rótulos (avaliativos), frequentemente metafóricos, mobilizados para construir os objetos-de-discurso, têm o poder de orientar o interlocutor para determinadas conclusões” (KOCH, 2013, p. 40).

Desta forma, fica evidente a importância de compreendermos e percebermos os processos referenciais de apresentação, manutenção, retomada, sumarização e recategorização que são escolhidos e empregados pelos enunciados do *off* em relação aos seus objetos-de-discurso nos textos de notícias políticas.

Marcuschi (2013) afirma que o termo “anáfora” tem origem na retórica clássica, para a repetição de um termo na frase, mas que, atualmente, seu sentido abarca outros usos notadamente para continuidade tópica e referencial: “Hoje, [...] o termo é usado para designar expressões que, no texto, se reportam a outras expressões, enunciados, conteúdos ou contextos textuais (retomando-os ou não), contribuindo assim para a continuidade tópica e referencial (MARCUSCHI, 2013, p. 54-55).

Marcuschi também esclarece que “Inexiste uma classe de palavras funcionalmente definida como anafórica. Na sua essência, a anáfora é um fenômeno da semântica textual de natureza inferencial e não um simples processo de *clonagem referencial*” (MARCUSCHI, 2013, p. 55, grifos do autor).

Ilari (2013), por sua vez, lembra que a anáfora tem relação explícita com a bagagem de conhecimento de mundo dos indivíduos. Segundo ele,

podemos dizer que a anáfora não é apenas um mecanismo de preservação de referentes, nem mesmo um mecanismo de preservação de conteúdos. Tem pouco a ver com formas, e tem pouco a ver com mundo; ao contrário, tem muito a ver com o modo como armazenamos o mundo em algum “buffet cognitivo” (ILARI, 2013, p. 123, grifos do autor).

Especificamente, sobre a anáfora direta, Marcuschi a entende como uma “espécie de substituto do elemento por ela retomado. A noção de correferencialidade é nestes casos crucial. Pode-se dizer que a visão clássica da anáfora direta se dá com base na noção de que a anáfora é um processo de *reativação de referentes prévios* (MARCUSCHI, 2013, p. 55, grifos do autor).

Se o entendimento da anáfora direta é certo, para a compreensão das anáforas indiretas, Marcuschi aponta que “o fenômeno depende de uma série de outras definições e distinções não bem firmadas. [...] um alargamento considerável da noção de [...] *AD* [anáfora direta]” (MARCUSCHI, 2013, p. 58) e que, o importante, neste caso, “é o fato de: (a) nas *AI* [anáforas indiretas] não ocorrer uma *retomada de referentes*, mas sim uma *ativação de novos referentes* e (b) as *AI* [anáforas indiretas] terem uma motivação ou ancoragem no universo textual (MARCUSCHI, 2013, p. 58-59, grifos do autor).

Marcuschi (2013) também cita a as anáforas indiretas como sendo uma estratégia para suprir lacunas textuais. Nas palavras do autor,

Sabemos que os textos desenvolvem cadeias referenciais que sequenciam estados de coisas, entidades etc. Essas cadeias quase sempre são lacunosas, exigindo conhecimentos comuns, partilhados, situados etc. para preenchimento. Sobre esse aspecto, as AI [anáforas indiretas] podem ser tidas como uma estratégia sistemática de suprir lacunas lexicais (MARCUSCHI, 2013, p. 55).

Portanto, Marcuschi (2013) sintetiza que “a AI [anáforas indiretas] é uma espécie de *ação remática e temática simultaneamente*, uma vez que traz a informação nova e a velha, produzindo uma *‘tematização remática’*” (MARCUSCHI, 2013, p. 60, grifos do autor), ou seja, uma estratégia de remissão de antecedente (ou subsequente) localizado no texto. Segundo ele:

Anáfora Indireta (AI), geralmente constituída por expressões nominais definidas, indefinidas e pronomes interpretados referencialmente sem que lhes corresponda um antecedente (ou subsequente) explícito no texto. Trata-se de uma estratégia endofórica de ativação de referentes novos [...] um processo de referenciação implícita (MARCUSCHI, 2013, p. 53).

Porém, Marcuschi (2013) também aponta para a complexidade de se perceber as anáforas indiretas porque elas podem prescindir de aspectos de coesão e coerência morfossintática e de reativação de referentes. Segundo ele, “Em relação à *coerência*, pode-se dizer que fica comprovado que ela não passa de um processo que se dá na relação entre indivíduos operando sobre o texto e não como propriedade textual. As AI [anáforas indiretas] são uma boa prova disso” (MARCUSCHI, 2013, p. 91, grifos do autor).

Segundo Marcuschi (2013), o estudo das anáforas indiretas oportuniza estudar “as relações entre pragmática e cognição e exigir análises mais cuidadas da noção de modelos mentais e do funcionamento semântico da língua [...], propicia uma produtiva revisão de noções como língua, categoria, referência, inferência, texto e coerência” (MARCUSCHI, 2013, p. 54). Nas palavras do autor,

A classe das *anáforas indiretas* [AI] representa um desafio teórico e [...] um problema central para as teorias formais da referência [...], reintroduz no contexto da gramática aspectos sociocognitivos relevantes que permitem repensar tópicos gramaticais na interface com a semântica e a pragmática.

[...] A *AI* é um caso de referência textual, isto é, de construção, indução ou ativação de referentes no processo textual-discursivo que envolve atenção cognitiva conjunta dos interlocutores e processamento local. Uma análise detida das características centrais da *AI* mostra que ela não depende de uma congruência morfossintática nem da necessidade de reativar referentes já explicitados (MARCUSCHI, 2013, p. 54, grifos do autor).

Como exemplo da dificuldade de contornar o fenômeno da anáfora indireta, Marcuschi afirma: “não me atendo à sugestão de que se deva reduzir as *AI* [anáforas indiretas] aos casos de sintagmas nominais definidos, pois [...] também se dão casos de *AI* pronominais. E também para os indefinidos” (MARCUSCHI, 2013, p. 59). Com base nos estudos de Schwarz, Marcuschi aponta dois tipos de anáforas indiretas: (I) tipos semanticamente fundados; (II) tipos conceitualmente fundados (MARCUSCHI, 2013, p. 61). E explica:

os tipos (I) existem estratégias cognitivas fundadas em conhecimentos semânticos armazenados no léxico (mais especificamente ligadas a âncoras lexicais precedentes) e estão vinculados a papéis semânticos. Já os tipos (II) exigem estratégias cognitivas fundadas em conhecimentos conceituais baseados em modelos mentais, conhecimentos de mundo e enciclopédias (mais especificamente vinculados ao modelo de mundo textual presente no co(n)texto) e mais ligado a processos inferenciais gerais (MARCUSCHI, 2013, p. 61).

Como fenômenos ligados à anáfora indireta, Marcuschi lembra as “relações *meronímicas* (relações parte-todo)” (MARCUSCHI, 2013, p. 62) e as anáforas elípticas: “Existem algumas anáforas que não são tipicamente indiretas, mas elípticas, não reativam referentes prévios (não são correferenciais), embora ancorem no universo textual prévio [...]. É o caso das proformas adverbiais (e todas as demais proformas)” (MARCUSCHI, 2013, p. 65). E mais, Marcuschi aponta as

AI [que] são nominalizações e, em geral, têm uma relação direta com algum verbo do qual mantêm o étimo ou então nominalizações de porções inteiras. Seguidamente carregam forças ilocutórias marcantes [...]. Não são anáforas diretas porque não retomam nem referem pontualizadamente algum item específico (MARCUSCHI, 2013, p. 65-66).

Por fim, Marcuschi também lembra da “*AI* como caso de subespecificação referencial [...] [que] se dá quando não se fornece informação necessária para a compreensão de um texto e esta informação é buscada em conhecimentos pessoais ou elementos presentes em outros pontos do texto” (MARCUSCHI, 2013, p. 85).

Especificamente sobre as anáforas encapsuladoras, Koch (2013) apresenta os rótulos como uma forma comum de criar novo referente:

Fato bastante comum, em se tratando de remissão textual, é o uso de uma forma nominal para recategorizar segmentos precedentes ou subsequentes do cotexto, resumindo-os sob um determinado rótulo. [...] Esses nomes-núcleo, ao serem empregados, exigem uma realização lexical no cotexto, demandando, pois, ao leitor/ouvinte a capacidade de interpretação não só em si, como também da informação contextual. Assim, essas expressões nominais, que são, em grande parte, introduzidas por um demonstrativo, desempenham duas funções textuais importantes: não só rotulam uma parte do cotexto que as precede (x é um acontecimento, um fato, uma hipótese, uma cena etc.), mas, ao fazê-lo, criam um novo referente para os enunciados subsequentes. [...] Trata-se pois, de formas híbridas, simultaneamente referenciadoras e predicativas, isto é, veiculadoras tanto de informação dada ou inferível quando de informação nova (KOCH, 2013, p. 38-39).

Dentre as formas de referência encapsuladora, Koch (2013) explica do que se trata a remissão metadiscursiva ou metalinguística, em que não há uma retomada de referente em si, mas em que o texto se volta sobre o próprio texto. Nas palavras de Koch,

Um tipo particular de rotulação é aquele em que não se sumariza o conteúdo de um segmento textual precedente, mas focaliza-se a própria atividade enunciativa, [...] ou atividade metadiscursiva [...]. Não há retomada referencial, nem correferencialidade, já que se opera um desdobramento: é o próprio discurso que é tomado como seu objeto (KOCH, 2013, p. 41-42).

A remissão metadiscursiva (ou metalinguística) foi percebida em quatro tipos (Francis, 1994), sendo o quinto um acréscimo de Koch (2013):

1. como determinado tipo de ato de fala (afirmação, declaração, promessa, conselho, advertência etc.);
 2. como um tipo de atividade linguístico-cognitiva (descrição, explicação, relato, esclarecimento, comentário, sonegação etc.);
 3. como um processo cognitivo (análise, reflexão, avaliação, opinião, atitude etc.);
 4. por intermédio de termos ou denominações metalinguísticas (frase, sentença, pergunta, termo, palavra etc.) (FRANCIS, 1994, apud KOCH, 2013, p. 42).
- [...]
- [5.] as expressões ou as marcas metaenunciativas e/ou de conotação autonímica. Muitas vezes, anáforas desse tipo constituem fatos de polifonia, em que o segmento objeto de menção é atribuído à voz de um(uns) outro(s) enunciator(es), da qual o locutor geralmente discorda ou, pelo menos, em relação à qual deseja mostrar distanciamento. Daí, a frequência, nesses casos, do uso das aspas (KOCH, 2013, p. 43).

Também esse tipo de remissão se mostra importante de ser observado nos tempos analisados nesta tese, conforme a relevância que própria Koch estabelece: “Ressalte-se que a escolha de expressões metalinguísticas e metadiscursivas, dentre as várias opções possíveis, é importante indício da opinião do locutor não só a respeito do discurso que está sendo rotulado, como também a respeito do próprio enunciador desse discurso” (KOCH, 2013, p. 44). Jubran contribui com a afirmação de Koch ao pontar que

atos de enunciação: avaliação e comentário são designação de atividades linguageiras, associadas a processos mentais, que o escritor do texto imputa ao responsável pelas informações que reproduz. [...] enquanto a fonte comporta uma função de processamento de informações tópicas, a anáfora explicita a modalidade de ato enunciativo praticado nesse processamento (JUBRAN, 2013, p. 231).

Sobre atividades epilinguísticas e atividades metalinguísticas, Morato (2013) afirma que não há consenso sobre uma divisão entre elas, e que alguns autores admitem apenas um termo, *metalinguagem*, para se referir à “capacidade ‘mais ou menos’ consciente que os falantes têm no uso que fazem da língua (e da linguagem)” (MORATO, 2013, p. 248, grifos da autora). E, como exemplos dessas atividades, Morato cita:

fenômenos como as formas metaenunciativas (como comentários, modalizações, discursos relatados etc.), os processos referenciais (como a categorização, a lexicalização, a dêixis etc.), os enunciados formulaicos (como enunciados proverbiais, expressões idiomáticas etc.) e as chamadas operações epilinguísticas (orais e escritas) (MORATO, 2013, p. 245).

Inclusive, Koch e Marcuschi chamam a atenção para a escolha tendenciosa de verbos introdutórios de opinião e expressões metalinguísticas/metadiscursivas quando se faz referência ao discurso alheio:

Mais do que mostrar que a neutralidade é impossível, [...] a parcialidade se dá na introdução do discurso alheio, seja como interpretação, seleção ou avaliação [...] refiro-me tão somente às palavras que introduzem opiniões alheias com pretensão de felicidade ao pensamento do autor (MARCUSCHI, 1991, *apud* KOCH, 2013, p. 45).

E, conforme Koch, essa mesma atenção deve ser dada também aos “nomes selecionados para qualificar metadiscursivamente uma ação ou uma atividade de linguagem, ou um processo mental que se atribui a uma pessoa mencionada no texto,

bem como para ironizar, contestar, distanciar-se de algo que ela disse” (KOCH, 2013, p. 45). Sobre essa escolha de verbos e nomes, Marcuschi e Koch trazem exemplos de Van Dijk, extraídos de seus trabalhos sobre o discurso jornalístico:

Também Van Dijk, em diversos de seus trabalhos sobre o discurso jornalístico, tem mostrado diferenças ideológicas na seleção de termos desse tipo, conforme a pessoa ou o grupo a quem se atribui uma fala ou cuja fala se transcreve. Enquanto membros de uma elite (política, cultural, econômica ou qualquer outra) *asseveram, expõem, argumentam, refletem, ponderam, constataam, determinam, evidenciam*, e assim por diante, os membros de minorias apenas *falam, dizem, depõem, negam, mentem*. Dessa forma, quando se qualifica a fala dos primeiros, atribuem-se-lhes *asserções, constatações, exposições, reflexões, explicações, ponderações, confirmações, comentários*; ao passo que os enunciados dos segundos são qualificados simplesmente como *afirmações, negativas, falas, respostas* ou, no máximo, *declarações, confissões* ou *recusas* (MARCUSCHI, 1991, *apud* KOCH, 2013, p. 44-45, grifos da autora).

Ainda, conforme Morato, “Na qualidade de atividade discursiva reconhecidamente organizada, a referenciação tem a ver, entre outras coisas, com uma postura metaenunciativa dos sujeitos, [...] tendo em vista os intuitos ou propósitos discursivos dos sujeitos em interação (MORATO, 2013, p. 242).

Por fim, convém lembrar, conforme nos orienta Santos (2015), que a referenciação é um fenômeno no texto que vai além de introduzir, retomar e recategorizar objetos-de-discurso. Segundo a pesquisadora,

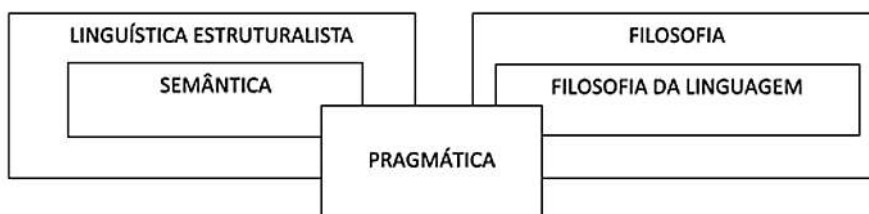
a referenciação estabelece uma relação entre coesão e coerência, colaborando para criar efeitos de sentido. É muito mais do que encontrar onde está o referente textual. [...] Também não podemos nos esquecer de que as estratégias de referenciação não se atêm aos casos de anáfora direta. Por último, precisamos observar os efeitos de sentido criados a partir das escolhas dessas estratégias (SANTOS, 2015, p. 4).

Por não configurarem relevância no *corpus* desta pesquisa, as modalidades de referenciação metadiscursiva e as expressões dêiticas não serão explicitadas. Prosseguimos, então, dando espaço à Pragmática e à Nova Pragmática como pressupostos que contribuirão na análise pretendida nesta pesquisa.

2.2 EM FACE DA PRAGMÁTICA E DA NOVA PRAGMÁTICA

“o ser humano ‘age’ ao conhecer e conhece ‘agindo”
(Rajagopalan, 2014a, p. 13)

FIGURA 2 – O lugar da Pragmática Linguística



Fonte: MARLOW, 2019, p. 121

Muito em relação à conceituação da Pragmática e sua relação com a esfera jornalística já foi considerado no trabalho anterior, no segundo capítulo da dissertação de mestrado intitulada “Cooperação em jogo no jornalismo? Uma análise da interação fonte *off* e jornalista” (MARLOW, 2016). No entanto, faz-se salutar recuperar alguns fatos da história da linguística e evocar novos pesquisadores – sobretudo da Nova Pragmática – para também marcar a importância da Pragmática como o estudo do uso linguístico para a presente pesquisa.

Inicialmente, Marlow aponta a “Filosofia como embrionária de muitas das ciências do século XIX e que questões de linguagem interessaram à Filosofia, já desde a antiguidade, progredindo mesmo em meio ao monopólio religioso medieval” (MARLOW, 2019, p. 122). No entanto, o início da reflexão de ordem pragmática não estabelecia necessariamente ligação com a reflexão linguística, “já que ela [a Pragmática] se origina em uma série de interrogações essencialmente filosóficas” (PAVEAU; SARFATI, 2006, p. 215), como também demonstra a Figura 2.

Vários estudiosos conceituaram o termo Pragmática, sem, contudo, encontrar uma definição consensual, definitiva ou satisfatória, condição que, por si só, já representa bem os fenômenos pragmáticos, tendo em vista que não se estabelecem objetivamente, ou seja, não se constituem nem num único objeto que possa ser representado nem por um único ponto de vista. Dascal lembra esse fato, além de

apontar também muitas outras áreas de interesse pelos estudos pragmáticos, além da Filosofia e da Linguística:

É difícil que qualquer outro termo tenha sido tão amplamente utilizado nos últimos anos em linguística, filosofia da linguagem, psicologia cognitiva, inteligência artificial e áreas relacionadas. Não impressiona, então, que ele tenha sido deixado sem definição ou que definições diferentes até mesmo contradigam-se umas às outras. Este fato é uma indicação de que o termo “pragmática” designa um conjunto de problemas – uma “problemática” (ver GIL, 1982) – em vez de uma disciplina estabelecida (DASCAL, [1983] 2011, p. 51).

Silva, Alencar e Ferreira lembram que a definição clássica de Pragmática tem origem na semiótica e remonta ao americano Charles Morris (1938), influenciado pelos estudos de seu compatriota Peirce. Além de inventar o termo, Morris também estabeleceu a tríade sintaxe-semântica-pragmática, definindo-as da seguinte forma: A sintaxe lida com as relações formais entre os signos; a semântica estuda a correspondência entre signos e seus referentes no mundo; e a pragmática investiga a relação dos signos com os intérpretes” (SILVA; ALENCAR; FERREIRA, 2014, p. 20).

Dascal também aponta que a origem da pragmática está ligada, primeiramente, à “dupla origem” de outra disciplina – a “semiótica” ou “semiologia” - com os escritos de Peirce e de Saussure, no início do século XX, que a caracterizaram como “teoria geral dos sinais”, subordinando a ela todas as disciplinas que se ocupam de algum tipo particular de sinais, como é o caso da linguística (DASCAL, 1982, p. 8).

Segundo Dascal, para Peirce, “há fundamentalmente três coisas envolvidas em qualquer semiosis: o próprio sinal, aquilo que ele designa, e a pessoa para quem ele funciona como tal. A relação semiótica básica, portanto, é uma relação *triádica* entre um sinal, uma designação e um intérprete” (DASCAL, 1982, p. 8, grifos do autor). É justamente essa relação triádica, também presente na teoria linguística enquanto teoria semiótica, que vai propor a pragmática e seu campo de ação:

Peirce já havia sugerido, e seu discípulo Morris explicitou, a idéia de que seria possível – e mesmo recomendável metodologicamente – subdividir o estudo da relação triádica básica em três sub-disciplinas: a sintaxe, ou estudo das relações entre os próprios sinais, a semântica, ou estudo das relações entre sinais e suas designações, e a pragmática ou estudo das relações entre sinais e aqueles que os utilizam (seus intérpretes) (DASCAL, 1982, p. 9).

Van Dijk concorda com Dascal e também lembra essa divisão da

pragmática, como o terceiro componente de qualquer estudo de linguagem e signos, além de sintaxe e semântica. Assim, enquanto a sintaxe (semiótica) estuda como os signos (palavras, frases etc.) estão relacionados entre si, e a semântica estuda as relações entre os signos e o mundo, a pragmática foi definida por Charles Morris (1938) como o estudo das relações entre o signo e seus usuários (VAN DIJK, 2017, p. 102, grifos do autor).

Rajagopalan aponta, no entanto, que, para muitos linguistas, a pragmática ainda é um subcampo de disciplinas mais profícuas da linguística em termos de credenciais científicas. Segundo ele,

A divisão tripartida da teoria dos signos em sintaxe, semântica e pragmática tem levado muitos estudiosos incautos a concluir que a sintaxe é crucial, ou, se quiserem, o verdadeiro núcleo duro da linguística, com uma progressiva diminuição do rigor e da coerência interna na passagem da sintaxe para a semântica e a pragmática (RAJAGOPALAN, 2010, p. 39).

Como sabemos, ao estabelecer o objeto de estudo da então recém-criada ciência linguística, Saussure elegeu a *langue* (língua), em detrimento da *parole* (fala), tendo em vista que a primeira oferecia condições de sistematização menos variáveis que a segunda, afastando, dessa forma, a pragmática do escopo da linguística – por seu caráter “performático” –, como bem detalha Dascal:

Referimo-nos à famosa distinção entre *langue* e *parole* proposta por Saussure e retomada, embora com algumas modificações, por Chomsky e seus seguidores, sob a forma de distinção entre *competence* e *performance*. Baseada nesta distinção, a linguística contemporânea define-se como o estudo da *langue* ou da *competência* (linguística), relegando o estudo da *parole* ou da *performance* às ciências vizinhas [...]. Em particular, pertenceriam ao domínio da *performance* e, portanto, não caberia à linguística estudá-las, todas as variações ou condições individuais que se manifestam num fato linguístico [...], assim como todas as limitações que fazem com que um locutor real não siga estritamente a gramática de sua língua, como fazem os locutores “ideais” (DASCAL, 1982, p. 15, grifos do autor).

Assim, a pragmática se desenvolveu especialmente na esfera dos estudos filosóficos antes de integrar a linguística de fato, ainda que na condição de “lata de lixo” – expressão de Bar-Hillel (1971) – dos fenômenos não explicados sistematicamente. Van Dijk relembra como se deu essa integração da Pragmática à Linguística:

os estudos de Austin (1962) e Searle (1969), na década de 1960, sobre atos de fala, e de Grice (1975), na década de 1970, sobre postulados conversacionais, num primeiro momento, ocorreram principalmente na área da Filosofia da Linguagem. A Pragmática, como um novo entrecruzamento de disciplinas, similarmente logo se tornou parte integrante da Linguística e de outras disciplinas (VAN DIJK, 2017, p. 97).

Para Van Dijk (2017, p. 102), a ideia fundamental dos estudos de Austin e de Searle é a de que a linguagem não se realiza apenas em palavras ou frases, mas é uma forma especial de “ação social”: “De fato, atos sociais em geral, e os atos de fala em particular, não são realizados apenas por palavras, frases ou proposições, mas como parte de eventos comunicativos” (VAN DIJK, 2017, p. 103).

No entanto, Rajagopalan afirma: “Até hoje se encontra com facilidade quem acredite que, por não possuir o rigor, da matemática e da lógica, a pragmática não pode ser considerada uma área de estudos digna de ser incluída na companhia da sintaxe e da semântica” (RAJAGOPALAN, 2014a, p. 12). E continua explicitando, na sua opinião, como se dá a percepção das teorias nos estudos pragmáticos:

A pragmática de hoje tem um caráter nitidamente anticartesiano e antiplatônico. Ela é avessa a todo esforço de teorizar *ab ovo*. Percebe-se nela uma forte recusa a teorizar apressadamente, a partir da posição de que tudo tem que começar por uma boa teoria. Os pragmaticistas contemporâneos acreditam que a teoria não é a causa; ela é, na melhor das hipóteses, uma consequência do trabalho investigativo (RAJAGOPALAN, 2014a, p. 13).

Silva e Veras lembram que, segundo Rajagopalan, “a filosofia [de Austin é] radicalmente comprometida com o ‘*pragma*’, a palavra grega associada a ação e que [...] essa *pragma*-tica austiniana aponta para a primazia da ação na forma em que performativamente habitamos o mundo. (SILVA; VERAS, 2016, p. IX). Os autores também citam que

o agir na linguagem aproxima-se daquilo que a filósofa Hannah Arendt (2005) chamou de ação política, ou seja, a capacidade que os seres humanos têm de se constituírem e, ao mesmo tempo, construir o mundo **na** e **pela** linguagem. A performatividade permite-nos compreender que “viver num mundo real” e “falar dele com os outros” são no fundo uma e a mesma coisa (Arendt, 2005: 185) (SILVA; VERAS, 2016, p. X, grifos dos autores).

Considerando as pesquisas de Rajagopalan, muitos estudiosos têm produzido trabalhos sob a nomenclatura “Nova Pragmática”, cunhada pelo primeiro, justamente para marcar

a fase da Pragmática que conseguiu se desvencilhar das velhas amarras herdadas de outros tempos, que impediam os pesquisadores de encarar a linguagem com todas as complexidades que ela apresenta sem lhes dar costas ou simplesmente menosprezá-las em nome de aperfeiçoamento da teoria (RAJAGOPALAN, 2014a, p. 13).

Em consequência disso, a Nova Pragmática se volta para aspectos político-culturais, etnográficos, e também para uma abordagem prática³⁸, que se desvinculam das tradições teóricas ditas universais de uma Pragmática clássica herdeira da hegemonia ocidental. Marlow, com base em pesquisas de diversos autores, afirma que

A Nova Pragmática também se apresenta como “Pragmática latinoamericana”, expressão utilizada por pesquisadores que questionam os saberes e valores ocidentais e defendem os enfoques teóricos das chamadas “epistemologias do sul”, conceito propagado a partir da obra de mesmo nome (SANTOS; MENESES, 2010), que propõe resistência a uma reflexão epistemológica de “epistemologias dominantes”, bem como valoriza os saberes peculiares dos povos e nações colonizados (NOGUEIRA DE ALENCAR; MARTINS FERREIRA, 2016) (MARLOW, 2019, p. 141-142).

Alencar afirma que, na perspectiva de uma linguística hegemônica, “busca-se investigar as línguas sem qualquer interesse pela realidade dos seus falantes” (ALENCAR, 2014, p. 81). Inclusive, com base em Haberland e Mey (2002), Rajagopalan concorda sobre

a necessidade urgente de assegurar que o trabalho feito em pragmática seja socialmente relevante, chamando a atenção da sociedade para os “estudos da linguagem” [...] contra a consagrada prática na linguística hegemônica de conceituar a linguagem a partir de um falante solitário, por exemplo, começando a partir do que se passa na mente do indivíduo falante e, finalmente, promovendo falaciosamente a ideia de que esse indivíduo é incorporado à sociedade (RAJAGOPALAN, 2010, p. 40, grifos do autor).

³⁸ A “virada prática” tem sido amplamente, embora não de modo universal, reconhecida nas ciências sociais. Entretanto, na teoria linguística, a potencial fecundidade de uma abordagem prática ainda não se realizou. Há alguns precursores (notadamente, autores como Austin e Wittgenstein), mas implicações mais radicais da “virada prática” não foram efetivamente consideradas. Entre essas implicações está a ideia de que a langue não é estritamente anterior nem independente da parole; de que os falantes e suas intenções (ou seja, atores autônomos e plenamente conscientes e responsáveis) não precisam constituir o pano de fundo para a explicação da linguagem; e, por fim – talvez a implicação mais importante – de que a comunicação linguística não precisa ser inteiramente cooperativa (LEEZENBERG, 2014, p. 51).

Silva, Alencar e Ferreira, inclusive, informam que “Todos os autores desta nova pragmática, de um modo ou de outro, insurgem-se contra o quadro geral de racionalidade subjacente a conceitos como ‘significado do falante’ e outros com os quais certas teorias pragmáticas operam” (SILVA; ALENCAR; FERREIRA, 2014, p. 23).

Os autores tomam por exemplo a pressuposição genérica dos indivíduos que tem por modelo linguístico o indivíduo “branco, masculino e cooperativo” (SILVA; ALENCAR; FERREIRA, 2014, p. 23) em detrimento de categorias, como “mulheres”, “homens” e tantas outras que denotam a situação social dos falantes. Especificamente sobre a dita “abordagem prática”, Leezenberg contribuem com Silva, Alencar e Ferreira opinando que

Uma abordagem da linguagem e da comunicação linguística mais orientada para a prática pode lucrar com a influente noção de *habitus* de Bourdieu, entendida como a principal força que impulsiona a ação social. De acordo com Bourdieu, muitas de nossas ações sociais cotidianas são determinadas pelo nosso *habitus*, isto é, por um conjunto de disposições internalizadas, semiconscientes e semi-intencionais que fazem com que os sujeitos se comportem de certas maneiras e não de outras. Essas disposições refletem tipicamente (mas não de forma mecânica), fatores sociais e estruturais, como idade, gênero e classe social (LEEZENBERG, 2014, p. 52).

Rajagopalan também aponta para a necessidade de se resistir à atração do cognitivismo na pragmática. Segundo ele: “Cognitivismo e societalismo em pragmática têm como contrapartes na filosofia política o individualismo e o coletivismo – o que implica opiniões conflitantes sobre a natureza do ser humano, sobre a sociedade e a relação entre os dois” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 43).

Leezenber aponta que há aproximações entre a noção de *habitus* de Bourdieu e a noção, por exemplo, de *background* de Searle, e a noção de “interpretação preferencial” de Levinson (LEEZENBERG, 2014, p. 53). No entanto,

Uma interpretação orientada para a prática, nestes termos, não apenas iria incorporar formas esperadas de comportamento que não são completamente determinadas pela consciência, pela intenção ou pelo cálculo estratégico, mas também possibilitaria mais espaço para analisarmos o conflito tão presente na comunicação (LEEZENBERG, 2014, p. 53).

Segundo autores da Nova Pragmática, a proposta searleana preteriu o viés ético que permeia a teoria austiniana e, também por isso, não é discutida para além de uma subjetividade ética. Assim, o sujeito ético da linguagem em Austin

não é um sujeito totalmente privado nem de consciência nem tampouco de intencionalidades do seu dizer, como pressupõem algumas abordagens discursivas, porque é um sujeito que se reconhece, enquanto agente moral, responsável e responsivo pelos seus atos de linguagem, em vista de que esses atos de linguagem, através de determinadas escolhas linguísticas, são para o outro, são com/contra o outro (GONÇALVES, 2014, p. 319).

Por fim, conforme sintetizaram Lins e Capistrano Júnior, quando reconheceram a possibilidade da interface LT e Pragmática, pelo consenso, inclusive, sobre a noção de contexto, ressaltamos, neste trabalho a propriedade de a(s) Pragmática(s) ser(em) interdisciplinar(es), porque sua abrangência

trata não apenas dos aspectos sociais e situacionais das interações humanas, mas também de processos cognitivos, uma vez que grande parte desses processos acontece no interior da sociedade e não exclusivamente dos indivíduos (KOCH, CUNHA-LIMA, 2004), pressuposto assumido pela LT. Nessa visão, a noção de contexto é tributária das ações conjugadas, social e cognitivamente (LINS; CAPISTRANO JUNIOR, 2017, p. 27).

E, portanto, considerando o diálogo estabelecido entre as diferentes disciplinas da linguística e a aplicabilidade desses estudos na análise dos fenômenos objeto da presente tese, na medida do necessário, este trabalho fará a distinção entre Pragmática e Nova Pragmática, considerando que

uma pragmática, nova ou qualquer outra, deve se propor a responder aos problemas da significação sem recorrer a mistérios [da mente], sem precisar de fundos ocultos universais e sem medo de ir a campo em busca de plausibilidade etnográfica para seus mais sérios pressupostos (SILVA; ALENCAR; FERREIRA, 2014, p. 36).

Avançamos, portanto, com a apresentação da teoria dos atos de fala, originária de Austin, revisitada por Searle e problematizada por Rajagopalan e outros.

2.2.1 Teoria dos Atos de Fala

“Austin soube, como ninguém, discutir ao mesmo tempo a linguagem humana e o humano, como ninguém mostrou que a linguagem não se distancia do humano, do corpo, e, de maneira exemplar, mostrou como o corpo e a linguagem se fundem”
(OTTONI, 2002, p. 138)

A Teoria dos Atos de Fala tem origem na Filosofia da Linguagem³⁹, com o filósofo inglês John Langshaw Austin (1911-1960), seguido por seu aluno, o filósofo norte-americano John Rogers Searle (1932-) e outros. Tais filósofos concebiam a linguagem como ação, entendiam que "dizer é fazer". Esse modo de pensar sobre os diversos tipos de ações humanas que se realizam através da linguagem cunhou-se como "atos de fala" apesar de que Austin não utilizou nem essa expressão e nem a palavra teoria com a relevância atual, como nos aponta Ottoni:

O conceito de *ato de fala* sofre tentativas de formalização dentro de uma "teoria"; uma vez que Austin no seu texto *Performativo-Constativo* ao falar do *ato de fala* em duas passagens lembra sempre a necessidade de encará-lo como algo mais geral, como uma doutrina que dê conta do *que se faz ao dizer alguma coisa*. Também no início na última conferência (1962a, p.148), ele faz a seguinte afirmação: *O ato de fala total na situação de fala total é o único fenômeno que, em última instância, estamos procurando elucidar* (p.148). Destaco este fato para lembrar que não é por acaso que Austin relaciona o *ato de fala* ao *ato de fala total na situação de fala total* para o momento ainda a ser revelado. Deste modo, podemos dizer que há uma ordem que não aparece por acaso. Há o *performativo* que é o fenômeno central, seguido de um desdobramento através do *ilocucionário* e, finalmente, o *ato de fala total* como algo a ser desvendado (OTTONI, 2002, p. 133, grifos do autor).

Ottoni também nos informa sobre o tempo e sobre um recorte histórico em que essas ideias vêm à tona no cenário mundial: “O momento histórico preciso do fortalecimento das discussões sobre a linguagem, surgido na Inglaterra pela chamada escola de Oxford, é a década de 40 e mais precisamente o pós-guerra” (OTTONI, 2002, p. 118). Conforme Ottoni,

³⁹ “Filosofia da Linguagem’, ‘Filosofia da Linguagem Ordinária’, ‘Filosofia de Oxford’ ou ‘Filosofia Linguística’ é um movimento filosófico que se desenvolveu na Inglaterra, no período entre as duas guerras e que alcançou seu auge entre o final da década de 1940 e o início da década de 1960. Algumas de suas principais ideias foram desenvolvidas por John Austin e por Ludwig Wittgenstein. O termo ‘Filosofia da Linguagem Ordinária’ contrasta com a lógica positivista ou positivismo lógico da ‘filosofia da linguagem ideal’ que menosprezava abertamente a linguagem ordinária por ser repleta de ambiguidade e imprecisão, portanto inadequada para os propósitos dos filósofos. Mas diferentemente, os filósofos da linguagem ordinária insistiam na importância de examinar a linguagem do dia a dia, mesmo com severas críticas de filósofos analíticos, por exemplo, Russel, filósofo britânico, que considerava a Filosofia da Linguagem Ordinária um desvio da filosofia, na melhor das hipóteses, e, na pior, uma aberração” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 21-23, 27).

No início dos anos 50, coincidentemente, um lingüista norte-americano está propondo a gênese do que vai ser mais tarde um dos maiores empreendimentos lingüísticos na história desta ciência: a sintaxe gerativa. Trata-se de Noam Chomsky. Nesta mesma época, desenvolvia-se, na França, liderado por Emile Benveniste, um importante trabalho sobre a linguagem que tinha a semântica como centro das discussões. É importante lembrar que, na França, além de Emile Benveniste pensadores, como Michel Foucault, Jacques Derrida e Jacques Lacan, entre outros, começavam a elaborar importantes reflexões sobre a linguagem que vão desembocar nas reflexões denominadas de pós-estruturalista (OTTONI, 2002, p. 118-119).

Assim, contemporaneamente ao gerativismo, a linguagem na filosofia era concebida como uma forma de representar o mundo, de representar o estado das coisas e as ações relacionadas a estas coisas. Representando o mundo, a linguagem daria conta de constatar o que é dito como falso ou verdadeiro, de acordo com a realidade. Austin vai inaugurar uma nova perspectiva de estudos sobre a linguagem ao empreender discussões sobre os atos de fala, sobre as ações que praticamos por meio da linguagem. Ottoni nos dá uma visão mais clara sobre os estudos desenvolvidos pelos filósofos de Oxford, dentro os quais está Austin:

Austin é o filósofo da escola de Oxford que vai [...] de maneira inédita [...] abalar [...] certas questões fundamentais da lingüística descritiva e da filosofia tradicional. [...] a questão do “uso” da linguagem foi amplamente discutida por Ludwig Wittgenstein no **Philosophische Untersuchungen (Investigações Filosóficas)**, publicado em 1953, o que contribuiu para fortalecer posteriormente algumas das discussões propostas por Austin; o empreendimento de Austin, entretanto, foi uma atitude única e original, independente do próprio Wittgenstein. [...] Austin não era o único filósofo da escola analítica de Oxford que procurava resolver questões filosóficas, discutindo a linguagem ordinária: com ele estavam Strawson, Ryle e Hare, entre outros. Mas foi Austin quem introduziu de maneira definitiva os conceitos de *performativo*, *ilocucionário* e de *ato de fala*, conceitos através dos quais deslança toda a sua argumentação. Estes três conceitos tanto se perpetuaram nas discussões posteriores da filosofia analítica quanto nas da lingüística (OTTONI, 2002, p. 120, grifos do autor).

Rajagopalan cita que, “Aos olhos do mundo acadêmico, Austin se realizou por obra e graça da dedicação e da determinação do seu discípulo preferido, John Searle” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 245) – essa é a leitura que, em geral, encontra-se na literatura sobre o assunto. No entanto, apesar de Austin e Searle serem filósofos, eles demarcavam opiniões distintas de abordagem: Austin era filósofo linguista e Searle, filósofo da linguagem. A distinção entre elas é do próprio Searle:

A filosofia linguística é a tentativa de resolver problemas filosóficos particulares, examinando o emprego corrente de certas palavras ou de certos elementos no interior de uma dada língua. A filosofia da linguagem é a tentativa de fornecer uma descrição filosoficamente esclarecedora para certos traços gerais da linguagem, tais como a referência, a verdade, a significação e a necessidade; não é senão ocasionalmente que sua atenção se volta para os elementos particulares de uma língua. Entretanto, o seu método de investigação, quando empírico e racional mais do que a *priori* e especulativo, deverá forçá-la a examinar de modo bastante preciso os factos encontrados nas línguas naturais (SEARLE, 1975, p. 10).

Portanto, as contribuições de Searle sobre as ideias concebidas por Austin não são pacíficas entre os estudiosos dos Atos de Fala. Rajagopalan, com frequência, se refere a esse fato: “me convenci de que a leitura que Searle fez da obra de Austin não passava de uma intervenção definitivamente enviesada e interesseira [...] com enormes consequências” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 9), uma “*devassa interpretativa*” no texto de Austin (RAJAGOPALAN, 2010, p. 13). “Também não há dúvida de que Austin [...] foi sequestrado [por Searle] para caber nos moldes da linguística hegemônica”⁴⁰ (RAJAGOPALAN, 2010, p. 42). Mas antes ainda de Rajagopalan,

Para Derrida, havia nas reflexões de Austin toda uma pujança, toda uma riqueza que foi apagada e achatada por Searle em sua ânsia de formular, com base nas ideias de Austin, um arcabouço teórico de aplicações imediatas, meta que o próprio Austin considerava prematura. Mas a principal crítica de Derrida era a de que Searle teria passado de largo da questão com que Austin se preocupava: uma teoria sobre o direito, a ética e a política. No entender de Derrida, Austin estava o tempo todo empenhado em nos mostrar como tudo isso passava pela questão da linguagem (RAJAGOPALAN, 2010, p. 8).

A Teoria dos Atos de Fala reúne, originalmente, doze conferências proferidas por Austin na Universidade de Harvard, EUA, em 1955, e publicadas postumamente, na obra de título *How to do Things with words*, em 1962, devidamente revisada por terceiros. Rajagopalan nos informa que Austin “publicou pouco em sua vida e elaborou a maior parte de suas ideias em conferências e seminários, em Oxford” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 75) entre as décadas de 1940 e 1960 e que, repentinamente, “um câncer terminal que resultou, dois anos mais tarde, em sua morte aos 49 anos, em plena produção intelectual”, interrompeu a carreira e impediu que Austin concluísse muitas de suas ideias que foram, posteriormente, pensadas por

⁴⁰ “Ao descontextualizar o ato de fala individual, ou seja, ao retirá-lo do seu contexto, a fim de considerá-lo isoladamente como uma unidade investida de certo potencial comunicativo (ilocucionário), Searle tornou possível ao conceito ser facilmente absorvido pelo modelo da sintaxe que estava sendo proposto pelos defensores da ‘semântica gerativa’” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 42).

Searle, mas “havia diferenças enormes entre as formas de pensar em cada um deles” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 17).

Os textos de Austin não chegaram a uma versão plena, inclusive seus textos originais são marcados por descontração e reflexões que não caracterizam uma teoria acabada em si, mas em processo de amadurecimento despretençioso. Ottoni lembra que muitos estudiosos o consideravam “‘exageradamente acadêmico’ (*over-pedantic*), ‘exageradamente cauteloso’ (*over-cautions*) e [...] ‘exageradamente seguro’ (*over-sure*) de suas defesas antes de se expor” (OTTONI, 2002, p. 120).

Mesmo assim, seus escritos apresentam bem a sua tese de que dizer é transmitir informações, mas também é uma forma de agir sobre o outro e sobre o mundo, diferente do pensamento da sua época que entendia a linguagem como uma descrição⁴¹ do mundo. Segundo Ottoni,

verdade e falsidade são conceitos que não terão mais um papel relevante nem prioritário para Austin. A partir deste momento podemos falar de uma visão performativa, na qual o sujeito não pode se desvincular de seu objeto fala e, conseqüentemente, não é possível analisar este objeto fala desvinculado do sujeito (OTTONI, 2002, p. 130).

Neste sentido, Rajagopalan exemplifica: “um dito pode ser julgado verdadeiro ou falso, enquanto um feito só pode ser julgado feliz ou infeliz, nunca em termos de verdade e falsidade” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 14), afinal, “uma das conclusões a que ele [Austin] mesmo chegou [...] é que todo dizer é [...] um fazer e, enquanto tal precisa ser abordado com conceitos e categorias próprios para a análise de feitos e não de ditos” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 14).

As primeiras ideias de Austin (1962) – Hipótese performativa - distinguem os enunciados em dois tipos: os constativos (declarativos), aqueles que são descrições ou relatos de um estado de coisas, passíveis então de submissão ao critério da verificabilidade, e os performativos (tem efeito, futuramente “ato de fala”), que são

⁴¹ “As discussões iniciais sobre a *performatividade* aparecem ligadas à discussão da certeza de se saber algo, certeza sobre a qual Austin desenvolve toda uma argumentação que desemboca na crítica à falácia descritiva; já que a linguagem não é puramente descritiva mesmo quando se diz eu sei (Austin 1946, p.38). Segundo ele, há circunstâncias nas quais não **descrevemos** a ação, mas a **praticamos**” (OTTONI, 2002, p. 126, grifos do autor).

enunciados que não descrevem, não relatam, não constata nada e, portanto, não se submetem ao critério de verificabilidade. Estes enunciados são aqueles proferidos na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, na forma afirmativa e na voz ativa, e que assim indicam a realização de uma ação. Nas palavras de Austin, a distinção performativo-constativo:

O enunciado constativo tem, sob o nome de afirmação tão querido dos filósofos, a propriedade de ser verdadeiro ou falso. Ao contrário, o enunciado performativo não pode jamais ser nem um nem outro: tem sua própria função, serve para realizar uma ação. “Formular um tal enunciado” é realizar a ação, ação, talvez, que não poderia ser realizada, ao menos com uma tal precisão, de nenhum outro modo (AUSTIN, [1958] 1998, p. 109).

Porém, na continuidade de suas reflexões, Austin abandona a questão dos constativos⁴² porque chega à conclusão de que todos os atos da linguagem ordinária⁴³ são performativos, ou um “performativo mascarado”. Partindo de um exemplo clássico de constativo, Austin explica:

O exemplo clássico dos enunciados constativos é aquele em que se diz: “eu afirmo que...”. Partimos daí e logo encontramos: “eu te previno que...” É ainda uma declaração ou já é uma ameaça? E se é ainda um enunciado constativo, como nós distinguiremos esses dois atos? Não haveria talvez grande problema se fossem confundidos, se cada vez mais tivéssemos percebido, em todas as frases da linguagem ordinária, o enunciado performativo explícito, o que afasta, bem entendido, toda margem precisa da distinção da qual nós partimos (AUSTIN, [1958], 1998, p. 124).

Austin empenhou-se nos estudos sobre os enunciados performativos que, ao serem proferidos, realizam a ação do verbo, executam atos, porque não havia uma

⁴² “após o abandono da distinção performativo-constativo (cf. Austin, 1958), ele continua a empregar o performativo para denominar toda “fala” humana. É neste momento que há uma tensão na sua argumentação, não há mais separação entre sujeito e objeto, não há mais volta, não há mais possibilidade de acordo com seus antecessores, e opositores, que analisam a linguagem através somente de certas marcas lingüísticas. Esta atitude, da grande maioria dos estudiosos da linguagem, se reflete de maneira estanque na análise dos atos de fala, do *ilocucionário* e do *performativo* enquanto teorias independentes. Há uma relação entre estes três conceitos no interior da sua argumentação; mas não se pode dizer que há de fato uma relação de complementaridade no sentido de um estar ligado ao outro de modo linear, ou de um se definir pelo outro. O que há é um desdobramento destes conceitos no interior da sua argumentação. Há toda uma força histórica no interior das discussões sobre a linguagem que justifica a análise e o aparecimento da performatividade num determinado momento” (OTTONI, 2002, p. 127, grifos do autor).

⁴³ A visão performativa da linguagem de Austin funde procedimentos filosóficos e técnicas de análise da linguagem ordinária, ao ponto de tornar inseparáveis filosofia e linguagem. Segundo Sousas (1995), na introdução da obra de Ottoni, “Esta fusão se reflete nesta visão performativa em que subjaz uma nova concepção da linguagem, concepção incompatível com uma abordagem formalista, estritamente empiricista e cientificista da linguagem em que há uma cisão entre o sujeito e o objeto” (OTTONI, 1998, p. 12).

correspondência direta entre uma ação e um ato de fala. Sobre isso, Ottoni explica que

os atos ilocucionários, que são convencionais, possibilitam a existência de enunciados performativos sem que seja possível identificar uma forma gramatical para eles; ou seja: são regras convencionais que dão condições para que tal enunciado em tal situação seja ou não performativo, realize ou não uma ação. Daí, Austin concluir que uma afirmação pode ser um performativo (OTTONI, 2002, p. 129).

Assim, por entender um “fazer falando” da linguagem, Austin não avalia as proposições como falsas ou verdadeiras, mas como bem-sucedidas ou não, dependendo das condições contextuais do ato de fala. Lins e Capistrano Júnior também contribuem com o entendimento dessa questão ao contextualizarem a interpretação dos atos de fala. Segundo os autores,

há muito mais a interpretar num ato de fala do que aquilo que está presente no enunciado. Em síntese, dizer é fazer, é agir, e o texto, lugar da interação, é visto como um macroato de fala.

As intenções envolvidas em dizer algo vão além de selecionar elementos lexicais e organizá-los em uma sintaxe, uma vez que a apreensão dos atos intencionais (força ilocutória pretendida) depende não somente de fatores sociointerativos, mas também de processos cognitivos (LINS; CAPISTRANO JÚNIOR, 2017, p. 30).

Portanto, para que um enunciado performativo seja bem-sucedido, é necessário que as circunstâncias dessa enunciação sejam adequadas, ou melhor, atendam determinados critérios, sob pena de tornar-se o enunciado nulo, sem efeito, “infeliz”, segundo Austin: “se o autor não está em condições exigidas para agir (e há uma quantidade destas condições), então seu enunciado será, como o nomeamos geralmente, ‘infeliz’” (AUSTIN, [1958] 1998, p. 112).

Gonçalves esclarece as “condições de felicidade” da seguinte forma: “os usuários da língua devem obedecer a determinadas regras e convenções linguístico-pragmáticas para que as interações verbais se efetivem com vistas à obtenção de êxito” (GONÇALVES, 2014, p. 312). As principais “condições de felicidade” do enunciado performativo, para Austin, são a autoridade do falante sobre o destinatário da ordem e as circunstâncias ou condições sociais apropriadas para a enunciação. E ainda, Gonçalves, com base em Alston (1972), inclui nas condições de felicidade pensadas

por Austin as regras morais e de polidez (GONÇALVES, 2014, p. 314). Ottoni também registra as condições de infelicidade dos enunciados performativos:

As infelicidades mais específicas do performativo são: (a) a nulidade (ou sem efeito) quando o autor não está em posição de efetuar tal ato, quando não consegue, formulando seu enunciado, completar o ato pretendido; (b) o abuso da fórmula (falta de sinceridade) quando se diz: eu prometo, por exemplo, sem ter a intenção de realizar a ação prometida; (c) a quebra de compromisso quando se diz eu te desejo boas vindas [sic], por exemplo, tratando no entanto o indivíduo como estranho (OTTONI, 2002, p. 128).

Mas os estudos de Austin deram conta que nem todo enunciado performativo tem verbo na primeira pessoa do singular do presente do indicativo na forma afirmativa e na voz ativa e que nem todo enunciado na primeira pessoa do singular do presente do indicativo na forma afirmativa e na voz ativa é performativo. E ainda, que existem enunciados performativos sem nenhuma palavra relacionada ao ato que executam, como os verbos imperativos.

Suas observações sobre os atos de fala levaram à constatação e à distinção de atos performativos explícitos e atos performativos implícitos – ou primários –, conforme sumarizado na Figura 3. Os atos performativos naturais, dada a sua natureza implícita, têm aparência de constativos. Austin exemplifica:

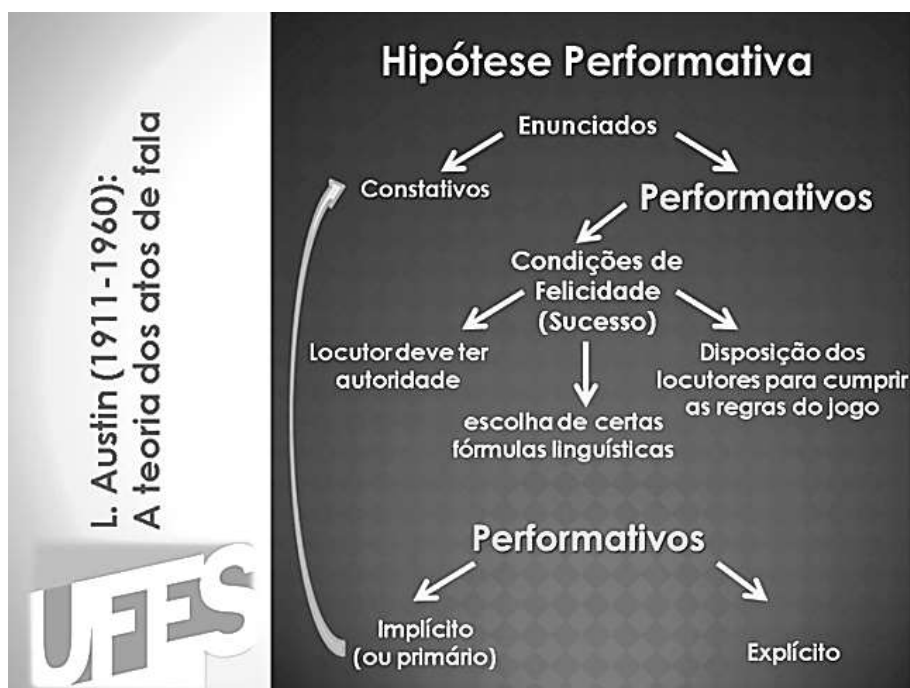
Afirmações na aparência tão factuais, tão constativas como “dormi mal esta noite” não podem ser, na realidade, pedidos, súplicas, ameaças disfarçadas? Minha resposta é: Naturalmente! Além do que entendemos pela “significação” de uma frase [...], nós temos sempre alguma coisa que chamaremos, já que é preciso lhe dar um nome, sua “força” (AUSTIN, [1958] 1998, p. 134, grifos do autor).

Austin prossegue com esclarecimentos sobre o que entende por “força” de uma frase ou expressão, considerando o mesmo exemplo anterior:

Estas forças são precisamente a mesma coisa [...] o que eu me esforcei para descrever sob o nome de *speech-acts*. Tentando explicar o segundo sentido, ou a força de uma expressão como “dormi mal esta noite”, nós dizemos: é uma ameaça, é uma advertência, é uma queixa etc., quer dizer, nós nos esforçamos para qualificar o gênero do ato do discurso que ela manifesta. [...] há aí um problema completamente distinto daquele da significação, que não se situa sobre o plano do conteúdo factual das expressões, mas sobre o plano das forças que se manifestam quando falamos (AUSTIN, [1958] 1998, p. 135).

A Figura 3 resume o entendimento de Austin de que, por fim, todos os enunciados são performativos e dependentes das condições de felicidade para que obtenha êxito: a legitimidade do lugar de fala do locutor, a força do léxico escolhido e o efeito que essa força produz sobre o interlocutor. E ainda, que locuções aparentemente constativas podem ser performativos implícitos.

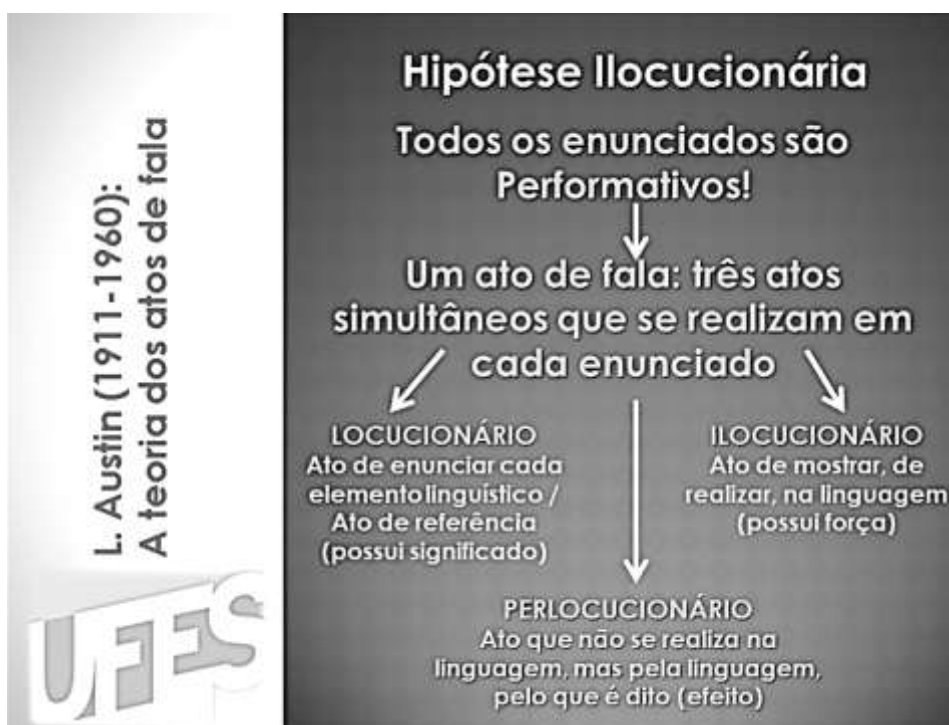
FIGURA 3 – A Hipótese Performativa de Austin



Fonte: Produção de Marlow

Assim, reconhecendo a performatividade da linguagem ordinária, numa segunda fase de sua reflexão teórica – Hipótese Ilocucionária – Austin identifica três atos simultâneos que se realizam em cada enunciado: o ato locucionário, o ato ilocucionário e o ato perlocucionário, apresentados conforme o esquema da Figura 4, a seguir:

FIGURA 4 – A Hipótese Ilocucionária de Austin



Fonte: Produção de Marlow

Para Austin, todo ato de fala é, ao mesmo tempo, locucionário, ilocucionário e perlocucionário porque: quando se enuncia, há o ato de enunciar cada elemento linguístico que compõe a frase. É o ato locucionário. Paralelamente, quando se enuncia, realiza-se uma ação na linguagem. É o ato ilocucionário. E ainda, quando se enuncia, há um resultado decorrente dessa enunciação, um ato que não se realiza na linguagem, mas pela linguagem. Trata-se do ato perlocucionário (AUSTIN, [1958] 1998).

Ottoni (2002, p. 133) aponta o conceito de *uptake* de Austin para suposto controle do significado e para mostrar as maneiras citadas por Austin para discenir o ato ilocucionário do perlocucionário: [1] “assegurar sua apreensão (*securing uptake*), [2] *tem efeito (taking effect)* e [3] *levam a uma resposta ou seqüela (inviting a response)* (1962a, p. 100)”:

Destas três, a primeira [assegurar sua apreensão] é a mais importante, uma vez que com o *uptake* fica mais claro que a referência que vai estar diretamente ligada ao momento da enunciação, não se dá mais ao nível constativo da linguagem, mas numa concepção performativa; ou seja, no momento em que há o reconhecimento entre os interlocutores de que *algo está assegurado*, de que o “objetivo ilocucionário” foi realizado através de sua

“força”. O *uptake*, enquanto uma relação entre interlocutores por meio da linguagem, está próximo do jogo de linguagem já que não há regras nem critérios formais definitivos que possam descrevê-lo. Austin comenta: Assim a realização de um ato ilocucionário envolve *assegurar sua apreensão* [*uptake*] (p.100). E mais à frente afirma: *a referência depende do conhecimento que se tem ao emitir o proferimento* [utterance] (cf. p.119). Esta nova noção de referência tem que passar pelo “eu” para se constituir como linguagem, para realizar uma ação (OTTONI, 2002, p. 133-134, grifos do autor).

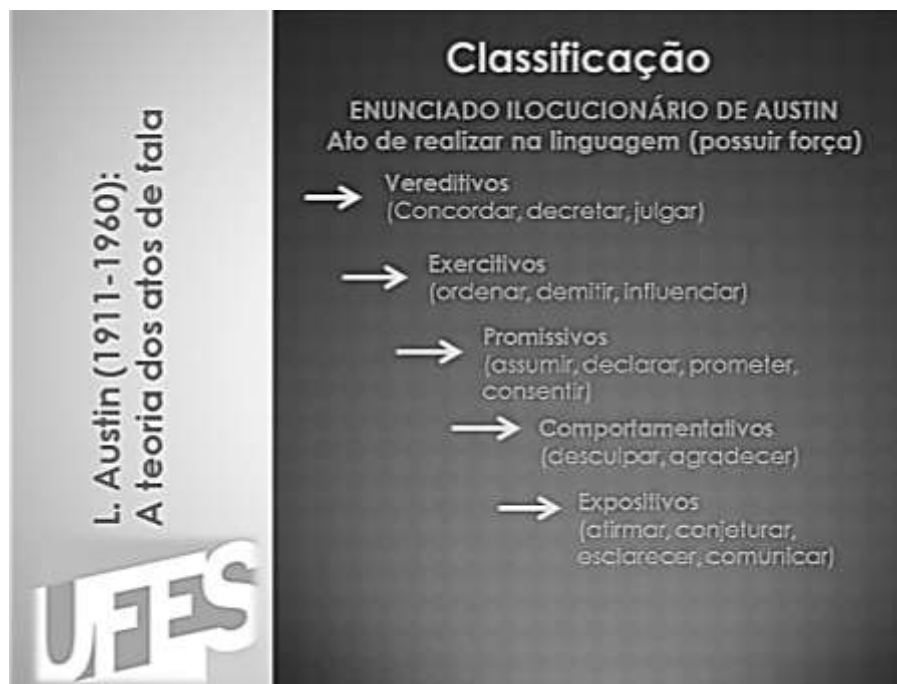
No entanto, tendo em vista que “em qualquer situação de fala não há um “controle” do sujeito (falante) sobre sua intenção, já que ela se realiza, juntamente e através do *uptake* (com seu interlocutor)” (OTTONI, 2002, p. 135), Ottoni reinterpreta o conceito de *uptake* de Austin: “numa versão branda é lugar onde se complementam o “eu” e o “tu”, onde se assegura a fala. Numa versão mais forte, o *uptake* é o lugar do desmantelamento da intenção, o caminho próprio da desconstrução” (OTTONI, 2002, p. 135).

Informalmente, conforme aponta Rajagopalan (2010, p. 47), a categoria dos cinco grupos de atos de fala de Austin – veriditivos, exercitivos, comissivos, comportamentais e expositivos – não era uma proposição em si, mas uma reflexão em curso: “ele o fez valendo-se de critérios puramente intuitivos e confessadamente vagos. Tanto que ele chega a admitir todo o seu desconforto:”

As duas últimas classes são as que acho mais difíceis, e bem pode ser que não estejam nitidamente classificadas ou que estejam um tanto embaralhadas, ou mesmo que necessitem de uma classificação inteiramente distinta. *Não estou, de modo algum, propondo nada definitivo*. Os comportamentais criam problemas porque parecem demasiado heterogêneos, os expositivos, porque são excessivamente numerosos e importantes, e tanto parecem estar incluídos em outras classes quanto parecem, por vezes, ser sui generis de uma forma que *não consegui esclarecer nem para mim mesmo*. Bem que se poderia dizer que todos os aspectos estão presentes em todas as classes (Austin, 1962^a: 124) (ênfase acrescida) (RAJAGOPALAN, 2010, p. 47).

A Figura 5 demonstra como Austin, de forma inconclusa, categorizou os enunciados ilocutórios, na tentativa de estabelecer uma classificação que organizasse satisfatoriamente os atos de fala. Sua morte precoce interrompe tais reflexões.

FIGURA 5 – Classificação do ato ilocucionário de Austin



Fonte: produção de Marlow

Mais tarde, após a morte de Austin, seus estudos são revisitados por John Searle, primeiramente em *Speech acts* (1969) e depois em *Expression and meaning* (1979). Especificamente sobre as cinco categorias de atos ilocucionários estabelecidas por Austin, conforme a Figura 5, Searle manifestou discordância e propôs uma taxonomia alternativa.

Assim, conforme a Figura 6, as novas categorias de Searle seriam, então: os assertivos, que mostram a crença do locutor quanto à verdade de uma proposição; os diretivos, que tentam levar o alocutário a fazer algo; os compromissivos, que comprometem o locutor com uma ação futura; os expressivos, que expressam sentimentos; e os declarativos, que produzem uma situação externa nova.

FIGURA 6 – Classificação alternativa do ato ilocucionário de Searle



Fonte: produção de Marlow

Searle também reclassificou em 12 critérios os valores ilocucionários, sendo os quatro primeiros: (a) o objetivo ilocucionário (condição essencial); (b) a direção de ajustamento e estatuto dos locutores; (c) o estado psicológico expresso (condição de sinceridade); (d) o conteúdo proposicional (relação passado / presente, previsão de futuro). Conforme Rajagopalan,

Em nenhum outro lugar, o platonismo de Searle é mais autoevidente do que na avidez com que ele procura os universais na teoria dos atos de fala. Assim, contra a rude, mas eficaz, classificação de Austin dos atos ilocucionários em cinco categorias um tanto confusas e intersectadas, Searle (1975^a) oferece uma taxonomia com 12 tipos exaustivos, argumentando que ‘em última instância, acredito eu, condições essenciais formam a melhor base para uma taxonomia’ (Searle, 1979: 2). E ele continua a repreender Austin por não ter procurado esses princípios básicos: ‘A mais importante debilidade da taxonomia [de Austin] é que não há um princípio claro ou consistente, ou um conjunto de princípios com base nos quais a taxonomia está construída’ (Searle, 1979: 10) (RAJAGOPALAN, 2010, p. 107).

Rajagopalan e muitos outros estudiosos são unânimes em apontar também “na proposta alternativa de Searle exatamente a mesma falha que ele havia afirmado ter encontrado na tentativa de Austin, ou seja, de confundir atos ilocucionários com verbos ilocucionários” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 51).

Estudos posteriores, como os de Rosaldo (1982), citada por Rajagopalan, põem “em dúvida a própria possibilidade de fazer uma taxonomia de atos de fala com o objetivo de que esta sirva ‘de fundamentação para uma tipologia transcendental’ da ação linguística” (ROSALDO, 1982, apud RAJAGOPALAN, 2010, p. 52).

Concordamos com Rajagopalan em desconsiderar os “destroços das inúmeras tentativas que tentaram [sic] classificar os atos ilocucionários, cuja quantidade exata, nem Austin, o pai da teoria, se atrevia a arriscar, a não ser com uma estimativa propositalmente vaga” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 45), nem Searle conseguiu fazê-lo e “permanece [...] um trabalho essencialmente intuitivo sobre o uso dos diversos verbos performativos na língua materna do autor” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 58).

Searle postula que uma enunciação é um ato proposicional, pois corresponde ao conteúdo comunicado, e um ato ilocucional, pois corresponde ao ato que se realiza na linguagem. A noção de proposição encontra perfeita harmonia com a gramática e aproxima a teoria de Austin da tradição logicista, que ele criticava com a sua abordagem de linguagem ordinária. Sobre isso também há críticas para Searle:

Austin (1962^a), é verdade, fez um grande esforço para virar a mesa quando defendeu que os enunciados constativos (de expressão de fatos) não eram senão enunciados performativos disfarçados. Mas, curiosamente, a ideia da primazia do significado proposicional foi restabelecida pelo seu mais conhecido intérprete e legatário intelectual, John Searle (1969), quando ele reintroduziu no modelo a noção de “conteúdo proposicional”, postulando a existência, no conteúdo de um ato de fala, de um núcleo duro baseado na forma de valor de verdade (Rajagopalan, 2000b) (RAJAGOPALAN, 2010, p. 226).

Para Searle pode não haver uma correspondência entre conteúdos proposicionais, portadores de valores veritativos, e a força ilocutória, pois um mesmo conteúdo proposicional pode exprimir diferentes valores ilocutórios. Essa não correspondência entre a estrutura sintática dos enunciados (declarativa, interrogativa, imperativa, etc.) e o seu valor ilocucionário (de asserção, pergunta, ordem, pedido, etc.) estabelece outra distinção para os atos de fala ilocucionários: atos de fala diretos e atos de fala indiretos.

Os atos de fala ilocucionários diretos são realizados por meio de formas linguísticas especializadas, isto é, típicas daquele tipo de ato, a exemplo da entonação típica das perguntas; das formas verbais imperativas tipicamente usadas para dar ordens e conselhos ou fazer pedidos, e das expressões, como: “por favor”, “por gentileza” etc., tipicamente usadas para fazer pedidos ou solicitações com cortesia. Já os atos de fala ilocucionários indiretos (ou derivados) são realizados por meio de formas linguísticas típicas de outro tipo de ato. Nesse sentido é que dizer é fazer uma coisa sob a aparência de outra.

Inclusive, Dascal cita o ato de fala indireto justamente para designar o enunciado não transparente, “que quer dizer outra coisa’ no sentido que sua interpretação pragmática final difere de seu significado do enunciado, tanto em sua força ilocucionária, quanto em seu conteúdo proposicional, ou nos dois” (DASCAL, [1983] 2011, p. 208). Dascal lembra ainda a importância de o leitor, ou o interlocutor, “estar familiarizado” com esse tipo de ato de fala, o que chama a atenção para o contexto sociocultural dos falantes.

Dentre as críticas a Searle, está justamente a “tendência universalizante da teoria dos atos de fala” enraizada no etnocentrismo (RAJAGOPALAN, 2010, p. 63). Searle é acusado de sugerir um “falante ideal imaginado pela teoria dos atos de fala” e de ignorar a diversidade cultural na expansão que faz das ideias de Austin para prestigiar generalizações teóricas e filosóficas (RAJAGOPALAN, 2010, p. 111, 132). “Toda a ideia dos atos de fala indiretos (cf. Searle, 1975b), por exemplo, baseia-se crucialmente nessa concepção de sujeito⁴⁴ [prototípico] de linguagem” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 132).

Estudos como os de Duranti (1983) reagem a isso alertando para “a necessidade de respeitar a especificidade cultural de cada comunidade de fala e prestar maior atenção

⁴⁴ “a separação sujeito-objeto que é característica fundamental de uma ciência (da linguagem) de base descritiva e formal foi combatida por Austin. Podemos dizer que, na visão performativa, há inevitavelmente uma fusão do sujeito e do seu objeto, a fala; por isso, as dificuldades de uma análise empírica em torno do performativo; além disso, conceber o performativo como um objeto de análise linguística independente de uma concepção de sujeito está fadado, neste caso, ao fracasso. Esta preocupação Austin procurou mostrar ao longo de sua obra: a relação da fala com seu uso por um sujeito” (OTTONI, 2002, p. 126).

às características peculiares no lugar da prática vigente de usar o rolo compressor da doutrina universalista” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 52). Na visão de Searle, segundo Rajagopalan, “embora reconheça a existência de diferenças entre as diversas línguas no uso de formas indiretas de atos, prefere tratá-las como ‘meras diferenças idiomáticas, devidas à variação accidental’” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 64).

Para Rajagopalan, os atos ilocucionários têm o papel original, conforme Austin, “de serem unidades de análise indissolivelmente culturais, compreensíveis apenas enquanto fatos institucionais, específicos de cada comunidade de fala” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 65). E mais, de ter Austin atingido “o ponto culminante de suas reflexões quando ponderou: “O ato de fala em sua plenitude, na plenitude total do seu contexto, é, afinal de contas, o único fenômeno de fato que estamos empenhados em elucidar” (Austin, 1962^a: 148) (RAJAGOPALAN, 2010, p. 65).

Desde a introdução da sua obra, Ottoni (1998) manifesta sua crítica a Searle, por firmar para as ideias de Austin sua interpretação particular. Nas palavras do autor:

Critico a leitura que John Searle fez de Austin. O papel de Searle é ambíguo: se, por um lado, ele tem o mérito de ter introduzido as idéias de Austin no interior das discussões da ciência linguística, por outro, pode-se dizer que ele descaracterizou demasiadamente estas idéias, desvirtuando-as de maneira definitiva. [...] Na verdade, o caráter inovador das propostas de Austin proporciona inegavelmente várias interpretações e a de Searle é apenas uma delas (OTTONI, 1998, p. 12).

Ottoni (1998) ressalta as muitas possibilidades de “interpretação” das ideias originadas em Austin:

Podemos dizer que os conceitos de *ato de fala*, *performativo* e *ilocucionário* são analisados de maneiras tão diferentes e divergentes quantas são as “teorias” que estudam a linguagem. Estes conceitos sofrem constantes redefinições, e a flexibilidade “teórica”, para muitos estudiosos que trabalham com a linguagem, serve mais para eles explorarem suas próprias áreas de pesquisa do que discutir as reflexões de Austin (OTTONI, 2002, p. 131).

Prosseguindo com as ressalvas quanto a Searle, Rajagopalan (2010) também entende, quanto ao legado de Austin, que Searle desassocia academia e política: “O próprio Searle parece sustentar o ponto de vista de que as visões políticas de um filósofo são completamente independentes de suas teses filosóficas. A visão política

de Searle se encaixa habilmente em sua posição global como filósofo da linguagem” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 131).

Rajagopalan (2017) lembra como se deu a construção do conceito de “ato de fala”, fazendo uma relação com as transformações ocorridas nos estudos da LT. Nas palavras do autor:

Pois, estou inclinado a acreditar que, assim como a Linguística Textual (doravante, LT) – que, nas palavras de Koch, passou por uma fase de “inclinação primeiramente gramatical (análise transfrástica, gramáticas textuais)” -, o conceito de “ato de fala” também sofreu durante muito tempo forte influência de inclinação (ou, melhor dizendo, *obsessão*) a um tratamento gramático-proposicional, e só conseguiu se livrar das suas garras graças a leituras de Austin (1962) promovidas por Jacques Derrida, Shoshanna Felman, Stanley Cavell, Judith Butler e tantos outros (RAJAGOPALAN, 2017, p. 235, grifo do autor).

Rajagopalan tem a seguinte opinião sobre os estudos de ato de fala de Koch: “Koch, muito acertadamente, diria eu, aponta o conceito de ato de fala como conceito central do desenvolvimento das pesquisas pragmáticas nos últimos, digamos, 50 anos” (RAJAGOPALAN, 2017, p. 234).

Já é bastante conhecido pelos pesquisadores que se interessam pelo campo de pesquisa denominado “Pragmática” que a Teoria dos Atos de Fala, tal qual ela foi divulgada e aceita pela comunidade, é resultado de uma apropriação bastante interesseira e enviesada das reflexões originais do filósofo inglês John L. Austin. [...] a manobra que John Searle, autoproclamado discípulo e herdeiro de Austin, efetuou foi muito oportuna, sobretudo quando se levam em conta as circunstâncias históricas nas quais a mesma ocorreu (RAJAGOPALAN, 2017, p. 236).

Os estudos da Nova Pragmática, iniciados por Rajagopalan, expõem um contexto histórico em que há uma manobra teórica de Searle em relação às ideias originais de Austin (RAJAGOPALAN, 2017, p. 236-240). Nas palavras do autor,

“Nova Pragmática”, ou seja, uma Pragmática inspirada em uma leitura promovida nas margens do *mainstream* (isto é, quando vista do ponto de vista da orientação filosófico-linguística hegemônica), que procura libertar o conceito de atos de fala da rapina da leitura enviesada empenhada por Searle (1969). [...] essa leitura alternativa que resulta na Nova Pragmática tem o potencial de revigorar o campo de LT, abrindo novas possibilidades (RAJAGOPALAN, 2017, p. 235, grifos do autor).

Especificamente sobre o que Rajagopalan entende por “manobra” de Searle sobre a teoria dos atos de fala de Austin, o autor explica que

É preciso, portanto, não perder de visto que (a) a Teoria dos Atos de Fala que se espalhou pelo mundo afora se deve, em larga medida, à divulgação das reflexões filosóficas de Austin por Searle e, mais importante ainda, (b) a teoria, tal qual o mundo acadêmico foi conhecendo, foi uma recriação nas mãos de Searle (Rajagopalan, 196 [2010a]. Entretanto, desde o princípio, também houve quem duvidasse da sensatez dessa manobra (RAJAGOPALAN, 2017, p. 239).

Segundo Rajagopalan, “Foi ele, Searle, quem introduziu a oposição entre o ‘conteúdo proposicional’ de um enunciado e sua ‘força ilocutória’ em flagrante contramão a Austin (ver, p. ex., Searle 1973 [1968])” (RAJAGOPALAN, 2017, p. 234). Nas palavras do autor,

A tese de Searle sobre a existência de atos de fala indiretos estava fadada ao fracasso desde o princípio pelo fato de ele ter sido levado a postular a primazia de “Pode me passar o sal?” como uma pergunta só porque há uma nítida tendência em muitas línguas de usarem a forma interrogatória como modo canônico de fazer atos ilocucionários de pergunta (RAJAGOPALAN, 2017, p. 240).

Para o estudioso, Searle adaptou as ideias de Austin aos preceitos da Linguística gerativista da época e às ideias racionais de Grice sobre o Princípio Cooperativo, o que trouxe, na visão de Rajagopalan, interpretações equivocadas de Austin.

O encanto de Searle com a Linguística da época ficou mais claro ainda na forma como ele procurou encampar dentro de sua versão da Teoria de Atos de Fala a noção griceana de implicaturas conversacionais (Grice, 1975). A ideia básica, intuitivamente satisfatória, de que é possível dizer algo pronunciando, de fato, frases que aparentemente querem dizer algo diferente, como no caso de “Pode me passar o sal?”, como primeiramente uma pergunta e só em seguida, e de forma um tanto “tortuosa”, um pedido. Não é bem provável que o próprio Searle tenha sido induzido a tal equívoco pela forma sintática da frase e não seu estatuto como ato ilocucionário, como pregava seu próprio posicionamento teórico? (cf. Rajagopalan, 1984) (RAJAGOPALAN, 2017, p. 240).

Rajagopalan afirma que a “Nova Pragmática tem como ponto de partida uma leitura decididamente não-serleana de Austin, e os trabalhos como os de Ross (1970) e Sadock (1974), que se inspiraram nela” (RAJAGOPALAN, 2017, p. 241).

A Nova Pragmática procura libertar o estudo de atos de fala como algo caudatário de uma análise convencional de frases. Ao mesmo tempo, ela se livra de uma série de outros valores da leitura “oficial” de Austin que foi orquestrada por Searle. Entre estes atributos estão a procura desenfreada por propriedades universais nos atos de fala; a Nova Pragmática entende que, pelo contrário, a Teoria de Atos de Fala é, antes de tudo, uma teoria de cunho antropológico e não algo que foi promovido como “filosófico-lógico” por Searle e, mais acentuadamente, por Searle e Vanderveken (1990, 1994). Ela encara os atos linguísticos como ritos praticados pelos usuários, tendo como pano de fundo as especificidades culturais que os distinguem dos demais povos. A “situacionalidade” (cf. Signorini, 2008) de fala e seu entrelaçamento com a cultura constituem, portanto, marcas registradas dos atos de fala (RAJAGOPALAN, 2017, p. 239).

Weffort também concorda com Rajagopalan ao fazer sua crítica à hegemonia epistemológica ocidental. Segundo ele,

temos um pensamento brasileiro que expressa a história da Ibéria, de Portugal e do Brasil, com suas raízes medievais e uma tradicional e inexplicável unidade com aspectos políticos, econômicos e sociais. Um pensamento que, mesclando as dimensões políticas e sociais, é semelhante no aspecto formal ao pensamento político clássico ocidental (WEFFORT, 2006, p. 323).

Da mesma forma, considerando aspectos dialógico-culturais da fala, segundo Santos, “nenhum termo ou enunciado pode funcionar performativamente sem a historicidade acumulativa e dissimuladora de sua força” (SANTOS, 2014, p. 303). Em outras palavras,

Se o ato de fala é ritual, e, portanto, repetida no termo, quem fala é constituído e mobilizado por uma série de práticas discursivas anteriores e pode escolher entre elas quais deve atualizar, restabelecer, revigorar, tendo em vista as consequências que isso poderá trazer (SANTOS, 2014, p. 306).

Assim, Rajagopalan confirma o engajamento político e social da pragmática nos dias atuais:

a Pragmática [...] Hoje, ela é vista muito mais como uma perspectiva sobre a linguagem do que como mais um componente da Linguística. [...] o campo de estudo chamado “Pragmática” tem se transformado em algo politicamente consciente e engajado na condução da pesquisa linguística (Rajagopalan, 2009), abrindo brechas a intervenções críticas na própria linguagem (RAJAGOPALAN, 2017, p. 253).

Da mesma forma, também, Gonçalves pontua a importância da participação do sujeito de fala:

Dessa articulação entre os atos de fala e o *ethos*, o que se pode então afirmar é que um sujeito não pode ser apreendido senão pelos seus atos, os quais são conhecidos, não raras vezes, pela forma do seu discurso. Dessa forma, é pela práxis discursiva que se pode remontar ao *ethos*, tendo em vista que nossas ações – sobretudo as ações pelo discurso – configuram o nosso *ethos* (GONÇALVES, 2014, p. 310).

Gonçalves retoma o conceito de “ethos” para relacioná-lo à autoridade discursiva sobre o outro: “Não seria temerário, portanto, afirmar que, em geral, enunciados performativos evocam a presença de um enunciador dotado de um *ethos* de autoridade que, por sua vez, tem (ou pode ter) ciência de sua responsabilidade na relação com o outro” (GONÇALVES, 2014, p. 311), pois,

a eficácia da autoridade do enunciador, pelos atos de linguagem, depende tanto da imagem de si que ele constrói no discurso, quanto da sua posição social dentro dos “quadros institucionais e nos ritos sociais”, o que permite à autora [Amossy, 2005] propor um “*ethos* discursivo” e um “*ethos* institucional” para se analisar a eficácia da palavra do orador no discurso (GONÇALVES, 2014, p. 313).

Fazendo uma relação entre enunciado performativo e linguagem jornalística, Oliveira entende que

A condição performativa da linguagem garante, de uma forma que pode parecer contraditória, a identidade e a mutabilidade dos nossos comportamentos de uma forma nem sempre previsível ou esperada pelos próprios indivíduos. Isto assegura que nós não estamos “entendendo a mesma coisa” quando dizemos a “mesma coisa” embora possa nos entender de “outra maneira”. Em resumo, uma arquitetura dinâmica para o tempo e espaço (o contexto de uso) é vital para assegurar uma aproximação com a atitude alheia e garantir, minimamente, a cooperação jornalística entre as instâncias da produção e recepção (jornalista/leitor) (OLIVEIRA, 2012, p. 121).

Continuando, Oliveira também apresenta seu entendimento sobre o efeito do ato performativo da linguagem:

é o caráter performativo da linguagem que assegura aos indivíduos a “convivência” no meio da diferença e garante a existência física, psicológica e simbólica por meio da prática cotidiana que resignifica [*sic*] os signos nas estruturas somática e cognitiva dos indivíduos. É uma atitude antirrepresentacional e permite ao Sujeito um dualismo criativo permanente, seja como “produtor” ou como “leitor” dos textos, isto é: de um lado, o caráter performativo da linguagem faz com que as coisas aconteçam, ou como dizia Austin (1990): “Dizer é fazer” (as palavras fazem as coisas acontecer). Por outro lado, é possível trazer para o relato certas coisas, afetos, emoções e

acontecimentos que não estavam previstos ou não tinham uma existência a priori ao ato de ler (OLIVEIRA, 2012, p. 121).

[...]

As máximas (associadas a outras práticas típicas do jornalismo) não irão controlar a atividade instantânea do “estilo” e do uso concreto na escrita, ou seja: o performativo na linguagem não é reduzível aos aspectos sintáticos, fonológicos, morfológicos e semânticos e só é identificável quando as intenções “escapam” de seus autores gerando movimento e efeitos não previstos anteriormente e não descritos em uma arquitetura convencional para os textos. Quer dizer: um olhar linear para as tipologias textuais existentes não é suficiente para capturar o “efêmero”. Neste momento, não se trata mais dos aspectos normativos efetivados pelo controle político, mas de uma nova categoria de experiência [com] que ainda precisamos lidar (OLIVEIRA, 2012, p. 122).

[...]

[...] um ato de fala é realizado pelo ato de leitura e este processo não objetiva encontrar os sentidos na própria palavra, como em uma espécie de clausura semântica; mas, pragmaticamente, produzir sentidos adequados às circunstâncias e que sejam relevantes para os seus critérios e válidos para o seu posicionamento político diante de seus pares (OLIVEIRA, 2012, p. 122).

Oliveira também entende o jornalismo regulado por normas de cooperação e polidez como exemplo de ato performativo:

A cooperação é efêmera enquanto ato performativo, mas as reverberações deixam rastros, cuja história acaba associada às potências que se apoderaram do processo para controlar os seus efeitos. A religião é um exemplo; o jornalismo, com a sua liturgia própria é outro. Esse rastro “duradouro” é um caráter normativo dos performativos regulado no jornalismo pela observância das: a) Máximas Conversacionais (Grice, 1975): Modo - seja claro; Qualidade - seja sincero; Quantidade - seja comedido; Relação – seja relevante; b) Máxima de Simpatia (Leech, 1983): minimize antipatia entre si e o interlocutor/maximize simpatia entre si e o interlocutor (OLIVEIRA, 2012, p. 120-121).

Com base em Pennycook (2010), Oliveira conceitua o comportamento performativo como um uso político da linguagem na sociedade:

aquilo que as pessoas fazem com a linguagem é sempre o resultado de uma prática situada, histórica, temporal e, principalmente, política. O comportamento performativo do indivíduo (o uso político da linguagem) será articulado a partir de certas perspectivas e situado em determinadas histórias (Pennycook, 2010: 5) (OLIVEIRA, 2012, p. 122).

Inclusive, conforme Oliveira, os comportamentos performativos no jornalismo podem ser transgressores:

As circunstâncias sociopolíticas exigem uma constante posição valorativa do Sujeito diante dos outros indivíduos e isso converge para comportamentos performativos que transgridem e alteram as estratégias canônicas de

produção e leitura dos relatos jornalísticos e a própria interação contextual de uma forma nem sempre previsível, desejável ou que possa simplesmente ser enquadrada nesta ou naquela lógica interpretativa. Estamos tão acostumados com uma forma hegemônica de leitura e escrita e com a natureza especificamente cultural dos nossos esquemas que às vezes é difícil imaginar algo ocorrendo de outra forma – embora ocorra (OLIVEIRA, 2012, p. 123).

Oliveira entende a performatividade do texto jornalístico como “‘algo’ que nós fazemos com as palavras para produzir linguagem em práticas cotidianas. Então, torna-se relevante pensar no contexto em que tais ações ocorrem e como esse local também é construído pelo que nós fazemos e dizemos” (OLIVEIRA, 2012, p. 123). Segundo Oliveira, a performatividade da linguagem é característica do jornalismo, pois

Uma topologia para o jornalismo (além da tipologia específica) que inclua a performatividade deve ir além da ideia de contexto como uma espécie de cenário onde a linguagem é recontextualizada em diferentes situações: “recontextualização descreve ocorrências de um mesmo tipo em diferentes contextos” (Pennycook, 2010:35). A performatividade do texto jornalístico nunca é uma recontextualização, mas sempre uma construção de sentidos pelo movimento, pelo emprego de diferentes recursos, traços distintivos, códigos semióticos e recursos linguísticos (OLIVEIRA, 2012, p. 123).

Oliveira aponta ainda como a “performatividade na linguagem jornalística “transcende os limites e os recursos textuais, sem restringir-se à página e ao jogo de estratégias visuais, ou seja, ao ambiente material” (OLIVEIRA, 2012, p. 124). Segundo Oliveira,

O relevante nessas circunstâncias é observar o modo como os indivíduos estão “usando” as palavras para criar linguagens e se relacionar com o mundo, a partir de novos scripts; que logo passam a fazer parte da natureza estática da teoria dos gêneros e serão substituídos por outros mecanismos e estilos numa transformação permanente. Muitos performativos não podem ser escritos, outros não podem ser falados e outros eventos, simplesmente, não são compreendidos nos paradigmas atuais. Embora haja um empenho para o desenvolvimento de meios que auxiliem as pessoas a organizar o espaço e o tempo (contexto) como forma de implementar a receptividade, facilitar o envolvimento interpessoal e implementar os negócios (OLIVEIRA, 2012, p. 124).

A condição performativa do jornalismo, para Oliveira, é a “arte do agora” e esse aspecto “obriga o jornal a delinear tempo e espaço onde alguma coisa relevante esteja para ocorrer; [...] momentos que constituem o pulsar da cidade/mundo, cujas reverberações (efeitos) são coletivas e que serão recortadas em notícias e reportagens” (OLIVEIRA, 2012, p. 124). Assim, por ligar-se ao momentâneo,

por ligar-se ao instável, aos espaços das (im)possibilidades e pela sua relação dialética com um Sujeito que a/s constitui com/nos diversos movimentos é que os performativos podem falhar ao criar os acontecimentos. O jornalista não pode/deve falhar, mas “ele” não tem controle total sobre os signos que comportam uma força de ruptura com o seu contexto: “(...) Essa força de ruptura é não um predicado acidental mas a própria estrutura do escrito” (Derrida, 1991: 21). E com isso, a singularidade do acontecimento que rompe/interrompe um momento do tempo e espaço nunca será espetáculo original ao ser reportado nos jornais (OLIVEIRA, 2012, p. 124).

Por fim, Oliveira afirma que “a linguagem pragmática depende da pragmática da linguagem” (OLIVEIRA, 2012, p. 121). E explica que a divisão entre língua objeto e metalíngua é artificial, não se sustenta, pois

ao escolher o “mundo do uso” como seu *leitmotiv*⁴⁵, a pragmática reforça a impossibilidade de se limitar ou aprisionar os atos performativos em sua totalidade; embora não elimine o caráter mais duradouro da performance, que é responsável pela normatividade que acompanha certos atos (OLIVEIRA, 2012, p. 121).

Avançamos para a apresentação das teorias da Face, estudos da Pragmática que contribuem para o entendimento de que, no caso das fontes *off*, temos sujeitos que se, em grande parte, através da performance de seus discursos, e legitimados pelo anonimato do recurso jornalístico, prestam-se a desabonar a imagem do outro, ou seja, a quebrar a face alheia.

2.2.2 Teorias da Face

**“referir não é mais uma atividade de ‘etiquetar’ um mundo existente e inicialmente designado, mas sim uma atividade discursiva”
(KOCH; MASCUSCHI, 1998, p. 164)**

Os estudos sobre a face⁴⁶ social dos indivíduos nas interações têm origem no sociólogo⁴⁷ Erving Goffman (1922-1982) (1967) e integram um conjunto de teorias da

⁴⁵ *Leitmotiv*: Tradução do alemão: “motivo condutor” a partir de uma figura de repetição na música ou na literatura.

⁴⁶ “Ao abordar as relações interpessoais, Goffman (1973) delimitou o termo ‘face’ ou ‘imagem social’, conceito que constitui uma categoria pragmatolinguística empregada no sentido metafórico e que se refere à personalidade do homem como membro individual da sociedade da qual faz parte” (SEARA, 2017, p. 235). O termo ainda é entendido por Koike (2017, p. 67) como “autoimagem” (GOFFMAN, 1967).

⁴⁷ “uma Sociologia mais qualitativa defendeu o estudo da interação cotidiana [...], como foi o caso, em primeiro lugar, na obra de Goffman, por exemplo, sobre a apresentação do indivíduo na vida cotidiana,

polidez, a partir de autores como Brown e Levinson ([1978] 1987), Lakoff (1973) – sendo estes considerados os fundadores da cortesia linguística -, Grice (1975), Leech (1983), e outros (SEARA, 2017, p. 235).

As obras *A representação do eu na vida cotidiana* ([1959] 1975) e *Ritual de Interação: Ensaio sobre o comportamento face a face* ([1967] 2011), de Goffman, apresentam os conceitos de sua teoria, aproximando-os metaforicamente de termos do universo teatral: “Falei de atores e plateias, de rotinas e papéis⁴⁸, de representações⁴⁹ se realizando ou sendo mal sucedidas; de insinuações, cenários e bastidores⁵⁰, de necessidades, habilidades e estratégias dramáticas” (GOFFMAN, [1959] 1975, p. 232), além de questões, como situação, público, cena, máscara e fachada⁵¹, para dar conta dos “meios pelos quais [a pessoa] dirige e regula a impressão⁵² que formam a seu respeito e as coisas que pode ou não fazer, enquanto realiza seu desempenho⁵³” (GOFFMAN, [1959] 1975, p. 9).

É importante registrar que *face*, no original em inglês, é um termo que Goffman emprega com muitas possibilidades de tradução. Neste trabalho, utilizaremos os termos *face* e *fachada* como correspondentes a *face*, tendo em vista a tradução utilizada e a correlação destes termos ao sentido de “respeito próprio”. Goffman também se refere a uma fachada social “institucionalizada em termos das expectativas

ou o ‘footing’ (posição) dos participantes na interação (Goffman, 1956, 1981, 1986)” (VAN DIJK, 2017, p. 105).

⁴⁸ Goffman define papel social “como a promulgação de direitos e deveres ligados a uma determinada situação social [...] um papel social envolverá um ou mais movimentos, e que cada um destes pode ser representado pelo ator [indivíduo] numa série de oportunidades para o mesmo tipo de público ou para um público formado pelas mesmas pessoas”. (GOFFMAN, 1959 [1975], p. 24).

⁴⁹ Representação é “toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um público particular de observadores e que tem sobre este alguma influência” (GOFFMAN, 1967 [2011], p. 29).

⁵⁰ Bastidores, ou região de fundo, para Goffman, pode ser definida como “o lugar, relativo a uma dada representação, onde a impressão incentivada pela encenação é sabidamente contradita como coisa natural” (GOFFMAN, 1959 [1975], p. 106).

⁵¹ Face ou Fachada é a “situação para os que observam a representação. Fachada, portanto, é o equipamento expressivo do tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação” (GOFFMAN, 1967 [2011], p. 29).

⁵² Impressão como “uma fonte de informação a respeito de fatos não-aparentes e como meio pelo qual as pessoas que a recebem podem orientar sua resposta ao informante, sem ter que esperar que todas as consequências das ações deste último se façam sentir” (GOFFMAN, 1959 [1975], p. 228).

⁵³ “Desempenho” como “toda atividade de um determinado participante, em dada ocasião, que sirva para influenciar, de algum modo, qualquer um dos outros participantes” (GOFFMAN, 1967 [2011], p. 23) da interação.

estereotipadas abstratas, às quais dá lugar [...]” (GOFFMAN, ([1967]2011, p. 34), uma “representação coletiva”: “Quando um ator assume um papel social estabelecido, geralmente verifica que uma determinada fachada já foi estabelecida para esse papel” (GOFFMAN, ([1967] 2011, p. 34).

Para Goffman, os indivíduos, na interação, estão representando um papel, estão sustentando uma imagem, estão assumindo o personagem esperado para aquela cena, pois, “no palco, um ator se apresenta sob a máscara de um personagem para personagens projetados por outros atores” (GOFFMAN, [1959] 1975, p. 9). Assim,

quando um indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita que seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles. Pedelhes para acreditarem que o personagem que veem no momento possui os atributos que aparenta possuir, que o papel que representa terá as consequências implicitamente pretendidas por ele e que, de um modo geral, as coisas são o que parecem ser (GOFFMAN, [1959] 1975, p. 25).

Seara explica que “as interações sociais apresentam riscos para as faces dos interlocutores, em virtude das ações a praticar e da incompatibilidade de interesses” (SEARA, 2017, p. 235). Assim, como o risco é para ambas as faces, espera-se que procurarão “não praticar ações lesivas das faces (próprias e alheias), mas também em reparar as ações lesivas que inevitavelmente foram ou tenham de ser realizadas” (SEARA, 2017, p. 235).

De fato, Goffman afirma que “A vida pode não ter muito de semelhante a um jogo, mas a interação tem” (GOFFMAN, [1959] 1975, p. 223). Assim, “Por trás de muitas máscaras e muitos personagens, cada ator tende a usar uma única aparência nua não socializada de concentração, uma aparência de quem está pessoalmente empenhado em uma tarefa difícil e traiçoeira” (GOFFMAN, [1959] 1975, p. 215-216). Goffman assume, desta forma, que “há ocasiões em que os indivíduos, quer queiram, quer não, se sentem obrigados a destruir uma interação, a fim de salvar sua honra e seu prestígio” (GOFFMAN, [1959] 1975, p. 224-225).

Segundo Goffman, na vida real ou “Na vida cotidiana, por certo, há uma clara compreensão de que as primeiras impressões são importantes” (GOFFMAN, [1959] 1975, p. 19) e que “quando um indivíduo se apresenta diante de outros, terá muitos

motivos para procurar controlar a impressão que estes recebem da situação” (GOFFMAN, [1967] 2011, p. 23). Em outras palavras, “Quando um indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada por eles” (GOFFMAN, [1967] 2011, p. 25).

Para Goffman, “Dado o fato de o indivíduo efetivamente projetar uma definição da situação quando chega à presença dos outros, podemos supor que venham a ocorrer, durante a interação, fatos que contradigam, desacreditem ou, de qualquer outro modo, lancem dúvidas sobre esta projeção” (GOFFMAN, [1959] 1975, p. 20).

Assim, Goffman entende “interação face a face” como “a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata. (GOFFMAN, [1967] 2011, p. 23). Segundo Goffman, “Uma interação pode ser definida como toda interação que ocorre em qualquer ocasião, quando, num conjunto de indivíduos, uns se encontram na presença imediata de outros” (GOFFMAN, [1967] 2011, p. 23). Ao considerarmos, pois, esse conceito de “interação face a face”, conforme Goffman, é necessário relativizar esse entendimento, tendo em vista que a comunicação jornalística, bem como outras formas de interação humana, não se estabelece na condição de “presença imediata”.

Por sua vez, um “encontro social é uma ocasião de interação face a face, começando quando os indivíduos reconhecem que se moveram para a presença imediata uns dos outros e terminando com uma retirada aceitável da participação mútua” (GOFFMAN, [1967] 2011, p. 97). O autor explica ainda que esses encontros podem variar consideravelmente em aspectos, como: propósito, função social, tipo, número de participantes e ambiente, entre outras coisas.

Referindo-se ao estudo da interação face a face em ambientes naturais, Goffman se atenta para a observação de sinais dos comportamentos humanos. Entendemos que é possível considerar, nesse entendimento, na esfera jornalística, as situações em que as fontes testemunham fatos e interação com personalidades públicas, bem como com jornalistas. Assim, Goffman esclarece que

Há um emaranhado complexo com as propriedades rituais das pessoas e com as formas egocêntricas da territorialidade [...] que ocorre durante a copresença e por causa da copresença. Os materiais comportamentais definitivos são as olhadelas, gestos, posicionamentos e enunciados verbais que as pessoas continuamente inserem na situação, intencionalmente ou não. Eles são os sinais externos de orientação e envolvimento - estados mentais e corporais que não costumam ser examinados em relação à sua organização social (GOFFMAN, [1967] 2011, p. 9).

Conforme Goffman ([1967] 2011), é impossível ter total controle da própria face porque não se consegue controlar a interpretação que o outro fará do que é dito. A face é, pois, construída à medida da interação com o outro. Logo, a face não é de todo particular no indivíduo, ela é, em termos sociais, um empréstimo de uma imagem social, um produto social que precisa, inclusive, ser mantido, pois

apesar de sua fachada social ser sua posse mais pessoal e o centro de sua segurança e prazer, ela é apenas um empréstimo da sociedade; ela será retirada a não ser que a pessoa se comporte de forma digna dela. Atributos aprovados e sua relação com a fachada fazem de cada homem seu próprio carcereiro; esta é uma coerção social fundamental, ainda que os homens possam gostar de suas celas (GOFFMAN, [1967] 2011, p. 18).

Para Goffman, “A fachada pessoal e a fachada dos outros são construídos da mesma ordem” (GOFFMAN, [1967] 2011, p. 18). Por isso, Goffman ([1967] 2011) afirma que, além de construir e manter sua face (orientação defensiva), todo indivíduo deve respeitar e não ameaçar a face do outro (orientação protetora). Assim,

Em nossa sociedade anglo-americana, assim como em algumas outras, a expressão “perder a fachada” [*to lose face*] parece significar estar com a fachada errada, estar fora de fachada, ou estar com a fachada envergonhada. A expressão “salvar a fachada”⁵⁴ [*to save one's face*] parece se referir ao processo através do qual a pessoa mantém uma impressão para os outros de que ela não perdeu a fachada. Seguindo o costume chinês, podemos dizer que “dar fachada” [*to give face*] é possibilitar que outra pessoa assuma uma linha melhor do que ela seria capaz de assumir sozinha, esta outra, portanto, ganha a fachada dada a ela, e esta é uma das formas pelas quais ela pode ganhar fachada (GOFFMAN, [1967] 2011, p. 17).

Neste sentido, “O efeito combinado da regra do respeito próprio e da regra da consideração é que a pessoa tende a se conduzir durante um encontro de forma a

⁵⁴ Em português, temos expressões, como “livrar a cara”, “salvar a pele”, “ficar bem na foto” que se encaixam bem com o que Goffman quer dizer com *to save face*. Outras expressões, como “quebrar a cara”, “cara de pau”, “rachar a cara”, fazem referência ao *to lose face*.

manter tanto a sua própria fachada quanto as fachadas dos outros participantes” (GOFFMAN, [1967] 2011, p. 18). No entanto, Goffman afirma que

Normalmente, a manutenção da fachada é uma condição da interação, e não o seu objetivo. Objetivos comuns, como ganhar fachada, expressar livremente nossas crenças verdadeiras, introduzir informações depreciadoras sobre os outros, ou resolver problemas e realizar tarefas, são tipicamente perseguidos de forma consistente com a manutenção da fachada (GOFFMAN, [1967] 2011, p. 19-20).

Goffman, repetidas vezes, utiliza expressões generalizantes para se referir a um comportamento humano de natureza universal, como “Em nossa sociedade americana, assim como em algumas outras” (GOFFMAN, [1959] 1975, p. 26). Isso porque, na opinião do autor,

A interação face a face em *qualquer* cultura parece necessitar exatamente daquelas capacidades que o alvoroço parece certamente destruir. Assim, eventos que levam ao constrangimento e os métodos para evitá-lo e dissipá-lo podem fornecer um esquema de análise sociológica que atravessa culturas (GOFFMAN, [1967] 2011, p. 99, grifo do autor).

Dessa forma, as ações estão subscritas na cultura das sociedades, “como se a fachada, por sua própria natureza, só pudesse ser salva através de um certo número de formas, e como se cada agrupamento social precisasse fazer suas escolhas dentro dessa única matriz de possibilidades” (GOFFMAN, [1967] 2011, p. 21). Ou seja,

Mesmo que a pessoa que empregue ações para salvar sua fachada não conheça todas as consequências delas, elas frequentemente se tornam práticas habituais e padronizadas; elas são como jogadas tradicionais num jogo, ou passos tradicionais numa dança. Cada pessoa, subcultura e sociedade parecem ter seu próprio repertório característico de práticas para salvar a fachada. Em parte, é a esse repertório que as pessoas se referem quando perguntam como uma pessoa ou cultura “realmente” são (GOFFMAN, [1967]2011, p. 20)

Conforme Goffman, “três tipos de ameaça podem ser introduzidos pelo próprio participante contra sua própria fachada, por ele contra a fachada dos outros, pelos outros contra a fachada dos outros, ou pelos outros contra a sua fachada” (GOFFMAN, [1967] 2011, p. 22). Dessa forma, uma pessoa, para administrar todas essas possibilidades contingenciais, “ela terá que possuir um repertório de práticas de

salvamento da fachada para cada uma dessas relações possíveis à ameaça” (GOFFMAN, [1967] 2011, p. 22). Nas palavras do autor,

Em muitas sociedades há uma tendência a distinguir **três níveis de responsabilidade que uma pessoa pode ter quanto a uma ameaça à fachada criada por suas ações**. **Primeiro**, pode parecer que ela agiu inocentemente; sua ofensa parece ser não intencional e involuntária, e aqueles que percebem seu ato podem sentir que ela teria tentado evitá-lo se tivesse previsto suas consequências ofensivas. Em nossa sociedade, chamamos tais ameaças à fachada de *Jaux pas*, gafes, disparates ou pisadas na bola. **Segundo**, a pessoa ofensora pode parecer ter agido com malícia e despeito, com a intenção de causar um insulto aberto. **Terceiro**, há ofensas incidentais; estas surgem como um efeito colateral não planejado, mas às vezes previsto da ação - uma ação que o ofensor realiza apesar de suas consequências ofensivas, mas não por causa de despeito (GOFFMAN, [1967] 2011, p. 22, grifos nossos).

Segundo Goffman, “a preservação da fachada serve para neutralizar ‘incidentes’ - quer dizer, eventos cujas implicações simbólicas efetivas ameaçam a fachada” (GOFFMAN, [1967] 2011, p. 20). Por isso, Goffman ([1967] 2011) propõe dois processos de figuração ou elaboração de face, ou seja, um conjunto de atos para não pôr em risco a própria face e as faces alheias, aplicáveis para quaisquer sociedades e culturas: o processo de evitação – orientação defensiva - e o processo corretivo – orientação protetora:

a pessoa terá dois pontos de vista - uma orientação defensiva para salvar sua própria fachada e uma orientação protetora para salvar a fachada dos outros. Algumas práticas serão primariamente defensivas e outras primariamente protetoras, ainda que, de modo geral, possamos esperar que as duas perspectivas sejam assumidas ao mesmo tempo. Ao tentar salvar a fachada dos outros, a pessoa precisa escolher um método que não levará à perda de sua própria fachada; ao tentar salvar sua própria fachada, ela precisa levar em consideração a perda de fachada dos outros que sua ação pode causar. (GOFFMAN, [1967] 2011, p. 22).

Sendo assim, no primeiro, os participantes evitam tópicos que ameacem a própria face, podendo até mudar de assunto para não iniciar um conflito. No caso do processo de evitação,

A saída mais garantida para uma pessoa evitar ameaças à sua fachada é evitar contatos em que seria provável que essas ameaças ocorressem. Em todas as sociedades podemos observar isto na relação de evitação e na tendência de conduzir certas transações delicadas através de intermediários. Da mesma forma, em muitas sociedades, os membros conhecem o valor de voluntariamente realizar uma retirada graciosa antes que uma ameaça à

fachada prevista possa ter chance de ocorrer (GOFFMAN, [1967] 2011, p. 22-23).

Entre ações do processo de evitação, Goffman cita, como exemplos: demonstrar respeito e polidez; ser discreto; não contradizer para não constranger; ser ambíguo; reinterpretar situações; ser generoso; relaxar nos padrões de orgulho e honra própria. Além disso, uma pessoa pode neutralizar um ato ofensivo agindo como se o ato não tivesse acontecido, dando as costas, por exemplo, ou agindo de forma não verbal:

ela pode esperar um momento propício ou uma pausa natural - por exemplo, em conversas, uma calma momentânea em que nenhum orador poderia ser ofendido - e então ir embora, usando aqui o contexto, em vez das palavras, como uma garantia de não ter intenções ofensivas (GOFFMAN, [1967] 2011, p. 25).

Já no processo corretivo, quando os participantes não conseguem evitar uma ocorrência e a ameaça à face se consuma, “Nossa fachada, então, é uma coisa sagrada, e a ordem expressiva necessária para mantê-la é, portanto, uma ordem ritual” (GOFFMAN, [1967] 2011, p. 26).

Nessa situação de ameaça à face, é preciso recuperar o equilíbrio da interação e, segundo Goffman, são quatro as fases clássicas do processo corretivo: desafio, oferta, aceitação e agradecimento, as quais “dão um modelo do comportamento ritual interpessoal, mas esse modelo pode ser modificado de forma significativa” (GOFFMAN, [1967] 2011, p. 29).

Diante das faces ameaçadas, os interactantes podem atuar de quatro maneiras: 1) o desafio, em que os outros participantes chamam a atenção do falante para a conduta desviada; 2) a oferenda, através da qual se dá ao falante a chance de corrigir a ofensa e restabelecer o equilíbrio da interação; 3) a aceitação, na qual as pessoas aceitam a oferta de correção e, por fim, 4) o agradecimento àqueles que lhe perdoaram. Não utilizar esses atributos prejudica a interação e contribui para que novos atos ameacem a sua face e a dos outros participantes. E mais, segundo Goffman,

A pessoa também terá sentimentos sobre a fachada mantida para os outros participantes e, apesar desses sentimentos poderem ser de quantidade e direção diferentes daqueles que ela tem para sua própria fachada, constituem um envolvimento com a fachada dos outros que é tão imediato e espontâneo

quanto o envolvimento que ela tem com sua própria fachada. A fachada pessoal e a fachada dos outros são construídos da mesma ordem; são as regras do grupo e a definição da situação que determinam quantos sentimentos devemos ter pela fachada e como esses sentimentos devem ser distribuídos pelas fachadas envolvidas (GOFFMAN, [1967] 2011, p. 14).

Segundo Goffman, são vários os possíveis motivos para a pessoa querer salvar a face do outro, procedimento compreendido na sociedade como tato, diplomacia ou habilidade social. Conforme Goffman,

Ela [a pessoa] pode querer salvar sua própria fachada por causa de sua ligação emocional com a imagem do eu que sua fachada expressa, por causa de seu orgulho ou honra, por causa do poder que seu estatuto presumido permite que ela exerça sobre os outros participantes, e assim por diante. Ela pode querer salvar a fachada dos outros por causa de sua ligação emocional com uma imagem deles, ou porque ela sente que seus coparticipantes têm um direito moral a esta proteção, ou porque ela quer evitar a hostilidade que poderá ser dirigida para ela se eles perderem sua fachada. Ela pode sentir que existe uma suposição de que ela é o tipo de pessoa que demonstra compaixão e simpatia pelos outros, de forma que, para reter sua própria fachada, ela pode se sentir obrigada a ter consideração pela linha assumida pelos outros participantes (GOFFMAN, [1967] 2011, p. 20).

Goffman admite que há, na sociedade, um comportamento esperado entre os indivíduos em relação aos sentimentos e à face alheia, considerando a empatia, ou o poder e prestígio do outro, para evitar a desfiguração, pois,

Assim como esperamos que um membro de qualquer grupo tenha respeito próprio, também esperamos que ele mantenha um padrão de consideração; esperamos que ele realize certos esforços para resguardar os sentimentos e a fachada dos outros presentes, e esperamos que ele faça isso voluntária e espontaneamente por causa de uma identificação emocional com os outros e com os sentimentos deles. Como consequência, ele não estará inclinado a testemunhar a desfiguração [*defacement*] dos outros. Em nossa sociedade, chamamos de "sem-coração" uma pessoa que consegue testemunhar a humilhação de outra mantendo impassivelmente um semblante frio, assim como aquela que consegue impassivelmente participar de sua própria desfiguração é considerada "sem-vergonha" (GOFFMAN, [1967] 2011, p. 19).

Mas Goffman expõe também que podem ser aplicadas regras de respeito próprio de característica prática, que dispensa a sinceridade, para se manter fachadas. Segundo ele,

O efeito combinado da regra do respeito próprio e da regra da consideração é que a pessoa tende a se conduzir durante um encontro de forma a manter tanto a sua própria fachada quanto as fachadas dos outros participantes [...]. Normalmente é uma aceitação "prática", e não "real", pois ela tende a ser baseada não em um acordo de avaliações sinceras expressas candidamente,

e sim em uma disposição a oferecer juízos da boca para fora, com os quais os participantes não concordam realmente (GOFFMAN, [1967] 2011, p. 19).

A fim de evitar incidentes e embaraços, Goffman ([1959] 1975) ainda cita que os indivíduos – atores, plateia e estranhos - devem possuir certos atributos e empregar certas práticas para “ajudar a salvar ou salvar o espetáculo”, entendido como “representar com sucesso um personagem”. Entre esses atributos e práticas, teríamos: lealdade, solidariedade, disciplina, cuidado, honestidade e tato. Nas palavras de Goffman:

as medidas defensivas usadas pelos atores para salvar seu próprio espetáculo; as medidas protetoras usadas pela plateia e pelos estranhos para ajudar os atores a salvar seu espetáculo; e, finalmente, as medidas que os atores devem tomar para tornar possível o emprego, pela plateia e pelos estranhos, de medidas protetoras em favor dos atores (GOFFMAN [1959] 1975, p. 195).

Com base em suas pesquisas, Goffman entende que, “na existência quotidiana não dirigimos nossas vidas, tomamos nossas decisões ou alcançamos metas, nem de maneira estatística nem de maneira científica. Vivemos de inferências” (THOMAS, apud GOFFMAN, [1959] 1975, p. 13). Isso porque

A sociedade está organizada tendo por base o princípio de que qualquer indivíduo que possua certas características sociais tem o direito moral de esperar que os outros o valorizem e o tratem de maneira adequada. Ligado a este princípio há um segundo, ou seja, de que um indivíduo que implícita ou explicitamente dê a entender que possui certas características sociais deve de fato ser o que pretende que é (GOFFMAN, [1959] 1975, p. 20).

Esta perspectiva de Goffman se aproxima com a realidade do jornalismo político conforme proposto por este projeto, especialmente pela metáfora dos bastidores, largamente explorada pelos jornalistas para dar conta de sentidos variados, inclusive como conotação do *off*, e também bastante explorada nas teorias de Goffman, como veremos adiante.

2.2.3 Teorias da (Im)Polidez-(Des)Cortesia

“Cada pessoa tem um nível diferente de tolerância para o comportamento cortês e sobretudo o descortês”
(KOIKE, 2017, p. 70)

Cabral, Seara e Guaranha (2017, p. 7) e outros norteiam que, em relação à concepção de cortesia⁵⁵, “A abordagem sociológica, inspirada nos trabalhos goffmanianos que defendem a dimensão de ‘face’⁵⁶ e ‘território’⁵⁷, subscreve-a como uma forma de preservação do caráter sagrado da ‘face’, na medida em que privilegia a relação e a consideração pelo outro”. Além disso, os autores complementam que a cortesia também é “norma social, assente numa ética e numa deontologia, [...] um ritual, uma forma de conduta, uma norma coletiva, [...] uma competência social” (CABRAL; SEARA; GUARANHA, 2017, p. 7).

Seara contribui com a definição de cortesia afirmando: “Quando pensamos em cortesia, pensamos de imediato em comportamento social, em boas maneiras, em deferência e delicadeza para com o outro, logo, em princípios que regulam e controlam a comunicação humana” (SEARA, 2017, p. 234). E, mais, a autora aponta o caráter fundador da cortesia como “estratégia de aproximação do outro, em busca da valorização de códigos/regras verbais e sociais, imprescindíveis na edificação da sociabilidade” (SEARA, 2014, p. 14).

Assim como Seara (2014; 2017), Kerbrat-Orecchioni pontua a polidez como um fenômeno universal – sendo esta uma das críticas ao modelo -, vez que Brown e Levinson afirmaram essa condição no próprio título do livro, *A polidez. Alguns universais no uso da língua*. Porém, a autora também lembra que “Brown e Levinson não param de repetir que a aplicação desses princípios difere, consideravelmente, de

⁵⁵ Os estudos da Polidez são também conhecidos como Estudos da Cortesia, geralmente apresentados tanto na sua ocorrência como na sua ausência, determinando, assim, termos como (Im)Polidez e (Des)Cortesia. Barros (2017, p. 359) informa que, muitas vezes, a opção por um dos pares indica uma tendência ou preferência quanto às fontes teóricas (bibliografia em língua inglesa empregam o termo “impolidez” e obras em espanhol e português elegem o termo “cortesia”).

⁵⁶ “[...] o conceito de ‘face (positiva)’: pode tratar-se de uma face individual ou coletiva [...] e, nesse último caso, a valorização ou desvalorização da face de um dos membros do grupo [...] vai refletir em toda a comunidade” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2017, p. 35-36).

⁵⁷ “O conceito de ‘território’ pode referir-se ao território do indivíduo, mas também ao de um grupo de indivíduo de natureza e de dimensão variadas” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2017, p. 35).

uma cultura para outra” (BROWN; LEVINSON, 1978, apud KERBRAT-ORECCHIONI, 2017, p. 30-31). Com base em outros pesquisadores, Kerbrat-Orecchioni afirma que “em todas as sociedades humanas, [...] constata-se a existência de procedimentos de polidez [...] que permitem manter entre os interactantes um mínimo de harmonia, apesar dos riscos e conflitos inerentes a toda interação” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2017, p. 17).

Seara também aponta uma outra crítica, um questionamento do comportamento cortês sob dois prismas: “tratar-se-á de uma virtude, de uma atitude esforçada de consideração, de respeito pelo outro ou, ao invés, simplesmente um sinal de aparência, um verniz?” (SEARA, 2014, p. 12). Como ilustração para essas questões, pesquisas com *corpus* da esfera política, de Kerbrat-Orecchioni, concluíram no entendimento de um “desvio no sistema de cortesia” para a construção de um *ethos* cortês para seduzir futuros eleitores; e também, em seus estudos, Marques e Braz observaram o uso retórico de formas de (des)cortesia para argumentar e, assim, exercer o poder sobre o outro (SEARA, 2014).

Martino e Marques também salientam existir certa desconfiança sobre a polidez. Segundo os autores, a polidez seria, assim, “no máximo, uma espécie de comportamento artificial feito para esconder o que realmente sentimos ou pensamos. Um nível superficial e sem importância de comunicação entre duas pessoas” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 66). No entanto, os autores complementam com outro enfoque sobre a polidez:

Trata-se de um meio de estabelecer contato com os outros e, a partir daí, chegar à comunicação de fato – ser polido é a maneira de ultrapassar a barreira de indiferença que geralmente acompanha as situações mais comuns do cotidiano, ainda que isso não implique um contato mais profundo com quem quer que seja” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 66).

Seara afirma ainda que a maior parte dos estudos sobre a cortesia adota uma perspectiva sociopragmática etnometodológica ou mesmo intercultural, analisando sempre aspectos verbais (SEARA, 2017, p. 234). Dentre esses aspectos verbais, Seara cita:

A ambiguidade da noção de cortesia, a multiplicidade [...] de antonímias entre sociabilidade e espontaneidade, autenticidade e hipocrisia, elevação e rudeza, que instauram etiquetas sociais [...] A cortesia, como princípio que rege a dinâmica interacional e que contribui para o equilíbrio social, está manifestadamente presente na comunicação interpessoal, sob as formas real, virtual ou disfarçada, desde a mais remota Antiguidade à ciberlinguagem que domina o nosso cotidiano (SEARA, 2014, p. 11).

Koike (2017, p. 57), por sua vez, aponta que “há uma série de comportamentos corteses e não um só” e que o comportamento descortês, que viola regras sociais, é menos frequente porque somos seres racionais. Vários autores, como Cabral, Seara e Guaranha, assumem que “há diferentes modos de conceber tanto a descortesia quanto a cortesia e múltiplas estratégias verbais para expressá-las que decorrem, naturalmente, da multiplicidade de fatores socioculturais subjacentes ao comportamento verbal” (CABRAL; SEARA; GUARANHA, 2017, p. 8).

A partir dos estudos da face, de Goffman ([1967] 2011), que evidenciou a fragilidade intrínseca das interações e a vulnerabilidade constitutiva dos interactantes, tendo em vista que “todo encontro social é ‘arriscado’ para os atores que estão engajados nele [...] de se sentirem ameaçados, embaraçados ou humilhados” (KERBRAT-ORECHHIONI, 2017, p. 17), surgem estudos sobre os rituais de polidez como mecanismos compensatórios de cooperação entre os indivíduos, tendo em vista a vulnerabilidade mútua das faces (GOFFMAN, [1959] 1975; [1967] 2011).

Os estudos da polidez defendem que, ao se comunicarem, os interactantes tendem a cooperar para manter a face e assegurar a autoimagem de todos os participantes. Essa cooperação se manifesta por determinadas habilidades ou condutas, como o tato e a diplomacia, inclusive o esforço da preservação do orgulho, da honra e da dignidade da face, evitando ou contornando-se situações de ameaças às faces dos indivíduos envolvidos, como em gafes, insultos maliciosos e ofensas, pois a preocupação com a própria face implica a preocupação com a face do outro.

Pesquisadores da Comunicação Social, Martino e Marques explicam a origem da “noção moderna de ‘cortesia’: a pessoa ‘cortês’ é aquela educada segundo os padrões da vida na corte. E, portanto, apta a seguir corretamente todos os rituais de etiqueta e polidez considerados corretos para marcar uma distinção de classe” (MARTINO;

MARQUES, 2018, p. 71). Segundo esses autores, a polidez é consequência da vida urbana, vez que “lentamente, os conceitos de polidez e etiqueta foram se afirmando na Europa – primeiramente na aristocracia e, aos poucos, espalhando-se por toda a sociedade. Sobretudo [...] a cidade, baseada na indústria e no livre comércio” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 73).

Esses autores entendem que os rituais de interação pela polidez “estabelecem uma fronteira superficial de comunicação: registramos a presença da outra pessoa, sabemos que estamos em interação com ela, mas, ao mesmo tempo, deixamos muito claro que essa interação vale apenas naquele momento” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 66). E assim, atos de cortesia urbana foram sendo adotados pelos indivíduos para medir a comunicação e limitar a intimidade, ou seja, marcar tanto a aproximação quanto o distanciamento nas relações:

a polidez é, curiosamente, um meio tanto de aproximação quanto de distanciamento do outro. Ao ser educado, ao mesmo tempo estabeleço e coloco limites em uma relação de comunicação: estamos em contato, mas nada além do estritamente necessário e superficial – não é porque eu disse ‘bom dia’ que tenho a intenção de conversar com a pessoa (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 74).

Mas vários autores afirmam que não é ponto comum a questão conceitual de polidez/cortesia. Na opinião de Barros, “há muito pouco consenso nas formas como o conceito [de polidez] é entendido, o que torna seu estudo certamente problemático” (BARROS, 2017, p. 361). Barros, inclusive, entende que as teorias da polidez

podem ser divididas em três grandes grupos, segundo a função atualizada no discurso e a visão predominante do conceito-chave: *polidez como forma de evitar conflito*; *polidez como princípio conversacional*; *polidez como indexador social*. Um denominador comum [...] é a explicação da polidez em termos do trabalho de preservação da face (BARROS, 2017, p. 362).

Kerbrat-Orecchioni (2017, p. 17) entende que o conceito é consensual apenas numa abordagem “excessivamente geral”, pois, operacionalmente, as divergências surgem em virtude de diferentes propostas teóricas, como podemos observar, sucintamente os modelos de Grice (1975); Lakoff (1998), Leech (1983) e, por fim, Brown e Levinson (1987), dentre outros.

Grice (1975) contribui para o estudo da cortesia verbal quando reconhece a existência de outras máximas, além das referenciadas no seu Princípio da Cooperação. Mesmo não propondo novas máximas, Grice assume que os interlocutores podem respeitar, na conversação, estéticas sociais, morais e de polidez (GRICE, 1975, p. 98, apud SEARA, 2017, p. 236) e que “a polidez serve para reparar os atos de ameaça à face que ocorrem sempre que o princípio da cooperação é violado” (BARROS, 2017, p. 362).

Da mesma forma, Lakoff (1998) contribui para o estudo da cortesia ao elaborar três máximas de cortesia a partir de um princípio geral de orientação pragmática: “Seja cortês” e, portanto, (1) Não importune; (2) Ofereça alternativas; (3) Comporte-se amigavelmente (LAKOFF, 1998, p. 298, apud SEARA, 2017, p. 236). Conforme a tradução utilizada por Barros (2017, p. 363), para as três máximas, temos: (1) “não se imponha”; (2) “dê opções” e (3) “permita que A se sinta bem, seja amigável”.

E ainda, podemos lembrar os estudos de Leech (1983), numa perspectiva retórica interpessoal, de observância a seis máximas: tato, generosidade, aprovação, modéstia, concordância e simpatia, as quais visam minimizar expressões de impolidez e maximizar expressões de polidez (BARROS, 2017, p. 363). “Para Leech, em suma, a cortesia é um princípio regulador da conduta humana, destinado a evitar as tensões e os conflitos nas interações sociais, entre as quais se encontram, evidentemente, as verbais (SEARA, 2017, p. 237).

O modelo teórico mais famoso e também o mais criticado, segundo Kerbrat-Orecchioni (2017, p. 21), é o de Brown e Levinson (1987). Segundo Seara, “Brown e Levinson partem da concepção de que os elementos de uma sociedade são potencialmente agressivos e de que a cortesia serve, precisamente, para evitar essa agressividade e tornar possível, assim, a vida social” (SEARA, 2017, p. 238).

Assim, na esteira de Goffman ([1959]1975; [1967]2011), Brown e Levinson propõem duas noções complementares entre si: a noção de “face positiva”, relacionada à necessidade de aceitação e de aprovação entre interactantes, e a noção de “face negativa”, referente à autoafirmação, à defesa pela liberdade de ação e à necessidade

de independência. Além dessas, é importante ainda a noção de “ato ameaçador de face”, quando referente aos atos de fala que realizamos nas interações, que, por si, podem conter ameaças à face própria e à face alheia, conforme retrata a Figura 7.

FIGURA 7 – Teorias da Face



Fonte: Produção de Marlow

Seara, inclusive, lembra que Brown e Levinson dedicam o seu livro *Politeness* em memória de Goffman e que “as noções de *face negativa* e *face positiva* correspondem, respectivamente, às noções de *território* e de *face goffmanianas*” (SEARA, 2017, p. 239, grifos da autora).

Para Kerbrat-Orecchioni (2017, p. 21), Brown e Levinson foram originais por cruzar a teoria dos atos de fala, de Austin/Searle, com a teoria da face, de Goffman, criando a teoria da polidez. E ainda, na teoria de Brown e Levinson, a expressão “trabalho de face” equivale a “polidez”, e todo ato de fala pode ser descrito como um ato de ameaça ou de preservação de face.

Os atos ameaçadores de face positiva e negativa do falante e do ouvinte na interação verbal são assim organizados em quatro grupos por Brown e Levinson (1987), aos quais explicamos com exemplos de Seara (2017, p. 239): (1) Atos que ameaçam a face negativa do alocutário/ouvinte: violações de natureza verbal, como perguntas indiscretas, pedidos, elogios e de natureza não-verbal, como contato físico indevido,

agressões visual, ofensas proxêmicas⁵⁸; (2) Atos que ameaçam a face positiva do alocutário/ouvinte: quando se põe em risco a autoestima do outro, como crítica, refutação, advertência, injúria, insulto, zombaria, e também pedidos, ordens e elogios; (3) Atos que ameaçam a face negativa do locutor/falante: aqueles que afetam o seu território, como agradecimentos, escusas, ofertas, promessas; (4) Atos que ameaçam a face positiva do locutor/falante: todos os comportamentos que expõem a sua própria imagem, como confissões, pedido de desculpa, auto humilhação, autocrítica.

Segundo Seara (2017, p. 240), “À cortesia verbal cabe, pois, atenuar, por evitação, atenuação e/ou reparação, o potencial risco resultante da realização dum FTA [ato ameaçador de face]”. No entanto, a autora complementa que o nível de cortesia a aplicar dependerá, conforme a teoria de Brown e Levinson, de três fatores ou variáveis sociais: a relação simétrica de distância social dos interlocutores; a relação assimétrica de poder do alocutário para o locutor, e o grau de imposição do ato ameaçador de face.

Para Brown e Levinson (1987), não há uma única face e nem uma única imagem. No entanto, a sociedade vai cobrar e valorizar a face positiva como resultado da construção de saudáveis interações sociais, e o indivíduo não vai desejar expor a sua face negativa, para não distorcer sua imagem e o seu papel perante a sociedade. Revelar a face negativa, em geral, significa que o indivíduo se sentiu ameaçado de alguma forma e pode representar um descontrole interacional. Dessa forma, para os autores, “face é algo em que há investimento emocional e que pode ser perdida, mantida ou intensificada e tem que ser constantemente cuidada numa interação” (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 61). E sendo interacional, a relação se estabelece entre, no mínimo, duas pessoas.

Para Brown e Levinson (1987), em um contexto interacional de mútua vulnerabilidade, qualquer participante tentará evitar atos de ameaça ou contornar a situação, através

⁵⁸ O termo Proxêmica ou proxemia foi cunhado pelo antropólogo Edward T. Hall, na obra “A dimensão oculta” (2005), cujo estudo demonstra que o uso do espaço, pelo próprio homem, pode afetar relações pessoais, profissionais e interações transculturais, entre outros aspectos. Hall estuda por exemplo, o modo e o significado de aproximações e de distanciamentos corporais entre indivíduos em diferentes culturas, a linguagem corporal, o planejamento arquitetônico, e as manifestações silenciosas decorrentes desse tipo de comportamento social.

de estratégias de negociação da imagem, minimizando suas ameaças, caso as tenha cometido e salvando suas faces, caso tenha sofrido algum tipo de ameaça. Convém registrar que esse “contexto interacional de mútua vulnerabilidade” não é observado nos enunciados de fonte *off*, tendo em vista que se trata de face protegida que, em geral, expõe a face de uma personalidade pública.

Outra crítica em relação a este modelo padrão se faz na percepção de dificuldades na conceituação e no entendimento de uma preocupação excessiva, uma interação paranoica, em que os interactantes se ocupam o tempo todo de, através de atos de fala, normalmente convencionais, atenuar ameaças e proteger sua face e seu território (KERBRAT-ORECCHIONI, 2017, p. 23).

Porém, para Kerbrat-Orecchioni, com alguns arranjos, a teoria “permite dar conta de uma massa considerável de fatos; por exemplo, e entre outros: os *atos de fala indiretos*, tratando-se de formulações não convencionais ou convencionais (KERBRAT-ORECCHIONI, 2017, p. 24, grifos da autora). Além disso, permite

explicar de forma eficaz os fenômenos de encadeamento de atos de fala [...] sobre o qual poder-se-ia mostrar que se apoia no sistema de polidez: os encadeamentos “preferidos” correspondendo aos encadeamentos polidos (asserção >> concordância, pedido >> aceitação, mas também autocrítica >> desacordo ou elogio/felicitação >> rejeição ao menos parcial: a reação mais polida não é sempre uma reação positiva); e os encadeamentos “não preferidos” correspondendo aos encadeamentos “impolidos” (asserção >> refutação, pedido >> recusa, mas também autocrítica >> concordância ou elogio/felicitação >> aceitação pura e simples) (KERBRAT-ORECCHIONI, 2017, p. 24, grifos da autora).

No entanto, apesar das críticas e das tentativas de corresponder a elas, Kerbrat-Orecchioni (2017, p. 38) conclui que “parece que não existe, atualmente, no campo da pragmática interacional e na área específica dos fenômenos de polidez, um concorrente sério ao modelo BL [de Brown e Levinson]” e que

Certamente, o contexto desempenha [...] um papel crucial (como é aliás o caso de todos os valores pragmáticos, que são altamente sensíveis ao contexto: pode sempre acontecer de o ambiente situacional assim como o acompanhamento prosódico e mímico vierem a alterar, ou mesmo inverter, o valor base do enunciado. É verdade que essas variáveis contextuais não são suficientemente levadas em conta por Brown e Levinson; não por negarem a sua importância, mas porque o seu principal objetivo é, antes de tudo, identificar os fundamentos e os princípios do sistema universal da polidez, em

vez de detalhar suas aplicações em tal ou tal contexto situacional e cultural específicos” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2017, p. 40).

Martino e Marques afirmam que, “mais do que um conjunto de convenções superficiais, a polidez pode revelar várias microestruturas das relações de poder presentes em uma sociedade. Algo muito além de qualquer superficialidade” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 69). Segundo esses autores,

A polidez, dessa maneira, nasce como um poderoso instrumento de distinção entre as classes, isto é, a capacidade de criar uma fronteira simbólica entre as pessoas [...] “distinção”, aqui, é empregada no sentido de “diferenciação” e, ao mesmo tempo, “julgamento de valor”: uma pessoa se distingue das outras pela nobreza de suas ações, por exemplo (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 71).

Dessa forma, Martino e Marques concordam que “a gentileza e as regras de convivência são muito mais do que simples formalidades; ao contrário, são fundamentais para a vida em sociedade” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 63). “A ideia de ‘bem-viver’ é também uma questão de sobrevivência, uma tentativa de não resolver tudo pela força ou pela discussão” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 64). Segundos os autores,

Em linhas gerais, a polidez tem uma única finalidade: tornar a vida em sociedade possível. Viver com os outros não é fácil e, para evitar que o cotidiano seja uma fonte inesgotável de conflitos, adotamos uma série de atitudes para tornar essa convivência mais confortável para todos. O conjunto dessas ações que comunicam nossa intenção de viver bem com os outros, é o que denominamos “polidez” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 64).

Martino e Marques entendem que, “Embora, obviamente, as regras de polidez não estejam escritas em nenhum lugar, percebemos sua importância e, especialmente, sua ligação com a comunicação quando elas são desobedecidas, o que costuma gerar inúmeros embaraços e constrangimentos no cotidiano” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 65). Assim, polidez é, para esses autores, sucintamente, “expressar o respeito pelos outros sem a menor garantia de que alguém fará o mesmo por nós” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 64). Conforme esses autores, “A polidez, de certa maneira, expressa a consideração que temos – ou precisamos demonstrar – pelos outros” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 68), embora “a polidez é, como todos sabem, ‘a virtude das aparências’” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2017, p. 33).

Numa perspectiva da ética na comunicação, Martino e Marques entendem que “A ética da comunicação com polidez está baseada na ideia de que, dentro de uma sociedade, todas as pessoas compartilham alguns códigos de interação que podem ser facilmente compreendidos e aplicados” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 64) e que a polidez e as boas maneiras são

um conjunto de códigos interacionais que facilitam a vida em sociedade. No cotidiano, a polidez é uma forma superficial de comunicação, mas, ao mesmo tempo, uma das mais importantes: ela revela, imediatamente, quem somos, qual é a nossa condição social e, em termos mais profundos, o que pensamos de nós mesmos e dos outros (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 63).

Koike (2017, p. 59) defende que, nos estudos da polidez e impolidez, é preciso levar em consideração o conceito de *frame*⁵⁹ e, assim, perceber as “diferenças de *frames* culturais⁶⁰ relacionados à cortesia”. Conforme Koike (2017, p. 60-61), os *frames* são complexos e variados, alguns mais gerais, outros específicos, dinâmicos e, portanto, adaptáveis e evocam determinadas expectativas de discurso a partir da interpretação do ouvinte. Conforme as pesquisas de Koike, autores como Tannen (1993), Goffman (1974) e Frake (1977) têm em comum uma visão que “propõe uma perspectiva ‘ativa’ de *frames*, na qual estes são construídos enquanto as pessoas interagem, ao invés de uma visão ‘estática’ em que de alguma forma são estabelecidos e fixos pela interação inteira” (KOIKE, 2017, p. 61).

Citando os estudos de Koike que contribuem com a polidez, Seara realça uma “observação muito importante: para Koike um ato de fala ou de discurso não é em si próprio cortês ou descortês, depende sempre do contexto em que é interpretado e das

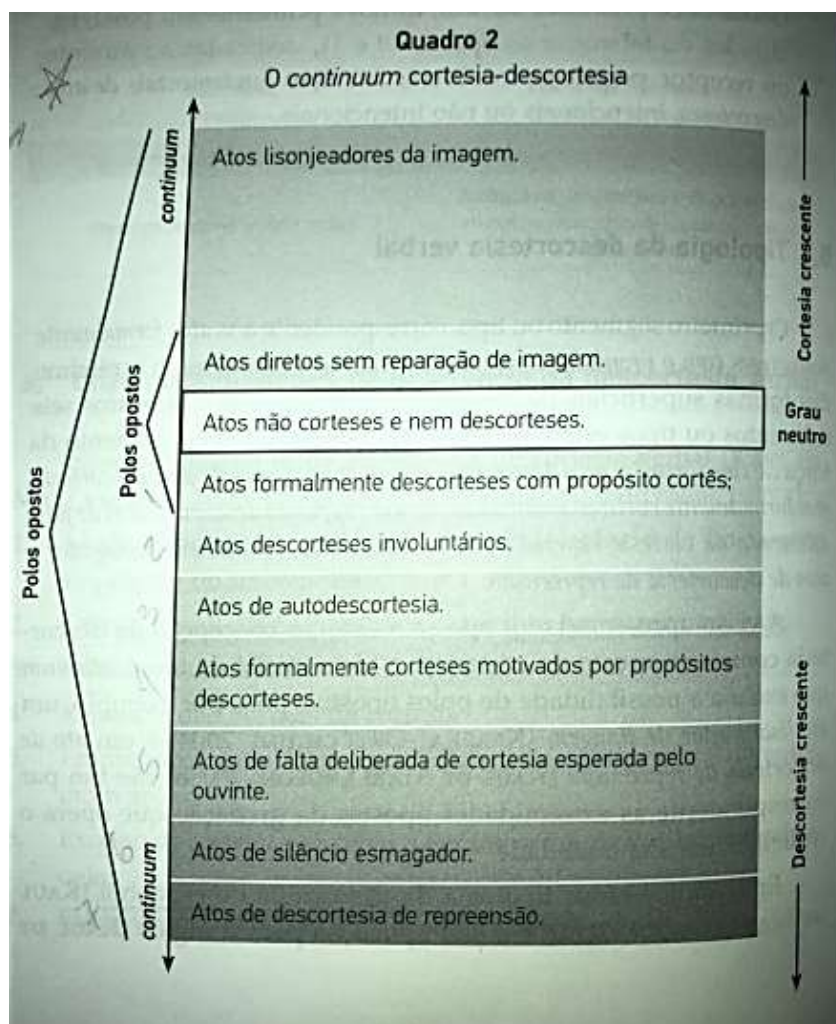
⁵⁹ O conceito de *frame* (MINSKY, 1980), roteiros, ou *scripts* em inglês, (SCHANK; ABELSON, 1977) explica a maneira como o conhecimento é organizado no cérebro. “Esses estudos orientados à cognição propõem que o conjunto de conhecimentos e experiências anteriores de cada indivíduo influenciam a maneira como ele interpreta, guarda e acessa informação. Quando uma informação nova surge, ou quando alguém deve confrontar uma situação conhecida de uma maneira nova, a pessoa se reporta a um *frame*, uma situação mental estereotipada que representa um conjunto de situações relevantes a essa atual. [...] Essa visão de representações mentais sugere que os eventos sejam entendidos sob a forma de roteiros e outras estruturas cognitivas em experiências prévias” (KOIKE, 2017, p. 59).

⁶⁰ Koike (2017, p. 69) fornece o conceito de cultura com o qual trabalha: “Um conjunto difuso de atitudes, crenças, convenções comportamentais e suposições básicas, e valores e crenças que são compartilhados por um grupo de pessoas e que influenciam o comportamento de cada membro e as interpretações de cada membro sobre o ‘significado’ do comportamento de outras pessoas (SPENCER-OATEY, 2000, p. 4, tradução nossa)”.

normas de conduta estabelecidas social e culturalmente”. Além disso, Koike também reitera a importância do contexto cultural (SEARA, 2017, p. 248).

Marlangeon (2017, p. 106), por sua vez, afirma que a “força da cortesia-descortesia é uma propriedade permanente dos atos de fala e inerente a estes, complementária da força ilocutória e obrigatória, que se manifesta e organiza num *continuum*” e chama a atenção para a descortesia, pois dada a sua complexidade, pesquisadores tem deixado de “avaliar a descortesia simplesmente como a outra face da cortesia ou de considerá-la como ausência de cortesia, haja vista o fenômeno da descortesia ser [...] parte do *continuum* cortesia-descortesia” (2017, p. 95), conforme a Figura 8 a seguir.

FIGURA 8 – O *continuum* cortesia-descortesia



Fonte: Marlangeon, 2017, p. 100

Seara (2017, p. 246), inclusive, pontua e reconhece a contribuição de pesquisadores brasileiros nos estudos da polidez, citando Fávero (2008, 2014), Fávero, Andrade e Aquino (2000), Villaça e Bentes (2008), Koch e Bentes (2008) e Barros e Crescitelli (2012, 2014), embora esses autores defendam abordagens teóricas do fenômeno que o diferem quanto a serem mais ritualizadas e impostas por uma condição cultural e quanto a serem menos ritualizadas e dependentes das instâncias subjetivas das relações entre os interlocutores e dos princípios conversacionais que estabelecem em suas interações. Por exemplo, Koch e Bentes chegam a estabelecer uma distinção entre polidez e cortesia:

Koch e Bentes defendem que “a polidez está mais ligada às normas, convenções e princípios gerais que presidem à interação pela linguagem em determinada cultura, em dada sociedade” (2008, p. 29), sendo, por isso, uma prática regida por convenções sociais, ao passo que a cortesia é menos ritualmente determinada e mais ligada às instâncias subjetivas da interação (SEARA, 2017, p. 246).

Por fim, Seara concorda que, na era digital, “A fronteira entre o público e privado é cada vez mais tênue” (SEARA, 2017, p. 257) e que, em seus estudos sobre o comportamento de indivíduos nas redes sociais, observa um “narcisismo crescente” (SEARA, 2017, p. 260) e que estes, fazendo uso de uma pontuação criativa e entusiástica, adjetivos e advérbios,

recorrem a estratégias de cortesia valorizadora [ou valorizante] [...] às quais subjaz a intenção de reforçar, agradecer ou agradecer ao emissor, e em que predominam valores positivos de estima social, de satisfação, de felicitação, denunciam a apreciação e criam a cumplicidade (SEARA, 2017, p. 259).

As pesquisas de Valente, porém, na área da Comunicação, percebem que a descortesia pode ser uma estratégia necessária para os profissionais do jornalismo ao entrevistar, por exemplo, políticos:

descortesia pode ser aceita como virtude por se tratar de requisito necessário ao desempenho da função de *jornalista entrevistador*. Tal prática costuma ocorrer nos meios de comunicação em situações de entrevistas com políticos, artistas e atletas. O desprezo consciente da polidez, que gera a descortesia, torna-se estratégia fundamental para a consecução dos objetivos (VALENTE, 2017, p. 295).

No entanto, Valente alerta para o emprego bem elaborado da descortesia como estratégia argumentativa, para não confundi-la com agressão ou desrespeito, incorrendo em vários desvios (VALENTE, 2017, p. 307), como explicita Garcia:

Em vez de lidar apenas com ideias, princípios ou fatos, o orador descamba para o insulto, o xingamento, a ironia, o sarcasmo, enfim, para invectivas de toda ordem, que constituem o que se costuma chamar de argumento *ad hominem*; ou então revela o propósito de expor ao ridículo ou à execração pública os que opõem às suas ideias ou princípio, recorrente assim ao argumento *ad populum*. Ora, o insulto, os doestos, a ironia, o sarcasmo por mais brilhantes que sejam, por mais que irrite ou perturbem o oponente, jamais constituem argumentos, antes revelam a falta deles (GARCIA, 2010, p. 380, apud VALENTE, 2017, p. 308).

Além disso, Valente afirma a importância das escolhas lexicais e dos campos semânticos relativos a ofícios ou áreas do conhecimento, chamando a nossa atenção para os jargões jornalísticos e também cibernéticos, por exemplo (VALENTE, 2017, p. 301). O autor, inclusive, cita Barros por suas produções nessa área:

A impolidez e a descortesia, assim como a polidez e a cortesia, pertencem aos campos semânticos da civilidade e da urbanidade, ou o modo de se comportar em sociedade. Dizem respeito, portanto, às regras sociais que determinam as relações de comunicação e interação entre sujeitos e que as qualificam como bem ou mal-educadas. A impolidez e a descortesia pressupõem, em geral, que os comportamentos sociais estabelecidos não foram bem aprendidos pelos descorteses ou impolidos, que as regras sociais não foram corretamente cumpridas ou mesmo foram rompidas (BARROS, 2008, p. 93, apud VALENTE, 2017, p. 302).

Com base em Duranti, Van Dijk também aponta a polidez como inerente à situação social e atrelada a relações de poder determinadas culturalmente:

a polidez não é limitada a morfemas, palavras ou sentenças isoladas, mas uma propriedade de todo o evento comunicativo, em que pode variar dinamicamente e ser adaptada a cada momento da situação social como os participantes a definem. [...] a polidez, bem como as relações de poder, são expressas e determinadas de forma bastante diferente em diferentes culturas e línguas (Duranti, 1997) (VAN DIJK, 2017, p. 104).

Assim, após abordarmos tópicos de interesse para a pesquisa na Comunicação Social e na Linguística, partimos para a exposição da metodologia da pesquisa e para a análise do *corpus* de notícias políticas, no capítulo seguinte. Organizamos o capítulo três da seguinte forma: no primeiro subcapítulo, apresentaremos os procedimentos metodológicos e o objeto da pesquisa – *corpus* e *locus*.

Em seguida, para facilitar o trabalho de análise, procederemos à categorização dos termos do *off* de 80 notícias conforme Marlow (2016), com ênfase no termo “bastidores”. Seguidamente, a categorização anterior servirá de celeiro para as análises por amostragem de cada categoria no sentido de relacioná-las às teorias e demais contribuições elencadas nos dois primeiros capítulos.

3 METODOLOGIA CIENTÍFICA: NOS “BASTIDORES” DA PESQUISA

**“Sejam ‘dados’ ou ‘fatos’,
ainda lidamos com as mesmas metáforas,
isto é: a informação precisa ser ‘encontrada’
ou ‘descoberta’ no mundo circundante”
(OLIVEIRA, 2012, p. 120)**

Nos capítulos anteriores, propusemos autores que favoreciam um ponto de contato entre as ciências da linguagem e da comunicação social. Ambas estão inseridas nas chamadas Ciências Humanas que, por sua vez, organizam as áreas do saber científico junto com as Ciências Exatas e as Ciências Biológicas - uma divisão consequente das mudanças da Idade Moderna e do Iluminismo em torno da racionalidade e da criticidade características do ser humano (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Os estudos em Ciências Humanas, a partir da segunda metade do século XIX, em princípio, buscam tornar possível a compreensão, no campo social, do homem como sujeito atuante, ou seja, não há como dissociar o ser humano da sociedade, do contexto em que vive e interage com iguais (LAVILLE; DIONNE, 1999). Pelo contrário, “os fenômenos humanos repousam sobre uma *multicausalidade*” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 43, grifos dos autores).

Portanto, “Trata-se de compreender, considerando atentamente, a natureza do [ser humano como] objeto de estudo, sua complexidade e o fato de ser livre e atuante, sempre cuidando para não deformá-lo ou reduzi-lo” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 43). Assim, Ciências Humanas reúnem as ciências cujos resultados de pesquisas não são exatos, pois têm em si, para além de domínios práticos e teóricos, um domínio subjetivo de análise. Dentre elas, a Linguística e o Jornalismo ou Comunicação Social.

Este trabalho objetiva promover uma análise dos enunciados de fontes *off* em notícias políticas, enunciados estes entendidos como atos de fala em relação a um referente de imagem pública, a fim de entender se esse projeto de dizer se firma como uma estratégia de construção ou de desconstrução da face dessas personalidades referenciadas.

Para tanto, este terceiro capítulo se desdobra em três partes, as quais, respectivamente, informam os critérios de metodologia científica adotados no trabalho sobre o *corpus*, sobre o *locus* e sobre a organização do *corpus* através da categorização dos enunciados do *off* (MARLOW, 2016).

Seguidamente, o quarto e último capítulo apresenta uma análise por amostragem dos enunciados mais representativos do que interessa à pesquisa, com abordagem hipotético-dedutiva e numa perspectiva quali-quantitativa, considerando, assim, tanto a quantificação e a categorização do fenômeno, quanto a descrição e a interpretação analítica destes fenômenos segundo o aparato teórico evocado.

Desta forma, entendemos ser possível encontrar as respostas que satisfaçam à problemática desta pesquisa científica, quais sejam, sucintamente, (1) mensurar que atos de fala estão sendo praticados a partir do “dizer é fazer” do *off*; (2) verificar se estes atos de fala se prestam a (des)abonar a imagem social do outro; (3) observar como estes atos de fala se comportam em relação aos pressupostos da (Im)polidez linguística e (4) constatar se o *off* se constitui numa estratégia política que reverbera a falsa imparcialidade do jornalismo como um todo e do veículo analisado em particular.

Como *corpus* para esta pesquisa, serão analisados recortes de ocorrências do *off* em notícias políticas do jornal A Gazeta Online, do Estado do Espírito Santo. O motivo para a escolha deste veículo de comunicação se dá pelo fato de que, na dissertação de mestrado (MARLOW, 2016), foram analisadas notícias políticas do jornal A Tribuna, maior concorrente do jornal A Gazeta no Estado do Espírito Santo. Sendo assim, entendemos que confrontar resultados de ambos os veículos pode ser estratégico para as conclusões desta pesquisa. É importante relatar, porém, que as notícias políticas de A Tribuna foram analisadas em suporte impresso, entre os anos 2014-2015, e as de A Gazeta, em suporte digital, durante os anos 2018-2020.

Importante relatar também que a mesma disponibilidade dos enunciados do *off* encontrada em A Tribuna (cf. MARLOW, 2016), foi observada nas notícias de A Gazeta, que fazem parte do *corpus* desta pesquisa: “As informações provenientes de

fonte *off*, sejam essas de personalidades da política municipal, estadual ou federal, aliados políticos, de assessorias especializadas ou outros colaboradores, são facilmente identificadas nas notícias do caderno de Política” (MARLOW, 2016, p. 78).

Dada a generosidade desse tipo de fenômeno, optamos por selecionar notícias – e alguns outros gêneros jornalísticos -, em um determinado recorte temporal; com o nome de, no mínimo, uma personalidade pública no título; e que empregaram o jargão “bastidores” e, a partir daí, outros termos do *off* nelas existentes.

Para essa seleção, foi utilizado o recurso de busca do próprio portal online de A Gazeta, com o termo do *off* escolhido, ordenado por “data” e por “relevância” – opções do próprio recurso de busca, conforme a Figura 9.

FIGURA 9 – Ambiente de busca do portal A Gazeta



Fonte: www.agazeta.com.br. Acesso em 07 de mar. 2021

As notícias do portal A Gazeta Online são acessíveis para usuários assinantes. O acesso de visitantes é limitado. No entanto, as principais notícias são encontradas nos recursos de busca e, em geral, disponibilizadas ao público através de redes

sociais, como o Facebook e o Instagram, de forma limitada, para atrair novos leitores, bem como novos anunciantes.

A Figura 10, a seguir, representa o ambiente de notícias políticas no qual o leitor pode navegar, consumindo informação através de uma leitura não linear e com base nas relevâncias que ele próprio estabelece.

FIGURA 10 – Recorte de ambiente virtual de notícias políticas de A Gazeta



Fonte: A Gazeta Online, acesso em 13 de mar. 2021

Como podemos observar na Figura 10, os anúncios e ofertas comerciais intercalam-se entre texto noticioso, fotos, anúncios, legendas e títulos. Essa formatação não é estática, pelo contrário, vai ajustando o tamanho dos espaços ocupados por anúncios e textos, o que, por vezes, interrompe e dificulta a leitura em curso.

3.1 CORPUS: 80 NOTÍCIAS POLÍTICAS - JUNHO DE 2018 A JUNHO DE 2020

“é o caráter performático dos acontecimentos no mundo e a sua transformação em notícia o que realmente importa (OLIVEIRA, 2012, p. 119-120)

O gênero notícia, raramente assinado, se difere de outros gêneros jornalísticos devido sua objetividade, se comparado, por exemplo, à crônica, à crítica, ao artigo ou ao comentário, que são mais subjetivos e assinados (FOLHA, 2001). Importante, no

entanto, considerar “objetividade” conforme o próprio Manual da Redação Folha de S.Paulo especifica:

Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não o exime, porém, da obrigação de ser o mais objetivo possível (FOLHA, 2001, p. 45).

Para esta pesquisa, definimos o recorte temporal das notícias políticas do Jornal A Gazeta Online de junho de 2018 a junho de 2020, resultando num *corpus* de 80 notícias políticas, organizados em dois grupos, conforme Apêndice A - Tabela de notícias políticas contendo personalidades públicas no título e o termo “bastidores” no texto noticioso.

O primeiro grupo abrange o período de junho de 2018 a março de 2020. Neste intervalo de tempo, foram selecionadas duas notícias por mês – somando um subtotal de 45 notícias, numeradas de (01) a (45). O segundo grupo, de abril a junho de 2020, reúne todas as notícias que o recurso de busca relacionou – num subtotal de 35 notícias, numeradas de (46) a (80) -, até se alcançar o total de 80 notícias. A decisão por esta forma de compor o *corpus* visa perceber desdobramentos de um mesmo fato ou sobre uma personalidade pública em notícias subsequentes. O Apêndice B, que organiza de forma mais objetiva as notícias do *corpus*, facilita a verificação dos períodos e datas de todas as notícias.

Destas 80 notícias, foram evidenciados em vermelho os trechos nos quais constam o termo “bastidores” e outras expressões do *off* nos quais há referência a, no mínimo, uma personalidade pública. Foram ainda mantidos outros parágrafos que se mostraram imprescindíveis para a interpretação da notícia, na intenção de explicitar, para fins de análise, os fragmentos do *off* que informarão o leitor e, supomos, influenciarão na (des)construção da imagem social em referência.

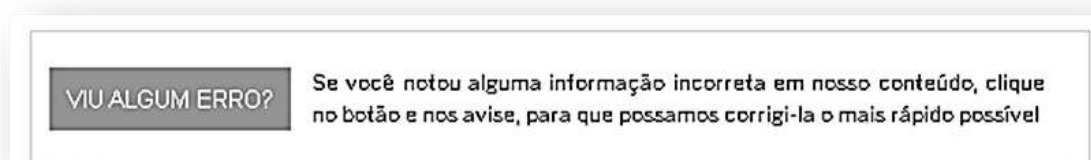
A seleção dos enunciados foi numerada e organizada em tabela – Apêndice A -, preservando data e horário de publicação e título da notícia. Da mesma forma, os textos das notícias que compõem o *corpus* preservam suas características conforme o dia em que foram coletados, como: organização dos parágrafos, trecho de hiperlink

(marcado em azul) e desvios da norma padrão⁶¹ e/ou erros de digitação (marcados com [sic]⁶²).

O texto noticioso ganha ainda outras marcas que farão parte da análise propriamente dita e que podem se sobrepor: expressões referentes aos “bastidores” do off (marcado em vermelho) e excertos indicativos dos objetos-de-discurso (marcados com bordas retangulares e sublinhados).

Convém registrar que, no *corpus* selecionado, que constam de excertos de 80 notícias políticas com o emprego do termo “bastidores”, foram identificados 27 desvios da norma culta ou erros de digitação, um número considerável, como bem pontuaram os autores Schimitz (2011) e Polyanna Ferrari (2014) sobre os textos da imprensa brasileira na internet, problemas decorrentes sobretudo do curto tempo de edição e publicação das notícias. Aliás, o portal A Gazeta Online se utiliza da estratégia de contar com a parceria do leitor para corrigir inconsistências textuais. Ao final das notícias, consta um link que convida o leitor a avisar desvios identificados, com a mensagem da Figura 11:

FIGURA 11 – Recorte sobre informação incorreta em A Gazeta



Fonte: A Gazeta Online

As supressões e acréscimos aos textos noticiosos originais também estão devidamente sinalizadas por [], conforme determinam as convenções da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para a escrita científica. Ressaltamos o

⁶¹ “o texto do jornal deve ter estilo próximo da linguagem cotidiana, sem deixar de ser fiel à norma culta, evitando erros gramaticais, gíria, vulgaridade e deselegância” (FOLHA, 2001, p. 77).

⁶² “sic – expressão usada entre parênteses principalmente na descrição de um documento, para indicar que é assim mesmo, por estranho ou errado que possa ser ou parecer [...] Em casos excepcionais [...] para [não] ridicularizar o entrevistado [...] corrija a declaração quem contém erro. O recurso deve ser usado com moderação, apenas quando for relevante para o contexto” (FOLHA, 2001, p. 98).

emprego desse recurso para omitir trechos e parágrafos das notícias que não apresentavam expressões do *off* e não prejudicaram a coerência do texto noticioso para efeito da análise pretendida. No entanto, para a análise do *corpus*, a notícia política foi acessada na sua íntegra pelo portal A Gazeta Online, conforme hiperlink registrado nas notas de rodapé.

Para dinamizar esse olhar teórico, a planilha das notícias, Apêndice A - Tabela de notícias políticas contendo personalidades públicas no título e o termo “bastidores” no texto noticioso -, contém colunas com informações do *off* que objetivam mapear e, assim, facilitar o cruzamento de dados e a análise entre as diferentes metodologias e teorias: Categoria do *off*; personalidades referenciadas e as expressões referenciais que a retomam e/ou recategorizam; atos de fala (ato locutório) do *off* e a respectiva força (ato ilocutório) e efeito (ato perlocutório) sobre a face social, ou seja, a (des)construção da imagem pública do referente, e sua relação com (im)polidez linguística.

Além dos Apêndices A – com mapeamento da análise, e B – com de resumo das notícias políticas do *corpus*, organizamos ainda o Apêndice C – Memória das personalidades públicas referenciadas pelo *Off*. Importante registrar que todas as tabelas da análise dialogam entre si através da manutenção da numeração da notícia apresentada pelo Apêndice A - Tabela de notícias políticas contendo personalidades públicas no título e o termo “bastidores” no texto noticioso.

3.2 *LOCUS*: JORNAL A GAZETA ONLINE

“Tão importante é o ‘fato’ que se tornou objeto do jornalismo e a sua busca, a força motriz de um jornal”
(OLIVEIRA, 2012, p. 119)

Para efeito de identificar o *locus* da pesquisa, ou seja, o site do jornal A Gazeta Online, que veicula as edições digitais do jornal diário, buscamos informações disponíveis no próprio site, o qual assim apresenta a empresa responsável pelo site, bem como, na sequência do texto, as premissas da Política de Privacidade – versão de outubro de 2020 - que norteiam a relação entre empresa jornalística e seus usuários:

A **S/A A GAZETA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº28.133.619/0001-93, com sede na Rua Chafic Murad, nº 902, em Monte Belo, Vitória-ES, CEP 29053-315, estabelece, adiante, a Política de Privacidade do seu SITE “AGazeta”, bem como outros descritos abaixo, de forma a esclarecer os direitos, obrigações e responsabilidades de seus Usuários (A GAZETA, acesso em 07 de mar. 2021, grifo da autora).

Na primeira dessas premissas, A Gazeta deixa evidente a sua condição de empresa comercial – expondo a face capitalista do jornalismo -, justificando, assim, anúncios e demais ações para promoção de venda de produtos e serviços, além da atividade jornalística:

1. Atendendo ao que entende ser o Princípio da Legítima Expectativa do usuário, a GAZETA esclarece que, além da atividade jornalística, atua com a venda de produtos e serviços, tanto próprios quanto de terceiros, comercializando espaços publicitários em suas páginas. Sendo assim, é do legítimo interesse da GAZETA que todo o tratamento de dados pessoais que realizar (coleta, armazenamento, enriquecimento, transmissão, processamento, etc.) tenha como objetivo final o aumento do número de vendas, não apenas por si, mas por conta do incremento que tal aumento produz na economia brasileira como um todo (A GAZETA, acesso em 07 de mar. 2021).

Atrelada à questão do oferecimento de produtos e serviços, a empresa jornalística também informa sobre o gerenciamento de dados pessoais⁶³ que objetiva, especialmente, vender mais “não apenas por si”, mas em benefício da “economia brasileira” e “para benefício do usuário”, “dentro dos limites da legislação e observando seus direitos e garantias fundamentais” (A GAZETA, acesso em 07 de mar. 2021).

À medida da apresentação de sua Política de Privacidade, a empresa jornalística aponta e responde às seguintes perguntas direcionadas aos usuários do site: “Como coletamos seus dados?”, “Como usamos os seus Dados?”, “Com quem compartilhamos os seus Dados?” e “Como protegemos os seus Dados?” (A GAZETA, acesso em 07 de mar. 2021). Além disso, a empresa afirma que “identifica o endereço IP (Internet Protocol) de seus usuários para aumentar-lhes a segurança”; registra

⁶³ A empresa informa que existem dois tipos de dados pessoais: “Dados pessoais identificáveis [...] informações como: nome, idade, endereço de e-mail, telefone e CPF” e “Dados pessoais sensíveis [...] aqueles precisam ser tratados com cuidado pelas empresas que podem revelar a origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, saúde ou vida sexual, dado genético ou biométrico (A GAZETA, acesso em 07 de mar. 2021).

“Informações de Consumo” e utiliza “cookies⁶⁴ e outras tecnologias para lembrarem informações pessoais quando você usa o site, serviços online e aplicativos” (A GAZETA, acesso em 07 de mar. 2021). Todo esse controle, segundo a empresa jornalística, tem um objetivo: “A nossa meta nesses casos é fazer com que a sua experiência seja mais conveniente e personalizada” (A GAZETA, acesso em 07 de mar. 2021).

Com relação a responsabilidades nesse ambiente virtual, a empresa jornalística informa que, sobre o canal para “Reclamação perante a Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais – ANPD [...] Até o presente momento a ANPD não possui canais de comunicação” (A GAZETA, acesso em 07 de mar. 2021). E mais,

Como não existem sistemas de segurança infalíveis ou invioláveis, a GAZETA não se responsabiliza por qualquer dano, prejuízo ou perda de informação do usuário causado por condutas de terceiros, bem como nos casos de evento fortuito ou de força maior alheio ao seu controle (A GAZETA, acesso em 07 de mar. 2021).

Por fim, a empresa jornalística também deixa claro que é possível haver alterações “a qualquer momento” desta Política; que o usuário, ao utilizar o site, “concorda e aceita os Termos da Política vigente na data de utilização, cabendo ao mesmo verificá-la previamente cada vez que visitar o SITE” (A GAZETA, acesso em 07 de mar. 2021), e que “Conforme previsto nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados⁶⁵, a Rede Gazeta disponibiliza o formulário de direito dos titulares de dados, onde você poderá enviar qualquer solicitação relativa ao uso de seus dados” (A GAZETA, acesso em 07 de mar. 2021), seguido de link para o citado acesso.

⁶⁴ “Quando você acessa sites, pequenos arquivos de texto (cookies) são instalados nos computadores quando um navegador de internet é usado, com a finalidade de armazenar as preferências de navegação do usuário. É por causa de cookies, por exemplo, que você vê anúncios de coisas que você já procurou quando visita outros sites. Conhecendo você melhor, conseguimos indicar matérias e publicidade do seu interesse, proporcionando uma experiência mais relevante e única para você, entregando conteúdo baseado no que você gosta. Além disso, quando você faz o seu cadastro em A Gazeta, você pode participar de promoções, eventos on-line, ações comerciais, sorteios e outros” (A GAZETA, acesso em 07 de mar. 2021).

⁶⁵ A LGPD, “Lei Geral de Proteção de Dados” (Lei nº 13.709/2018), estabelece regras sobre coleta, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, atribuindo mais proteção aos titulares de tais dados (A GAZETA, acesso em 07 de mar. 2021).

Com esta apresentação, é possível observar vários aspectos específicos do jornal digital, que o diferenciam da modalidade impressa e que, especialmente, voltam-se ao controle de dados dos clientes e ao seu uso comercial com uma pretensa concordância dos usuários, somada a sua aparente desassistência legal.

Além disso, registramos a mensagem que acompanha os trechos noticiosos ao se utilizar o recurso de “copiar e colar” conteúdo do site de A Gazeta:

Para compartilhar esse conteúdo, por favor utilize o link [...] ou utilize os recursos oferecidos na página. Textos, fotos, artes e vídeos da Rede Gazeta estão protegidos pela legislação brasileira sobre direito autoral. Não reproduza o conteúdo digital e/ou do jornal em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização da Rede Gazeta (agenciaag@redgazeta.com.br). As regras têm como objetivo proteger o investimento que a Rede Gazeta faz para produzir um conteúdo jornalístico de qualidade (A GAZETA, acesso em abr. 2020).

Após apresentados *locus* e *corpus* da pesquisa, passamos a apresentar como foram organizadas as notícias e caracterizados os enunciados do *off* de acordo com as categorias de análise de Marlow (2016).

3.3 CATEGORIAS DO *OFF*: “BASTIDORES” NAS NOTÍCIAS POLÍTICAS

“O poder inclui e exclui, produz prestígio e estigma, constrói e destrói”
(BLOMMAERT, 2014, p. 67)

Conforme dito, as 80 notícias que compõem o *corpus* desta pesquisa fazem referência a, no mínimo, uma personalidade pública. Sendo assim, apuramos 94 nomes, dentro os quais algumas instituições, organizados no Apêndice C – Memória das personalidades públicas referenciadas no *corpus*, sendo preservados os números das notícias em que ocorrem.

A Tabela 2, a seguir, informa os nomes de personalidades públicas mais citados nas notícias e a respectiva quantidade de vezes, sendo notório que o atual presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, é referenciado 52,5% do total do *corpus* de notícias políticas desta pesquisa. Os nomes citados uma ou duas vezes podem ser conhecidos através da consulta ao Apêndice C - Memória das personalidades públicas referenciadas pelo *off*.

TABELA 2 - Principais Personalidades Referenciadas

Ordem	Quant.	Personalidade	%
1	42	Jair Messias Bolsonaro	52,50
2	10	Luiz Henrique Mandetta	12,50
3	9	Sergio Moro	11,25
4	7	Paulo Guedes	8,75
	7	Renato Casagrande	
5	6	Wilson Witzel	7,50
6	4	Abraham Weintraub	5,00
7	3	Lucas Tristão	3,75
	3	Rodrigo Maia	
	3	Onix Lorenzoni	

Fonte: produção da autora

Conforme a Tabela 2, a personalidade pública mais presente nas notícias e nos enunciados do *off*, Jair Messias Bolsonaro, foi referenciada na mídia durante todo o recorte temporal da pesquisa, porém em três diferentes lugares de fala: deputado federal e pré-candidato, candidato a presidente e presidente. Seguem-se os nomes de Luiz Henrique Mandetta, Sergio Moro e Paulo Guedes, respectivamente, à época da publicação das notícias, Ministro da Saúde, Ministro da Justiça e Ministro da Economia do Governo Bolsonaro, todos do cenário político nacional.

Por sua vez, o cenário capixaba se faz representar dentre os mais referenciados pela figura pública de Renato Casagrande, que integra o cenário político do Estado do Espírito Santo inicialmente como candidato a governador e depois como governador eleito. Lucas Tristão, capixaba, integra o cenário político da cidade do Rio de Janeiro, nas notícias analisadas. Vale lembrar que a relação completa dessas pessoas públicas compõe o Apêndice C - Memória das personalidades públicas referenciadas pelo *off*.

A análise, no capítulo 4 desta tese, contempla ambos os cenários: capixaba e nacional. Interessa à pesquisa, pois, verificar o comprometimento do discurso do *off* com a (des)qualificação destas – elencadas na Tabela 2 - e de outras personalidades públicas coadjuvantes noticiadas. Estrategicamente, faremos uso da categorização do *off* de A Gazeta nas mesmas condições do *off* de A Tribuna (cf. MARLOW, 2016).

Lembramos que “A nomenclatura utilizada na definição de categorias é de autoria da pesquisadora e foi definida a partir da análise das sentenças com *off*, ou seja, a partir

da observação e do agrupamento de fragmentos que guardavam semelhanças entre si” (MARLOW, 2016, p. 85). Para esta pesquisa, não houve necessidade de adequar a categorização do *off*, permanecendo, pois, conforme Marlow (2016). Para explicar as sete categorias do *off*, com os resultados da pesquisa de 2016, convém lembrar que as categorias do *off* podem ser combináveis entre si e assim se definem:

A primeira categoria - Modo de especulação e boato -, com 71 fragmentos do *off*, foi a categoria mais representativa e reúne enunciados que, por não apresentarem informação com consistência factual, denotam origem especulativa e veracidade duvidosa. Nesta classe do *off*, o jargão “bastidores” é usado para legitimar o *off*, preservando um possível enunciador ou até mesmo disfarçando sua inexistência enquanto fonte jornalística. Como exemplo, tem-se o enunciado:

“De acordo com informações de bastidores, 15 parentes de vereadores teriam sido nomeados pelo socialista no início deste ano.” (ocorrência do *off* nº 61) (cf. MARLOW, 2016, p. 88).

A segunda categoria - Modo de autoria indeterminada -, com 69 registros, reúne expressões, jargões jornalísticos e escolhas lexicais que generalizam a autoria ou a procedência da informação, tornando-a indeterminada. Como exemplo, tem-se:

“Foi uma jogada chamar muita gente para o jantar que seria do PMDB. Não tinha nada a ver chamar o povo do PT. Saiu todo mundo chupando o dedo, e Dilma tirou o corpo fora de tudo [...] Ela fez cara de paisagem para tudo’, comentou um interlocutor de Temer.” (ocorrência do *off* nº 10) (cf. MARLOW, 2016, p. 90).

A terceira categoria - Modo de vaguidão - reúne 44 enunciados com sujeitos na forma da terceira pessoa do plural, na forma de oração sem sujeito e ainda construções sintáticas que denotam possibilidades, probabilidades, deixando a informação vaga e imprecisa. Por exemplo:

“Nos bastidores, há incerteza de como será realizada entrega da faixa governamental, no dia 1º de janeiro, uma vez que o clima da campanha, com troca de acusações entre Casagrande e Hartung, tem refletido na relação das duas equipes de transição.” (ocorrência do *off* nº 69) (cf. MARLOW, 2016, p. 91).

A quarta categoria - Modo retórico ou sofista -, com 45 fragmentos do *off*, descreve como a linguagem proveniente de fonte protegida pelo anonimato pode ser um recurso para atrair, convencer ou até mesmo enganar pelo poder da palavra. Como exemplo, tem-se:

“Um proeminente peemedebista do Senado disse que o partido saiu ‘humilhado’ da reforma, uma vez que foi repassada ao público uma imagem de que o governo cedeu ao apetite fisiológico do PMDB.” (ocorrência do *off* nº 116) (cf. MARLOW, 2016, p. 94).

A quinta categoria - Modo de contraposição -, com 33 enunciados, evidencia o emprego do *off* para contrapor informações anteriores num mesmo período frasal, de forma a polemizar, contestar e até desmentir uma informação. Como exemplo:

“A votação foi secreta mas bastidores dão conta de que Rose não contou nem com a metade dos votos da bancada capixaba. Ela foi traída também dentro do PMDB, que havia lhe prometido 32 votos.” (ocorrência do *off* nº 57) (cf. MARLOW, 2016, p. 96).

A sexta categoria, Modo de conchavo, com 25 fragmentos do *off*, veicula sentidos de conchavos políticos no *off*. Assim, o termo “bastidores” é claramente vinculado a arranjos, acordos e negociações políticas. Como exemplo, tem-se:

“Recebido em setembro pela Câmara, o Orçamento deveria ter sido discutido e votado no prazo de um mês, mas as discussões e a apresentação de emendas arrastaram o prazo até ontem, quando vereadores discutiam nos bastidores sobre a intervenção do prefeito Luciano Rezende (PPS) na decisão.” (ocorrência do *off* nº 103) (cf. MARLOW, 2016, p. 99).

Por fim, a sétima categoria, Modo de arena, com 26 enunciados, revela o quanto as construções do *off* aproximam o enunciado ao sentido de jogo, de guerra ou de embate político. Como exemplo:

“Tal movimentação reforça a tese que corre nos bastidores de que o ‘clima de paz e amor’ pode culminar em uma Assembleia Legislativa que somente diz ‘sim’ ao governador Paulo Hartung.” (ocorrência nº 147) (cf. MARLOW, 2016, p. 101).

Além disso, registramos que o processo de categorização do *off* obedece a esquemas cognitivos de “relevância ótima” (Cf. SPERBER; WILSON, 1986) sendo, portanto, uma classificação subjetiva, que pode variar de indivíduo para indivíduo, ou seja,

Estas categorias foram especificadas levando em consideração a percepção das implicaturas do *off* e as inferências construídas segundo a interpretação da autora, de modo a ilustrar possibilidades de sentido e oportunizar a análise desta pesquisa, devendo ficar evidente que outros sentidos podem ser construídos a partir da leitura de outros leitores. A autora buscou interpretar as expressões e metáforas do *off* com o menor esforço possível para a satisfação das suas expectativas de sentido, conforme orienta o Princípio da Relevância, de Sperber e Wilson. Convém destacar que esse processo mental é muito particular, e pode variar de indivíduo para indivíduo, considerando-se outros aspectos cognitivos, formais e contextuais envolvidos (MARLOW, 2016, p. 82).

A Tabela 3, adiante, organiza as notícias conforme as categorias do enunciado do *off*, reproduzindo a mesma metodologia empregada na dissertação de mestrado que propôs o modelo (cf. MARLOW, 2016). A numeração das notícias segue a ordem disposta no Apêndice A - Tabela de notícias políticas contendo personalidades públicas no título e o termo “bastidores” no texto noticioso.

TABELA 3 - Categorias do *Off* nas Notícias Políticas

Categorias do Off		Número das Notícias	Total
1	Especulação ou boato	(3), (6), (10), (13), (15), (16), (18), (22), (26), (32), (37), (40), (42), (48), (49), (50), (60), (66), (73), (74), (75), (78)	22 14%
2	Autoria Indeterminada	(2), (4), (5), (6), (10), (11), (12), (15), (16), (18), (22), (23), (26), (28), (35), (36), (38), (39), (40), (41), (43), (45), (48), (49), (52), (55), (59), (61), (63), (64), (66), (68), (69), (71), (72), (76), (77), (78), (80)	39 25%
3	Vaguidão	(2), (4), (12), (28), (41), (54), (62), (63), (66), (71)	10 6,5%
4	Retórico ou sofista	(7), (8), (14), (39), (45), (53), (61), (66), (67), (72)	10 6,5%
5	Contraposição	(2), (5), (6), (10), (11), (16), (23), (24), (29), (33), (38), (43), (47), (50), (52), (55), (56), (58), (59), (61), (68), (69), (71), (72), (76), (77)	26 16%
6	Conchavo	(1), (2), (4), (9), (12), (15), (17), (18), (19), (26), (27), (30), (31), (45), (46), (49), (60), (63), (68), (76)	20 13%
7	Arena	(3), (20), (21), (25), (27), (28), (34), (36), (40), (41), (42), (44), (46), (49), (51), (54), (57), (58), (59), (62), (64), (65), (66), (69), (70), (71), (77), (79), (80)	29 19%
Total			155 100%

Fonte: produção da autora

Como pode ser observado na Tabela 3, a categoria que agrupa maior número de notícias é a de Autoria Indeterminada (39 notícias, 25%), sendo esse o emprego mais estereotipado do *off*. Já a segunda e a terceira categorias, respectivamente, modo de Arena (29 notícias, 19%) e modo de Contraposição (26 notícias, 16%), estão relacionadas a aspectos notadamente de ordem política. As demais categorias

somaram, respectivamente: modo de Especulação ou Boato (22 notícias, 14%), modo de Vaguidão (10 notícias, 6,5%) e modo Retórico ou Sofista (10 notícias, 6,5%).

Fazendo uma relação percentual do *corpus* analisado em 2016 e o atual, temos os dados de quantitativo de fenômenos do *off* organizados em suas respectivas categorias, conforme Tabela 4.

TABELA 4 - Comparativo do total de fenômenos do *Off* em 2016 e 2021

Categorias do <i>Off</i>	A Tribuna (2016)	%	A Gazeta (2021)	%
Modo de Especulação e Boato	72	23	22	14
Modo de Autoria Indeterminada	69	22	39	25
Modo de Vaguidão	44	14	10	7
Modo Retórico ou Sofista	45	14	10	7
Modo de Contraposição	33	10	26	16
Modo de Conchavo	25	8	20	12
Modo de Arena	28	9	29	19
Total de notícias do corpus	316	100	154	100

Fonte: Marlow, 2016. Adaptação nossa

Interessante observar que, na pesquisa de Marlow (2016), as categorias de Especulação e Boato e de Autoria Indeterminada foram as mais representativas do *off*, somando, ambas 45% das ocorrências analisadas (23% + 22%). No cenário atual, portanto, tem-se as categorias de Autoria Indeterminada e de Arena como as mais recorrentes, somando 44% das ocorrências estudadas (25% + 19%).

Os números da Tabela 4 também permitem observar que, em A Gazeta, o *off* tem maior emprego nas categorias de Contraposição (16%), Conchavo (12%) e Arena (19%), totalizando 47%, comparados à soma de 27% das respectivas categorias de A Tribuna. É possível afirmar que tal fato esteja relacionado a uma percepção empírica que atribui à redação de A Tribuna um relacionamento menos conflituoso com os dirigentes políticos, ao contrário da redação de A Gazeta, que exerce maior crítica nas coberturas jornalísticas do cenário político.

Tendo em vista elegermos o termo “bastidores” para selecionar as notícias do *corpus* desta pesquisa, é especialmente interessante as palavras de Goffman para caracterizar os bastidores como “o lugar onde o ator pode confiantemente esperar que nenhum membro do público penetre” (GOFFMAN, [1959] 1975, p. 107), o lugar em

que “os segredos vitais de um espetáculo são visíveis [...] os atores se comportam libertando-se de seus personagens enquanto estão lá” (GOFFMAN, [1959] 1975, p. 107). E mais,

É aqui [nos bastidores] onde se fabrica laboriosamente a capacidade de uma representação expressar algo além de si mesma. Aqui é onde as ilusões e impressões são abertamente construídas. Aqui os apoios do palco e os elementos da fachada pessoal podem ser guardados, numa espécie de aglomerados de repertórios inteiros de ações e personagens. Aqui os tipos de equipamento cerimonial, tais como as diferentes espécies de bebidas e roupas, podem ser escondidos [...]. Aqui os trajes e outras partes da fachada pessoal podem ser regulados e revistados, a fim de se descobrir as imperfeições. Aqui a equipe pode rever sua representação, reprimindo as expressões ofensivas, quando nenhum observador está presente, para ser ofendido por elas. Aqui os membros menos capazes da equipe, os que são expressivamente ineptos, podem ser treinados ou excluídos da representação. Aqui o ator pode desconstrair-se, abandonar a sua fachada, abster-se de representar e sair do personagem (GOFFMAN, [1959]1975, p. 106-107).

Entendemos que as possibilidades de sentido para o jargão jornalístico dos “bastidores”, definidoras das categorias do *off*, alcançam a dimensão descritiva de Goffman ([1959]1975), especialmente nas categorias de Conchavo e Arena. Nestas categorias, em especial, temos, de fato, uma percepção de que os bastidores são um lugar físico à parte, acessível apenas por pessoas de total confiança, em que a intimidade e a familiaridade se sobrepõem à formalidade e à discricção, onde se definem acordos com aliados e onde se planejam investidas contra opositores.

No entanto, percebemos outras possibilidades de sentido para o termo “bastidores” no campo jornalístico. É justamente por essa polissemia que esse jargão, em especial, mostrou-se bastante interessante como foco de pesquisa aliado ao fenômeno do *off*. Sendo assim, os “bastidores” das notícias políticas e todo seu potencial de construir sentidos em prol de um projeto de dizer e fazer foram analisados na seção seguinte.

4 ATOS DE FALA E REFERENCIAÇÃO NOS “BASTIDORES” DO *OFF*

**“Todos são iguais perante a lei,
mas ninguém é suficientemente igual perante a mídia”**
(MARTINO; MARQUES, 2018, p. 175)

Este capítulo se presta à apreciação do *corpus* desta pesquisa, 80 notícias políticas do jornalismo digital de A Gazeta, com o emprego do termo “bastidores” para o *off*. A análise se deu com base em teorias da Linguística – Pragmática e Linguística Textual – que sustentam um contexto sócio-cognitivo-interacional de uso da fala. No caso, a interação se dá por um interlocutor – a fonte *off*, evocada pelo jornalista – que estrategicamente planeja seu dizer em prol de uma intenção e de um efeito. Esse projeto de dizer do *off* extrapola, em tese, a primazia de informar o leitor sobre assuntos de tamanho interesse público que justificam o sigilo da identidade do informante.

Desta forma, o capítulo se divide em três partes, sendo a primeira destinada a analisar as particularidades da linguagem do *off*, notadamente composta de jargões e expressões cristalizadas pelo jornalismo, sua incontestável relação com a política e, conseqüentemente, sua aparente relação com fenômenos de desinformação, razão pela qual propomos o termo *fake-off*.

A segunda parte do capítulo visa perceber a (im)polidez como estratégia do enunciador do *off*, de face oculta, em relação à personalidade pública a que faz referência, de face exposta e, portanto, sujeita aos efeitos de (des)construção de sua imagem perante a sociedade, numa interação assimétrica.

A terceira e última parte do capítulo amplia a análise para entender quais atos de fala estão presentes nos ditos do *off* e em que medida esses atos contribuem com a (des)qualificação das personalidades públicas citadas nas notícias de dois cenários políticos: o capixaba e o nacional.

No entanto, as duas primeiras seções darão prioridade aos dados quantitativos para que, ao serem analisadas as notícias políticas, na terceira seção, essa análise amplie

a abordagem e, assim, correlacione as teorias elencadas na pesquisa aos fenômenos dos “bastidores” do *off* que o texto noticioso oferecer.

Convém lembrar que a numeração da notícia analisada preserva a ordem informada no Apêndice A - Tabela de notícias políticas contendo personalidades públicas no título e o termo “bastidores” no texto noticioso. Além disso, os hipertextos, configurados nos hiperlinks presentes no texto noticioso, estarão sinalizados com texto em azul, como possibilidade de uma construção textual a partir da (hiper)leitura não linear (MARCUSCHI, 2004; KOCH, 2004; MARQUESI; CABRAL, 2017). Os termos do *off*, por sua vez, estão marcados no texto noticioso em vermelho.

4.1 A LINGUAGEM DO *OFF* E DO *FAKE-OFF*

“Todo ofício tem seus padres apóstatas para os contar o que acontece no mosteiro e a imprensa sempre mostrou um vivo interesse nessas confissões e exposições”
(GOFFMAN, [1959]1975, p. 153)

É inegável que a linguagem conotativa, figurada, incorpora os textos de função referencial⁶⁶ da esfera jornalística, que prezam pela norma culta. Lage (2005, p. 128-129), por exemplo, relaciona algumas figuras de estilo bem frequentes no texto jornalístico: o eufemismo⁶⁷, a ironia⁶⁸, a antítese⁶⁹, a metáfora⁷⁰ e a metonímia⁷¹, ainda que os manuais de redação jornalística não recomendem esse emprego ou apontem ressalvas. No entanto, é preciso que o jornalista saiba usá-lo com “ética e talento” e, assim, medir a dimensão e o efeito de seu uso. Conforme Martins (2005, p. 79), o

⁶⁶ Conforme a teoria da comunicação, do linguista Roman Jakobson (1896–1982), a função referencial (denotativa ou informativa) é uma das seis funções da linguagem humana.

⁶⁷ “Não compete ao jornalista suavizar a informação com palavras que lhe pareçam mais agradáveis. Sua função não é poupar o leitor, e sim informá-lo” (FOLHA, 2001, p. 68).

⁶⁸ Originalmente, pergunta de quem sabe a resposta. Em texto jornalístico, dizer algo diferente do que de fato se pensa pode provocar confusão. Não abuse, portanto. Admite-se o recurso, sem restrições, em textos assinados ou colunas de bastidores. Mesmo assim, requer cautela [...]. A ironia deselegante, canhestra ou forçada ridiculariza o autor [...]. Nem mesmo o uso de aspas pode consertar o defeito de estilo” (FOLHA, 2001, p. 75).

⁶⁹ Figura de linguagem que aproxima, na frase, termos, expressões ou ideias com sentidos opostos. Exemplo: “entre picanha e vinho francês, safra de 1998, discutiu-se no almoço com empresários a campanha contra a fome” (LAGE, 2005, p. 128).

⁷⁰ “Figura de linguagem na qual a significação imediata de uma palavra é substituída por outra, subentendendo uma relação de semelhança [...]. Pode ser útil para tornar um texto mais didático [...]. Evite metáforas desgastadas pelo uso excessivo” [FOLHA, 2001, p. 81].

⁷¹ “Figura de linguagem que consiste em substituir um termo por outro com base em contiguidade semântica [...]. Se bem usada, pode tornar o texto mais conciso” (FOLHA, 2001, p. 81).

jornalista pode escrever uma matéria “factualmente correta mas em essência errada, aparentemente isenta, mas no fundamental tendenciosa” ou, conforme Bourdieu, uma notícia com “aparência de neutralidade” (BOURDIEU, 1997, p. 136), mas com espírito de “filosofia da suspeita” (BOURDIEU, 1997, p. 136).

Em trabalho anterior (cf. MARLOW, 2016), pesquisamos a questão da linguagem figurada – metáforas, metonímias e jargões jornalísticos⁷² – muito presente no jornalismo dada “a regularidade do *off* materializado em figuras de linguagens, como metáforas e expressões metafóricas e jargões de uso jornalístico” (MARLOW, 2016, p. 70), o que estimulou novas pesquisas. Conforme as primeiras pesquisas de Marlow,

As figuras de linguagem tornaram-se evidentes no *corpus* e reclamavam espaço na análise. As metáforas e os jargões de uso jornalísticos têm participação fundamental na materialização do *off* no jornalismo. O termo metafórico mais frequente e mais representativo do *off* é “bastidores” (MARLOW, 2016, p. 105).

Em Marlow (2016), temos exemplos de expressões largamente utilizadas no *off*: “nos bastidores”, “segundo fontes de bastidores”, “conversas de bastidores”, “embora não seja oficial”, “conversas nos corredores”, “segundo pessoas próximas”, “segundo pessoas ligadas”, “de acordo com aliados”, “os íntimos dizem”, “corre nos bastidores”, “segundo leituras do meio político”, “segundo interlocutores”, “bastidores dão conta que”, “lideranças políticas afirmam”, “a portas fechadas”, “é dado como certo”, “há informações de que”; “segundo a fonte”, “fontes revelaram”, “militantes revelaram”, “informações apontam”, “informações que circulam”, “há quem diga que”, “aposta dos bastidores”, “aparecem cotados”, “por meio da assessoria”, “nos corredores”, “conta um interlocutor”, “ao contrário do que circula nos bastidores”, “segundo rumores”, “informações de membros”, “já foi especulado”, “comenta-se nos bastidores”, “especulações apontam”, “a informação é dada como certa nos corredores”, “corre nos bastidores”, “segundo relatos de assessores”, e tantas outras.

⁷² “Sobre jargões jornalísticos, o Manual da Redação Folha de São Paulo (2001, p. 75) orienta para que o texto jornalístico não contenha expressões de domínio exclusivo de um grupo de profissionais ou especialistas, mas, quando for imprescindível o uso de determinada expressão, que seja explicado o seu significado” (MARLOW, 2016, p. 73).

Como pode ser facilmente observado nos exemplos dados, o jargão jornalístico dos “bastidores” se soma ao fenômeno do *off* para dar conta de várias possibilidades de sentido e expressividade que, conforme Marlow (2016), foram propostas em 7 categorias do *off*: Especulação ou boato, Autoria Indeterminada, Vaguidão, Retórico ou sofista, Contraposição, Conchavo e Arena.

Justamente por concordarmos com Oliveira (2012, p. 120), que a informação precisa ser “encontrada” ou “descoberta” e as metáforas têm significativa contribuição nessa procura cognitiva por sentidos e interpretações, nesta seção, verificamos como são empregados e quais sentidos produzem os termos os “bastidores” do *off* nas notícias políticas de A Gazeta Online.

Para tanto, propomos a Tabela 5, adiante, como relação dos modos do *off* (cf. MARLOW, 2016) ao termo “bastidores” e seus sentidos utilizados por Goffman ([1959] 1975; [1967] 2011), em suas teorias sobre a fachada social. Podemos perceber que há um diálogo entre as categorias de Marlow e os diversos sentidos de Goffman para o termo “bastidores”.

TABELA 5 – Relação do termo “bastidores” aos modos do *Off* e em Goffman

Categorias do <i>Off</i>		Bastidores nas teorias da Face
1	Especulação ou boato	Bastidores como lugar de fala de uma fonte cuja informação pode ter procedência, intenção e finalidade duvidosas
2	Autoria Indeterminada	Bastidores como lugar de fala de uma fonte com identidade generalizada, sem face específica
3	Vaguidão	Bastidores como lugar de fala de uma fonte com informações rasas, incompletas, imprecisas
4	Retórico ou sofista	Bastidores como discurso eloquente , pragmático, expressivo, com termos característicos de estilo
5	Contraposição	Bastidores como contradiscurso , cuja fonte que se contrapõe a ideias dadas e revela outras versões e informações da notícia
6	Conchavo	Bastidores como território de alianças , como lugar onde se fortalece a equipe e onde se estabelecem novas alianças
7	Arena	Bastidores como território de embates , como lugar onde se planejam estratégias e onde se travam batalhas com opositores

Fonte: produção da autora

Conforme a Tabela 5, o termo “bastidores” pode ter empregos distintos no *off* como lugar de fala de enunciador(es) e como território de aliados. Portanto, por entender que os modos do *off* são combináveis, é que a análise das notícias apresenta, em muitas delas, mais de um tipo de *off*.

Conforme informa Polyanna Ferrari, a linguagem jornalística deve estabelecer e manter uma comunicação objetiva e uma leitura que não ofereça dificuldades de interpretação: “Em uma notícia, deve-se evitar o uso de termos pouco conhecidos, já que, ao reduzir o uso de itens léxicos (palavras e expressões), e o de operadores (regras gramaticais) de uso corrente, aumenta-se a comunicabilidade e facilita-se a produção do texto” (FERRARI, P., 2014, p. 60). Portanto, os jargões do jornalismo e a linguagem conotativa, de uso cristalizado nos textos noticiosos, podem contribuir para essa objetividade e facilidade de interpretação porque comunicam sentidos embutidos em suas expressões.

Nos estudos sobre a metáfora, são relevantes as pesquisas do linguista George Lakoff e o filósofo Mark Johnson, que, ao final da década de 70, tornaram-se ícones no assunto a partir da obra *Metaphors we live by*, já traduzido em língua portuguesa para “Metáforas da vida cotidiana” ([1980] 2002). A concepção de metáfora para esses autores extrapola o campo da comunicação para um alcance sensorial, como se a metáfora

fosse um dos cinco sentidos, como ver, ou tocar, ou ouvir, o que quer dizer que nós só percebemos e experienciamos uma boa parte do mundo por meio de metáforas. A metáfora é parte tão importante da nossa vida como o toque, e tão preciosa quanto (LAKOFF; JOHNSON, [1980] 2002, p. 358).

Conforme entende Lilian Ferrari, os estudos de Lakoff e Johnson “fornecem uma série de evidências do caráter rotineiro de processos metafóricos, não apenas em linguagem, mas no pensamento e na ação” (FERRARI, L., 2014, p. 91). Lakoff e Johnson propõem a teoria da “Metáfora Conceptual” para defender que a metáfora está relacionada à noção de perspectiva, na medida em que diferentes modos de conceber fenômenos particulares estão associados a diferentes metáforas (FERRARI, L., 2014). Pode-se propor, como exemplo de metáfora conceptual, a expressão “política é jogo”, muito evidente na categorização do *off* no modo Arena (MARLOW, 2016) e no entendimento de “bastidores” como território de batalha contra opositores (GOFFMAN, [1959] 1975).

A “metáfora do conduto” (REDDY, 1979, apud FERRARI, L., 2014), na qual o falante “coloca objetos-ideias dentro de recipientes-palavras e as envia, através de um conduto-metáfora, para o interlocutor que, por sua vez, deve retirar esses objetos-ideias dos recipientes-palavras para chegar à interpretação da sentença” (MARLOW, 2016, p. 71) também encontra, no termo “bastidores”, um bom exemplo, tendo em vista que esse jargão jornalístico pode conduzir uma série de possibilidades de sentidos e interpretações, como foi demonstrado nas diversas categorias do *off* (MARLOW, 2016) e também vai sendo concretizado no curso desta análise.

Certas metáforas possuem uma interpretação cristalizada, o que pode ser observado em algumas metáforas convencionalizadas pelo uso jornalístico. No universo jornalístico, segundo Lage: “Metáforas (comparações implícitas) são muito utilizadas em jornalismo científico para aproximar o público de realidades muito distantes de sua experiência” (LAGE, 2005, p. 128) e, como visto, também no jornalismo político (MARLOW, 2016, p. 168).

Assim, para Lage (2005), as metáforas no jornalismo permitem disfarçar e adequar aspectos essenciais da realidade, por isso a tradução de linguagens técnicas e em jargão das fontes para um registro da língua natural que todos entendam. Da mesma forma, o uso de jargões jornalísticos já cristalizados pelo uso também permitem economizar espaços e condensar informações na forma implícita nos textos jornalísticos, o que parece atender tanto à necessidade de economia de espaços, visto que a metáfora “condensa” informações de sentidos já cristalizados pelo seu uso constante e também veicula implicaturas que são inferidas pelo leitor considerando o contexto em que estão empregadas (MARLOW, 2016, p. 75).

Além das metáforas, os registros do *off* em notícias políticas evidenciam também a utilização dos chavões jornalísticos. O conceito de chavões, segundo Oliveira e Basso (2014, p. 63), é o mesmo de provérbios: “frases feitas cuja interpretação parece se assemelhar àquela presente na metáfora”. Os autores entendem que não há um significado fixo para essas expressões e o falante parece convidar seu interlocutor a fazer uma analogia entre uma dada situação presente no contexto de fala e a situação descrita pelo provérbio ou chavão (MARLOW, 2016, p. 75).

Além dos estudos citados, para esta pesquisa, encontramos mais relevância na proposição da metáfora dos bastidores, conforme Goffman, que disse “O mundo, na verdade, é uma reunião” (GOFFMAN, [1959]1975, p. 41) e que, neste mundo, “pode haver outra região – uma ‘região de fundo’ ou de ‘bastidores’ – onde os fatos suprimidos aparecem” (GOFFMAN, [1959]1975, p. 106).

Goffman afirma que os indivíduos que têm acesso aos bastidores desenvolvem funções específicas: “Frequentemente espera-se dos que trabalham nos bastidores a realização de padrões técnicos, enquanto os que trabalham na região da fachada realizarão padrões expressivos” (GOFFMAN, [1959]1975, p. 117).

E mais, Goffman define as diferenças entre as regiões de fachada – em que o indivíduo atua diante de um público – e as regiões de fundo – os bastidores: “Como as regiões do fundo estão ordinariamente fora do alcance dos membros do público, é aí que se pode esperar que a familiaridade recíproca determine o tom do intercâmbio social. Igualmente, é na região da fachada que podemos esperar a predominância do tom de formalidade” (GOFFMAN, [1959] 1975, p. 120).

Goffman também apresenta as evidências de os bastidores terem linguagem e comportamentos apropriados: “Em toda a sociedade ocidental tende a haver uma linguagem de comportamento informal ou de bastidores e outra linguagem de comportamento para ocasiões em que uma representação está sendo exibida” (GOFFMAN, [1959] 1975, p. 120) e que, “Ao usar um estilo de bastidores, os indivíduos podem transformar qualquer região numa região de fundo” (GOFFMAN, [1959] 1975, p. 121). No entanto, segundo Goffman,

Ao dizer que os atores agem de maneira relativamente informal, familiar e descontraída quando estão nos bastidores em atitude vigilante durante a representação, não se deve pensar que as coisas agradáveis e interpessoais da vida – a cortesia, o calor humano, a generosidade e o prazer com a companhia dos outros – estão sempre reservadas aos bastidores, enquanto a suspeita, a pretensão e a demonstração de autoridade são próprias das atividades da região de fachada (GOFFMAN, [1959] 1975, p. 123-124).

Em relação às exigências relativas ao status social dos indivíduos que frequentam os bastidores, Goffman entende que, “quanto mais alta for a posição do indivíduo na pirâmide do status, menor será o número de pessoas com quem pode manter familiaridade, menos tempo passará nos bastidores e maior será a probabilidade de que sejam exigidas polidez e decência de sua parte” (GOFFMAN, [1959] 1975, p. 125).

Goffman também define papéis sociais sob uma falsa aparência, dos quais citamos dois exemplos: “há o papel de ‘delator’. Esta é uma pessoa que finge, para os atores, ser um membro de sua equipe, tem acesso aos bastidores e a informações destruidoras, e, então, aberta ou secretamente, trai o espetáculo à platéia. As variantes políticas, militares, industriais e criminais deste papel são famosas” (GOFFMAN, [1959] 1975, p. 136).

A descrição dada por Goffman para “delatores”, em muitos casos lembram o comportamento e os enunciados de fontes *off*. Segundo Goffman, “os delatores, sejam eles traidores ou espiões, acham-se geralmente numa excelente posição para fazer um jogo duplo” (GOFFMAN, [1959]1975, p. 136). E mais, “os delatores podem ser classificados [...] alguns são profissionalmente treinados para este trabalho, outros são amadores; alguns são de alta condição, outros humildes; alguns trabalham por dinheiro e outros por convicção” (GOFFMAN, [1959] 1975, p. 136).

O segundo exemplo de Goffman para papéis sociais sob uma falsa aparência é “o papel de ‘cúmplice do ator’. É alguém que age como se fosse um membro qualquer da platéia, mas de fato está mancomunado com os atores” (GOFFMAN, [1959] 1975, p. 137). Da mesma forma, em muitas situações, a fonte *off* está na condição de testemunha ocular, presencial, de uma representação e, assim, também pode assumir o papel de “cúmplice” do ator.

Considerando essa visão de Goffman, de que pode haver traidores e delatores jogando entre os aliados nos bastidores, entendemos que os bastidores do *off* são, essencialmente, um território de descortesias, mesmo que tenham propósito cortês; um território de cortesias com propósitos descorteses, e ainda um território de

descortesia de repreensão, ou seja, de reprovação do outro, o que será mais explorado na seção seguinte.

A coluna “Categoria do *Off* / Bastidores”, do Apêndice A – registra o enquadramento das expressões ligadas ao *off*, com evidência para o termo “bastidores”, nas 80 notícias políticas do *corpus*, conforme os critérios estabelecidos na Tabela 5. Convém lembrar que o Apêndice A mapeia toda a análise em curso.

Para demonstrar a análise dessa seção, a Tabela 6, a seguir, organiza unicamente as ocorrências, extraídas do *corpus*, com emprego do termo “bastidores”, conforme Apêndice A, com os sentidos que relacionam as categorias do *off* (MARLOW, 2016) e os pressupostos de Goffman ([1959] 1975; [1967] 2011), demonstrados na Tabela 5. A Tabela 6 compara também o subtotal de ocorrências do termo “bastidores” e o total geral de ocorrências do *off* nas notícias, conforme Tabela 4.

Ao final da Tabela 6, orientamos sobre algumas particularidades do emprego do termo “bastidores” observadas nas notícias políticas: a ocorrência de parágrafos ou períodos que se repetem em notícias diferentes, repetindo, assim, o mesmo enunciado do *off*; o emprego duplo do termo “bastidores”, ou seja, parágrafos diferentes, em algumas notícias; e o emprego do termo “bastidores” no título da notícia política.

TABELA 6 – Ocorrências dos “bastidores” do *Off*

(continua)

Modos do <i>Off</i>	Bastidores nas teorias da Face	Nº Notícia	Termos do <i>off</i> (Notícia)
<p>1</p> <p>Especulação ou boato</p> <p>Subtotal: 16 ocorrências de “bastidores” (22 ocorrências de expressões do <i>off</i>)</p>	<p>Bastidores como lugar de fala de informação de qualidade duvidosa</p>	<p>(3)</p> <p>(10)</p> <p>(13)</p> <p>(15)</p> <p>(16)</p> <p>(18)</p> <p>(22)</p> <p>(26)</p> <p>(32)</p> <p>(37)</p> <p>(48)</p> <p>(60)</p> <p>(73)</p> <p>(74)</p> <p>(75)</p> <p>(78)</p>	<p>“O presidente americano ameaça no bastidores [sic]”</p> <p>“Nos bastidores, deputados comentaram que [...] teria ocorrido”;</p> <p>“Nos bastidores, o comentário foi até de que”;</p> <p>“Nos bastidores, um pedetista traça um hipotético rearranjo”;</p> <p>“Nos bastidores, há a informação de que ele teria interesse”;</p> <p>“De acordo com informações que circulam nos bastidores [...] deverão ser”;</p> <p>“Os bastidores também apontam que”;</p> <p>“nomes que já estão sendo debatidos nos bastidores”;</p> <p>“O nome [...] também é citado nos bastidores políticos”;</p> <p>“Após ter circulado nos bastidores a possibilidade”;</p> <p>“Nos bastidores, ele teria afirmado”;</p> <p>“nos bastidores dizia-se que Moro permanecia no cargo por uma suposta promessa”;</p> <p>“Informações de bastidores dão conta” (*);</p> <p>“Informações de bastidores dão conta” (*);</p> <p>“Informações de bastidores dão conta” (*);</p> <p>“nos bastidores, a revogação da medida era tratada como uma missão”;</p>

TABELA 6 – Ocorrência dos “bastidores” do off

(continuação)

Modos do Off	Bastidores nas teorias da Face	Nº Notícia	Termos do off (Notícia)
2	Autoria Indeterminada Subtotal: 18 ocorrências de “bastidores” (39 ocorrências de expressões do off)	Bastidores como lugar de fala de um enunciador generalizado ou impreciso	(4) “Nos bastidores, há a expectativa de abertura de uma segunda vaga”; (5) “ministros do TSE já diziam, nos bastidores” (*); (6) “ministros do TSE já diziam, nos bastidores” (*); (10) “Nos bastidores, deputados comentaram que [...] teria ocorrido”; (12) “De acordo com informações de bastidores, é possível que”; (15) “Nos bastidores, um pedetista traça um hipotético rearranjo”; (16) “Nos bastidores, há a informação de que ele teria interesse”; (22) “Os bastidores também apontam que”; (23) “Nos bastidores, assessores presidenciais reconhecem que”; (26) “nomes que já estão sendo debatidos nos bastidores”; (35) “Nos bastidores, alguns ministros”; (36) “Nos bastidores, parlamentares apontam uma articulação”; (38) “Nos bastidores, comenta-se [...] alvo de questionamentos”; (52) “Nos bastidores, afirma-se que a oposição”; (55) “Outros integrantes da corte também têm dito nos bastidores”; (66) “Segundo relatos, bastidores [...] passaram a chegar rapidamente”; (76) “dizem nos bastidores”; (78) “nos bastidores, a revogação da medida era tratada como uma missão”;
3	Vaguidão Subtotal: 4 “bastidores” (10 expressões)	Bastidores como lugar de fala de informação rasas ou imprecisa.	(4) “segundo informações de bastidores” (4) “Nos bastidores, há a expectativa de abertura de uma segunda vaga”; (12) “De acordo com informações de bastidores, é possível que”; (63) “circulou nos bastidores um aceno”
4	Retórico ou sofista Subtotal: 10 “bastidores” (10 expressões do off)	Bastidores como discurso eloquente	(7) “Não queremos participar só dos bastidores”; (8) “Atuante nos bastidores da política há 26 anos”; (14) “participação ainda ativa nos bastidores da política”; (39) “Os bastidores do poder no dia em que Camata foi assassinado” (***); (45) “ele decidiu sair dos bastidores”; (53) “sua demissão é vista nos bastidores da política”; (61) “nos bastidores da política, 2022 seja visto como o ano mais imprevisível”; (66) “Segundo relatos, bastidores [...] passaram a chegar rapidamente”; (67) “criticado nos bastidores decisões de colegas”; (72) “A publicação do presidente foi interpretada nos bastidores como um recado”;

TABELA 6 – Ocorrência dos “bastidores” do off

(continuação)

Modos do Off	Bastidores nas teorias da Face	Nº Notícia	Termos do off (Notícia)	
5	Contraposição Subtotal: 20 ocorrências de “bastidores” (26 ocorrências de expressões do off)	Bastidores como contradiscurso	(11) “Nos bastidores, [...] a conversa é de que a escolha dos elementos foi um erro”; (23) “Nos bastidores, assessores presidenciais reconhecem que”; (24) “Nos bastidores, o que se comenta é que”; (29) “Nos bastidores, o papo é de que”; (33) “mas nos bastidores também criticou” (*); (38) “Nos bastidores, comenta-se [...] alvo de questionamentos”; (40) “Nos bastidores, no entanto,”; (41) “recebido críticas nos bastidores”; (43) “Nos bastidores, a avaliação é que ele não”; (47) “nos bastidores já se sabia”; (50) “Nos bastidores [...] havia certo desconforto”; (52) “Nos bastidores, afirma-se que a oposição”; (55) “Outros integrantes da corte também têm dito nos bastidores”; (56) “Nos bastidores, já se sabia”; (58) “o governo, nos bastidores, avança [...], em ofensiva”; (59) “Nos bastidores, no entanto”; (68) “Nos bastidores, no entanto, a ala militar diz não acreditar”; (69) “Nos bastidores, porém,”; (71) “Nos bastidores, no entanto”; (77) “nos bastidores tem cobrado a demissão”; 	
6		Conchavo Subtotal: 16 ocorrências de “bastidores” (20 ocorrências de expressões do off)	Bastidores como território de aliados	(1) “faz manobras de bastidores visando adiar”; (2) “Nos bastidores, o partido já trabalha planos alternativos”; (4) “segundo informações de bastidores”; (9) “Nos bastidores, o convite era tratado como um primeiro passo”; (12) “De acordo com informações de bastidores, é possível que”; (15) “Nos bastidores, um pedetista traça um hipotético rearranjo”; (17) “longa jornada de negociações e acordos de bastidores”; (19) “Buscam votos nos bastidores”; (26) “nomes que já estão sendo debatidos nos bastidores”; (27) “Bolsonaro ainda se queixa, nos bastidores”; (30) “Senadores já tinham anunciado nos bastidores um acordo”; (46) “uniram-se nos bastidores”; (49) “uniram-se nos bastidores”; (60) “nos bastidores dizia-se que Moro permanecia no cargo por uma suposta promessa”; (63) “circulou nos bastidores um aceno”; (76) “dizem nos bastidores”;

TABELA 6 – Ocorrência dos “bastidores” do off

(conclusão)

Modos do Off	Bastidores nas teorias da Face	Nº Notícia	Termos do off (Notícia)
7	Bastidores como território de batalha contra opositores	(3) (20) (21) (25) (27) (28) (34) (36) (42) (44) (46) (49) (51) (51) (54) (57) (58) (62) (64) (65) (66) (70) (77) (79) (80)	“O presidente americano ameaça no bastidores [sic]” “polêmica [...] que agita os bastidores do Vaticano”; “briga interna sendo travada nos bastidores”; “Nos bastidores, havia um movimento para votar pela abstenção”; “Bolsonaro ainda se queixa, nos bastidores”; “Nos bastidores, [...] análises inflamadas”; “Nos bastidores, [...] o que está em jogo”; “Nos bastidores, parlamentares apontam uma articulação”; “demonstra nos bastidores estar descontente”; “batalha nos bastidores”; “uniram-se nos bastidores”; “uniram-se nos bastidores”; “nos bastidores [...] em meio à queda de braço” (**); “Nos bastidores, Oliveira também tem repetido (**); “a fritura do ministro da Saúde segue em alta nos bastidores por seus pares”; “após muita tensão nos bastidores”; “o governo, nos bastidores, avança [...] em ofensiva”; “políticos questionam nos bastidores as declarações”; “Nos bastidores, outros ministros também criticaram”; “nos bastidores do grupo de governadores [...] adotou um tom duro”; “nos bastidores, Bolsonaro reclamava de que o adversário não virava alvo” (*); “Nos bastidores, o chefe da equipe econômica tem criticado”; “nos bastidores tem cobrado a demissão”; “nos bastidores, Bolsonaro reclamava de que o adversário não virava alvo” (*); “A avaliação nos bastidores é [...] palco de disputas”.
	Arena		
	Subtotal de 25 ocorrências de “bastidores” (20 ocorrências de expressões do off)		

* Parágrafo ou período repetido em notícias diferentes;

** Termo “bastidores” empregado duas vezes numa mesma notícia;

*** Termo “bastidores” empregado no título da notícia.

Fonte: produção da autora

Como pode ser observado na extensão da Tabela 6, as categorias mais expressivas no emprego do termo “bastidores” são, justamente, as de Contraposição e de Arena, nas quais têm-se o embate, a crítica, a oposição de ideias, cenários muito comuns na política brasileira. Ambas as categorias somam 45 ocorrências (41%), se comparadas às 64 ocorrências (59%) das demais cinco categorias (total de 109 “bastidores”). Tal dado nos permite confirmar que o termo “bastidores” do off pode ser utilizado para configurar oposição e desqualificação do oponente – pessoa pública de face exposta -, como afirmaram Cortez (2013) e Martino (2014).

Ainda se faz necessário também esclarecer, nesta seção, sobre o termo *Fake-Off*. Este termo não foi encontrado na bibliografia estudada, mas, neste trabalho, ele está sendo utilizado como conceito de fonte *off* falsa, e assim, causa intencional de desinformação (UNESCO, 2019).

Entendemos, assim, que o *fake-off* pode se configurar das seguintes formas: (1) a inexistência da pessoa ou da instituição informante que tem a identidade preservada, mas com a sua utilização indevida, pelo jornalismo, para, em lugar dela, veicular discursos cujo enunciador real não pode ou, por qualquer motivo, não queira assumir; (2) a veiculação de informação falsa, intencional ou não, pela fonte *off*.

A proposição do termo tem base na análise dos dados e em inúmeras afirmações dos autores consultados nesta pesquisa, que testificam a existência de falhas na prestação do serviço, mas também de desvios de conduta profissional dentro do jornalismo, em detrimento do “compromisso tácito” (LAGE, 2005) ou do “contrato informal” (MARTINS, 2005) de informar a verdade à sociedade.

Dentre esses problemas, podemos lembrar: As figuras de estilo empregadas para o bem ou para o mal; o desmentido ao que não foi publicado; os juízos formados com base em alguns contatos particulares; o sensacionalismo; a superficialidade; as teorias conspiratórias; o denunciamento; a omissão, entre outros fatores, citados por Lage (2005) e ainda o caráter tendencioso das figuras de linguagem, pois, conforme Lage (2005, p. 150): “Toda metáfora encerra o risco de falsificar aspectos essenciais da realidade”.

Araújo (2010) também relaciona uma série de problemas que, segundo ela, são causados pela condição de o jornalismo ser empresa que visa lucro e, assim, subordina suas atividades profissionais a condições e exigências comerciais. No entanto, temos em Novaes (2012) as maiores críticas em relação à prática de ilícitos pelo “mau jornalismo”, revelando que o jornalismo também tem sua face negativa: os desmandos de jornalistas; a invenção de fontes; a banalização do sigilo das fontes; e jornalistas mancomunados com fontes secretas para atingirem a honra de alguém.

E ainda, para Bourdieu (1997), a “visão cínica do mundo político” promovida pelo jornalismo restringe a política a uma “espécie de arena entregue às manobras de ambiciosos sem convicção, guiados pelos interesses ligados à competição que os opõe” (BOURDIEU, 1997, p. 138), que produz o efeito de despolitizar a sociedade, ou seja, desencoraja o engajamento em prol de uma sociedade democrática de fato. Inclusive, Souza é da opinião que a “elite brasileira, que é a do dinheiro, que manda no mercado e que ‘compra’ as outras elites que lhes são subalternas, criou o bode expiatório da corrupção só da política [...] para desviar a atenção de sua corrupção disfarçada” (SOUZA, 2019, p. 250).

Tais problemas detectados no âmbito da atividade profissional do jornalista também já foram estudados por Karam (2014), que cita casos, por exemplo, de submissão do direito social à informação aos “interesses políticos, financeiros e mercadológicos [...] restringido pela deliberada manipulação de repórteres, editores, fontes” (KARAM, 2014, p. 31).

Mas, não obstante os valores e princípios do jornalismo – verdade, honestidade, correção, lealdade, respeito, equilíbrio, justiça, imparcialidade – lembrados por Schimitz (2011), Martins assevera que o jornalista precisa ter a sua própria opinião sobre os assuntos e fatos que cobre, porque

Ter opinião não significa ser parcial ou escrever sem objetividade. Significa formar o próprio juízo sobre os fatos, entender sua importância (ou falta de importância) para a sociedade, avaliar seu impacto sobre a vida das pessoas, perceber os interesses que estão em jogo e esforçar-se para informar sobre a essência dos conflitos, e não sobre sua aparência.

E o próprio Martins esclarece sobre o risco de a opinião colocar em jogo a isenção e, assim, a imparcialidade e outros princípios do jornalismo: “É claro que há o risco de o repórter não ser isento porque tem opinião, mas isso é algo que pode ser resolvido com a autocrítica do profissional e a vigilância dos chefes” (MARTINS, 2005, p. 77). No entanto, Martins (2005, p. 77) conclui com uma afirmação que, no mínimo, se torna reflexiva para esta pesquisa: “A isenção é como a felicidade. Em termos absolutos e permanentes, é inalcançável”.

E sobre as fontes, Martins (2005, p. 55) afirma que “a fonte sempre age movida por interesse, pessoal ou público, individual ou coletivo, legítimo ou escuso”, assim como Karam (2014, p. 75) admite situações de “fontes que plantam informações falsas com a finalidade de obter vantagens políticas e pessoais”. Também sobre as fontes, Lage contribui:

a indeterminação genérica, a ocultação das fontes que o jornalista preserva como os ases no jogo de carteados, permitem aquilo que se chama de ‘cascata’ – conclusões sem realidades que as suportem, campanhas destinadas a ‘fritar’, ‘queimar’ ou desgastar administradores que contrariam o interesse de tais fontes. As fronteiras entre informação e boato, entre denúncia e calúnia são, aí, muito tênues (LAGE, 2005, p. 149).

Portanto, o *fake-off* parece dar conta de uma pretensão do jornalista de tornar bem-sucedido o enunciado performativo de um *off* indevido. Ou seja, *fake-off* é um termo que identifica o fenômeno de desinformação específico para o *off* falso, cuja existência já foi admitida, e que se soma a tantos outros fenômenos de divulgação e compartilhamento de informação falsa já reconhecidos.

Especificamente sobre os *fakes* na Internet, Rocha (2011) informa que a conotação mais óbvia “relaciona-se à criação de perfis falsos para que, com a tranqüilidade garantida por um suposto anonimato [...], seja possível exprimir ideias de maneiras mais contundentes, polêmicas e até mesmo sarcásticas” (ROCHA, 2011, p. 138). E mais, o autor afirma que a tipologia dos *fakes* é variada e que, entre os motivos para seus usos, estão: promover alguma imagem em tempo de eleição, defender uma personalidade, confundir com informação falsa, entreter e ironizar (ROCHA, 2011).

Rocha ainda chama a atenção para o fenômeno de “hegemonia da influência”, em que o capital social negativo entra em rede com o objetivo de formar opiniões no âmbito da desinformação. Segundo o autor,

[...] a advertência possível tem sido, como um mantra, a atenção relativa aos processos de hegemonia de influência. Com o termo “capital social” tão em voga desde que as redes sociais começaram a ganhar (nova) força com a Internet e a posterior “guerra pela audiência” travada por estes ou aqueles perfis, disputando influência à tapa, é preciso estar atento sobre até que ponto um *fake* pode se constituir um forte formador de opinião. Afinal, ninguém cria um *fake* com um objetivo que não seja esse (ROCHA, 2011, p. 138, grifos nossos).

Martino e Marques também contribuem com essa discussão sobre a fenômenos de desinformação que, em tese, não são originados nas redações jornalísticas: “Quando alguém deliberadamente inventa uma notícia e o fato vem a público, o que não é difícil, há uma imediata mobilização da mídia para encontrar e punir os culpados (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 145). E concluindo, de forma crítica, Souza afirma que a prática da corrupção se banaliza na sociedade, mas “a única corrupção que incomoda é a reservada aos poderosos que controlam o poder político e econômico” (SOUZA, 2019, p. 178).

A corrupção citada por Souza ainda nos lembra a crise de valores que se instaurou na sociedade e, assim, nas interações, sejam elas profissionais ou comerciais. Como expuseram Caillé (2011), Santiago (2011), Recuero (2012) e outros, os valores sociais positivos, como a confiança, a ética, a empatia, e tantos outros, chaves para o desenvolvimento da sociedade e das organizações, parecem estar em declínio. Em detrimento do capital social positivo, prosperam, nas notícias políticas e nas redes sociais, interações com atos de capital social negativo: corrupção, animosidades, individualidades, dentre outras.

Tal crise se instalou também dentro das grandes empresas de comunicação de massa, sobre as quais pesam muitas críticas de, por exemplo, vender uma imagem de empresa prestadora de serviço público, na sua missão de informar à sociedade, mas, de fato, empreender-se como partido político disfarçado, que consegue arregimentar e convencer “mentindo para seus eleitores” (SOUZA, 2019), no que o governo tem parcela de culpa pelo “relaxamento nos controles” sob os conglomerados da comunicação (THOMPSON, [1995] 2003).

Estas afirmações nos levam a propor e firmar o conceito de *fake-off* para dar conta do *off* que, estrategicamente, é “construído”, “inventado”, para que o jornalismo se valha da legitimidade, da credibilidade e da inquestionabilidade da fonte *off* para veicular informações carregadas de juízo de valor que, tudo indica, provém do próprio jornalista ou da empresa de jornalismo, pois, como entende Goffman: “A necessidade do observador de confiar nas representações das coisas cria, ela própria, a possibilidade da falsa representação” (GOFFMAN, 1975, p. 229). E mais, “É sempre possível

manipular a impressão que o observador usa como substituto para a realidade” (GOFFMAN, [1959]1975, p. 229).

Inclusive, a Unesco afirma que: “De políticos a profissionais de marketing, de grupos de defesa a marcas – todos que buscam convencer os outros têm um incentivo para distorcer, exagerar ou ofuscar os fatos” (UNESCO, 2019, p. 88). E mais, a fabricação de dados e a falsa representação no jornalismo é um fato reconhecido pela Unesco (2019), pois

Hoje em dia, a mídia social é alimentada por muitos tipos de conteúdo, desde pessoais até políticos. Há muitos casos fabricados abertamente ou de forma encoberta por governos e/ou por empresas de relações públicas sob contrato com atores políticos ou comerciais. Como resultado, inúmeros blogueiros, influenciadores do Instagram e estrelas do YouTube promovem produtos e políticos sem divulgar que são pagos para isso. Pagamentos secretos também são feitos a comentaristas (geralmente com identidades falsas) que buscam afirmar, desacreditar ou intimidar em fóruns online. Em meio a isso, o jornalismo perde espaço e se torna um assunto não apenas de crítica justa, mas também de ataque existencial (UNESCO, 2019, p. 18-19).

No entanto, a Unesco também pondera que o próprio jornalismo pode ser vítima de interessados em disseminar desinformação. Conforme a Unesco,

Os jornalistas podem ser vítimas diretas de campanhas de desinformação, mas também estão lutando contra isso. Além de fortalecer as defesas digitais, muitos estão expondo proativamente esses ataques e descobrindo os invasores. Envolvendo-se em iniciativas de [...] educação do público, mostrando que o jornalismo merece ser valorizado e protegido (UNESCO, 2019, p. 119).

A Unesco reconhece a existência do “fenômeno dos governos que mobilizam ‘esquadrões digitais de ódio’ para acalmar comentários críticos e suprimir a liberdade de expressão” (UNESCO, 2019, p. 119) como ameaça ao jornalismo. Além disso, também atesta o crescente nível de exposição dos profissionais da mídia a agressões e crimes via internet:

Jornalistas, defensores dos direitos humanos e blogueiros/ativistas de mídia social estão cada vez mais vulneráveis a ataques cibernéticos, e seus dados ou fontes podem ser comprometidos por agentes maliciosos, inclusive por meio de [...] falsificação de identidade (UNESCO, 2019, p. 122).

Para dar exemplo de fenômenos através dos quais o jornalismo e seus profissionais podem estar sendo usados para interesses escusos, a Unesco cita os fenômenos de *Trolling* e *Astrourfing*⁷³, os quais incluem

a fabricação de personagens e eventos projetados para enganar jornalistas e audiências, juntamente com campanhas organizadas de mídia social com o objetivo de imitar a reação pública orgânica. Pode ser difícil diferenciar as notícias urgentes e as contas de testemunhas legítimas do conteúdo que foi falsificado deliberadamente para induzir ao erro ou prejudicar a credibilidade de jornalistas e outros comentaristas online, juntamente com o seu trabalho, enganando-os para que compartilhem informações falsas (UNESCO, 2019, p. 119).

Percebe-se, pois, que, no palco da vida, todas as faces estão expostas e, como pregam Goffman, Unesco (2019), Martino e tantos outros estudiosos da comunicação e da linguística, os indivíduos da sociedade deveriam atuar de forma a se resguardarem mutuamente, especialmente no ambiente virtual, como já alertado pela Unesco (2019).

Nesse sentido, a análise prossegue também na pretensão de perceber se o *off* está servindo ao *fake* ou se o jornalismo está se servindo do *fake-off* nas notícias políticas do jornalismo digital, fazendo uso da legitimidade do anonimato da fonte, para veicular enunciados com atos de fala que denotem (im)polidez para (des)construir a imagem social de pessoas de visibilidade pública.

4.2 (IM)POLIDEZ NOS “BASTIDORES”

“parece que nenhuma instituição social pode ser estudada sem que surjam problemas relativos ao controle dos bastidores”
(GOFFMAN, [1959]1975, p. 114)

Nesta seção, procedemos uma análise das ocorrências de (im)polidez vinculadas aos enunciados do *off* com emprego do termo “bastidores” nas 80 notícias políticas que integram o *corpus* desta pesquisa, conforme Apêndice A, especialmente a coluna “Ato de Fala e (Im)polidez”.

⁷³ *Astrourfing* é um termo derivado de uma marca de grama falsa usada para cobrir superfícies externas para criar a impressão de que é uma cobertura de grama natural. No contexto da desinformação, envolve a disseminação de informações falsas, direcionando audiências e jornalistas com a intenção de redirecioná-los ou enganá-los, particularmente na forma de “evidência” de falso apoio popular a uma pessoa, ideia ou política (UNESCO, 2019, p. 118).

De início, lembramos que, conforme Brown e Levinson (1987), todos os sujeitos têm o desejo de proteger seu território – face negativa – e sua face – face positiva – e que, no entanto, a maioria dos atos de linguagem, no cotidiano das interações, vai produzir, naturalmente, uma ameaça a qualquer das faces envolvidas. Por isso, a necessidade de um trabalho de face, ou seja, de utilizarmos estratégias para tornar os atos de fala menos ofensivos para os interlocutores.

A Tabela 7 adapta o *continuum* cortesia-descortesia de Marlangeon (2017) para tornar possível mensurarmos as ocorrências perceptíveis da análise dos enunciados das notícias, em interações que, em geral, não se configuram face a face. Os graus de cortesia e descortesia foram marcados, respectivamente, como positivo (+) e negativo (-) para dinamizar a análise. É interessante observar, desde já, que, no *continuum* proposto, a descortesia crescente se apresenta com mais critérios de ocorrências.

TABELA 7 – Continuum Cortesia-Descortesia

Cortesia crescente	+2	Atos lisonjeadores da imagem
	+1	Atos diretos sem reparação da imagem
Grau neutro	0	Atos não corteses e nem descorteses
Descortesia crescente	-1	Atos formalmente descorteses com propósito cortês
	-2	Atos descorteses involuntários
	-3	Atos de autodescortesia
	-4	Atos formalmente corteses motivados por propósito descortês
	-5	Atos de fala deliberada de cortesia esperada pelo interlocutor
	-6	Atos de silêncio esmagador
	-7	Atos de descortesia de repreensão ou reprovação

Fonte: Marlangeon, 2017, adaptada

Especificamente sobre o *corpus* em análise, a percepção de face negativa e positiva, por vezes, parece de difícil definição porque a figura da personalidade política traz, em grande medida, tanto o desejo de ser agradável aos seus eleitores para assim mantê-los – face positiva - como, por outro lado, o desejo de agir livremente com o poder que o cargo público lhe confere. Portanto, empiricamente, pode haver discordância do leitor na configuração da face positiva ou negativa dada por esta pesquisa.

A Tabela 8, por sua vez, classifica o grau de (des)cortesia do enunciado que contém o termo “bastidores”, objeto desta pesquisa, com maior ênfase para a (im)polidez que

tem relação com a fonte *off* nas 80 notícias políticas do *corpus*. No entanto, desconsideramos o *off* como de grau neutro, pois, pelo contrário, entendemos que o *off* é um ato essencialmente de impolidez, assimétrico, pela sua condição de anonimato, em relação ao outro, em condição de exposição pública.

Assim, na Tabela 8, utilizando as notícias conforme mapeadas pelo Apêndice A, quantificamos os atos de cortesia-descortesia e evidenciamos as notícias escolhidas que representaram, nas seções seguintes, o fenômeno na análise do *corpus*.

TABELA 8 – *Continuum* Cortesia-Descortesia nos “bastidores” do *Off*

		Notícias	Subtotal	Total
Cortesia crescente	+2	(14) (26) (39)	3	03 (3,7%)
	+1	-	-	
Grau neutro	0	-	-	-
Descortesia crescente	-1	(11) (17) (18) (19) (30) (31) (32) (34) (37) (38) (40) (44) (45) (63) (66) (70)	16	78 (96,3%)
	-2	(2) (4)* (8) (9) (15)	5	
	-3	(23) (76)	2	
	-4	(1) (4)* (5) (6) (10) (12) (13) (16) (21) (22) (24) (43) (46) (47) (50) (53) (56) (58) (60) (61) (68) (71) (73) (80)	24	
	-5	-	-	
	-6	(48) (49)	2	
	-7	(3) (7) (20) (25) (27) (28) (29) (33) (35) (36) (41) (42) (51) (52) (54) (55) (57) (59) (62) (64) (65) (67) (69) (72) (74) (75) (77) (78) (79)	29	
Total				81**

* Notícia com o emprego duplo do termo “bastidores”.
 ** Notícia com *off* duplicado altera o total de 80 para 81.

Fonte: produção da autora

Como mostra a Tabela 8, nem todos os atos de cortesia-descortesia propostos pelo *continuum* de Marleageon (2017) foram adequados aos fenômenos do *off* em análise, mas a maioria dos atos do *continuum* resultou numa análise que entendemos satisfatória. Desta forma, na Tabela 8, podemos observar que os atos de impolidez (Descortesia crescente) são absoluta maioria, 77 das 80 notícias, em relação aos atos de polidez (Cortesia crescente). Aliás, as três notícias com atos polidos apresentam motivações distintas para a cortesia, respectivamente: reconhecimento em memória de um político já falecido (14); relação de nomes de líderes de interesse de partidos para eleições municipais (26); e, novamente, uma homenagem ao nome de um político falecido (39).

Portanto, se considerarmos que o *off*, por natureza, retrata uma fonte do jornalismo que desautoriza, por quaisquer razões, a exposição da sua face, parece-nos coerente entender que essa fonte *off* se comporte de forma menos polida, e ofereça, com seus enunciados, algum tipo de risco à imagem do outro, já que não sofrerá retaliação por suas revelações e atos de fala.

Além disso, o gênero notícia e sua característica narrativa é uma construção lexical a partir de um jornalista-narrador que, no seu trabalho jornalístico, tem a prerrogativa de inserir uma fonte *off*-personagem na cobertura do fato-trama, com poder de influenciar a narrativa. Afinal, como nos lembram Martino e Marques, “não estamos presentes na maioria esmagadora dos acontecimentos cotidianos. Eles chegam ao nosso conhecimento a partir de narrativas [...] institucionais [...] articuladas pelas mídias tradicionais e alternativas” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 44).

Isso ampliado pelo efeito surpresa da notícia-roteiro estampada instantaneamente nas telas digitais com alcance de massa, certamente, produz efeitos sobre a imagem das personalidades públicas-personagens. Portanto, ainda é preciso considerar o que lembra Rajagopalan, quando afirma que “o texto é sempre resultado de um processo de textualização sob determinadas condições e com determinados interesses, explícitos ou velados” (RAJAGOPALAN, 2017, p. 245).

É preciso registrar que, além das fontes *off*, tanto outros referentes da notícia quanto o próprio jornalista também podem ser autores de atos de (im)polidez, mas, para esta pesquisa, priorizamos os fenômenos em enunciados que empregam o termo “bastidores”, comumente ligado ao *off*.

Muitos dos autores consultados para este estudo evidenciaram que tanto o jornalismo como suas fontes, para além da prestação de uma informação em tese de interesse público, projetam nos seus discursos outros interesses. Souza (2019), concordando com Valente, por exemplo, afirma que a mídia utiliza “dispositivos que hoje são conhecidos como ‘pós-verdade’, ou seja, a construção de versões sem prova com o intuito de produzir determinado efeito difamatório” (SOUZA, 2019, p. 150, grifo nosso).

De fato, muitos pesquisadores entendem que a mídia contemporânea vive a era da “pós-verdade” ou “pós-fato” em que os fatos, especialmente na política, são balizados pela concordância ou discordância de grupos sociais, e não pela verdade, o que explica divergentes narrativas, comentários e versões para um mesmo fato noticioso. Conforme a Unesco,

Alguns comentaristas declararam que entramos na era da “pós-verdade” ou “pós-fato”. Estes termos figuraram nas manchetes de todo o mundo em 2016 e foram selecionados como a “Palavra do Ano” pelo *Oxford English Dictionary* e pela *Society for the German Language*, respectivamente. O argumento dos especialistas de “pós-verdade” é que a política e a mídia se tornaram tão polarizadas e tribais que os cidadãos rejeitam quaisquer fatos com os quais discordem (UNESCO, 2019, p. 92).

Martino e Marques também entendem que o jornalismo lança mão de “estratégias retóricas de convencimento – por exemplo, omitir elementos, inventar dados, não fornecer a fonte de suas informações” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 95), mas essas “estratégias de convencimento” também podem estar presentes no comportamento e na informação proveniente de fontes.

Embora percebermos, na pesquisa, que a fonte *off* não se comporta como as outras fontes jornalísticas, Schimitz (2011, p. 69) entende a relação fonte e jornalista “ora amistosa e ora acirrada”, tendo em vista que ambos têm objetivos ora comuns e ora antagônicos. Segundo o autor, sobre o cuidado das fontes em geral ao prestarem informações para jornalistas, a fim de evitar deturpações das informações e subjetividades dos repórteres,

a maioria das fontes age com cautela através de discursos afinados e cuidados no modo de dizer e agir. Isso, quando percebem que são vigiados pela sociedade pelos olhos do jornalismo. As fontes medem as suas palavras quando falam com jornalistas. Agem de forma preventiva, pois um comentário descontraído vem carregado de noticiabilidade e pode descambar para o sensacionalismo. Afinal, o diálogo entre eles configura-se num embate de ideias (SCHIMITZ, 2011, p. 69).

Em seus estudos sobre cortesia e descortesia no gênero debate eleitoral, Berti-Pinto e Guaranha afirmam perceber, no diálogo de candidatos políticos oponentes, “uma espécie de diálogo de surdos em que o que interessa não é o interlocutor a quem se dirige diretamente, mas o eleitor a quem procuram impressionar mais pela imagem

que tentam fazer de si do que pelo conteúdo dos argumentos” (BERTI-PINTO; GUARANHA, 2017, p. 322). Ou seja, “O que realmente importa no embate conversacional é a manutenção da face positiva do falante e modos de colocar em evidência a face negativa do interlocutor” (BERTI-PINTO; GUARANHA, 2017, p. 324) e assim “transmitir ideia de força, de poder, sobre o outro para atrair a simpatia dos eleitores” (BERTI-PINTO; GUARANHA, 2017, p. 325).

Martino (2014) apresenta um panorama sobre dos estudos relacionados à política nas/das mídias digitais e da internet como sendo um campo em que as questões de poder estão presentes e “se entrecruzam com as possibilidades de divulgação e visibilidade pública de questões, mas também de anonimato e vigilância de atividades. Não muito distante das políticas no mundo concreto — mas com outras potencialidades” (MARTINO, 2014, p. 88).

Considerando o *corpus* desta pesquisa, composto por notícias políticas publicadas em ambiente digital, concordamos com Andrade, ao afirmar que a (des)cortesia ou (im)polidez necessita ser estudada “nos diversos gêneros discursivos em que se evidencia porque tem um valor ideológico e pode ser usada como estratégia discursiva para indicar: oposição, legitimação, deslegitimação, coerção, resistência” (ANDRADE, 2014, p. 399).

Além desse viés ideológico, Valente também lembra o valor político, “dado que por meio dela [a descortesia] são construídas realidades que afetam a vida das pessoas de uma determinada cultura ou sociedade, pois determinados padrões de comportamento são criados, reforçados ou impostos” (ANDRADE, 2014, p. 399).

A partir das seções seguintes, passamos a analisar exemplos de notícias de cada uma das categorias acima propostas, para, desta forma, procurar perceber, com maior precisão, o fenômeno do *off* de acordo com as perspectivas teóricas que interessam a esta pesquisa: os atos de fala e a (im)polidez nos enunciados do *off*, bem como as escolhas para a referenciação dos objetos-de-discurso na condição de faces públicas que, juntos, trabalharão na (des)construção de personalidades públicas.

4.3 (DES)CONSTRUÇÃO DE FACES PÚBLICAS

“na esfera da ação social e planos políticos, o que importa mesmo não é como os ‘fatos’ realmente são, mas como eles são percebidos e efetivamente utilizados nas práticas sociais”
(RAJAGOPALAN, 2014b, p. 113)

Iniciamos com Goffman lembrando que os indivíduos em sociedade interagem representando papéis sociais, representação essa que se associa a determinadas máscaras, fachadas, faces sociais que compõem a nossa personalidade e que, por sua vez, pretendem ser aceitas e respeitadas socialmente, sem sanções. Segundo Goffman, sobre a proximidade do significado dos termos “pessoa” e “máscara”,

Não é provavelmente um mero acidente histórico que a palavra ‘pessoa’, em sua acepção primeira, queira dizer máscara. Mas, antes, o reconhecimento do fato de que todo homem está sempre e em todo lugar, mais ou menos conscientemente, representando um papel... É nesses papéis que nos conhecemos uns aos outros; é nesses papéis que nos conhecemos a nós mesmos. [...] a concepção que temos do nosso papel torna-se uma segunda natureza e parte integral de nossa personalidade. Entramos no mundo como indivíduos, adquirimos um caráter e nos tornamos pessoas (PARK, apud GOFFMAN, [1967] 2011, p. 25).

De igual forma, temos em Koch (2004) a afirmação da construção referencial como sendo uma parceria, resultado de um processo interacional, negociado, em que a linguagem é ação e é lugar onde essa ação acontece. E ainda, em Marcuschi (2013), temos a lembrança de que os processos referenciais são processos sócio-cognitivos, que levam em consideração enquadres, repertório cultural e conhecimentos prévios disponíveis na mente dos interlocutores para a construção da realidade.

No Apêndice A, as colunas “Faces Públicas” e “Expressões Referenciais” mostram como se dá, com base no *corpus* juntado, a relação do personagem de face pública com expressões referenciais que os introduzem, retomam ou recategorizam como objetos-de-discurso. Já a coluna “(Des)Construção de Face Social em Bastidores” registra as impressões da análise a respeito dos atos de fala e do trabalho de face sobre a imagem das personalidades públicas envolvidas nas notícias políticas.

Convém reforçar que, para marcar os processos referenciais nos parágrafos onde ocorrem o emprego do *off* ou em algum outro fragmento do texto noticioso que seja

de interesse para a pesquisa, utilizaremos bordas na introdução de referentes e sublinhados nos processos anafóricos.

A Tabela 9 organiza as 80 notícias do *corpus* em dois grupos, os quais tornam possível perceber que a grande maioria (82%) do emprego de “bastidores” no *off* promoveu ameaça à face do seu referente, ou seja, atuou na desconstrução da imagem de uma personalidade pública. Tal dado serve de exemplo ao alerta feito por Pereira Junior (2006) e por Novaes (2012) de que o jornalista pode estar sendo usado pela fonte *off* para prejudicar uns e beneficiar outros, com prevalência do primeiro caso. A Tabela 9 também evidencia as 22 notícias que foram analisadas nas seções seguintes – personalidades públicas dos cenários capixaba e nacional: (1), (2), (4), (7), (8), (10), (12), (16), (23), (29), (33), (38), (43), (47), (48), (50), (51), (54), (62), (63), (78) e (79).

TABELA 9 – “Bastidores” e trabalho de face em notícias políticas

Categorias do Off (cf. Marlow)	Bastidores (cf. Goffman)	Número das notícias		Subtotal
		Ameaça à face (Desconstrução da imagem)	Preservação da face (Construção da imagem)	
1 Especulação e Boato	Lugar de fala de informação duvidosa	(3) (13) (15) (22) (32) (48) (49) (60) (73) (74) (75) (78) =12	(10) (16) (18) (37) =4	16 (15%)
2 Autoria Indeterminada	Lugar de fala de enunciador generalizado	(5) (6) (12) (15) (22) (23) (35) (36) (48) (49) (52) (55) (78) = 13	(10) (16) (38) (39) = 4	17 (16%)
3 Vaguidão	Lugar de fala de informação incipiente	(12) = 1	(4) = 1	2 (2%)
4 Retórico ou Sofista	Lugar de discurso eloquente	(6) (7) (8) (45) (53) (61) (67) (72) = 8	(14) (39) = 2	10 (9%)
5 Contraposição	Lugar de contradiscurso	(11) (23) (24) (33) (40) (43) (47) (50) (52) (56) (58) (59) (68) (69) (71) (77) = 16	(29) (38) = 2	18 (17%)
6 Conchavo	Território de aliados	(1) (2) (9) (12) (15) (19) (27) (31) (46) (49) (60) (66) (76) = 13	(4) (17) (26) (30) (63) = 5	18 (17%)
7 Arena	Território contra opositores	(1) (20) (21) (25) (27) (28) (34) (36) (41) (42) (44) (46) (49) (51) (51) (54) (55) (57) (58) (64) (65) (66) (70) (79) (80) = 26	(62) = 1	26 (24%)
Total		88 (82%)	19 (18%)	107

Fonte: produção da autora

Nesta pesquisa, no entanto, concentramos atenção em determinadas personalidades que, por sua visibilidade pública, em esferas como a política, são consideradas celebridades⁷⁴. Martino, inclusive, aponta que “as mídias digitais aparentemente ocupam um lugar privilegiado na construção de celebridades” (MARTINO, 2014, p. 173) e, por sua vez, Martino e Marques lembram que “Quanto maior o contato entre o cidadão e a mídia, maior sua quantidade aparente de informação. ‘Aparente’ no sentido de que a mídia efetua o tempo todo uma escolha do que de fato deve aparecer no noticiário” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 174).

Souza concorda com Martino ao afirmar o poder da mídia em geral na sociedade: “A história da sociedade brasileira contemporânea não pode ser compreendida sem que analisemos a função da mídia e da imprensa conservadora” (SOUZA, 2019, p. 226). Outros pesquisadores, conforme apontam Martino e Marques, percebem que “A mídia tem uma atuação dúbia e ambivalente: ao mesmo tempo que define que vozes e discursos serão ouvidos, pode dar visibilidade a diversas perspectivas sociais e políticas” (THOMPSON apud MARTINO; MARQUES, 2018, p. 76).

Souza também entende que “toda informação midiática, no jornal ou na TV, procura se legitimar com algum especialista na matéria que esteja sendo discutida” (SOUZA, 2019, p. 26). Essa polaridade e essas divergências entre narrativas são percebidas e até mesmo assumidas por diferentes empresas jornalísticas que, em seus editoriais, informam seguir um alinhamento político à esquerda, à direita ou ao centro, quando se pretendem isentas. Outras vezes, percebemos a quebra da tênue separação entre esfera pública e esfera privada quando “a questão do interesse legítimo não é tida em consideração em campos de sensacionalismo ou entretenimento” (ARAÚJO, 2010, p. 75) e, acrescentamos, em campos de política. E ainda, é notória a vinculação de algumas notícias ao interesse comercial do jornalismo.

⁷⁴ “A palavra ‘celebridade’, em sua origem, significa algo próximo de ‘celebração’, ‘comemoração’. Quando alguém fazia algo excepcional, a pessoa se tornava alguém a ser celebrada, portanto, uma celebridade. A diferença está no ‘fazer algo excepcional’. Celebridades, até meados do século XX, eram pessoas que, por conta de condições específicas, habilidades excepcionais ou grandes realizações, se tornavam objeto de celebração. O indivíduo *fazia* alguma coisa e *então* se tornava conhecido. Na cultura contemporânea das celebridades, [...] a rigor, não é necessário ter ou fazer nada de especial para ser conhecido. Basta ser conhecido para que isso *torne* a pessoa especial” (MARTINO, 2014, p. 173, grifos do autor).

Assim, Martino e Marques estabelecem, no seu ponto de vista, dois desafios para o jornalismo na atualidade: o primeiro é “Comunicar com qualidade dentro do mercado, mas sem ignorar o mercado”, e o segundo desafio se relaciona aos cuidados com a tecnologia, “que muitas vezes nos leva a fazer dela um fim em si. [...] A tecnologia e, sobretudo, os ambientes digitais não são melhores nem piores do que a sociedade que os produz” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 220).

Conforme Goffman ([1967] 2011), nas relações sociais, os indivíduos devem manter sua face de forma a respeitar e não ameaçar a face do outro. A importância da imagem do indivíduo no ambiente midiático também tem relevância em Martino, que afirma: “Se o mundo mediado é construído a partir de aparências, é com essas aparências que vão se desenrolar as relações políticas e se vai compreender o outro” (MARTINO, 2014, p. 248).

Martino e Marques apontam as condições que devem ser respeitadas para que aconteça o entendimento entre as pessoas: “Todos podem falar livremente, sem constrangimento nem coerção”; “cada pessoa deve respeitar o outro e seu direito de ter uma opinião diferente” e “cada um deve, de antemão, mostrar-se disposto a ouvir o outro e, ainda mais, a mudar de opinião” (HABERMAS apud MARTINO; MARQUES, 2018, p. 83-84). Portanto, numa interação, é necessário ser reconhecido como “o outro” numa relação democrática, “ser visto como parceiro de debate” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 98).

No entanto, considerando a dimensão moral da Esfera Pública, Martino aponta para as dificuldades dessa interação na esfera digital: “Até que ponto essas condições existem e podem ser respeitadas no ambiente da internet é uma questão que divide pesquisadores tanto da comunicação quanto da política” (MARTINO, 2014, p. 98). Segundo o autor,

ao participar de uma discussão na Esfera Pública, os participantes devem jogar aberto, deixando claro quais são seus interesses, suas propostas e objetivos. Esconder os interesses, usar estratégias retóricas para desqualificar o adversário ou tentar acabar com a discussão quando se está em desvantagem implodem as possibilidades de deliberação (MARTINO, 2014, p. 98).

Ampliando essa questão, em relação à fonte *off*, por mais que seja um recurso jornalístico em defesa do dever de informar a sociedade (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 143), os bastidores vão de encontro a essa perspectiva de “jogar aberto” no jornalismo, tendo em vista a interação assimétrica que se apresenta: a fonte anônima (des)constrói a face de outrem perante o grande público, possivelmente em razão de opiniões e interesses próprios.

Assim, a sociedade conta com os profissionais do jornalismo e suas fontes para a função de narrar os fatos que lhes chegam e são pautados e que serão divulgados pela mídia como informação de credibilidade. Assim, os fatos narrados em notícias e em outros produtos próprios da mídia promovem enquadres, são construtos de uma realidade social. Mas, segundo Martino e Marques, “isso pode ser visto como indício de que nossa percepção da realidade, em sua dimensão mais profunda, talvez seja precária: uma parte do que entendemos como ‘real’ se liga a conhecimentos além de qualquer comprovação para nós” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 122).

Considerando que “Ninguém pode compartilhar a experiência do outro” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 122), na opinião de Martino e Marques, “O problema cognitivo da explicação da realidade toma a forma de um problema ético na conduta para com o outro” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 128). Sendo assim, Martino e Marques lembram os problemas decorrentes do enquadramento da mídia:

O enquadramento da mídia cria uma espécie de roteiro de interpretação que pode ser lembrado a qualquer momento pelos interessados. [...] *eixos discursivos e temáticos* são responsáveis, ao mesmo tempo, por reunir argumentos afins e organizar as tensões entre os diferentes grupos. No entanto, os enquadramentos são apenas um entre vários elementos utilizados no processo de discussão pública na mídia. Ele nos permite ver como os meios de comunicação lidam com diferentes fontes e seus proferimentos por meio da construção de um enunciado próprio (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 132-133, grifo dos autores).

Convém reforçar que a realidade é uma construção social e que, portanto, o jornalismo lida com a “representação da representação” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 142). No entanto, como escreve Oliveira, há que se considerar também a relevância no jornalismo. Oliveira afirma que os manuais de redação jornalística apontam que a

relevância pode estar associada ao novo, ao trágico, ao sensacional, ao inusitado e aos valores que o fato possa agregar para a comunidade (OLIVEIRA, 2012, p. 119-120) e que

O jornalismo enquanto prática “linguageira” tem os seus próprios métodos e, neste aspecto, não pode ser refutado unicamente com base em outro uso linguístico cotidiano; uma vez que o critério do que é ou não relevante nunca é o mesmo em diferentes jogos de linguagem (OLIVEIRA, 2012, p. 119).

Oliveira comenta as diferentes perspectivas jornalísticas sobre o fato: “A perspectiva torna um fato noticioso ou conduz a generalizações abusivas; pode ressaltar o caráter político das ações ou obliterar os recursos de um texto” (OLIVEIRA, 2012, p. 120). Oliveira também aborda sobre os critérios relativos para a definição da importância de uma notícia:

Um critério usado para definir a importância de uma notícia é atender à necessidade de informação do “público-alvo”, algo que dependerá das hipóteses e das perspectivas dos articuladores para a produção de um relato. Nem assim os efeitos que as ações jornalísticas têm sobre os leitores serão semelhantes, pois os critérios de importância não são os mesmos (OLIVEIRA, 2012, p. 120).

Convém lembrar com Martino e Marques (2018) que, em geral, as notícias apresentam sujeitos que buscam dos outros “compreensão e aprovação/valorização” de suas identidades, ou seja, a manutenção de sua integridade, ou ainda, nas palavras da teoria de Brown e Levinson (1987), uma face positiva, que deseja ser agradável aos outros, ser aceita, ser aprovada, e uma face negativa, que preserva a autonomia em seu território de ação.

Tendo em vista o *corpus* de 80 notícias políticas de A Gazeta Online, verificamos, num grupo de 22 notícias, como se comporta o fenômeno do *off*, em especial nos enunciados com emprego do jargão “bastidores”, em relação à categorização dos atos (im)polidos de ameaça/preservação ou (des)construção das faces públicas, numa análise que se pretende tópica e quali-quantitativa.

Importante ainda esclarecer que, apesar de terem sido, na maioria das vezes, colhidos apenas os parágrafos que contém enunciados do *off* com emprego do jargão “bastidores”, a análise procurou consultar a notícia no portal A Gazeta Online,

conforme publicada, para considerar as informações que, porventura, nos recortes do *corpus*, foram suprimidas.

4.3.1 Personalidades do cenário político capixaba

**“Como define o crítico norte-americano Daniel Boorstin [...],
uma celebridade é ‘uma pessoa conhecida por ser muito conhecida’.
E, nesse ponto, as mídias digitais aparentemente ocupam um lugar privilegiado
na construção de celebridades”
(MARTINO, 2014, p. 173)**

Nesta seção, para efeito de verificarmos como se comportam os enunciados do *off* num projeto de dizer em relação à face de personalidade pública do cenário político capixaba mais referenciada, analisamos oito notícias, respectivamente: (4), (7), (10), (12), (16), (38), (43) e (50). No entanto, tal análise não objetiva ser exaustiva no que se refere à aplicação das teorias elencadas para a demonstração em questão, considerando recorrências na observação e também pela necessária limitação da pesquisa.

Lembramos que a numeração das notícias segue o Apêndice A - Tabela de notícias políticas contendo personalidades públicas no título e o termo “bastidores” no texto noticioso -, que resume e norteia as análises em curso. Da mesma forma, convém enfatizar que a análise prioriza os aspectos mais relevantes de algumas notícias, sendo que todo o *corpus* foi mapeado no Apêndice A.

Para auxiliar na interpretação das marcações adicionadas ao texto noticioso, o texto em azul sinaliza os hiperlinks da notícia no portal A Gazeta; o texto em vermelho evidencia trechos dos “bastidores” do *off*; o texto com bordas marca a introdução dos objetos-de-discurso ligados às personalidades públicas e o texto sublinhado demarca os trechos anafóricos das entidades referenciadas.

NOTÍCIA (4) – Preservação da face positiva de Paulo Hartung

Título	Assembleia acelera escolha de novo conselheiro do TCES
Data / Hora de Publicação	17/07/2018, 23h29min

[...]
A escolha do novo conselheiro cabe ao Legislativo e, apesar de não ser obrigatório, o mais comum é que um dos parlamentares estaduais seja o “ungido”. A bola da vez é Rodrigo Coelho, que já ganhou, segundo **informações de bastidores**, a **bênção** de Hartung. O governador tem uma ampla base aliada na Casa.

[...]
Nos bastidores, há a expectativa de abertura de uma segunda vaga, hoje do conselheiro afastado e preso Valci Ferreira. Ele pode perder o cargo devido a uma condenação criminal, mas o caso ainda não transitou em julgado. É possível a apresentação de recursos ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Fonte: A Gazeta Online⁷⁵

A notícia (4), intitulada “Assembleia acelera escolha de novo conselheiro do TCES”, está situada no cenário político estadual, trazendo informação sobre fatos em torno das personalidades do então governador Paulo Hartung e dos deputados estaduais Rodrigo Coelho, líder do governo na Assembleia Legislativa, e Valci Ferreira, afastado por ser réu em processo criminal em curso.

Publicada em 17 de julho de 2018, às 23h29min, a notícia (4) é assinada por Letícia Gonçalves, jornalista da Rede Gazeta. Chama a atenção o horário de publicação da notícia, às 23h29min, o que confirma que as publicações e atualizações na mídia digital ocorrem 24 horas por dia, situação que não se observava nas edições em papel, que tinham horário para encerramento da redação diária com vistas à impressão e distribuição dos jornais. Essa confirmação também se insere na condição de jornalismo como indústria de comunicação em massa, submetida aos ditames do capitalismo, que transforma o jornalismo em negócio, a informação em mercadoria perecível, o cidadão em consumidor e os jornalistas em concorrentes (ARAÚJO, 2010).

A notícia (4) narra os trâmites da provável escolha para um dos cargos de conselheiro da Assembleia Legislativa (Ales), em vacância devido aposentadoria do conselheiro anterior. Os interessados em ocupar a vaga se inscrevem e o governador tem peso político na decisão. O deputado estadual Rodrigo Coelho seria, então, o candidato de Hartung. Essa preferência é confirmada pelas expressões figuradas “o ‘ungido’”, “bola

⁷⁵ Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/politica/assembleia-acelera-escolha-de-novo-conselheiro-do-tces-0718>>. Acesso em 27 de jul. 2021.

da vez” e “já ganhou a benção de Hartung” que retomam o referente deputado Rodrigo Coelho. Interessante notar que as expressões “ungido” e “bênção” se inscrevem no campo semântico da religião, elevando a autoridade daquele que abençoa e unge a um plano de “poder divino”.

Interessante ainda perceber, com base na consulta ao texto integral, a informalidade com que foi feita a introdução de Hartung na notícia. Normalmente, com exceção dos títulos, a primeira vez que um referente surge da notícia, tem-se seu nome completo, função e partido político, no caso de políticos. O objeto-de-discurso Hartung é logo retomado pela anáfora direta O governador, que certifica que o referente está sendo evocado na sua função política, com o poder de conceder a bênção, anáfora indireta que, no caso, está determinando o poder de definir o nome do escolhido.

Não é comum, mas ocorreu o emprego do termo “bastidores” duas vezes na mesma notícia, categorizados de modos distintos, conforme passamos a detalhar: O emprego da expressão “informações de bastidores”, no primeiro parágrafo, se encaixa na categoria de Autoria Indeterminada, visto que o jargão generaliza e, assim, mascara a identidade dos informantes, e na categoria de Conchavo, por se tratar de território restrito a aliados de Hartung.

Sendo assim, os atos de fala que emergem do enunciado do *off* são de aprovação, concordância e confirmação de favorecimento de aliados políticos. Dessa forma, o *off* colabora na manutenção da face positiva do governador Paulo Hartung que, como a notícia aponta, “tem uma ampla base aliada na Casa”.

Já no segundo parágrafo, o jargão “Nos bastidores” se enquadra na categoria de Vaguidão, pela imprecisão da informação dada pelo enunciado do *off*, marcada pelo termo “expectativa”, mas configura também atos de fala com força de cobrança e de vigilância em relação ao caso do “conselheiro afastado e preso Valci Ferreira”. Assim, podemos afirmar ainda que o *off*, conforme exposto, tem o efeito de expor a face negativa de Valci Ferreira.

De forma geral, entendemos que o enunciado do *off* da notícia mantém o grau de polidez esperada para o jornalismo, numa categoria de descortesia involuntária (-2), conforme *continuum* de Marlangeon (2017), ao informar a situação do “conselheiro afastado e preso Valci Ferreira” fazendo uso de expressões amenizadoras da condição de réu, como “ele pode perder o cargo” e que “é possível a apresentação de recurso”.

NOTÍCIA (7) – Ameaça à face positiva de Renato Casagrande

Título da Notícia	Casagrande pede apoio para formar base no Senado e Câmara
Data / hora de publicação	25/09/2018, 16h04min

[...]

"Esses últimos 12 dias são fundamentais para definir a eleição no Estado. Vocês estão me dando a oportunidade de governar, mas é bom que me deem o apoio que eu preciso no Senado, na Câmara e na Assembleia Legislativa. Para nós isso é muito importante, para tocar os projetos que [Ø] temos em mente", disse Casagrande, ao microfone.

[...]

O presidente [da] [*sic*] Associação das Câmaras Municipais do Espírito Santo (Ascames), Wilton Minarini (PSD), que também é presidente da Câmara de Baixo Guandu, disse que os vereadores estão prontos para participar da gestão do Estado, independente de quem vencer as eleições, e destacou que os parlamentares municipais não são "cabos eleitorais de luxo".

"Não queremos participar **só dos bastidores**. Nós é que estamos mais próximos da eleição, com contato direto com o eleitor, é importante que se tenha espaço para que possamos levar nossas demandas até o governo. Já ouvi gente dizer, inclusive dentro do Tribunal de Contas do Estado, que o cargo de vereador tinha que acabar. Se acabar, o país pára [*sic*], vai virar um caos", analisou.

Fonte: A Gazeta Online⁷⁶

A notícia (7), com título “Casagrande pede apoio para formar base no Senado e Câmara”, foi publicada em 25 de agosto de 2018, às 16h04min, sem informação do jornalista responsável. O *corpus* desprezou o lide, mas o contexto do fato é a política estadual, quando, num evento, em Vitória, com a presença de cerca de cem vereadores, o então candidato a Governador, Renato Casagrande, pede apoio político para eleger outros candidatos a senador e a deputado federal de sua chapa.

O título traz Casagrande como introdução referencial que se tornará âncora de processos anafóricos no texto noticioso. No primeiro parágrafo do recorte do *corpus*, várias anáforas pronominais retomam Casagrande: me, me, eu, nós e anáfora [Ø], que sinaliza a elipse de “nós”. O emprego dos pronomes encadeia uma argumentação discursiva típica de candidatos a pleitos públicos que partem do pronome de primeira

⁷⁶ Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/brasil/casagrande-pede-apoio-para-formar-base-no-senado-e-camara-0918>>. Acesso em 25 de jul. 2021.

pessoa no singular para o plural, sugestiva de interpretação de união, aliança, força política junto com seus interlocutores para o governo do Estado, anáforas indiretas que representam o objetivo eleitoral do candidato. Aliás, o surgimento de outro referente, Tribunal de Contas do Estado, em um contexto de crítica, de contradiscurso, parece questionar a união pregada pelo candidato a governador.

Além de Renato Casagrande, a notícia introduz outro objeto-de-discurso, outra personalidade pública, Wilton Minarini, vereador presidente da Câmara de Baixo Guandu e presidente da Associação das Câmaras Municipais do Espírito Santo. Minarini reagiu ao discurso de Casagrande num tom de desabafo, com ato de fala de crítica e reprovação ao pedido do candidato ao governo do Estado, por entender que os vereadores estavam sendo conclamados apenas como “cabos eleitorais de luxo”.

A afirmação “Não queremos participar só dos bastidores” é, pois, de Minarini, ao demonstrar sua insatisfação com o pedido de Casagrande. Neste caso, “bastidores” não compõe um enunciado de fonte *off*, mas a figura de linguagem está empregada no modo Retórico ou Sofista, com a pretensão de convencer pelo argumento de que os vereadores não querem um lugar sem visibilidade na política, que estão prontos para participar da gestão do Estado e que precisam de espaço para levar suas demandas ao governo.

Dessa forma, o termo “bastidores”, mesmo não vinculado ao *off*, discursivamente, contribui para que Minardi ameace a face positiva de Casagrande, ao criticar seu pedido de apoio. E mais, o vereador também atenta contra a sua própria face ao fazer um desabafo: “Já ouvi gente dizer, inclusive dentro do Tribunal de Contas do Estado, que o cargo de vereador tinha que acabar”. Tais circunstâncias subscrevem seus atos de fala de reprovação, crítica e desabafo como atos impolidos.

E, assim, por tais atos fazerem referência explícita ao discurso de Renato Casagrande, no lugar de fala de candidato ao governo do Estado, o termo “bastidores”, apesar de não ser enunciação de *off*, configura-se no nível máximo de descortesia segundo a escala do *continuum* proposto por Marlangeon (2017), ou seja, descortesia de repreensão ou reprovação.

NOTÍCIA (10) – Preservação da face positiva de Renato Casagrande

Título	Após pedido de <u>Casagrande</u> , Hartung veta redução de imposto sobre energia
Data / Hora de Publicação	22/10/2018, 09h52
[...]	
<p>O projeto, de autoria do deputado estadual Bruno Lamas (PSB), foi aprovado em regime de urgência e por unanimidade em plenário na sessão do dia 25 de setembro, durante o período eleitoral. No entanto, chegou para a apreciação do governador somente na semana passada, segundo parlamentares.</p> <p>Nos bastidores, deputados comentaram que a apresentação e aprovação deste projeto por Lamas teria ocorrido sem dialogar com <u>Casagrande</u>, que é do mesmo partido do deputado. No período em que a matéria foi votada <u>o socialista</u> já era considerado <u>o favorito</u> para vencer as eleições ao governo do Estado. Logo, a gestão <u>dele</u> seria impactada com a mudança na tributação. Isso teria causado um mal-estar no próprio <u>grupo socialista</u>.</p>	
[...]	

Fonte: A Gazeta Online⁷⁷

Já a notícia (10), publicada em 22 de outubro de 2018, está inserida num cenário de pós-eleição estadual em que o candidato Renato Casagrande foi eleito governador do Estado. Desde o título, a notícia (10) cita as personalidades políticas Paulo Hartung, então PMDB, governador em exercício, e Renato Casagrande, governador eleito pelo PSB, sendo Casagrande o objeto-de-discurso que, nos excertos do *corpus*, é retomado pelas anáforas Casagrande, o socialista, o favorito e pela anáfora indireta grupo socialista.

Conforme o lide da notícia (10), o governador Paulo Hartung vetou um projeto aprovado em regime de urgência pela Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (Ales) que reduziria a alíquota do ICMS⁷⁸ sobre a energia elétrica de 25% para 17%. Esse veto se deu em atendimento ao pedido do governador eleito, tendo em vista que a diminuição das finanças prejudicaria as contas do seu mandato.

O primeiro parágrafo da notícia (10), conforme o recorte do *corpus*, utiliza termos do *off*, em vermelho, que se enquadram nas categorias de Contraposição e de Autoria Indeterminada, respectivamente. No entanto, é no segundo parágrafo que vemos empregado o termo “bastidores”, ligado às categorias de Autoria Indeterminada, pela impossibilidade de identificarmos o(s) enunciador(es), e de Especulação ou Boato, pelo emprego comum, neste caso, da locução “teria ocorrido”, composta de verbo

⁷⁷ Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/politica/apos-pedido-de-casagrande-hartung-veta-reducao-de-imposto-sobre-energia-1018>>. Acesso em 25 de jul. 2021.

⁷⁸ ICMS é a sigla que identifica o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

auxiliar no tempo Futuro do Pretérito do Indicativo acompanhado de verbo principal no Particípio, indicando sentido de algo que poderia ter acontecido no passado. Portanto, “bastidores” assume um sentido de lugar de fala de informação duvidosa e de lugar de fala de enunciador generalizado.

Considerando, ainda, o segundo parágrafo, o jargão “bastidores”, tal como empregado, dá conta de enunciados de fonte *off* de deputados da Ales, cujos atos de fala de força ilocutória são de reprovação e crítica em relação à face de Bruno Lamas, deputado estadual autor do projeto aprovado na Ales e vetado no Governo. A razão dessa “censura anônima” é que Lamas e Casagrande são do mesmo partido político (PSB) e que, conforme o *off*, não houve diálogo do primeiro com o segundo sobre o projeto que afetaria diretamente a gestão do socialista.

Portanto, na notícia (10), considerando especificamente a expressão “Nos bastidores”, o *off* dos deputados ameaça a face positiva de Bruno Lamas, que pretendia aprovação popular com a redução da alíquota do imposto. Além disso, os termos do *off* revelam a face negativa de Paulo Hartung considerando que, ao receber um pedido do governador eleito, Hartung estaria com a sua face negativa ameaçada. E ao atender o pedido de Casagrande, Hartung expõe a sua face negativa como autoridade máxima no Estado. Casagrande, por sua vez, tem sua face positivada pelo *off*, tendo em vista a narrativa de parlamentares, como um estadista apto a dialogar e a contornar entraves políticos.

E quanto à (im)polidez dos atos de fala, conforme *continuum* de Marlangeon (2017), os atos de fala contidos nos “bastidores” se configuram em ato cortês com motivo descortês, tendo em vista que, à medida da prestação de um serviço de informação à sociedade, o *off* dá conta de criticar e reprovar a conduta política de um parlamentar em relação ao colega socialista.

Por fim, interessa mencionar ainda que o segundo parágrafo apresenta um trecho em azul, “deputados comentaram”, que se trata, no site do jornal digital, de um hiperlink. Ao ser acessado, o leitor se depara com outra notícia do mesmo portal, sobre o mesmo assunto, intitulada “Hartung vai vetar redução de ICMS sobre energia, diz líder

de governo”, assinada pela jornalista Natalia Devens, publicada em 19 de outubro, às 01h19min, portanto, três dias antes. Esse recurso é comum nas notícias do jornalismo digital e permite que o leitor, ao seu gosto, construa outros percursos de leitura ou aprofunde suas informações sobre o fato noticiado.

NOTÍCIA (12) – Ameaça à face negativa dos Poderes Estaduais

Título da Notícia	Ministério Público Estadual e Defensoria vão dar abono aos servidores
Data / hora de publicação	26/11/2018, 16h03

A concessão de abono natalino de R\$ 1.500 a servidores públicos chegou oficialmente à [Assembleia Legislativa](#), por meio de mensagens enviadas pelos [Poderes](#), lidas no Expediente da sessão desta segunda-feira (26). A novidade agora é que o [Ministério Público Estadual \(MPES\)](#) e [Defensoria Pública](#) também decidiram conceder o benefício. Com isso, os projetos de lei para contemplar quase 100 mil funcionários do [Poder Executivo, do Tribunal de Justiça \(TJES\), do Tribunal de Contas do Estado \(TCES\) e da Assembleia Legislativa](#) foram oficialmente apresentados.

Depois da leitura no [plenário](#), as matérias seguem para a análise da [Procuradoria](#), e das [comissões](#), para depois serem votadas em [plenário](#). Se aprovadas, ainda precisam ser sancionadas pelo governador Paulo Hartung (sem partido). De acordo com **informações de bastidores**, é possível que na sessão desta terça-feira (27) [os deputados](#) aprovem o regime de urgência para os projetos, e em seguida convoquem uma [sessão extraordinária](#), no mesmo dia para poder aprová-los.

[...]

Fonte: A Gazeta Online⁷⁹

A jornalista Natalia Devens também assina a notícia (12), intitulada “Ministério Público Estadual e Defensoria vão dar abono aos servidores”, publicada em 26 de novembro de 2018, às 16h03min. O recorte do *corpus* apresenta os dois primeiros parágrafos da notícia (12), a qual informa que os poderes públicos estaduais – Assembleia Legislativa, Ministério Público Estadual e Tribunal de Justiça do Espírito Santo – se juntaram na decisão de conceder benefício de abono natalino aos seus servidores e detalha a agilidade do processo. O primeiro parágrafo disponibiliza hiperlinks, em azul, que, ao serem clicados, redirecionam o leitor aos resultados do recurso de busca do próprio site de A Gazeta Online com as notícias existentes sobre cada um dos órgãos: Ales, MPES e TJES.

Conforme o título da notícia (12), tem-se a introdução referencial dos objetos-de-discurso [Ministério Público Estadual](#) e [Defensoria](#), retomadas por anáforas diretas no primeiro parágrafo, repetindo os nomes próprios das instituições: [Ministério Público](#)

⁷⁹ Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/politica/ministerio-publico-estadual-e-defensoria-vao-dar-abono-aos-servidores-1118>>. Acesso em 26 de jul. 2021.

Estadual (MPES) e Defensoria Pública. No mesmo parágrafo, temos a anáfora encapsuladora Poderes que, por sua vez, engloba todas as instituições públicas envolvidas na tramitação da aprovação do citado abono: Poder Executivo, Tribunal de Justiça (TJES), Tribunal de Contas do Estado (TCES) e Assembleia Legislativa. Já no segundo parágrafo, as anáforas indiretas plenário, comissões, os deputados e sessão extraordinária se vinculam implicitamente aos Poderes, como instâncias internas para a aprovação do benefício, e se constituem novos objetos-de-discurso.

Evidenciamos o emprego de uma anáfora rotuladora com função metadiscursiva em “A novidade”, no primeiro parágrafo, de valor persuasivo (KOCH, 2013) e com função prospectiva, já que auxilia na estruturação tópica do texto (JUBRAN, 2013). Este rótulo convida o leitor a conhecer uma informação nova: a ampliação da concessão do abono natalino também para outros Poderes, já que a informação anterior mencionava apenas o benefício para servidores da Ales. Entendemos que a seleção do nome é intencional e se constitui numa estratégia jornalística, efetuada via linguagem, para atrair o leitor, para produzir um sentido, uma relevância pretendida de bem-estar em causa própria em instituições públicas.

O emprego do termo “bastidores” acontece no segundo parágrafo da notícia (12), quando o *off* informa a possibilidade de o abono ser aprovado em regime de urgência em instância final. Dessa forma, o termo do *off* se enquadra nas categorias de Autoria Indeterminada, Vaguidão e Conchavo, ou seja, configuram os “bastidores” como lugar de fala de um enunciador indeterminado e de informação imprecisa e como território de aliados, ou seja, de servidores que se unem e reúnem esforços em prol de serem contemplados pelo benefício.

Com relação aos atos de fala que emanam do enunciado do *off*, temos a especulação sobre os trâmites e prazos da aprovação do projeto de concessão de abono, bem como a revelação da agilidade e urgência com o qual está sendo aprovado. Ao especularem e ao evidenciarem as estratégias para a rápida aprovação do abono natalino, o *off* demonstra impolidez ainda que na intenção de informar com cortesia, tendo em vista que a burocracia, e não a agilidade, é a marca dos serviços públicos. Assim, entendemos que o termo “bastidores” ameaça a face negativa das instituições

representativas dos Poderes Estaduais porque revelam à sociedade que eles agem livre e rapidamente em prol de seus interesses.

NOTÍCIA (16) – Preservação da face positiva de Maurício Malta

Título da Notícia	Irmão de Magno Malta é demitido e não deve ganhar espaço na Codesa
Data / hora de publicação	30/01/2019, 18h05min
<u>Irmão do senador Magno Malta (PR), Maurício Malta</u> não faz mais parte dos quadros da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), estatal federal. [...]	
Por meio de nota, a EPL informou que a destituição dele do cargo de diretor de gestão foi uma definição do Conselho de Administração da empresa, realizada também nesta quarta. <u>Maurício Malta</u> ficou no cargo por 2 anos e um mês. Nos bastidores , há a informação de que <u>ele</u> teria interesse em ser abrigado na Codesa (Companhia Docas do Espírito Santo), que é vinculada ao Ministério da Infraestrutura.	
Mas a reportagem apurou que <u>o irmão do senador do PR</u> não deve ser indicado para uma vaga na companhia, que tem três diretorias, além da presidência [...]	
[...]	
Não se sabe, no entanto, se <u>Maurício</u> ficará sem nenhum cargo na estrutura federal, como acabou ocorrendo com Magno , não reeleito e outrora cotado para o ministério de Bolsonaro. O mandato do senador termina nesta quinta-feira (31).	
<u>Maurício Malta</u> integrou a equipe de transição de Jair Bolsonaro. Mas [Ø] até viajou para a Europa no período . De acordo com a [Revista] <i>Crusoé</i> , <u>ele</u> enfrentaria resistências do núcleo militar do governo.	
[...]	

Fonte: A Gazeta Online⁸⁰

A notícia (16), publicada em 30 de janeiro de 2019, às 18h05min, pela jornalista de A Gazeta, Letícia Gonçalves, informa sobre a destituição formal de Maurício Malta do cargo de diretor de gestão da estatal Empresa de Planejamento e Logística (EPL). No entanto, o título da notícia – “Irmão de Magno Malta é demitido e não deve ganhar espaço na Codesa” – omite o nome do ex-diretor para fazer-lhe referência indireta, ao evocar-se a personalidade política de seu irmão, Magno Malta.

Assim, o objeto-de-discurso Maurício Malta é inaugurado na forma de seu apostro, no título, Irmão de Magno Malta e é retomado no lide, pelas anáforas diretas Irmão do senador Magno Malta (PR) e, então, Maurício Malta, e nos demais excertos do *corpus*, por várias outras expressões anafóricas correferenciais, por exemplo: dele, Maurício Malta, ele, o irmão do Senador do PR, Maurício. Especificamente a anáfora indireta cargo de diretor de gestão está relacionada ao vínculo contratual do referente na estatal, tornando-se, no caso, um novo objeto-de-discurso disponível na progressão textual.

⁸⁰ Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/politica/irmao-de-magno-malta-e-demitido-e-nao-deve-ganhar-espaco-na-codesa-0119>>. Acesso em 26 de jul. 2021.

O termo “bastidores” aparece já no segundo parágrafo fazendo um contraponto entre a comunicação formal e a comunicação informal da estatal. Enquanto a nota se limita a comunicar oficialmente a destituição do então diretor, os informantes anônimos na empresa informam seu possível interesse ou destino empregatício: “ser abrigado na Codesa (Companhia Docas do Espírito Santo), que é vinculada ao Ministério da Infraestrutura”. Entendemos, assim, que os informantes dos “bastidores” da estatal agiram de forma cortês, no sentido de uma boa intenção em complementar a informação oficial e preservar a face positiva do ex-diretor, mas praticaram, de fato, uma impolidez, tendo em vista que a carreira profissional de Maurício Malta não devia mais causar interesse nem da estatal e nem da sociedade por se caracterizar de fórum particular.

Lembramos com Schimitz que as grandes organizações passaram a se preocupar em treinar seus representantes – fontes e porta-vozes - para o contato com a imprensa, especialmente para gerir contingências e crises e que, nessa capacitação, “são revelados os métodos, ritos e atitudes de repórteres e editores [...] inclusive o universo particular dos jornalistas: os jargões, truques, como percebem e interpretam os valores de notícia” (SCHIMITZ, 2011, p. 17).

No entanto, enquanto o *off* dos bastidores da estatal preservaram a face positiva de Maurício Malta, revelando seu possível interesse de continuar prestando serviços públicos em outra estatal, a reportagem de A Gazeta apurou que o irmão de Magno Malta “não deve ser indicado” para a Codesa, assim, ameaçando a face positiva de Maurício Malta. Entendemos que é dever do jornalista fazer a checagem das informações do *off* para confirmar sua veracidade antes de serem publicadas, como apontou Schimitz (2011), mas, neste caso, percebemos que o jornalista checkou a notícia e preservou ambas as informações, provavelmente por entender que a contraposição das versões é relevante e de interesse público.

A Unesco (2019) confirma a necessidade da checagem dos fatos pelos profissionais do jornalismo e, inclusive, aponta dois tipos: a checagem anterior (*ex ante*) e a checagem posterior (*ex post*) à publicação dos fatos. Martino e Marques (2018), por

sua vez, lembram que o rigor na apuração e na checagem dos fatos faz parte do ensino da profissão no jornalismo, mas põe em xeque a relação entre dois princípios fundamentais: objetividade e realidade. Segundo os autores,

o aluno ou o profissional inclinado a uma reflexão sobre a prática aprende, de um lado, que objetividade não existe; de outro, é cobrado em termos de rigor na apuração verificação dos fatos, balanceamento das fontes e checagem das informações – esforço que se dilui diante do argumento da impossibilidade de se oferecer qualquer conhecimento objetivo da realidade (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 141).

O *corpus* da notícia (16) ainda traz outros dois parágrafos que fazem uma relação da indefinição de Maurício Malta na estrutura federal com a situação do irmão Magno Malta, lembrando que o senador, que recusou convite para compor a equipe de governo de Bolsonaro, então eleito, não galgou nenhuma função pública após o término de seu mandato de senador. Inclusive, o primeiro hiperlink “como acabou ocorrendo com Magno”, marcada pelo trecho em azul, redireciona o leitor à coluna⁸¹ política do jornalista Vitor Vogas, onde se lê sua opinião sobre esse fato sob o título “Magno Malta: quase político”, publicada em 3 de dezembro de 2018, às 22h17min.

O segundo hiperlink, por sua vez, “Mas até viajou para a Europa no período” conecta o leitor à notícia “Assessor de Bolsonaro na transição, irmão de Magno Malta viaja com dinheiro público”, publicada em 5 de dezembro de 2018, às 18h05min, que detalha a relação de Maurício Malta com a estatal EPR e com o gabinete de transição do presidente eleito, Jair Bolsonaro. A notícia do hiperlink informa, em ato de fala de acusação, que o ex-diretor, depois de ser integrado ao comitê de transição, em vez de dar expediente, viajou para fazer cursos de aperfeiçoamento em países da Europa, que duraram quase vinte dias e que custaram mais de cinquenta mil reais aos cofres públicos.

Portanto, é possível fazer uma relação de causa e consequências dos fatos entre a primeira notícia, publicada no início de dezembro de 2018, e a notícia (16) analisada,

⁸¹ “As colunas são espaços mais nobres de interpretação do noticiário político. Às vezes são também espaços de opinião e de informação. Assinadas por jornalistas experientes e talentos, que têm grande número de fontes e boa capacidade de análise, as colunas tornaram-se tão importantes para o leitor que a maioria dos jornais geralmente publica mais de uma. Seus formatos, estilos e embocaduras variam, mas todas elas, de alguma forma, buscam cumprir a mesma função: ancorar o noticiário, tomar a temperatura do dia e farejar possíveis desdobramentos” (MARTINS, 2005, p. 23).

publicada no final de janeiro de 2019, quando se deu a destituição do cargo de Maurício Malta na estatal EPR e o interesse pela indefinição de carreira pública de Maurício Malta.

NOTÍCIA (38) – Preservação da face negativa do Governo Casagrande

Título da Notícia	<u>Casagrande</u> : "Freitas é um homem de minha total confiança"
Data / hora de publicação	01/12/2019, 13h42min

Após [Ø] anunciar, na tarde deste sábado (30), que o [novo líder do governo na Assembleia Legislativa seria o deputado estadual Eustáquio de Freitas](#) (PSB), em substituição a Enivaldo dos Anjos (PSD), o [governador Renato Casagrande](#) (PSB) afirmou para A Gazeta - durante a inauguração da [Avenida Leitão da Silva](#) neste domingo (1º) - que a troca será "benéfica para a sua administração".

[...]

Nos bastidores, comenta-se que a atuação de Enivaldo vinha sendo alvo de questionamentos por parte do governo. Nos últimos dias, o deputado substituído deu algumas demonstrações de que poderia estar mais próximo dos interesses do presidente da Assembleia, Erick Musso (Republicanos).

Fonte: A Gazeta Online⁸²

De autoria do jornalista Gustavo Cheluje, a notícia (38), publicada em 1º de dezembro de 2018, às 13h42min, informa sobre as circunstâncias do anúncio da escolha do deputado estadual Eustáquio de Freitas como novo líder do governo na Ales. O lide, constante do *corpus*, apresenta três trechos com hiperlinks, em azul, os quais direcionam o leitor, caso ele assim queira, a outras duas notícias anteriores sobre o mesmo processo de substituição do líder do governo na Ales e uma terceira sobre o evento de inauguração da obra pública em referência, a avenida Leitão da Silva.

O título inaugura um objeto-de-discurso, de forma abreviada, Casagrande, que é retomado no lide, com a apresentação formal do político, como é praxe na primeira vez que o referente surge no texto noticioso: o governador Renato Casagrande (PSB). Adiante, no mesmo parágrafo, uma anáfora indireta, num enunciado entre aspas, faz uma relação implícita do referente com a sua função pública de governador do Estado "[...] sua administração", demarcando que o enunciado é do próprio governador. Outra anáfora indireta, parte do governo, no parágrafo seguinte, no *corpus*, faz a mesma relação do referente como autoridade do Estado para questionar a atuação de seus representantes.

⁸² Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/politica/casagrande-freitas-e-um-homem-de-minha-total-confianca-1219>>. Acesso em 25 de jul. 2021.

Considerando o segundo parágrafo do *corpus*, temos o emprego do termo “bastidores” para dar voz ao *off* que revelou que a atuação do líder de governo anterior, deputado estadual Enivaldo dos Anjos, estava sendo questionada por razões de interesses político-partidários, o que preenche de sentido as declarações de Casagrande tanto no título da notícia como no parágrafo anterior, de que “Freitas é um homem de minha total confiança” e que a troca do líder na Ales será “benéfica para a sua administração”.

Desta forma, então, o enunciado do *off* que contém o termo “bastidores” se enquadra nas categorias de Autoria Indeterminada e de Contraposição e, paralelamente, se apresenta como um lugar de fala de enunciador anônimo e de um enunciado que revela insatisfações políticas que, assim, motivaram a destituição do líder do governo na Ales. Tem-se, portanto, atos de fala de reprovação e de insatisfação, que se constituem em ato de descortesia - revelar uma possível insatisfação do governador com o líder do governo – motivado pela intenção cortês de trazer à sociedade a informação acerca desses fatos.

O emprego dos “bastidores” no *off* na notícia (38), portanto, preserva a face negativa do Governo Casagrande, tendo em vista que o poder político desta personalidade pública se mostrou atuante e imperativo na defesa de seus interesses. Da mesma forma, o *off* da notícia (10) ameaça a face positiva do deputado estadual Enivaldo dos Anjos, pois sua aproximação aos interesses de um opositor partidário pesou na decisão de sua substituição por um aliado de “total confiança” do governador.

NOTÍCIA (43) – Ameaça à face negativa de Renato Casagrande

Título	Giro político: governador não deve ser punido por adiar ida à Assembleia
Data / Hora de publicação	28/02/2020, 18h21min
[...]	
Nos bastidores , a avaliação é que <u>ele</u> não se prontificou até agora porque "não há clima". Parlamentares ligados às polícias, como Pazolini, têm pressionado por reajuste salarial em meio à negociação entre <u>governos</u> e representantes das corporações ligadas à segurança pública.	
[...]	

Fonte: A Gazeta Online⁸³

⁸³ Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/politica/giro-politico-governador-nao-deve-ser-punido-por-adiar-ida-a-assembleia-0220>>. Acesso em 25 de jul. 2021.

Na notícia (43), publicada em 28 de fevereiro de 2020, a jornalista Letícia Gonçalves informou sobre o adiamento de presença do governador Renato Casagrande na Ales para atender a uma lei estadual que o obriga a comparecer e a responder aos questionamentos de deputados sobre sua atuação no governo. Segundo trechos da notícia não selecionados no *corpus*, o motivo alegado pelo governo, para o adiamento, é devido outro compromisso em Brasília.

Novamente, o título da notícia (43) faz a introdução referencial da personalidade pública: governador. Esse referente reaparece no corpo noticioso, no enunciado do *off*, com a anáfora direta ele. Na continuidade da informação do *off*, uma anáfora indireta, governos, faz a referência inferível do objeto-de-discurso com a sua qualificação de chefe do Estado.

O parágrafo recortado para o *corpus* apresenta o emprego do termo “bastidores” avaliando que o adiamento do comparecimento do governador diante dos parlamentares estaria ligado ao fato de o governador não desejar sofrer pressão de deputados ligados às polícias, tendo em vista a negociação em curso de reajuste salarial das corporações de segurança pública. Nesse sentido, o termo “bastidores” se assenta na categoria do *off* de contraposição, ou seja, um lugar de contradiscurso, pois apresenta uma versão que diverge da oficializada pelo governador.

Assim, os atos de fala que decorrem dos “bastidores” são de cobrança, de pressão, de coação, de julgamento da parte de parlamentares, ao governo do Estado. Considerando o *continuum* de (des)cortesia, temos uma cortesia formal – um esclarecimento à sociedade sobre as verdades dos fatos do ponto de vista dos parlamentares -, motivada por descortesia, no caso, interesses de uma classe específica da sociedade ou de opositores do governo Casagrande.

Dessa forma, nos termos do *off*, temos uma ameaça à face negativa do Governador que, com amparo legal, informou mediante ofício que uma nova data seria acordada. O projeto de dizer do *off*, nesta notícia, lembra as palavras de Martins (2005, p. 94): “fonte não precisa ter caráter, mas informação. Cabe ao repórter [...] fazer sua própria investigação”.

NOTÍCIA (50) – Ameaça à face positiva de Renato Casagrande

Título	Coronel Caus é o novo comandante da PMES
Data / Hora de publicação	07/04/2020, 09h51min
Data / Hora de revisão	07/04/2020, 10h30min

[...]
Caus foi escolhido por Casagrande em acordo com o novo secretário estadual de Segurança Pública, Alexandre Ramalho [...].

[...]
Representante da turma de aspirantes de 1991, Caus é um dos coronéis mais antigos na ativa e tem o respeito da categoria. **Nos bastidores** da cúpula da PMES, havia certo desconforto pelo fato de a corporação vir sendo comandada, desde o início do governo Casagrande, por coronéis mais jovens e ingressos depois na instituição: Moacir Leonardo Barreto (de janeiro a novembro de 2019) e Márcio Eugênio Sartório (de novembro até esta terça-feira).

Coronéis ouvidos por A Gazeta definem o novo comandante-geral da PMES como um homem agregador, afeito ao diálogo e com grande capacidade de argumentação e de convencimento. Também o definem como alguém “humano”, sem uma visão de que os problemas da segurança se resolvem com “tiro, porrada e bomba”.

Por outro lado, num momento em que o governo espera uma PM mais presente e ativa nas ruas, o novo comandante-geral também tem, **segundo as fontes ouvidas** por A Gazeta, um perfil “arrojado”, de quem “vai para a rua pessoalmente, se necessário”.

[...]

Fonte: A Gazeta Online⁸⁴

A notícia (50), de autoria do jornalista Vitor Vogas, cobre o fato de posse do comando da Polícia Militar pelo Coronel Caus, evento ocorrido e noticiado na data de 7 de abril de 2020. A notícia foi publicada às 9h51min e revisada às 10h30min do mesmo dia. Foram considerados três excertos, sendo dois parágrafos consecutivos, da notícia para demonstrar os modos e os termos do *off no corpus*.

A personalidade pública desta notícia com interesse para a pesquisa é o governador Renato Casagrande. Além do político, são referentes o coronel Douglas Caus e dois comandantes da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), Moacir Leonardo Barreto e Márcio Eugênio Sartório.

No primeiro excerto da notícia, temos o referente Casagrande que já é, no caso, anáfora direta de objeto-de-discurso presente no lide desprezado pelo *corpus*, junto com as expressões anafóricas correferenciais o governo Casagrande e o governo, nos parágrafos seguintes.

⁸⁴ Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/gv/coronel-caus-e-o-novo-comandante-da-pmes-0420>>. Acesso em 25 de jul. 2021.

Da maneira como foi empregado, no segundo parágrafo do *corpus*, o termo “bastidores” se enquadra na categoria do *off* de Contraposição, ou seja, lugar de contradiscurso. Os atos de fala ilocutórios que depreendemos do *off* são de insatisfação, reprovação, pressão, no caso, dos policiais da PMES contra o governo do Estado. A contraposição e a insatisfação dos “bastidores” da cúpula da PMES revelam, no propósito da informação à sociedade, um ato de cortesia, mas que se concretiza como um ato de descortesia, dado o tom crítico e interesseiro.

Portanto, podemos dizer que o termo “bastidores” contribui para ameaçar a face positiva do governo Casagrande que pretendia, com a nova nomeação, agradar a categoria dos policiais e a própria sociedade. No entanto, é interessante observar que o *off* também ameaça as faces positivas dos coronéis Barreto e Sartório: ambos, antecessores de Caus, no governo de Casagrande, segundo as fontes não identificadas, são criticados porque eram “coronéis jovens demais” e ingressos recentemente na corporação.

Por outro lado, o *off* prossegue com enunciados que preservam a face positiva do coronel Caus, legitimando-o como representante da categoria com as expressões referenciais: “um dos coronéis mais antigos”; “tem o respeito da categoria”; “um homem agregador, afeito ao diálogo [...]”; de “perfil arrojado” [...]; que “vai para a rua pessoalmente, se necessário”.

Na tentativa de fazer um fechamento das análises desta seção, temos a Tabela 10, na qual podemos projetar as intenções dos enunciados que contém o termo “bastidores”, em relação à imagem das pessoas públicas às quais se referem:

TABELA 10 – Síntese dos “bastidores” e trabalho de face no cenário capixaba

Notícia	Personalidade pública	Emprego do termo “bastidores”	Trabalho de Face
(4)	Paulo Hartung	Fonte <i>off</i>	Preservação da Face Positiva
(7)	Renato Casagrande	Outrem	Ameaça à Face Positiva
(10)	Renato Casagrande	Fonte <i>off</i>	Preservação da Face Positiva
(12)	Poderes do Estado	Fonte <i>off</i>	Ameaça à Face Negativa
(16)	Maurício Malta	Fonte <i>off</i>	Preservação da Face Positiva
(38)	Renato Casagrande	Fonte <i>off</i>	Preservação da Face Negativa
(43)	Renato Casagrande	Fonte <i>off</i>	Ameaça à Face Negativa
(50)	Renato Casagrande	Fonte <i>off</i>	Ameaça à Face Positiva

Fonte: Produção da autora

No entanto, convém complementar que o resultado da análise levando em conta especificamente do termo “bastidores” não define o resultado do trabalho de face de todo o texto noticioso, tendo em vista que a participação de outros atores sociais e seus respectivos enunciados também contribuem com a (des)construção da imagem dos referentes.

Na seção seguinte, ampliaremos a análise, tendo em vista as notícias com emprego do *off* em referência a personalidades públicas do cenário político nacional.

4.3.2 Personalidades do cenário político nacional

“A participação política e ética particularista, no mundo, é a contracorrente à ética universal; é, de certa forma, a antiética com relação ao gênero que se afirma universal e humano.”
(KARAM, 2014, p. 113)

Na análise das notícias políticas do jornalismo digital de cenário nacional, percebemos que, na sua maioria, os textos são de autoria de agências de notícias, ou seja, pratica-se o empacotamento de notícias (FERRARI, 2014). Dessa forma, é comum a mesma notícia ser encontrada, simultaneamente, na internet, em vários portais jornalísticos, idênticas ou com algumas adaptações.

Em relação ao cenário político nacional, a análise prossegue apresentando outras 14 notícias, quais sejam, respectivamente, (01), (02), (08), (29), (23), (33), (48), (49), (51), (54), (62), (63), (78) e (79). Somadas às oito notícias analisadas na seção anterior, temos 22 notícias políticas representativas do *corpus* de 80 notícias políticas desta pesquisa.

Importante lembrar que, da mesma forma como exposto na análise das notícias políticas do cenário capixaba, a análise das notícias no cenário nacional não objetiva ser exaustiva no que se refere à aplicação das teorias elencadas para a demonstração em questão, considerando recorrências na observação e também pela necessária limitação da pesquisa.

Outra lembrança é com relação às marcações adicionadas ao texto noticioso: o texto em azul sinaliza os hiperlinks da notícia no portal A Gazeta; o texto em vermelho evidencia trechos dos “bastidores” do off; o texto com bordas marca a introdução dos objetos-de-discurso ligados às personalidades públicas, e o texto sublinhado demarca os trechos anafóricos das entidades referenciadas.

NOTÍCIA (1) – Ameaça à face negativa de Jair Bolsonaro

Título	De olho nas eleições, <u>Bolsonaro</u> tenta adiar julgamento no STF
Data / Hora de publicação	06/06/2018, 09h32min
<p><u>O deputado federal Jair Bolsonaro (PSL-RJ), pré-candidato à Presidência, faz manobras de bastidores visando adiar, para depois das eleições, <u>seu</u> julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF). <u>Réu</u> em duas ações penais por ter dito, em 2014, para a deputada Maria do Rosário (PT-RS) que ela "não merecia ser estuprada por ser feia", <u>ele</u> tenta atrasar a decisão dos casos para depois de outubro.</u></p> <p>[...]</p>	

Fonte: A Gazeta Online⁸⁵

A notícia (1), intitulada “De olho nas eleições, Bolsonaro tenta adiar julgamento no STF”, foi publicada em 6 de junho de 2018, às 9h32min, pelo portal A Gazeta Online, sem informação do jornalista responsável. No entanto, o mesmo título está disponível no portal de O Globo, tendo sido publicado pelo jornalista Eduardo Bresciani, em 06/06/2018, às 09h19min, e atualizado em 06/06/2018, às 09h50min (O GLOBO, acesso em 14 de mar. 2021).

Essa constatação, além de confirmar a relação de afiliação entre a Rede Globo e a Rede Gazeta, permite revelar que muitas notícias são produzidas e, após, reproduzidas por outras empresas e veículos, muitas vezes mantendo o texto noticioso e inclusive os mesmos desvios de norma padrão, o que evidenciamos com [sic], conforme praxe da escrita científica.

No título, o objeto-de-discurso de interesse da pesquisa é introduzido, Bolsonaro, sendo que, no lide, as seguintes anáforas o retomam: O deputado federal Jair Bolsonaro (PSL-RJ), pré-candidato à Presidência, seu, Réu e ele.

⁸⁵ Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/politica/de-olho-nas-eleicoes-bolsonaro-tenta-adiar-julgamento-no-stf-0618>>. Acesso em 26 de jul. 2021.

O recorte da Notícia (1) é o lide da notícia, conforme publicado em A Gazeta Online, e apresenta o fenômeno do *off* empregando o termo bastidores para fazer referência às personalidades públicas de Jair Messias Bolsonaro, então Deputado Federal e pré-candidato à presidência da República, e Maria do Rosário, também Deputada Federal.

O fato que originou a notícia, as ofensas à deputada Maria do Rosário, de autoria de Bolsonaro, ocorrido em 2014, expõe o clima de animosidade comum na esfera política, exacerbado em períodos de eleição, em que o respeito, a empatia e a alteridade são desprestigiados e, nesse caso, em especial, agravado por caracterizar violência contra a mulher. Assim, vê-se o que Weber afirma: “A violência é o instrumento decisivo da política” (WEBER, 2001, p. 115). E mais, ainda podemos citar Goffman ([1959], 1975), quando escreve que se exige polidez e decência dos indivíduos que estão em alta posição na pirâmide social.

Como pode ser observado, em vermelho, a expressão “manobras de bastidores” se enquadra na categoria do *off* do tipo Conchavo, ou seja, território em que aliados se articulam em prol de seus interesses. A continuidade da notícia informa que tais manobras são a indicação de aliados, sem identificação, como testemunhas que só poderiam depor em agosto, beneficiando Bolsonaro com o adiamento do julgamento em duas ações das quais era réu por crime de ofensa contra a dignidade da deputada Maria do Rosário.

Com relação à (im)polidez, entendemos que o jornalista manteve critérios de polidez em relação à deputada Maria do Rosário ao usar, por exemplo, aspas para delimitar a declaração de Bolsonaro, eximindo-se de reproduzir e, assim, concordar com o conteúdo injurioso. Por outro lado, parece-nos jocoso, portanto impolido, o uso da linguagem figurada “de olho nas eleições” para emitir um julgamento velado sobre as ações do referente réu e pré-candidato à eleição presidencial. O título da notícia também evidencia a motivação eleitoreira para Bolsonaro “tentar” adiar o julgamento em decorrência das ofensas machistas e preconceituosas contra a colega de parlamento.

Entendemos também que a expressão “manobras de bastidores”, no contexto apresentado pela notícia, foi utilizada pelo jornalista com força ilocutória de um ato de crítica, de denúncia e de reprovação à atuação de Bolsonaro em espaços oficiosos, sem visibilidade pública, por isso, sujeito à utilização de meios escusos para acesso a informações privilegiadas.

Com tais atos de fala – crítica, denúncia, reprovação –, o jornalista que emprega o termo “bastidores” nessa modalidade está empreendendo uma ameaça à face negativa de Bolsonaro, tendo em vista que certamente o réu desejava agir livremente, sem sofrer as sanções que o jornalista promoveu ao noticiar o fato relacionando-o com intenções eleitoreiras. Portanto, considerando o *continuum* de cortesia-descortesia, entendemos que houve polidez inicial, dada especialmente pelo padrão culto da notícia e pelo propósito de informar, mas com propósito impolido, tendo em vista os efeitos da informação como construída.

A imagem de Bolsonaro também é afetada pelos processos de referenciação: o objeto-de-discurso foi retomado com modificações, ou seja, foi recategorizado, no curso da progressão textual, através das anáforas indiretas pré-candidato à Presidência e Réu, pois esses termos não se limitam a retomar o objeto-de-discurso, como o faz a anáfora direta ele. Assim, temos nesses processos referenciais exemplos da instabilidade inerente aos referentes no discurso.

De outra forma, a notícia deixa claro que, para o jornalismo, assuntos da alçada particular de celebridades e políticos, por exemplo, são de interesse público. Martino lembra que “as mídias digitais provocam um apagamento progressivo das fronteiras entre o público e o privado, alterando o sentido e as possibilidades da democracia, em especial na complexidade das redes da internet” (MARTINO, 2014, p. 208). O autor afirma que a separação entre público e privado na política é polêmica e que a situação é mais incontrolável ainda na mídia digital. Conforme o autor,

A separação entre público e privado é uma especificação do domínio da política: a rigor, a política está relacionada especialmente, mas não só, às ações no espaço público. Essa divisão entre público e particular, evidentemente, nem sempre é tão rígida na prática. Ao contrário, em vários momentos a falta de uma divisão mais clara entre o que pertence a um e o que é de todos pode gerar diversos problemas. Quando se passa do concreto

ao virtual, essa divisão parece receber novos golpes. Uma das dimensões da internet é exatamente a troca *pública* de informações, bem como a exposição do indivíduo e, em certa medida, a própria construção de identidades específicas dentro desse espaço (MARTINO, 2014, p. 117).

Além disso, como pontuou Araújo (2010) e Novaes (2012), a notícia (1) é exemplo do interesse da mídia em assuntos do judiciário, o chamado fenômeno da mediatização da justiça, especialmente porque temas relacionados a crimes cumprem os chamados critérios de noticiabilidade, segundo Araújo (2010), ou ainda, o fenômeno de “má-informação”, conforme a Unesco (2019).

NOTÍCIA (2) – Ameaça à face positiva de Jair Bolsonaro

Título	Bolsonaro pede Magno em "casamento", mas senador diz que quer pensar
Data / Hora de publicação	26/06/2018, 10h24min

O deputado federal e pré-candidato à presidência Jair Bolsonaro (PSL) está apostando suas últimas fichas na tentativa de trazer o senador Magno Malta (PR) como vice em sua chapa. A articulação, que já se arrasta desde o ano passado, enfrenta certa resistência do senador capixaba, que já teria recusado o convite em encontro com o ex-capitão do Exército na semana passada.

[...]

Nos bastidores, o partido já trabalha planos alternativos. Há conversas adiantadas com o PRB, que tem como pré-candidato à presidência o empresário Flávio Rocha, dono das lojas Riachuelo. Uma outra solução, mais caseira, seria a presidente Nacional Mulher [sic] do PSL, a pré-candidata a deputada federal Dayane Pimentel. A avaliação do PSL é que o perfil dela, que é professora na Bahia, poderia ajudar Bolsonaro a ter melhor penetração no Nordeste e entre as mulheres.

[...]

Procurados pela reportagem, o PR informou, por nota, que “a candidatura do Bolsonaro aliado ao Prático [sic] da República nos daria muita honra”. A sigla, porém, diz que a decisão cabe a Magno Malta e que o partido vai respeitar o que for determinado pelo diretório estadual e pela convenção nacional, marcada para o próximo dia 4 de agosto.

No entanto, **a pessoas próximas**, Magno já **teria confidenciado** que deve mesmo seguir o caminho da reeleição. O senador tem debatido **com amigos** que acredita na vitória de Bolsonaro, mas que avalia que possa ser mais útil no Senado, caso o deputado vença a eleição presidencial. **Aliados do senador** confirmam que “uma mudança de cenário é improvável”.

“Vice-presidente, vice-governador e vice-prefeito têm a mesma voz. Não mandam em nada”, **teria dito** o senador

Fonte: A Gazeta Online⁸⁶

A notícia (2), de título “Bolsonaro pede Magno em ‘casamento’, mas senador diz que quer pensar”, foi publicada no portal A Gazeta Online em 26 de junho de 2018, às 10h24min, sem informação de autoria. Outros portais noticiosos também cobrem o fato, porém com outros títulos. A linguagem figurada usada no título analisado faz referência às próprias escolhas lexicais de Bolsonaro, que empregou a metáfora do pedido de casamento com sentido de proposta de aliança política.

⁸⁶ Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/politica/bolsonaro-pede-magno-em-casamento--mas-senador-diz-que-quer-pensar-0618>>. Acesso em 26 de jul. 2021.

O título faz a estreia do objeto-de-discurso Bolsonaro, o qual é retomado anaforicamente no texto noticioso. Como já foi abordado anteriormente, os títulos simplificam os termos que identificam as personalidades públicas, as quais são apresentadas com maior formalidade, geralmente, no lide da notícia. E é isso que ocorre neste caso, através de duas anáforas diretas O deputado federal e pré-candidato à presidência Jair Bolsonaro (PSL), tendo em vista que, na data da notícia, as pretensões do deputado Bolsonaro nas eleições que se avizinhavam já era de conhecimento público. Importante considerar a recategorização desse mesmo referente para ex-capitão do Exército, implicando do leitor conhecimento prévio de que Bolsonaro, no passado, teve carreira militar.

O primeiro parágrafo da notícia (2), o lide, ou seja, um resumo do fato, redigido de forma a responder sobre “o que”, “quem”, “quando”, “onde”, “como” e “por quê” do ocorrido, integra a chamada “pirâmide invertida” das notícias. Sendo assim, a notícia (2), além de Bolsonaro, apresenta outra entidade como objeto-de-discurso: Magno Malta, Senador. O primeiro insistia numa proposta de aliança política com o segundo que, indiretamente, sinalizava recusa.

Os termos marcados em vermelho são os registros de *off* categorizados em vários modos, o que representa bem a variedade dos usos da fonte *off* nas notícias políticas. Como pode se verificar, a notícia usa a expressão “nos bastidores” para dar conta de um lugar à parte, inacessível ao público, território de aliados, onde são planejadas estratégias políticas, como convites a personalidades com potencial para aliança política, tendo em vista, no caso, a campanha à presidência da República que se aproximava. É justamente este o contexto da notícia, que mantém, no título, a metáfora utilizada pelo presidente, de “pedir em casamento” o Senador Magno Malta, e de aguardar o “sim”.

Nesta notícia, especificamente o termo “bastidores” não traz ameaças à face positiva de Bolsonaro, mas sim os enunciados do *off* nos modos de Contraposição e Autoria Indeterminada, já que “pessoas próximas”, “amigos” e “aliados do senador” revelaram as “confidências” de que o senador tentaria a reeleição, o que implica que ele não

aceitaria o convite de ocupar a vice-presidência do governo Bolsonaro. Assim, podemos dizer que, ao ato de fala de convite, de pedido de aliança política, feito por Bolsonaro a Magno Malta, a resposta vem como ato de fala de esnobação ou de desdém do senador, já que o retorno, além de demorado, procedeu, indiretamente, de terceiros. Assim, entendemos que Magno Malta pratica descortesia involuntária.

Além disso, o emprego do *off* do tipo vago (Modo Vaguidão) também ameaça a face positiva de Magno Malta, tendo em vista que evidencia seu desinteresse pelo convite e seu desejo por cargos de maior visibilidade e poder, conforme a afirmação de que o senador “teria dito”: “Vice-presidente, vice-governador e vice-prefeito têm a mesma voz. Não mandam em nada”, declaração que, inclusive, fecha o texto noticioso. Souza nos lembra a relação entre poder e sociedade, especialmente em tempos de eleição:

O poder é a questão central de toda sociedade. A razão é simples. É ele que nos irá dizer quem manda e quem obedece, quem fica com os privilégios e quem é abandonado e excluído. [...] O exercício do poder social real tem de ser legitimado. Ninguém obedece sem razão (SOUZA, 2019, p. 12).

Dessa forma, entendemos que o *off* aliado e o próprio senador praticaram atos impolidos, o primeiro por revelar confidências ao jornalista, e o segundo por retardar a resposta ao convite recebido. No entanto, convém reforçar que a linguagem altera e recria crenças e emoções na construção da realidade (OLIVEIRA, 2012) e que a forma como a notícia é narrada, descrevendo a uns como protagonistas e a outros como antagonistas, também influencia na interpretação dos fatos (MARTINO, 2014).

NOTÍCIA (8) – Ameaça à face positiva de Jair Bolsonaro

Título da Notícia	Ex-mulher acusou Bolsonaro de furto de cofre e agressividade, diz revista
Data / hora de publicação	28/09/2018, 09h14min
[...] À revista Veja, ela negou as acusações do passado. “Quando você está magoado, fala coisas que não deveria”, afirmou. Candidata nas eleições 2018 a deputado federal pelo Podemos do Rio, Ana Cristina usa o sobrenome do <u>presenciável</u> no material de campanha. [...] Atuante nos bastidores da política há 26 anos, Ana Cristina disputa em 2018 sua primeira eleição – tenta se eleger deputada federal pelo Podemos. Um dia após a divulgação do documento do Itamaraty que menciona a suposta ameaça [de morte por Bolsonaro], a advogada disse estar “indignada”. [...]	

A notícia (8), de título “Ex-mulher acusou Bolsonaro de furto de cofre e agressividade, diz revista”, foi publicada em A Gazeta Online no dia 28 de setembro de 2018, às 9h14min, sem informação de jornalista responsável. O título, com e sem variações, está disponível em vários portais jornalísticos na internet. A notícia informa que a Revista Veja publicou uma reportagem narrando que a advogada Ana Cristina Bolsonaro, ex-esposa de Jair Messias Bolsonaro, candidato à presidência da República, fez várias acusações contra o ex-marido em ação judicial datada de 2008, época logo após a separação do casal.

O título da notícia (8) também evidencia Bolsonaro como objeto-de-discurso, fazendo com que ele fique disponível na memória do leitor para retomadas no corpo da notícia. É interessante perceber que, no título, outros dois objetos-de-discurso são introduzidos, “Ex-mulher” e “revista”, com termos não específicos, mantendo a relevância sobre a figura do político. Aliás, no excerto do *corpus*, temos justamente a expressão o presidenciável que, na categoria de anáfora indireta, recategoriza Bolsonaro.

No primeiro parágrafo do recorte da notícia (8), A Gazeta reproduz a citação da advogada na qual ela nega à Veja as acusações contra Bolsonaro, feitas em 2008. Ao enunciar “Quando você está magoado, fala coisas que não deveria”, o ato de fala de Ana Cristina é de arrependimento ou de pedido de desculpas. Dessa forma, ao reconhecer que agiu sob mágoa, Ana Cristina preserva a face positiva de Bolsonaro, e ameaça a própria face positiva.

Por outro lado, a Veja e A Gazeta ameaçam a face positiva de Cristina ao relembrar os autos da ação de 2008 ao público em plena época de campanha eleitoral. Conforme informa o texto noticioso, além de Bolsonaro, candidato à presidência da República, Ana Cristina, que inclusive usa o sobrenome do ex-marido, é candidata a deputada federal.

⁸⁷ Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/brasil/ex-mulher-acusou-bolsonaro-de-furto-de-cofre-e-agressividade-diz-revista-0918>>. Acesso em 26 de jul. 2021.

Se considerarmos toda a extensão da notícia, conforme publicada e disponibilizada no site, entendemos que a Veja e A Gazeta estão sendo invasivos quanto à esfera privada, portanto impolidos, pelo detalhamento das acusações constantes do auto de Cristina contra Bolsonaro, há mais de dez anos. A notícia informa que, procurado pela Revista Veja, “Bolsonaro não quis se manifestar”.

O termo “bastidores” está empregado no modo Retórico ou Sofista, um estilo de redação do jornalismo em que a expressão tem sentido cristalizado, ou seja, o termo não está vinculado a um enunciado de fonte *off*. Dessa forma, a expressão se enquadra na definição de bastidores como discurso eloquente. No entanto, se “bastidores” não foi empregado com a finalidade de desqualificar o objeto-de-discurso, o título da notícia o faz diretamente.

Tendo em vista o cenário eleitoral, percebemos a manipulação de notícias da mídia no sentido de resgatar fatos antigos da esfera particular de candidatos da envergadura de Bolsonaro e sua ex-mulher sem nenhuma novidade aparente no fato que justificasse essa atualização. Essa manipulação qualifica o ato do jornalista como descortesia, mesmo que involuntária.

O contexto eleitoral dessas notícias lembra a afirmação de Martino de que “As interações políticas na internet nem sempre se caracterizam pela democracia; discussões sobre temas de interesse público muitas vezes perdem seu foco, tornando-se espaços de disputas e intrigas pessoais” (MARTINO, 2014, p. 90).

E mais, lembramos que, conforme Souza, sobre o jornalismo paira a acusação de se valer do “desconhecimento da população” - produto da distorção sistemática que a própria mídia ajuda a produzir - para manipular a sociedade conforme seus interesses, entre os quais os políticos e econômicos (SOUZA, 2019, p. 241).

Por sua vez, Martins (2005, p. 90) chama a atenção para a cobertura política em época de eleição afirmando: “O importante é cobrir os acontecimentos da campanha com equilíbrio e rigor, compreendendo que a sociedade está dividida e o agudo choque de

opiniões é inevitável. [...] A melhor cobertura eleitoral é aquela em que, ao final, todos os candidatos estão igualmente aborrecidos conosco”.

NOTÍCIA (23) – Ameaça da face negativa do governo de Jair Bolsonaro

Título da Notícia	Governo define que estatais submetam propagandas a análise do Planalto
Data / hora de publicação	26/04/2019, 17h57min

[...]

Anteriormente, eram submetidos à análise do Palácio do Planalto apenas publicidades de empresas estatais de perfis institucional e de utilidade pública.

As propagandas mercadológicas, ou seja, que têm como objetivo alavancar vendas ou promover produtos e serviços, não passavam pela chancela do Poder Executivo.

Nos bastidores, assessores presidenciais reconhecem que a mudança pode ser questionada juridicamente, uma vez que ela pode representar uma interferência indevida em empresas de capital misto, como a Petrobras.

A inclusão das propagandas mercadológicas foi uma orientação do presidente após ele ter se irritado e censurado anúncio televisivo do Banco do Brasil, no qual atores representavam a diversidade racial e sexual do país.

[...]

Fonte: A Gazeta Online⁸⁸

A notícia (23), sob o título “Governo define que estatais submetam propagandas a análise do Planalto”, foi publicada em 26 de abril de 2019, às 17h57min, sem informação de jornalista responsável, indicando procedência externa, o que, de fato, pode ser verificado na disponibilidade do mesmo título em vários portais jornalísticos. O fato noticiado é a orientação recebida pelas estatais do Governo para que todas as ações publicitárias, inclusive as mercadológicas, tenham aprovação prévia da Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal, o que acontecia somente no caso de publicidade institucional ou de utilidade pública.

O título tem o termo Governo como referente, sendo retomado de forma explícita no fragmento da notícia por anáforas diretas, como Palácio do Planalto e Poder Executivo. Estas expressões levam à figura do chefe do Estado Brasileiro Jair Messias Bolsonaro cuja relação é percebida implicitamente nas anáforas indiretas assessores presidenciais, presidente, ele e se.

O emprego do termo “bastidores” na notícia (23) se encaixa nas categorias do *off* de Autoria Indeterminada e de Contraposição, ou seja, os “bastidores” denotam lugar de fala de um enunciador generalizado e de um lugar de fala contraditório, tendo em

⁸⁸ Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/politica/governo-define-que-estatais-submetam-propagandas-a-analise-do-planalto-0419>>. Acesso em 26 de jul. 2021.

conta que o *off* provém de aliados, assessores presidenciais, que reconhecem que a mudança que objetiva alinhar toda a publicidade do governo pode ser questionada juridicamente e, assim, sinalizam discordância das novas orientações. Dessa forma, os atos de fala percebidos nos “bastidores” de aliados são de discordância, autocrítica e admissão de erro.

Com relação à (des)construção de faces, entendemos que o *off* proveniente dos aliados ameaça a face negativa de Jair Bolsonaro, da mesma forma que o jornalista também o faz ao apurar a razão para a imposição da mudança no controle da publicidade: a irritação do presidente que censurou um “anúncio televisivo do Banco do Brasil, no qual atores representavam a diversidade racial e sexual do país”.

Portanto, apesar da polidez da enunciação do *off*, em reconhecer uma possível interferência indevida da parte do governo, podemos perceber que o termo “bastidores” foi empregado num ato de autocrítica ou autodescortesia, condição que nos faz concordar com Weber (2001, p. 109), quando afirma que “o poder é o instrumento inevitável da política” e com Araújo (2010, p. 32), que diz “a visibilidade mediática se dirige, muitas vezes, aos abusos de poder e aos agentes políticos que os protagonizam”.

NOTÍCIA (29) – Preservação da face positiva de Jair Bolsonaro

Título da Notícia	Fontenelle diz que foi cogitada para <u>governo Bolsonaro</u>: "Em breve"
Data / hora de publicação	19/07/2019, 10h48min

[...]

Nos bastidores, o papo é de que Fontenelle quer levar Bolsonaro para dar entrevista em seu canal, também. A ministra Damares Alves já foi entrevistada pela loira. Sem papas na língua, Antônia também criticou o descaso do governo Bolsonaro com a Cultura

Fonte: A Gazeta Online⁸⁹

A notícia (29), de autoria do jornalista Ricardo Medeiros, de A Gazeta, é composta de apenas três breves parágrafos, sendo o terceiro o recorte do *corpus*. Publicada em 19 de julho de 2019, às 10h48min, o texto noticioso aponta que a youtuber Antônia Fontenelle anunciou, em seu canal, que foi cogitada para compor a equipe do governo Jair Bolsonaro. Sendo assim, o título aponta dois objetos-de-discurso que

⁸⁹ Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/entretenimento/famosos/fontenelle-diz-que-foi-cogitada-para-governo-bolsonaro--em-breve-0719>>. Acesso em 26 de jul. 2019.

permanecerão ativados na mente do leitor para a leitura da notícia: “Fontenelle” e governo Bolsonaro.

O terceiro parágrafo, portanto, é iniciado justamente com a expressão “Nos bastidores”, com a categoria do *off* de Contraposição, ou seja, lugar de contradiscurso, como ato de fala para revelar a verdadeira intenção da apresentadora: “levar Bolsonaro para dar entrevista em seu canal”, além de sua autopromoção.

Antônia Fontenelle é recategorizada no parágrafo do *off* pelas expressões “loira” e “sem papas na língua”, o que desprestigia sua imagem perante o público leitor. Aliás, a notícia não traz a formação profissional de Fontenelle, o que é de praxe nas remissões do objeto-de-discurso em textos referenciais, como nas notícias, mas por três vezes usa a categoria “loira”, duas no texto noticioso e uma no subtítulo da notícia. Assim, entendemos que o *off* ameaça a face positiva de Fontenelle, ao passo que preserva a face positiva de Jair Bolsonaro.

Entendemos, assim, que os “bastidores” também se configuram num ato de descortesia de repreensão para com a youtuber. E, por fim, chama a atenção a questão da (ir)relevância da notícia, o que parece ilustrar a opinião de Araújo (2010, p. 75): “É consensual que a questão do interesse legítimo não é tida em consideração em campos de sensacionalismo ou entretenimento”.

NOTÍCIA (33) – Ameaça à face negativa de Marcelo Crivella

Título da Notícia	Duda Beat: "Tantos problemas no Rio e <u>Crivella</u> perseguindo o amor"
Data / hora de publicação	09/09/2019, 8h12min
Data / hora de revisão	09/09/2019, 14h22min
[...]	
Elba Ramalho, que também se apresentou no evento, não se manifestou no palco, mas nos bastidores também criticou a postura de <u>Crivella</u> . "Não gosto de falar de política, mas com tanto problema no <u>Rio</u> ele deveria se preocupar com outras coisas", afirmou a cantora paraibana.	
[...]	

Fonte: A Gazeta Online⁹⁰

O trecho em destaque é um recorte da notícia (33), publicada em 9 de setembro de 2019, que narra a cobertura do evento Coala Festival 2019, que aconteceu após a

⁹⁰ Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/entretenimento/famosos/duda-beat--tantos-problemas-no-rio-e-crivella-perseguindo-o-amor-0919>>. Acesso em 26 de jul. 2021.

tentativa do governo Crivella censurar obras literárias com temática LGBT em evento anterior, a Bienal do Livro do Rio. Vários artistas presentes no Festival criticaram o prefeito Marcelo Crivella. O título da notícia (33) se refere à crítica feita pela cantora Duda Beat, e o recorte da notícia se refere à crítica feita pela cantora Elba Ramalho. No título, salientamos a introdução do referente Crivella, o qual será retomado no excerto da notícia pela repetição de Crivella e pelo pronome referencial ele. Esse objeto de discurso também é ativado, indiretamente, pela anáfora indireta Rio, capital do Estado do Rio de Janeiro, da qual Crivella é, então, prefeito.

É curioso perceber que o termo “bastidores” assume uma ambiguidade, tendo em vista que a notícia utiliza vocabulário do campo semântico de shows e eventos, coexistindo, assim, os sentidos canônico e pragmático. Portanto, entendemos que o *off* de Elba Ramalho se deu por sua manifestação contrária a Crivella nos bastidores do palco, não no palco, como fez Duda Beat. Elba Ramalho, inclusive, justifica sua omissão no palco por não gostar de falar de política. No entanto, como “quem cala consente”, Elba, mesmo nos bastidores, posicionou-se contrária à censura do governado do Rio.

Assim, apesar de seu pronunciamento ser assumido, Elba Ramalho contradiz a si mesmo: não falou em público, mas falou em ambiente reservado, caracterizando o *off* na categoria de contradiscurso. Dessa forma, O *off* de Elba Ramalho ameaça a face negativa de Crivella e o ato de fala que provém do enunciado da cantora é de reprovação e crítica em relação à censura impetrada pelo governador do Rio. Seu ato é, portanto, de descortesia de repreensão.

NOTÍCIA (47) – Ameaça à face negativa de Luiz Henrique Mandetta

Título da Notícia	Direita 'racha' sobre <u>Mandetta</u> no Twitter, após crítica de <u>Bolsonaro</u>
Data / hora de publicação	03/04/2020, 17h02min
[...]	Publicamente, até então, <u>Bolsonaro</u> e <u>Mandetta</u> trocam elogios, ainda que nos bastidores já se sabia que a relação entre <u>os dois</u> estava ruim.
[...]	

Fonte: A Gazeta Online⁹¹

⁹¹ Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/brasil/direita-racha-sobre-mandetta-no-twitter-apos-critica-de-bolsonaro-0420>>. Acesso em 26 de jul. 2021.

A notícia (47) veiculada no portal A Gazeta Online está assinada pela Agência FolhaPress e foi publicada em 3 de abril de 2020, fazendo referência às personalidades políticas Jair Messias Bolsonaro, presidente, e Luiz Henrique Mandetta, ministro da saúde em exercício. Portanto, temos, no título, a introdução de dois referentes, Mandetta e Bolsonaro, os quais são retomados pelos mesmos termos, correferencialmente, e também pela anáfora encapsuladora os dois.

A notícia (47) é escrita com base na repercussão do embate entre Bolsonaro e Mandetta nas redes sociais. Aliás, no *corpus* de excertos de 80 notícias políticas, que evidenciam o *off*, o termo “redes sociais” faz parte dos fragmentos textuais de 6 notícias, (45), (60), (65), (69), (72), (80), demonstrando o quanto a internet e a interação virtual fazem parte da sociedade e dos campos político e jornalístico, em especial.

Sobre o fenômeno da interação política na internet, Martino defende que essas relações “nem sempre se caracterizam pela democracia; discussões sobre temas de interesse público muitas vezes perdem seu foco, tornando-se espaços de disputas e intrigas pessoais” (MARTINO, 2014, p. 90). Para Martino, “as mídias digitais provocam um apagamento progressivo das fronteiras entre o público e o privado, alterando o sentido e as possibilidades da democracia, em especial na complexidade das redes da internet” (MARTINO, 2014, p. 208).

O recorte do *corpus* emprega o termo “bastidores” na categoria do *off* de Contraposição, ou seja, lugar de contradiscurso do jornalista. O contexto da notícia evidencia uma crise política entre os referenciados, Bolsonaro e Mandetta, agravada por divergências em relação ao enfrentamento da pandemia do Covid-19, mas o recorte do *corpus* inicia afirmando que há entre eles um discurso político pacífico.

No entanto, o ato de fala dos “bastidores”, neste caso, do jornalista, tem força ilocutória de significar falsidade e jogo de interesse entre os interactantes, ou seja, os atos cortesios que praticam objetivam atenuar outras descortesias para o público. Sendo assim, entendemos que o jornalista, e não uma fonte anônima, ameaça a face positiva de ambos os referentes: Bolsonaro e Mandetta.

NOTÍCIA (48) – Ameaça à face negativa de Luiz Henrique Mandetta

Título da Notícia	"Estamos com <u>você</u> , <u>Mandetta</u> ", diz leitora após críticas de Bolsonaro
Data / hora de publicação	03/04/2020, 14h48min
[...]	
[...]	<u>Mandetta</u> preferiu não responder às críticas de Bolsonaro e afirmou a interlocutores que <u>seu</u> foco é no trabalho. Nos bastidores , <u>ele</u> teria afirmado que não pretende <u>se</u> demitir. "Um médico não abandona o paciente", <u>[Ø]</u> teria dito .
[...]	

Fonte: A Gazeta Online⁹²

A notícia (48), sem identificação de jornalista responsável, também se refere às personalidades públicas de Jair Messias Bolsonaro, Presidente, e de Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde, sendo publicada no mesmo dia da publicação da notícia analisada anteriormente, dia 4 de abril de 2020. O título faz a introdução referencial de Mandetta, havendo ainda anáfora direta pronominal você em posição antecedente ao referente. O objeto-de-discurso é retomado no excerto do *corpus*, por Mandetta, interlocutores, seu, ele e [Ø] – quando ocorre a elipse do termo correferencial. No caso, “interlocutores” faz uma retomada não referencial, tendo em vista ser necessário que o leitor faça a inferência de que se trata de aliados de Mandetta.

No título, o contexto da crise entre presidente e ministro é comentado por uma cidadã que se pronunciou nas redes sociais em apoio a Mandetta. Sobre esse envolvimento dos cidadãos na política através das redes sociais, Martino lembra que a política nas/das mídias digitais e da internet é um campo em pleno desenvolvimento. Segundo ele, “O envolvimento nas discussões fundamentais sobre os problemas da administração encontra, nos espaços da internet, modalidades particularmente expressivas, para o bem e para o mal” (MARTINO, 2014, p. 109).

O termo “bastidores” empregado no recorte da notícia (48) se enquadra nas categorias do *off* de Especulação e Boato e de Autoria Indeterminada, ou seja, lugar de fala de informação duvidosa e de enunciador generalizado. O ato de fala está inserido no contexto de que Mandetta teria afirmado a interlocutores que se recusa a responder às críticas de Bolsonaro, preferindo, outrossim, focar no trabalho. Outros enunciados

⁹² Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/fala-leitor/estamos-com-voce-mandetta-diz-leitora-apos-criticas-de-bolsonaro-0420>>. Acesso em 26 de jul. 2021.

de Mandetta em “bastidores” revelam que ele não tem intenção de pedir demissão pois, como médico, “não abandona o paciente”.

Considerando os enunciados de Mandetta, podemos dizer que os atos que ele profere dos “bastidores” são de determinação e coragem, mas também de insubordinação ao chefe da nação. Portanto, ao preferir não responder às críticas de Bolsonaro, Mandetta emprega ato de descortesia categorizada por Marlangeon (2017) como “silêncio esmagador”. Da mesma forma, ao se pronunciar para interlocutores nos “bastidores, assumindo ignorar as críticas do presidente, Mandetta ameaça a própria face negativa.

NOTÍCIA (51) – Ameaça às faces negativas de Jair Bolsonaro e de Luiz Henrique Mandetta

Título da Notícia	Núcleo duro do Ministério da Saúde diz que se <u>Mandetta</u> sair, sai junto
Data / hora de publicação	08/04/2020, 12h32min
[...] O movimento de "se sair, saímos juntos" tem sido reforçado nos bastidores [1] por parte dos secretários do <u>Ministério da Saúde</u> em meio à queda de braço entre <u>Mandetta</u> e <u>o presidente Jair Bolsonaro</u> . A frase é repetida sobretudo pelo secretário-executivo da pasta, João Gabbardo dos Reis, e pelo secretário de Vigilância, Wanderson Oliveira, ambos na linha de frente do combate ao novo coronavírus. [...] [...] Nos bastidores [2] , Oliveira também tem repetido que deixará o ministério caso <u>Mandetta</u> saia.	

Fonte: A Gazeta Online⁹³

A notícia (51) está assinada pela Agência FolhaPress e foi publicada em A Gazeta Online na data de 8 de abril de 2020, mas pode ser encontrada em outros portais de jornalismo digital. Conforme as notícias anteriores, (47) e (48), o recorte em análise faz referência ao presidente Jair Bolsonaro e ao Ministro da Saúde Luiz Henrique, incluindo ainda o secretário de Vigilância Wanderson Oliveira. O contexto político da notícia (51) continua sendo a crise sanitária do Covid-19 que repercutiu em crise política entre presidente e ministro da saúde.

O título da notícia (51) apresenta o referente Mandetta, que é recuperado diretamente duas vezes do excerto do *corpus* pelo mesmo nome. De forma indireta, o referente é reativado pela anáfora Ministério da Saúde, que é, no caso, a pasta que Mandetta

⁹³ Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/brasil/nucleo-duro-do-ministerio-da-saude-diz-que-se-mandetta-sair-sai-junto-0420>>. Acesso em 27 de jul. 2021.

representa. O presidente Jair Bolsonaro é citado pelo *off* no *corpus*, tornando-se também um novo referente, embora não haja novas retomadas no excerto.

Os empregos dos termos “bastidores” se enquadram na categoria do *off* de Arena, ou seja, território contra opositores. No primeiro emprego, “bastidores” evidencia um ato de fala de insurreição e de ameaça. Em outras palavras, entre aliados do governo no Ministério da Saúde, há um movimento que se opõe ao presidente Jair Bolsonaro, em defesa de Mandetta, e que ameaça deixar o Ministério se Mandetta sair. No segundo emprego do termo “bastidores”, Wanderson Oliveira também condiciona sua continuidade no Ministério à permanência de Mandetta.

Portanto, os atos de fala se configuram como atos de descortesia de repreensão. Por fim, em relação à (des)construção de faces sociais, entendemos que o termo “bastidores”, como empregado, contribui para ameaçar as faces negativas de Mandetta e demais secretários do Ministério de Saúde que apoiam o ministro, conforme as declarações que o *off* evidenciou.

NOTÍCIA (54) – Ameaça à face negativa de Jair Bolsonaro

Título da Notícia	“'Eu teria cortado a cabeça dele', diz Onyx sobre <u>Mandetta</u> ”
Data / hora de publicação	09/04/2020, 19h23min

O ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni (DEM-RS), e o deputado federal Osmar Terra (MDB-RS) discutiram, na manhã desta quinta-feira (09) a saída do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. Em conversa divulgada pela CNN Brasil, Onyx diz que não fala com Mandetta há dois meses e que, se estivesse na cadeira do presidente Jair Bolsonaro, teria “cortado a cabeça” dele após a reunião no Palácio do Planalto na segunda (06).

No diálogo, Terra se propõe a ajudar na saída do ministro da Saúde. O deputado, que também é médico, defende a flexibilização do isolamento social e o uso da hidroxicloroquina no tratamento da covid-19, mesmo ainda sem pesquisas conclusivas sobre a eficácia e efeitos colaterais [*sic*] do medicamento. Por se tornar uma voz contrária a Mandetta e alinhado ao que deseja o presidente, Terra **passou a ser cotado** para chefia a [*sic*] Saúde.

A conversa indica que, apesar dos esforços da ala militar para estabelecer uma trégua entre Bolsonaro e Mandetta, a fritura do ministro da Saúde segue em alta **nos bastidores por seus pares e auxiliares do presidente** alinhados à ala ideológica.

[...]

Fonte: A Gazeta Online⁹⁴

A notícia (54), de autoria da Agência Estado e publicada em A Gazeta Online, na data de 9 de abril de 2020, às 19h23min, também pode ser encontrada em vários portais

⁹⁴ Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/brasil/eu-teria-cortado-a-cabeca-dele-diz-onyx-sobre-mandetta-0420>>. Acesso em 26 de jul. 2021.

jornalísticos. Da mesma forma que nas notícias anteriores, a notícia (54) relata novos fatos em torno da crise político-sanitária da Covid-19, na qual contracenam o presidente, Bolsonaro, e o ministro da Saúde, Mandetta. Nesta notícia, porém, Onyx Lorenzoni, ministro da Cidadania, rouba a cena com declarações de ojeriza ao ministro da Saúde, sendo que um desses enunciados lhe dá destaque no título da notícia (54).

Aliás, esta notícia é um bom exemplo do que Goffman ([1959] 1975) afirma com relação ao comportamento próprio dos atores em representação, na “região de fachada”, em que a suspeita e a demonstração de autoridade são notadas. No entanto, nesta notícia, o desejado tom de formalidade na região de fachada é substituído pelo linguajar informal e até desrespeitoso dos atores, no caso, do ministro da Cidadania, Lorenzoni, sobre "cortar a cabeça" do ministro da Saúde, Mandetta.

Apesar do aparente protagonismo de Lorenzoni na notícia, mediante o título, elegemos como personalidade pública de análise [Mandetta](#), no caso, objeto-de-discurso, antecipado anaforicamente pelo pronome dele. E, assim, o referente [Mandetta](#) será retomado, no excerto da notícia, por várias expressões correferenciais, como: ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta e Mandetta. Outras formas referenciais indiretas são percebidas: também é médico, quanto à profissão de [Mandetta](#), e Saúde, em referência ao Ministério da Saúde, comandado por [Mandetta](#).

No primeiro parágrafo, lide da notícia (54), temos dois hiperlinks, marcados em azul, que, a gosto do leitor, podem conduzi-lo para outras notícias anteriores que vão recapitulando os fatos passados em torno da crise entre Bolsonaro e Mandetta. O primeiro hiperlink, com o nome do ministro da Saúde, leva ao resultado da busca pelo nome de Mandetta em todas as notícias do portal A Gazeta Online. Já o segundo hiperlink, informa detalhes sobre a reunião do Palácio do Planalto ocorrida em 6 de abril, quando Mandetta anunciou que continuaria no cargo, depois de afirmar que suas gavetas já tinham sido esvaziadas para deixar o Ministério da Saúde.

O termo “bastidores” foi empregado no modo Arena, indicando território contra opositores, evidenciando atos de fala de crítica, divisão, intolerância e autoritarismo. Chama a atenção um ato à parte: do jogo premeditado de “fogo amigo” pois, nos

“bastidores”, “apesar dos esforços da ala militar [...], a fritura do ministro da Saúde segue em alta”. Essa beligerância evidencia ato de descortesia de repreensão por parte dos pares e auxiliares do presidente Jair Bolsonaro.

Chama a atenção ainda o jargão “fritura” no jornalismo. A expressão é empregada também na notícia (69), com respeito à “fritura da atriz” Regina Duarte, titular da Cultura. Martins (2005, p. 100) relaciona “fritura” a “luta nos bastidores entre os que querem ganhar posições e os que temem perdê-las”. E descrevendo o comportamento nessa arena, o autor cita alguns atos de fala percebidos nas análises desta pesquisa:

As vítimas potenciais, sentindo a fritura, têm os comportamentos mais disparatados: algumas lutam com unhas e dentes para se manter nos cargos; outras mandam recados de que, se forem substituídas sairão atirando [...]. Em suma, nesses momentos vem à tona toda a miséria humana que alimenta a luta pelo poder: a arrogância, a ambição, a bajulação, a paranóia, a covardia, a intriga, a vaidade, a deslealdade, a abulia etc. Não é um espetáculo dignificante (MARTINS, 2005, p. 100-101, grifo nosso).

Portanto, pelas informações contidas na notícia (54) e pela forma como se deu o emprego do termo “bastidores”, entendemos que o jornalista ameaça a face negativa de Jair Bolsonaro, tendo em vista que a notícia explicita seu autoritarismo, e vários atores que, com ele, articulam a saída de Mandetta, em especial o ministro Onyx Lorenzoni e o deputado federal Osmar Terra pelo destaque que têm na notícia (54).

NOTÍCIA (62) – Preservação da face positiva de Jair Bolsonaro

Título da Notícia	Centrão assume defesa de <u>Bolsonaro</u> e nega clima de impeachment
Data / hora de publicação	25/04/2020, 12h06min

Destoando até de tradicionais apoiadores de Jair Bolsonaro que, nesta sexta-feira (24), manifestaram críticas, **o centrão assumiu** a linha de frente da defesa do presidente da República e diz não haver, por ora, clima para impeachment.

[...]

Em linhas gerais, **a maioria afirma** também que a crise aberta agora com a demissão de Sergio Moro reforça a necessidade de uma aliança em torno do presidente.

[...]

No início do governo Bolsonaro, **o centrão participou** de articulações para retirar das mãos de Moro o comando do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e esvaziar o projeto com medidas de endurecimento de leis penais conhecido como pacote anticrime, proposto pelo ministro.

Agora, alguns desses políticos questionam **nos bastidores** as declarações feitas por Moro ao anunciar sua saída do governo - indício de que o bloco está disposto a rebater o ex-juiz para dar respaldo político a Bolsonaro.

[...]

Fonte: A Gazeta Online e o O Tempo⁹⁵

⁹⁵ Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/politica/centrao-assume-defesa-de-bolsonaro-e-diz-nao-haver-clima-para-impeachment-1.2328929>>. Acesso em 27 de jul. 2021.

A notícia (62), publicada em 25 de abril de 2020 e selecionada para o *corpus* estava indisponível no site de A Gazeta, à época da análise, motivo pelo qual inserimos o link de localização da mesma notícia, com variação mínima apenas no título, publicada pelo portal jornalístico O Tempo, de Belo Horizonte (MG), na data de 24 de abril, às 18h22min, informando a autoria da Agência FolhaPress. Em ambos os títulos, o referente de análise é Bolsonaro, que vai sendo retomado diretamente, no corpo da notícia, pelas seguintes anáforas: Jair Bolsonaro, presidente da República, presidente, governo Bolsonaro, governo e Bolsonaro, mantendo-se a correferencialidade.

Segundo aponta o texto noticioso, o centrão, grupo de líderes partidários das siglas PP, PL, Republicanos, PTB, Solidariedade e PSD (esse último nega fazer parte oficialmente), se une ao presidente para apoiá-lo quando seu governo passa por mais uma turbulência: a saída do ministro da Justiça Sergio Moro, as consequentes críticas de aliados e os pedidos de impeachment de opositores. Neste sentido, o jargão político “centrão” exerce, no texto, uma função de anáfora encapsuladora.

O parágrafo noticioso que emprega o termo “bastidores” o faz na categoria do *off* de Arena, ou seja, território de aliados contra opositores. Os atos de fala que decorrem desse emprego são de aliança, jogo político, e até reviravolta, tendo em vista que o centrão é caracterizado por partidos que não se identificam plenamente nem com as ideologias dos partidos de esquerda e nem de direita, mas passam a assumir, neste momento, apoio ao presidente Bolsonaro, de extrema direita.

O mesmo parágrafo aponta indícios de que o centrão, para dar respaldo político ao presidente, está disposto a questionar declarações feitas por Moro e “rebater o ex-juiz”, o que nos leva a categorizar tais atos como de descortesia de repreensão. Assim, entendemos que o *off*, tal como empregado nesta notícia, preserva a face positiva de Jair Bolsonaro, ao passo que ameaça a face positiva de Moro.

NOTÍCIA (63) – Preservação da face positiva de Sergio Moro

Título da Notícia	<u>Moro</u> tem 'bancada' suprapartidária na Câmara e no Senado
Data / hora de publicação	28/04/2020, 9h49min

[...]

Sonho de consumo de siglas de centro-direita sem um candidato reconhecido nacionalmente, Moro não deve ser assediado apenas pelo Podemos. No ano passado, circulou **nos bastidores** um aceno do Republicanos, mas a legenda está em aproximação com o Planalto e aceitou abrigar os filhos do presidente, o senador Flávio Bolsonaro (RJ) e o vereador pelo Rio Carlos Bolsonaro. "Vamos ver os próximos capítulos", disse o deputado Marcos Pereira (SP), presidente do partido. Até a bancada do PSD chegou se unir em defesa de pautas de Moro no Congresso. Delações da Lava Jato, porém, atingiram tanto dirigentes do Republicanos quanto do PSD, o que pode enfraquecer o discurso do ex-juiz.

Enquanto esteve no governo, Moro desautorizou articulações sobre seu ingresso em qualquer partido. **Nas palavras de um aliado**, o ex-juiz "ficava apavorado com especulações dele na política", pois incendiavam o fogo amigo interno no governo. Assim como Moro aceitar [*sic*] virar ministro depois de, anos antes, descartar essa possibilidade, a cúpula do Podemos nutre a esperança de que o ex-juiz seja "contaminado pelo vírus da política".

[...]

Fonte: A Gazeta Online⁹⁶

A notícia (63), de autoria da agência Estado, foi publicada no portal A Gazeta Online na data de 28 de abril de 2020, às 9h49min. As personalidades públicas com relevância para a pesquisa são Jair Messias Bolsonaro e Sergio Moro, respectivamente, nesta notícia, presidente da República e ex-ministro da Justiça, num cenário em que as consequências da saída do ex-ministro ainda provocam turbulências políticas. Inclusive, segundo o título da notícia, "Moro tem 'bancada' suprapartidária⁹⁷ na Câmara e no Senado" e, segundo o texto noticioso, Moro está sendo assediado por partidos de centro-direita que o veem como um candidato "sonho de consumo".

Esse assédio é reforçado na informação de que "a cúpula do Podemos nutre a esperança de que o ex-juiz seja 'contaminado pelo vírus da política'", o que nos remete: inicialmente, a Weber (2001), quando expõe que a carreira política concede poder sobre outros e sobre a história, e esse poder que está categorizado na notícia pelo referente "vírus da política"; e também à pandemia da Covid-19 instalada em nível mundial, quando ficou muito bem demonstrada a alta capacidade de propagação

⁹⁶ Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/brasil/moro-tem-bancada-suprapartidaria-na-camara-e-no-senado-0420>>. Acesso em 27 de jul. 2021.

⁹⁷ Bancadas suprapartidárias são blocos de partidos distintos que formalmente se unem em torno de uma pauta em comum. São exemplos de bancadas suprapartidárias na política brasileira: a bancada feminina, a bancada ruralista, a bancada evangélica, entre outras.

desse vírus. Assim, o termo “vírus”, referente ao evento pandêmico, contribui na construção do sentido pretendido no enunciado.

Desde o título, portanto, temos inaugurado o objeto-de-discurso Moro, personalidade pública que vai ser retomada na notícia com anáforas diretas, como Moro, e por anáforas indiretas, como ex-juiz, em que o leitor deverá evocar conhecimentos prévios de que o referente abdicou de sua carreira de juiz para ser político, fazendo parte do governo Bolsonaro. No entanto, chama mais atenção a anáfora que abre o parágrafo do excerto, Sonho de consumo de siglas de centro-direita sem um candidato reconhecido nacionalmente, que recategoriza Moro, utilizando-se de uma expressão que traduz uma alta estima pelo referente e um desejo ou objetivo de fazer dele um candidato filiado a algum partido para as próximas eleições.

No primeiro parágrafo do recorte do *corpus*, o termo “bastidores” é empregado nas categorias do *off* de Conchavo e Vaguidão, tendo em vista que indicam um território de aliados e um lugar de fala com informação incipiente, um “aceno” de uma aliança, no passado, entre Moro e o Republicanos, o que não se concretizaria no presente porque o partido faz parte do centrão que atualmente assumiu apoio ao presidente.

Os atos de fala que depreendemos do enunciado do *off*, no primeiro parágrafo do *corpus*, são de especulações de aliança política com Moro. Esse jogo político de interesse dos partidos em torno de uma figura pública que reúne atributos para ser um bom candidato para as eleições presidenciais de 2022, o que desprestigia o presidente atual, caracteriza-se como descortesia com motivação cortês, tendo em vista que se pode atribuir essa preferência ao desejo de se eleger o melhor candidato para governar democraticamente o país, para o bem coletivo.

Desta forma, entendemos também que o *off*, conforme empregado nesta notícia política, preserva a face positiva do ex-ministro Sergio Moro enquanto figura de interesse político, apesar de ser desafeto do presidente Jair Bolsonaro e das “especulações dele na política” atíçarem “fogo amigo” na política brasileira, conforme palavras do *off* no segundo parágrafo do recorte do *corpus*.

NOTÍCIA (78) – Ameaça à face negativa de Abraham Weintraub

Título da Notícia	MEC revoga cotas para negros, indígenas e deficientes em pós-graduação
Data / hora de publicação	18/06/2020, 14h32min
<p>Prestes a ser demitido, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, revogou nesta quinta-feira (18) portaria que estipulava a reserva de vagas a negros, indígenas e pessoas com deficiência em programas de pós-graduação de instituições federais de ensino superior.</p> <p>A portaria estava em vigor desde maio de 2016, e fora editada ainda no governo Dilma Rousseff (PT). O texto previa que as universidades [sic] federais criassem sistemas de reserva de vagas para esses públicos em mestrados e doutorados.</p> <p>Interlocutores do MEC indicam que, nos bastidores, a revogação da medida era tratada como uma missão que Weintraub queria cumprir antes de deixar o o [sic] cargo, como um fato simbólico. Há expectativa de que ele saia do comando do MEC (Ministério da Educação) até o fim desta semana.</p> <p>[...]</p>	

Fonte: A Gazeta Online e CNN Brasil⁹⁸

A notícia (78), assim como a notícia (62), extraída do site A Gazeta Online, publicada em 18 de junho de 2020, estava indisponível à época da análise. Por esse motivo, inserimos o link de localização da mesma notícia, com preservação do título, mas com variação no texto noticioso, publicada pelo portal jornalístico CNN Brasil, indicando a autoria da jornalista Bia Gurgel, da CNN de Brasília (DF), também na data de 18 de junho de 2020, às 9h13min, com revisão na data de 19 de junho de 2020, às 7h54min.

A personalidade objeto-de-discurso na notícia (78) é Abraham Weintraub, ministro da Educação. No entanto, sua primeira aparição, no título, é através de uma anáfora indireta, **MEC**, tendo em vista que não faz referência explícita à pessoa do ministro, mas sim à instituição que ele encabeça. Assim, o termo **MEC** é a introdução referencial que, adiante, de maneira formal, no lide, será retomada explicitamente como: o ministro da Educação e Abraham Weintraub.

O contexto da notícia é outra crise ministerial no governo Bolsonaro em que o ministro da Educação, na eminência de sua saída do comando do MEC, revoga uma portaria que estava em vigor desde 2016 e que garantia políticas públicas educacionais de inclusão de negros, indígenas e deficientes em programas de pós-graduação das instituições de ensino superior públicas, através de sistema de reserva de vagas. Essa notícia nos retoma à discussão sobre o necessário investimento em capital social positivo, o que não é percebido na instituição cujo ato excludente foi noticiado. “Os

⁹⁸ Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/06/18/mec-revoga-inclusao-de-negros-indigenas-e-deficientes-em-curso-de-pos-graduacao>>. Acesso em 27 de jul. 2021.

seres humanos são construídos por influência de instituições. [...] Pensemos na família, na escola ou no mercado de trabalho” (SOUZA, 2019, p. 41).

O termo “bastidores”, empregado na notícia (78), enquadra-se nas categorias do *off* de Especulação e Boato e de Autoria Indeterminada, vez que se mostra como lugar de fala de informação duvidosa e como lugar de fala de enunciador generalizado pela introdução referencial “interlocutores do MEC”, ou seja, o funcionalismo público lotado no Ministério da Educação, subordinado, então, ao ministro Weintraub.

Porém, o ato de fala do referente “interlocutores do MEC”, na condição de fonte *off*, em relação ao outro referente, ministro da Educação, é de que a revogação da medida é uma afronta, uma intransigência pessoal, do ministro, tendo em vista que a revogação da medida que beneficiava brasileiros historicamente desassistidos em políticas sociais era tratada como uma “missão” e “um fato simbólico” que Weintraub queria cumprir antes de deixar o Ministério.

Portanto, caracterizamos o ato de fala da fonte *off* como descortesia de repreensão. Da mesma forma, entendemos que o *off* ameaça a face negativa de Weintraub que, na autoridade que o cargo lhe confere, age livremente, sem sofrer imposição, embora o *off* também revele que “há expectativa de que ele saia do comando do MEC” naquela mesma semana.

NOTÍCIA (79) – Ameaça à face positiva de Jair Bolsonaro

Título da Notícia	De "rachadinha" a fantasmas, conheça investigações que envolvem o entorno de <u>Jair Bolsonaro</u>
Data / hora de publicação	18/06/2020, 11h21min

[...]

No episódio envolvendo o porteiro do caso Marielle, o presidente chegou a insinuar que o ocorrido era parte de um plano do governador Wilson Witzel (PSC-RJ).

Antes aliados, os dois viraram inimigos políticos desde o final do ano passado. A partir disso, **nos bastidores**, Bolsonaro reclamava de que o adversário não virava alvo de investigações.

[...]

Fonte: A Gazeta Online⁹⁹

⁹⁹ Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/brasil/de-rachadinha-a-fantasmas-conheca-investigacoes-que-envolvem-o-entorno-de-jair-bolsonaro-0620>>. Acesso em 27 de jul. 2021.

A Agência FolhaPress é a autoria informada para a notícia (79), publicada no portal A Gazeta Online no dia 18 de junho de 2020, às 11h21min. As personalidades públicas que se destacam no texto noticioso são Jair Messias Bolsonaro, presidente, e Wilson Witzel, governador do Estado do Rio de Janeiro.

O título estreia o objeto-de-discurso Jair Bolsonaro. No *corpus* noticioso, esse referente é retomado, correferencialmente, pelas anáforas o presidente e Bolsonaro. No entanto, outros dois termos fazem uma referência rotuladora, recategorizando tanto Bolsonaro quanto Witzel, na condição de objetos-de-discurso: antes aliados e inimigos políticos. A anáfora encapsuladora os dois confirma essa relação.

O contexto que envolve os fatos é que, conforme lide da notícia (79), não disponibilizado no *corpus*, é a prisão do policial militar aposentado, Fabrício Queiroz, ex-assessor do senador e filho de Bolsonaro, Flávio Bolsonaro, e também amigo do presidente da República.

Como é comum na prática jornalística, a notícia (79) objetiva reunir todos os fatos que se conectam e contribuem para o desfecho da prisão de Queiroz, investigado por supostamente participar do esquema de “rachadinha”¹⁰⁰ na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, no gabinete do deputado estadual à época Flávio Bolsonaro e que, assim, envolvem também o presidente Jair Bolsonaro. Essa é a razão do título “De ‘rachadinha’ a fantasmas, conheça investigações que envolvem o entorno de Jair Bolsonaro”.

No primeiro parágrafo do excerto colhido para o *corpus*, o texto noticioso salienta um episódio que demonstra desconfiança do presidente Bolsonaro em relação a Wilson Witzel. Já o segundo parágrafo afirma que Bolsonaro e Witzel eram “aliados”, mas que se tornaram “inimigos políticos”. O termo “bastidores” está empregado na categoria do *off* de Arena, ou seja, território contra opositores.

¹⁰⁰ O esquema de “rachadinha” é uma prática criminosa – improbidade administrativa e corrupção – de desvio de salários de assessores, em que funcionários contratados são obrigados a devolver parte de seus salários a parlamentares ou secretários para os quais prestam serviços em cargos comissionados.

Os atos de fala que emanam da força ilocutória dos enunciados do *off* são de acusação e de jogo político, tendo em vista a manifestação de uma acusação indireta do presidente, entendida como reclamação, porque Witzel, seu adversário, outrora aliado, “não virava algo de investigação”.

Portanto, o *off* “dos bastidores” caracteriza uma descortesia de repreensão e caracteriza também ameaça à face positiva de Bolsonaro, tendo em vista que, como político, ele preza por uma imagem ilibada, aprovada por todos, e Witzel, conforme a notícia, alimenta no presidente desconfianças que ameaçam sua face positiva.

Na tentativa de fazer um fechamento das análises desta seção, organizamos a Tabela 11, na qual podemos observar as intenções dos enunciados do *off* que contém o termo “bastidores”, em relação à imagem das pessoas públicas às quais se referem:

TABELA 11 – Síntese dos “bastidores” e trabalho de face no cenário nacional

Notícia	Personalidade pública	Emprego do termo “bastidores”	Trabalho de Face
(1)	Bolsonaro	jornalista	Ameaça à face negativa
(2)	Bolsonaro	<i>off</i>	-
(8)	Bolsonaro	jornalista	-
(23)	Governo	<i>off</i>	Ameaça à face negativa
(29)	Governo Bolsonaro	<i>off</i>	Preservação da face positiva
(33)	Crivella	outrem	Ameaça à face negativa
(47)	Mandetta e Bolsonaro	jornalista	Ameaça à face positiva
(48)	Mandetta	<i>off</i>	Ameaça à face negativa
(51)	Mandetta	<i>off</i> e outrem	Ameaça à face negativa
(54)	Mandetta	<i>off</i>	Ameaça à face negativa
(62)	Bolsonaro	<i>off</i>	Preservação da face positiva
(63)	Moro	jornalista	Preservação da face positiva
(78)	Weintraub	<i>off</i>	Ameaça à face negativa
(79)	Jair Bolsonaro	jornalista	Ameaça à face positiva

Fonte: Produção da autora

Na Tabela 11, podemos observar que, nas 14 notícias analisadas, há o predomínio de ameaça à face da personalidade pública pelos “bastidores” em nove notícias: (1), (23), (33), (47), (48), (51), (54), (78) e (79). Dessas nove notícias, a ameaça provém da fonte *off* em cinco: (23), (48), (51), (54) e (78), mas com casos de ameaça à face proveniente do próprio jornalista e de outrem. Nos casos das notícias (2) e (8), o resultado do trabalho de face não provém dos termos “bastidores”.

De igual forma, a Tabela 12, a seguir, objetiva sintetizar os resultados da análise do trabalho de face em todas as 22 notícias políticas que serviram a este subcapítulo para a demonstração da (des)construção de faces públicas. Antes, porém, lembramos novamente que o resultado da análise levando em conta especificamente o termo “bastidores” não define o resultado do trabalho de face de todo o texto noticioso, tendo em vista que a participação de outros atores sociais e seus respectivos enunciados também contribuem com a (des)construção da imagem dos referentes.

TABELA 12 – Síntese geral do trabalho de face nas 22 notícias analisadas

Notícia	Autoria do trabalho de face	Ameaça / Desconstrução		Preservação / Construção	
		Face Positiva	Face Negativa	Face Positiva	Face Negativa
(1)	Jornalista		Jair Bolsonaro		
(2)	Fonte off	Jair Bolsonaro			
(4)	Fonte off			Paulo Hartung	
(7)	Outrem	Renato Casagrande			
(8)	Jornalista	Jair Bolsonaro			
(10)	Fonte off			Renato Casagrande	
(12)	Fonte off		Ales, TJES, MPES/ Defensoria Pública		
(16)	Fonte off			Maurício Malta	
(23)	Fonte off		Governo Bolsonaro		
(29)	Fonte off			Jair Bolsonaro	
(33)	Outrem		Marcelo Crivella		
(38)	Fonte off				Renato Casagrande
(43)	Fonte off		Renato Casagrande		
(47)	Jornalista		Luiz Henrique Mandetta		
(48)	Fonte off		Luiz Henrique Mandetta		
(50)	Fonte off	Renato Casagrande			
(51)	Fonte off e outrem		Jair Bolsonaro e Luiz Mandetta		
(54)	Fonte off		Jair Bolsonaro		
(62)	Fonte off			Jair Bolsonaro	
(63)	Jornalista			Sergio Moro	
(78)	Fonte off		Abraham Weintraub		
(79)	Jornalista	Jair Bolsonaro			
Total		5	10	6	1
		68%		32%	

Fonte: produção da autora

As 22 notícias analisadas no capítulo 4 e organizadas na Tabela 12, acima, são representativas das 80 notícias reunidas no *corpus* e mapeadas no Apêndice A. Esse grupo de notícias tentou espelhar a realidade representada pela Tabela 9, que evidenciou a absoluta maioria de desconstrução de face (82%), se comparado ao trabalho de construção de face (18%). Certamente, a riqueza do fenômeno permitiria a expansão da análise. No entanto, pelo zelo de não tornar a pesquisa cíclica e exaustiva, entendemos que a análise apresentada cumpre o objetivo inicial desse estudo.

Nos resultados apontados pela Tabela 12, podemos observar a predominância pela ameaça e desconstrução de face (15 casos, somando 68%), contra 7 casos de preservação e construção de faces (somando 32%). Interessante observar os 10 casos de desconstrução de faces negativas, sendo 7 impetradas por enunciados do *off*: notícias (12), (23), (43), (48), (51), (54) e (78). Tal resultado reforça a teoria de Brown e Levinson (1987) de que a sociedade valoriza a face positiva e que a exposição da face negativa é uma forma de distorcer a imagem do referente, ou seja, de desvalorizá-lo perante a sociedade.

Feitas estas demonstrações do *corpus*, podemos chegar a algumas considerações finais sobre todo o percurso proposto por esta pesquisa para verificar como os enunciados da fonte *off* – personalidade ocultada pelo jornalismo – se projetam discursivamente em relação a outra personalidade com visibilidade pública e face exposta na notícia, (des)construindo sua imagem a partir do “dizer é fazer”, materializados também por estratégias de referência e (im)polidez linguística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

**“É ao tentar compreender o outro que podemos
começar a falar não só dele, mas sobretudo com ele.
Em outras palavras, é uma tentativa, sempre incompleta,
de buscar outros pontos de vista e entender que
nossa visão de mundo pode não ser a certa.
E que seguramente não é a única”
(MARTINO; MARQUES, 2018, p. 47)**

A epígrafe de Martino e Marques introduzem bem a conclusão desta pesquisa que, através do estudo convergente entre a Comunicação Social e a Linguística, objetivou compreender, na perspectiva dos estudos linguísticos mapeados pela Pragmática e pela Linguística Textual, a complexa dinâmica do emprego dos enunciados de fonte *off* pelo jornalismo político. Afinal, como pontuam Martino e Marques, a pesquisa nos coloca diante da alteridade e, assim, do devido cuidado ao rotular, categorizar, classificar:

A Alteridade [...] corre o risco de não ser vista como outra pessoa, igual ao pesquisador em suas diferenças, como o “objeto” de pesquisa, do qual se extrairão “dados” ou “discursos” para ser analisados com base em um “referencial teórico” que, de antemão, já desqualifica o outro: é parte de uma “classe social”, de uma “faixa etária”, de um “gênero” ou de uma “etnia” por exemplo. Isso leva a outra questão ética: classificar os outros é uma atividade que pode potencialmente reduzir a alteridade ao que nossas teorias e conceitos dizem sobre elas (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 209).

Em relação ao jornalismo político, a pesquisa evidenciou o que Martino afirmou: “Em um sentido estrito, pensando a política como aquilo que se relaciona com o Estado, os partidos e o governo, as mídias digitais tornaram-se um instrumento fundamental na sedimentação das relações entre essas instâncias e a sociedade” (MARTINO, 2014, p. 86). Esta é a razão que justifica o interesse científico e a reflexão crítica dos cidadãos sobre essas interações, tendo em vista a importância de tais instituições – o Estado e a mídia – para o cultivo do capital social positivo em prol de uma sociedade democrática, muito embora priorizem, respectivamente, o poder e o lucro (MARTINO; MARQUES, 2018).

Inclusive, sobre a ética que deve reger a relação entre jornalista e fontes, reconhecemos tanto a complexidade da dinâmica do *off*, bem como a importância dessa forma de acesso a informações que, em princípio, não estão acessíveis a jornalistas, por constituir território privativo de outrem. No entanto, se por um lado,

tem-se a vantagem desse acesso, mediante a legalidade do sigilo da fonte, por outro, a desvantagem está na relação jornalista e fonte *off* e/ou em cada uma das partes, vez que sobre os atos de jornalista e/ou fonte *off* pairam muitos questionamentos e suspeitas. Foi justamente considerando questionamentos e suspeitas sobre os atos da fonte *off* que essa pesquisa se organizou, pois, como bem apontam Martino e Marques:

A atividade da pesquisa nasce da subjetividade do pesquisador: temas e problemas de pesquisa surgem de algo que o perturba, incomoda ou atija sua curiosidade. A sensação de incômodo diante de algo costuma levar quem pesquisa a rever suas certezas e pode, justamente por isso, se tornar o tema de sua pesquisa (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 205).

Estudos anteriores (MARLOW, 2016) confirmaram e evidenciaram a cooperação entre jornalista e fonte *off*, mas revelaram estruturas discursivas do *off* numa proporção tal que, para além de informação sigilosa, seus enunciados pareciam servir a outros interesses. Era preciso, pois, estabelecer uma nova problemática e hipóteses de trabalho que fizessem uso de empatia com os outros e com o problema dos outros, pois também entendemos que “O afeto é uma dimensão fundamental da ética, uma vez que constitui um dos elementos presentes na construção de valores” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 58) também na pesquisa científica.

Por esta razão, mesmo transitando no polarizado e imprevisível terreno da política brasileira, através de um *corpus* composto de 80 notícias políticas do jornal A Gazeta Online, coletadas entre junho de 2018 e junho de 2020, identificamos as principais personalidades referenciadas, sendo o primeiro lugar absoluto de Jair Messias Bolsonaro, objeto-de-discurso em 42 notícias (52,50% do *corpus*), se comparado a 10 notícias (12,5% do *corpus*) do segundo colocado, Luiz Henrique Mandetta.

Dada a generosidade com que se observa o fenômeno do *off* nas notícias políticas, a pesquisa se deteve no jargão “bastidores” para selecionar as notícias, tendo sido contados 109 ocorrências do termo nas 80 notícias selecionadas. As notícias do *corpus* de A Gazeta Online também foram categorizadas conforme os modos do *Off*, com dados comparados aos resultados anteriores, com *corpus* de A Tribuna (MARLOW, 2016). Os resultados demonstraram maior índice (47%) no emprego do *off* nas notícias de A Gazeta nas categorias de Contraposição, Conchavo e Arena, se

comparados aos números de A Tribuna (27%), revelando que A Gazeta adota um perfil mais crítico na política em relação ao jornal concorrente.

A pesquisa procurou dialogar principalmente com autores da comunicação social e da linguística que poderiam contribuir com teorias e reflexões de ordem ético-moral e de aplicação prática, pois, por um lado, “A própria atividade linguística é vista como um ato político [...]. A linguagem, dentro de um campo, pode ser um elemento de desafio, e não apenas de aceitação” (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 190). E, por outro, a realização ético-moral dos indivíduos e das sociedades depende também de nossa habilidade de ter empatia (STEVENSON, 1997, apud MARTINO; MARQUES, 2018).

Além desse cenário político-jornalístico, esta pesquisa se inscreveu num contexto tecnológico, no qual o jornalismo precisou se acomodar e se reestruturar, assumindo uma nova identidade: jornalismo digital ou jornalismo online. Atrelado a isso, as práticas jornalísticas não ficaram imunes – e nem isentas – dos fenômenos de desinformação, ou seja, de divulgação ou compartilhamento de notícias falsas (UNESCO, 2019; MARTINO, 2014).

Como visto, os enunciados do *off*, de uma forma geral, reúnem características de informação duvidosa, sem comprovação da parte do remetente e sem contestação da parte do destinatário, cabendo ao jornalista essa responsabilidade de mediação e chegada. Essa mensagem é proveniente de um enunciador generalizado ou desconhecido do leitor e, portanto, conivente ou com o jornalista ou com seus próprios interesses. Tal premissa, inclusive, leva-nos a propor o termo *fake-off*, ou seja, a utilização indevida da face de uma fonte *off* em três situações: nos casos em que se enuncia informação *fake* na voz de uma fonte *off fake*, ou se veicula um *off* verdadeiro através de uma fonte *off fake* pela inconveniência do jornalista assumir o enunciado, ou há a má-fé de uma fonte *off* que enuncia falsamente.

A perspectiva sócio-cognitiva-interacional da Linguística Textual, que considera os fenômenos sociais e mentais para o estudo da comunicação humana, foi determinante para a compreensão de como a realidade, a interpretação, o sentido, são elementos construídos, negociados e transformados entre os participantes de uma interação. Ou

seja, o uso da língua pelos falantes é condicionado por diversas situações sociais, sobretudo na esfera virtual (KOCH, 2005; KOCH; MORATO; BENTES, 2013; LINS, 2013).

No caso específico deste trabalho, a partir dos atos de fala de um enunciador que tem a face protegida pelo anonimato legitimado pelo jornalismo, o que está sendo (re)interpretado, (des)construído, (des)valorizado ou (des)acreditado é a face do outro – uma personalidade pública – que, em Goffman, se apresenta como:

um personagem representado, não é uma coisa orgânica, que tem uma localização definida, cujo destino fundamental é nascer, crescer e morrer; é um efeito dramático, que surge difusamente de uma cena apresentada, e a questão característica, o interesse primordial, está em saber se será acreditado ou desacreditado (GOFFMAN, [1959] 1975, p. 231).

E para potencializar essa análise linguística, pesquisamos obras e estudos que favoreceram um olhar para o outro sob conceitos, como alteridade, empatia, ética e capital social positivo, valores tão determinantes para um convívio saudável e para o pleno exercício da democracia, pois

Quando começamos a tentar ver, no outro, um ser humano como nós, deixamos de classificar para compreender – isto é abandonamos uma interpretação unilateral da outra pessoa para vê-la mais próxima de nós, sem dissolver suas particularidades, mas enxergando alguém que também possui qualidades, defeitos, potencialidades (MARTINO; MARQUES, 2018, p. 47).

Os estudos pragmáticos empreendidos nesta tese também revelaram modos de dizer e fazer, evidenciando intenções e atuações discursivas que dão conta de promover ou desqualificar a imagem de outrem, em especial, considerando os enunciados da fonte *off*. No entanto, é preciso destacar a complexidade das interações e relações narradas nas notícias políticas a partir de um autor jornalista e das fontes *off* como “coautores” e personagens anônimos.

Portanto, interessou a esta pesquisa se debruçar sobre algumas questões, as quais passamos a retomar e a concluir, com base no desenvolvimento que se deu. Assim, assumimos que o falar materializado no *off* revela atos específicos que, devido sua força ilocutória, produzem efeito de construir realidades, firmar pontos de vista, formar opiniões e servem, na maioria das vezes, para desqualificar um referente e sua

imagem perante a sociedade. Dizemos na maioria das vezes com base nos dados quantitativos, mas percebemos que, em muitas das notícias analisadas, a informação do *off* não intencionava atentar contra a face alheia, embora o fizera por força do ato ilocutório e do efeito perlocutório.

Os números originados do mapeamento das 80 notícias políticas, no Apêndice A, para mensurar o trabalho de face pelo emprego do *off* demonstram que, considerando o universo de 107 ocorrências com o termo “bastidores”, 88 delas (82%) se prestaram a ameaçar a face da personalidade pública, comparados a 19 (18%) enunciados que preservaram a face do referenciado. Destas 80 notícias, 22 foram aleatoriamente escolhidas para análise, ao fim de que mantiveram nos números a predominância da desconstrução de faces (68%) se comparados aos casos de preservação de faces (32%).

No entanto, confirmamos também que a fonte *off*, de identidade protegida, evocada no noticiário político para pronunciar-se em relação a personalidades públicas, de faces expostas, não foi a única voz a fazer uso do termo “bastidores” para desconstruir a imagem do outro, numa posição de oponente. Observou-se, inclusive, casos de “*off* aliado” ameaçando a face de personalidades políticas, além de outros casos referentes da notícia e do próprio jornalista.

Como exemplos, citamos os dados referentes ao cenário nacional de Jair Messias Bolsonaro: Em seis notícias analisadas, houve duas ocorrências de preservação de face: notícias (29) e (62) pelo *off*; e houve quatro ameaças de face: notícias (1), (23), (51) e (79), de autorias do jornalista, de outrem e do *off*. Para efeito de demonstração dos resultados obtidos, na análise do cenário capixaba, citamos Renato Casagrande que, em cinco notícias analisadas, teve assim a face trabalhada: o político teve a sua face ameaçada em dois casos: por uma fonte *off* - notícia (50) - e por outrem - notícia (7). Já os casos de preservação de face pelo *off* foram apenas três: notícias (10), (38) e (43).

De fato, em muitas notícias analisadas, a fonte *off*, na sua condição de anonimato legitimado pelo jornalismo e, portanto, não questionado pela sociedade, assume

determinados atos discursivos (im)polidos que ao jornalista não convém deliberadamente assumir na notícia. Entendemos, inclusive, que o *off* é impolido por natureza, tendo em vista o caráter assimétrico e unilateral de uma face protegida enunciando sobre uma face pública exposta. No entanto, apesar de o *off* representar um enunciador essencialmente descortês, os atos de impolidez, nos termos dos “bastidores” também vieram do próprio jornalista ou de outros referentes na notícia política. Os dados da pesquisa demonstraram que, de 80 notícias políticas, apenas três continham atos de fala polidos: memória de um político já falecido (14); líderes de interesse de partidos para eleições municipais (26); e, novamente, homenagem ao nome de um político falecido (39).

E mais, afirmamos que o “falar é fazer” do *off*, com base na análise dos “bastidores”, comprova a tese da, digamos, “imparcialidade retórica” dos meios de comunicação, vez que não é observada de fato. Essa questão, inclusive, não é uníssona nem entre jornalistas e pesquisadores da área, pois tanto para a comunicação social quanto para a linguística, não há discurso neutro. Assim afirmamos que o princípio da imparcialidade da mídia é, para o jornalismo político brasileiro, uma condição que não se pode confirmar, pelo menos considerando as notícias políticas, os profissionais do jornalismo e suas fontes *off*, e as respectivas organizações envolvidas no *corpus* sob análise, inclusive A Gazeta Online.

Dessa forma, apesar de estar o enunciado da fonte *off* sob as lentes teóricas da linguística para se comprovar atos de fala de (des)construção de personalidades públicas, entendemos que a responsabilidade sobre as consequências desses atos deve ser imputada ao profissional do jornalismo. Entendemos que, na sua prática jornalística, e segundo seus valores e opiniões, é o jornalista que estabelece o fio narrativo da notícia, escolhendo o léxico e organizando o texto para a introdução de cada um dos personagens-referentes, sendo um deles, a fonte *off*, e administrando a relação entre eles, de forma a se construir um todo que, para além de informar, realiza-se também num ato de aprovar ou desaprovar, construir ou desconstruir.

Nos “bastidores” desta pesquisa, dentre as dificuldades enfrentadas na sua realização, podemos considerar os protocolos de enfrentamento à pandemia do

Covid-19, durante os anos de 2020 e 2021, que impediram a consulta de fontes bibliográficas de nosso interesse na Biblioteca Central da Ufes, bem como reduziram as possibilidades de encontros presenciais para estudos e orientação. Além disso, a realização desta pesquisa em condições de trabalho remoto trouxe também sua parcela de desafio e de administração de interesses e conflitos no lar que, repentinamente, precisou se adaptar a duas novas faces: ser escola e empresa, para atender às demandas de turnos ininterruptos de mãe, esposa, professora e pesquisadora.

Na pretensão da ampliação dos estudos ora concluídos, podemos sugerir a relação dos enunciados do *off* com a “a verdade enquanto produto de condições comunicativas” (SALOMÃO, 2013), no sentido de perceber o valor da verdade e do seu par oposto – a mentira – também como um conceito, como tantos outros, que sofrem a subjetivação do uso da linguagem e dos construtos mentais dos falantes e que, atualmente, compõe o conceito de pós-verdade.

Uma outra vertente de pesquisa possível, e complementar aos estudos da pós-verdade, é observar como o *off* pode interferir, positiva ou negativamente, para a propaganda política e para o marketing político dos candidatos a pleitos eleitorais, tendo em vista que a fonte anônima é, conforme Marlow (2016), enunciador cooperativo dos jornalistas nas notícias políticas.

Certamente, muitas são as possibilidades de, na complexidade do fenômeno do *off*, perceber e analisar comportamentos linguísticos entre enunciadorees com base em outros campos da Linguística, como a Análise do Discurso (AD) e a Análise Crítica do Discurso (ACD), ou mesmo com outras abordagens teóricas da Linguística Textual ou da Pragmática, como a relação do *off* com fenômenos de ciberviolência como um cancelamento sutil, ou com os estudos da interação polêmica, ou do ponto de vista.

Portanto, a presente tese alcançou, nas delimitações propostas, o seu objetivo de contribuir com os estudos da comunicação humana na percepção e análise dos atos de fala e de processos referenciais para a (des)construção da imagem pública de indivíduos, em enunciados de fonte *off* no noticiário político, com ênfase para o

emprego do jargão “bastidores” na produção de sentido: o resultado da pesquisa confirmou a tendência dos enunciados dos “bastidores” do *off* colocarem em prática projetos de dizer de ameaça à face de personalidades públicas, mas a preservação da face também foi observada. Ainda, a análise percebeu evidências de uma aproximação do *off* com fenômenos de desinformação e propôs o conceito de *fake-off*. E mais, a (des)construção da face alheia relacionada ao emprego do jargão “bastidores” também foi empreendida pelo jornalista e por outros referentes da notícia.

Dessa forma, apesar de estar o enunciado da fonte *off* sob as lentes teóricas da linguística para se comprovar atos de fala de (des)construção de personalidades públicas, entendemos que a responsabilidade sobre as consequências desses atos deve ser imputada ao profissional do jornalismo. Entendemos que, na sua prática jornalística, segundo a deontologia da profissão e seus valores e opiniões, é o jornalista que estabelece o fio narrativo da notícia, escolhendo o léxico e organizando o texto para a introdução de cada um dos personagens-referentes, sendo um deles a fonte *off*, e administrando a relação entre eles, de forma a se constituir em atos de fala que, para além de informar, também aprovam ou desaprovam uma personalidade pública.

Por hora, na condição de pesquisadora acadêmica, cidadã brasileira, o resultado da pesquisa nos proporcionou, com uma certa dose de perplexidade, compreender um pouco mais das intensas relações políticas codificadas pelo teclado da mídia. Certamente, as lentes da comunicação social e da linguística trouxeram luz e ampliaram o campo de visão do cenário político para que sejam possíveis outras leituras e para que a construção da realidade, sobretudo da face do outro, se dê para além dos antolhos da mídia e dos enquadres das telas dos computadores ou dos dispositivos móveis de acesso à internet.

REFERÊNCIAS

ADGHIRNI, Zélia Leal. O lugar do jornalismo na comunicação. **LÍBERO** - Ano IX - nº 17 - Jun 2006. Disponível em: <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/O-lugar-do-jornalismo-na-comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em 13 de jun. 2020.

A GAZETA. **Política de Privacidade A Gazeta**. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/privacidade>>. Acesso em 7 de mar. 2021.

ALENCAR, Claudiana Nogueira de. Pragmática cultural : uma visada antropológica sobre os jogos de linguagem. In: SILVA, Daniel do Nascimento e; FERREIRA, Dina M. M.; ALENCAR, Claudiana N. (Orgs.). **Nova Pragmática** : modos de fazer. São Paulo : Cortez, 2014, p. 78-100.

ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira. (Des)Cortesia verbal e conflito de opiniões em textos veiculados na mídia brasileira. In: SEARA, Isabel Roboredo (Dir.e e Coord.). **Cortesia: Olhares e (Re)Invenções**. Lisboa-Portugal : Chiado Editora, 2014, p. 381-402.

ARAÚJO, Arthur; SOUZA, Elaine Cristina Borges de. A filosofia da linguagem e a linguística. In: LINS, Maria da Penha Pereira; CAPISTRANO JUNIOR, Rivaldo; MARLOW, Rosani Muniz (Orgs.). **O lugar na Linguística** : percursos de uma (r)evolução. Vitória : PPGEL-UFES / GM Gráfica e Editora, 2019, p. 9-26.

ARAÚJO, Cláudia. **Os crimes dos jornalistas** : uma análise dos processos judiciais contra a imprensa portuguesa. Almedina : Coimbra – Portugal, 2010.

AUSTIN, John Langshaw. Performativo-constativo. In: OTTONI, Paulo. **Visão performative da Linguagem**. Apêndice. Traduzido por Paulo Ottoni. Campinas, SP : Editora da UNICAMP, 1998.

AVRITZER, Leonardo. Apresentação. In: THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade** : uma teoria social da mídia. Trad. Wagner de Oliveira Brandão; revisão da tradução Leonardo Avritzer. Petrópolis, RJ : Vozes, 1998

BARROS, Kazue Saito M. de. Perspectivas no estudo da polidez. In: CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; SEARA, Isabel Roboredo; GUARANHA, Manoel Francisco. (Org.).

Descortesia e cortesia : expressão de culturas. São Paulo : Cortez, 2017, p. 359-374.

BASONI, Isabel Cristina Gomes. As tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) no escopo dos estudos linguísticos. In: LINS, Maria da Penha Pereira; CAPISTRANO JUNIOR, Rivaldo; MARLOW, Rosani Muniz. (Orgs.). **O lugar na Linguística** : percursos de uma (r)evolução. Vitória : PPGEL-UFES / GM Gráfica e Editora, 2019, p. 241-262.

BAUMAN, ZYGMUNT. **Identidade**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro : Zahar, 2005.

BENTES, Anna Christina; RIO, Vivian Cristina. A construção conjunta da referência em uma entrevista semimonitorada com jovens universitários. In: In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Chistina (Orgs.). **Referenciação e Discurso**. 2ª Ed. São Paulo : Contexto, 2013, p. 265-292.

BERTI-PINTO, Sonia Sueli; GUARANHA, Manoel Francisco. Debate eleitoral, um gênero polêmico: cortesia e descortesia como estratégias argumentativas. In: CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; SEARA, Isabel Roboredo; GUARANHA, Manoel Francisco (Org.). **Descortesia e cortesia** : expressão de culturas. São Paulo : Cortez, 2017, p. 311-325.

BLOMMAERT, Jan. Ideologias linguísticas e poder. In: SILVA, Daniel do Nascimento e; FERREIRA, Dina M. M.; ALENCAR, Claudiana N. (Orgs.). **Nova Pragmática** : modos de fazer. Tradução de Ive Brunelli. São Paulo : Cortez, 2014, p. 67-77.

BOCAYUVA, Pedro Claudia Cunca; VEIGA, Sandra Mayrink. **Novo Vocabulário Político**. Rio de Janeiro, Vozes, 1992.

BOURDIEU, Pierre. O jornalismo e a política. In: _____. **Sobre a televisão**. Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1997, p. 131-143.

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen. **Politeness**. Some universals in language use. Cambridge: CUP, 1987.

CAILLÉ, Alain. Capital social, reconhecimento e dádiva. In: MARQUES, Ângela; MATOS, Heloiza. **Comunicação e política**: capital social, reconhecimento e deliberação pública. São Paulo : Summus, 2011, p. 19-38.

CAMPOS, Darlan Silveira. **Nas ruas e nas redes**: estratégias de marketing político. Serra : Editora Soares, 2017.

CAPISTRANO JUNIOR, Rivaldo; ELIAS, Vanda Maria. A linguística textual e os estudos linguísticos. In: LINS, Maria da Penha Pereira; CAPISTRANO JUNIOR, Rivaldo; MARLOW, Rosani Muniz. (Orgs.). **O lugar na Linguística** : percursos de uma (r)evolução. Vitória : PPGEL-UFES / GM Gráfica e Editora, 2019, p. 97-120.

_____. **Referenciação, multimodalidade e humor em tiras cômicas do Gatão de Meia-Idade, de Miguel Paiva**. Campinas, SP : Pontes Editores, 2017.

CASTELLANO, Clara. Webjornalismo participativo e o resgate do debate político. In: MARQUES, Ângela; MATOS, Heloiza. **Comunicação e política**: capital social, reconhecimento e deliberação pública. São Paulo : Summus, 2011, p. 183-193.

COOK, Timothy E. O jornalismo político. Dossiê: "Mídia, Política e Democracia". **Revista Brasileira de Ciência Política** (6). Dez 2011, p. 203-247. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000200009>>. Acesso em 27 de mai. 2021.

CORTEZ, Suzana Leite. Referenciação e ponto de vista: constituição de instâncias discursivas para orientação argumentativa na crônica de ficção. In: In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Chistina (Orgs.). **Referenciação e Discurso**. 2ª Ed. São Paulo : Contexto, 2013, p. 317-338.

DASCAL, Marcelo (Org.). **Fundamentos Metodológicos da Linguística** : Pragmática: problemas, críticas, perspectivas da linguística. Volume IV Pragmática. Campinas, SP, 1982.

_____. **Pragmática e Filosofia da Mente I** : O pensamento na linguagem. Tradução de Rodrigo Borges de Faveri. Curitiba : Ed. UFPR, 2011.

FERRARI, Lilian. **Introdução à Linguística Cognitiva**. 1ª ed. São Paulo : Contexto, 2014.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo Digital**. E-book Google Digital, 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Manual da Redação**. São Paulo : Publifolha, 2001.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis : Vozes, [1959] 1975.

_____. **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, [1967] 2011.

GONÇALVES, João Batista Costa. Pragmática e ética: atos de fala e *ethos* discursivo. In: SILVA, Daniel do Nascimento e; FERREIRA, Dina M. M.; ALENCAR, Claudiana N. (Orgs.). **Nova Pragmática** : modos de fazer. São Paulo : Cortez, 2014, p. 308-322.

GRICE, Paul. Lógica e conversação. In: DASCAL, Marcelo (org.) **Fundamentos metodológicos da linguística**. vol. IV, Campinas : s. ed., 1982.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: TOMAZ, Tadeu da Silva (Org.). **Identidade e diferença** : A perspectiva dos Estudos Culturais. 15ª ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2014, p. 103-133.

ILARI, Rodolfo. Alguns problemas no estudo da anáfora textual. In: In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Chistina (Orgs.). **Referenciação e Discurso**. 2ª Ed. São Paulo : Contexto, 2013, p. 103-124.

JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi. Especificidades da referenciação metadiscursiva. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Chistina. (Org.) **Referenciação e Discurso**. 2ª Ed. São Paulo : Contexto, 2013, p. 33-52.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo, Ética e Liberdade**. 4ª Ed. Rev. e Atualizada. São Paulo : Summus, 2014.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Abordagem intercultural da polidez linguística: problemas teóricos e estudo de caso. In: CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; SEARA, Isabel Roboredo; GUARANHA, Manoel Francisco. (Org.). **Descortesia e cortesia** : expressão de culturas. São Paulo : Cortez, 2017, p. 17-56.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A construção dos sentidos no discurso: uma abordagem sociocognitiva. **Revista Investigações**, v. 18, n. 2, 2005. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/1478/1151>>. Acesso em 19 de jan. 2021.

_____. Como se constroem e reconstroem objetos-de-discurso. **Revista Investigações**, v. 21, n. 2, 2008, p. 99-114. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/1446/1123>>. Acesso em 19 de jan. 2021.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. Referenciação e orientação argumentativa. In: _____; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Chistina. (Org.) **Referenciação e Discurso**. 2ª Ed. São Paulo : Contexto, 2013, p. 33-52.

_____. O desenvolvimento da Lingüística Textual no Brasil. **D.E.L.T.A.**, Vol. 15, N.º ESPECIAL, 1999 (165-180).

KOIKE, Dale A. Os frames culturais na fala: expectativas para a (des)cortesia. In: CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; SEARA, Isabel Roboredo; GUARANHA, Manoel Francisco. (Org.). **Descortesia e cortesia** : expressão de culturas. São Paulo : Cortez, 2017, p. 57-92.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. Série Princípios: Rio de Janeiro, Editora Ática, 2005.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. Coordenação de tradução: Mara Sophia Zanotto. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Trad. Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre : Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMQ, 1999.

LEEZENBERG, Michiel. Em torno de uma abordagem prática em pragmática: tragédia grega em conversação impolida. Tradução de Adriana Carvalho Lopes. In: SILVA, Daniel do Nascimento e; FERREIRA, Dina M. M.; ALENCAR, Claudiana N. (Orgs.). **Nova Pragmática** : modos de fazer. São Paulo : Cortez, 2014, p. 43-66.

LEVINSON, Stephen C. **Pragmática**. Tradução de Luiz Carlos Borges e Aníbal Mari. São Paulo : Martins Fontes, 2007.

LINS, Maria da Penha Pereira; GONÇALVES, Lorena Santana. **O humor como discurso de prevenção**: o cartum sob a ótica da pragmática. Vitória: UFES, PPGEL, 2012.

_____; CAPISTRANO JÚNIOR, Rivaldo. Linguística Textual e Pragmática : uma interface possível. In: CAPISTRANO JÚNIOR, Rivaldo; _____. ELIAS, Vanda Maria. **Linguística Textual** : Diálogos Interdisciplinares. São Paulo : Labrador, 2017, p. 15-42.

MACHADO, Marcos Roberto. As marcas de articulação na (des)construção de identidades. In: LINS, Maria da Penha Pereira (Org.). **O que sabe e o que pode a Linguística Textual**. Vitória, ES : PPGEL/Ufes, 2009, p. 166-180.

MARLANGEON, Silvia Kaul de. Contribuições para o estudo da descortesia verbal. In: CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; SEARA, Isabel Roboredo; GUARANHA, Manoel Francisco. (Org.). **Descortesia e cortesia** : expressão de culturas. São Paulo : Cortez, 2017, p. 93-108.

MARLOW, R. M. **Cooperação em jogo no jornalismo? Uma análise da interação fonte off e jornalista**. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo.

_____. Territórios da pragmática na linguística. In: LINS, Maria da Penha Pereira; CAPISTRANO JUNIOR, Rivaldo; _____. (Orgs.). **O lugar na Linguística** : percursos de uma (r)evolução. Vitória : PPGEL-UFES / GM Gráfica e Editora, 2019, p. 121-148.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros Textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: _____. XAVIER, Antônio Carlos (Orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais**: Novas formas de construção de sentido. Rio de Janeiro, Lucerna : 2004, p. 13-67.

_____. **Referenciação e progressão tópica**: Aspectos cognitivos e textuais. Cad. Est. Ling., Campinas, 48(1):7-22, 2006.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais**: Linguagens, ambientes, redes. Petrópolis, RJ : Vozes, 2014.

_____.; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. **Ética, Mídia e Comunicação** : relações sociais em um mundo conectado. São Paulo : Summus, 2018.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo Político**. São Paulo : Contexto, 2005.

MARQUESI, Sueli C.; CABRAL, Ana Lúcia. Linguística Textual e Novas Tecnologias. In: SOUZA, Edson Rosa Francisco de Souza; PENHABEL, Eduardo; CINTRA, Marcos Rogério. (Orgs.). **Linguística Textual** : Interfaces e delimitações : homenagem a Ingedore Grünfeld Villaça Koch. São Paulo : Cortez, 2017, p. 476-508.

MORAES, Dênis de. **Crítica da Mídia & Hegemonia Cultural**. Rio de Janeiro : Mauad X : Faperj, 2016.

MORATO, Edwiges Maria. Linguística Textual e Cognição. In: SOUZA, Edson Rosa Francisco de Souza; PENHABEL, Eduardo; CINTRA, Marcos Rogério. (Orgs.). **Linguística Textual** : Interfaces e delimitações : homenagem a IngedoreGrünfeld Villaça Koch. São Paulo : Cortez, 2017, p. 394-430.

NOVAES, Pedro Luís Piedade. **Tutela do Direito de Sigilo da Fonte Jornalística** : doutrina e jurisprudência. Curitiba : Juruá, 2012.

OLIVEIRA, Jair Antonio de. A linguagem performativa do Jornalismo (contra fatos há argumentos). **LÍBERO** – São Paulo – v. 15, n. 30, p. 119-126, dez. 2012. Disponível em: <<http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/275>>. Acesso em 04 de jul. 2020.

_____. **“Impoliteness”** : Transgressão e Construção Identitária. BOCC, Portugal, 2009. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-impoliteness-oliveira.pdf>>. Acesso em 27 fev. 2021.

_____. **Pragmática & Comunicação**. Linguagem em foco Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE, V.2, N.2, 2010, p. 53-68.

OLIVEIRA, Roberta Pires de; BASSO, Renato Miguel. **Arquitetura da conversação**: teoria das implicaturas. 1ª ed. São Paulo : Parábola, 2014.

OTTONI, Paulo. John Langshaw Austin e a visão Performativa da linguagem. **D.E.L.T.A.**, 18:1, 2002 (117-143).

_____. **Visão Performativa da Linguagem**. Campinas, SP : Editora da UNICAMP, 1998.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. **As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática**. São Carlos: Claraluz, 2006.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Linguística Textual e Pragmática. In: SOUZA, Edson Rosa Francisco de; PENHAVEL, Eduardo; CINTRA, Marcos Rogério. (Orgs.). **Linguística Textual: Interfaces e delimitações: homenagem a Ingedore Grünfeld Villaça Koch**. São Paulo : Cortez, 2017, p. 233-257.

_____. **Nova Pragmática: fases e feições de um fazer**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

_____. A pesquisa política e socialmente compromissada em pragmática. In: SILVA, Daniel do Nascimento e; FERREIRA, Dina M. M.; ALENCAR, Claudiana N. (Orgs.). **Nova Pragmática : modos de fazer**. Prefácio. São Paulo : Cortez, 2014a, p. 101-126.

_____. Da arrogância cartesiana à “nova pragmática”. In: SILVA, Daniel do Nascimento e; FERREIRA, Dina M. M.; ALENCAR, Claudiana N. (Orgs.). **Nova Pragmática : modos de fazer**. Prefácio. São Paulo : Cortez, 2014b, p. 11-14.

RECUERO, Raquel. Discurso mediado por computador nas redes sociais. In: ARAÚJO, J.; LEFFA, V. (Orgs.). **Redes sociais e ensino de línguas: o que temos de aprender?** São Paulo: Parábola Editorial, 2016, p. 17-32.

_____. O capital social em rede: como as redes sociais na internet estão gerando novas formas de capital social. *Revista Contemporânea: comunicação e cultura*. V.10, n.03, set-dez 2012, p. 597-617.

RIBEIRO, R. J. Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme. **Tempo Social**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 189-195, 1999. DOI: 10.1590/S0103-20701999000100010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12300>. Acesso em 5 de dez. 2021.

ROCHA, Jorge. Fake. In: BRAMBILA, Ana (Org.). **Para entender as mídias digitais**. CREATIVE COMMONS. 2011, p. 137-138. Disponível em: <<https://www2.unifap.br/clauidiomarcio/files/2014/04/paraentenderasmidiassociais.pdf>>. Acesso em 27 abr. 2021.

RSF. **Classificação mundial da liberdade de imprensa 2020**. Disponível em: <<https://rsf.org/pt/classificacao%20>>. Acesso em 26 dez. 2020.

_____. **Oligopólios de mídia controlados por poucas famílias. A Repórteres sem Fronteiras e o Intervozes lançam o Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil**. 2017. Disponível em <<https://rsf.org/pt/noticia/oligopolios-de-midia-controlados-por-poucas-familias-reporteres-sem-fronteiras-e-o-intervozes-lancam>>. Acesso em 05 dez. 2021.

SALOMÃO, Maria Margarida. Razão, realismo e verdade: o que nos ensina o estudo sociocognitivo da referência. In: KOCH, Ingedore Villaça. Referência e orientação argumentativa. In: _____; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Chistina. (Org.) **Referenciação e Discurso**. 2ª Ed. São Paulo : Contexto, 2013, p. 151-168.

SANTIAGO, Luiz. O capital social nas organizações e as interações comunicacionais entre colaboradores e parceiros institucionais. In: MARQUES, Ângela; MATOS, Heloiza. **Comunicação e política: capital social, reconhecimento e deliberação pública**. São Paulo : Summus, 2011, p. 317-333.

SANTOS, Karla Cristina dos. Implicações da noção de sujeito na discussão da responsabilidade de fala. In: SILVA, Daniel do Nascimento e; FERREIRA, Dina M. M.; ALENCAR, Claudiana N. (Orgs.). **Nova Pragmática : modos de fazer**. São Paulo : Cortez, 2014, p. 287-307.

SEARA, Isabel Roboredo. Contributo para o estudo da (des)cortesia verbal: estratégias de atenuação e de intensificação nas interações. In: CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; _____; GUARANHA, Manoel Francisco. (Org.). **Descortesia e cortesia : expressão de culturas**. São Paulo : Cortez, 2017, p. 233-268.

_____ (Dir. e Coord.). **Cortesia: Olhares e (Re)Invenções**. Lisboa-Portugal : Chiado Editora, 2014.

SEARLE, John Rogers. **Os actos de fala** : Um ensaio de Filosofia da Linguagem. Livraria Almeida. Coimbra. Portugal, 1981.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias**: ações e estratégicas das fontes no jornalismo. Florianópolis : Combook, 2011.

SILVA, Daniel do Nascimento e; VERAS, Viviane. **Da teoria dos atos de fala à nova pragmática**: os legados de John L. Austin e Kanavillil Rajagopalan. Apresentação D.E.L.T.A. 323, 2016, p. 5-19.

_____; ALENCAR, Claudiana N.; FERREIRA, Dina M. M. Uma nova pragmática para antigos problemas. In: _____; _____; _____. (Orgs.). **Nova Pragmática** : modos de fazer. São Paulo : Cortez, 2014, p. 15-39.

_____; _____. Violência e significação: uma perspectiva pragmática. _____; _____. FERREIRA, Dina M. M. (Orgs.). In: **Nova Pragmática** : modos de fazer. São Paulo : Cortez, 2014, p. 259-283.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: TOMAZ, Tadeu da Silva (Org.). **Identidade e diferença** : A perspectiva dos Estudos Culturais. 15ª ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2014, p. 73-102.

SANTOS, Leonor Werneck dos. ReVEL na Escola: Referenciação. *ReVEL*, vol. 13, n. 25, 2015, p. 1-8. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br/files/725acb4415e9ddbde01a657826817ec3.pdf>>. Acesso em 20 de out. 2021.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão a Bolsonaro. Ed. Revista e Ampliada. Rio de Janeiro : Estação Brasil, 2019.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. Teoria da Relevância. Tradução de Fábio José Rauen e Jane Rita Caetano da Silveira. In: **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, v.5, n. esp.; p. 221-268, 2005.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade** : uma teoria social da mídia. Trad. Wagner de Oliveira Brandão; revisão da tradução Leonardo Avritzer. Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.

UNESCO. **Jornalismo, fake news & desinformação**: Manual para Educação e Treinamento em Jornalismo. Série UNESCO sobre Educação em Jornalismo [Recurso online], 2019. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647>>. Acesso em 26 de dez. 2020.

VALENTE, André. A descortesia como estratégia discursiva na linguagem midiática. In: CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; SEARA, Isabel Roboredo; GUARANHA, Manoel Francisco (Org.). **Descortesia e cortesia** : expressão de culturas. São Paulo : Cortez, 2017, p. 295-310.

VAN DIJK, Teun. Estudos multidisciplinares do discurso. Trad. de Maria Lúcia C. V. O. Andrade. In: SOUZA, Edson Rosa Francisco de Souza; PENHAVEL, Eduardo; CINTRA, Marcos Rogério (Orgs.). **Linguística Textual** : Interfaces e delimitações : homenagem a Ingedore Grünfeld Villaça Koch. São Paulo : Cortez, 2017, p. 94-121.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. Trad. Jean Melville. 2ª ed. São Paulo : Editora Martin Claret, 2001.

WEFFORT, Francisco C. **Formação do pensamento político brasileiro**: ideias e personagens. São Paulo : Ática, 2006.

ZAGO, Gabriela da Silva. *Trolls* e jornalismo no Twitter. **Estudos em Jornalismo e Mídia** - Vol. 9 Nº 1 – Janeiro a Junho de 2012. P. 150-163.

ZAMPONI, Graziela. Estratégias de construção da referência no gênero de popularização da ciência. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Chistina (Org.). **Referenciação e Discurso**. 2ª Ed. São Paulo : Contexto, 2013, p. 169-190.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

APÊNDICE B – TABELA DE RESUMO DAS NOTÍCIAS POLÍTICAS DO *CORPUS*

APÊNDICE C – MEMÓRIA DAS PERSONALIDADES PÚBLICAS REFERENCIADAS NO *CORPUS*

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

O Apêndice A organiza as 80 notícias do *corpus*, preservando data, horário de publicação, título e ordem dos parágrafos da notícia, bem como demais características dos textos coletados, conforme legenda abaixo, que informa também outras marcas que fazem parte da análise e que podem se sobrepor:

- trechos de hiperlink (**marcado em azul**);
- desvios da norma padrão e/ou erros de digitação (marcados com [sic]);
- supressão de lides, trechos e parágrafos desprezados na análise (marcados com [...]).
- expressões referentes aos “bastidores” do *off* (**marcadas em vermelho**);
- excertos indicativos dos objetos-de-discurso (introduções referenciais marcados com **bordas retangulares** e processos anafóricos marcadas com **sublinhados**).

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (1)	Categoria do Off / Bastidores	Faces Públicas	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
06/06/2018 09h32	De olho nas eleições, Bolsonaro tenta adiar julgamento no STF	6 Conchavo	Jair Messias Bolsonaro, Deputado Federal	> Bolsonaro (título) > O deputado federal Jair Bolsonaro > pré-candidato à Presidência > réu > ele > ela	Crítica Denúncia Reprovação Bastidores: Polidez do jornalista com propósito impolido (-4)	O <i>off</i> /jornalista ameaça a face negativa de Bolsonaro
	<u>O deputado federal Jair Bolsonaro (PSL-RJ), pré-candidato à Presidência, faz manobras de bastidores visando adiar, para depois das eleições, seu julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF). Réu em duas ações penais por ter dito, em 2014, para a deputada Maria do Rosário (PT-RS) que ela "não merecia ser estuprada por ser feia", ele tenta atrasar a decisão dos casos para depois de outubro.</u> [...]	Bastidores: Território de aliados	Maria do Rosário, Deputada Federal			

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (2)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
26/06/2018 10h24	Bolsonaro pede Magno em "casamento", mas senador diz que quer pensar	6 Conchavo	Jair Messias Bolsonaro, Deputado Federal e Pré-Candidato à Presidência	<ul style="list-style-type: none"> > Bolsonaro (título) > O deputado federal e pré-candidato à presidência Jair Bolsonaro (PSL) > suas últimas fichas > sua chapa > ex-capitão do Exército > a candidatura do Bolsonaro > a vitória de Bolsonaro > o deputado 	<p>Convite, Pedido de aliança política</p> <p>Bastidores: Descortesia involuntária (-2)</p>	O off/bastidores ameaça a face positiva de Bolsonaro
<p>O deputado federal e pré-candidato à presidência <u>Jair Bolsonaro (PSL)</u> está apostando <u>suas últimas fichas</u> na tentativa de trazer o senador Magno Malta (PR) como vice em <u>sua</u> chapa. A articulação, que já se arrasta desde o ano passado, enfrenta certa resistência do senador capixaba, que já teria recusado o convite em encontro com o <u>ex-capitão do Exército</u> na semana passada.</p> <p>[...]</p> <p>Nos bastidores, o partido já trabalha planos alternativos. Há conversas adiantadas com o PRB, que tem como pré-candidato à presidência o empresário Flávio Rocha, dono das lojas Riachuelo. Uma outra solução, mais caseira, seria a presidente Nacional Mulher <i>[sic]</i> do PSL, a pré-candidata a deputada federal Dayane Pimentel. A avaliação do PSL é que o perfil dela, que é professora na Bahia, poderia ajudar <u>Bolsonaro</u> a ter melhor penetração no Nordeste e entre as mulheres.</p> <p>[...]</p> <p>Procurados pela reportagem, o PR informou, por nota, que “a <u>candidatura do Bolsonaro</u> aliado ao Prático <i>[sic]</i> da República nos daria muita honra”. A sigla, porém, diz que a decisão cabe a Magno Malta e que o partido vai respeitar o que for determinado pelo diretório estadual e pela convenção nacional, marcada para o próximo dia 4 de agosto.</p>			Magno Malta, Senador	<ul style="list-style-type: none"> > Magno (título) > Senador (título) > o senador Magno Malta (PR) > o senador capixaba > Magno Malta > Magno > o senador 	<p>Revelação de confiança</p> <p>Esnobação Desdém</p>	O off ameaça a face negativa de Magno Malta
<p>No entanto, a pessoas próximas, Magno já teria confidenciado que deve mesmo seguir o caminho da reeleição. O senador tem debatido com amigos que acredita na vitória de <u>Bolsonaro</u>, mas que avalia que possa ser mais útil no Senado, caso o <u>deputado</u> vença a eleição presidencial.</p>			5 Contraoposição	2 Autoria Indeterminada		

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

<p>Aliados do senador confirmam que “uma mudança de cenário é improvável”.</p> <p>“Vice-presidente, vice-governador e vice-prefeito têm a mesma voz. Não mandam em nada”, teria dito o senador.</p>	<p>3 Vaguidão</p> <p>Bastidores: Território de aliados</p>			<p>Impolidez do off</p> <p>Impolidez de Magno Malta (-5)</p>	
---	--	--	--	--	--

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (3)	Categoria do Off / Bastidores	Faces Públicas	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
02/07/2018 16h41	Estamos próximos de acordos comerciais 'muito justos', diz Trump					
[...] [...] <u>O presidente americano</u> ameaça no bastidores [sic] sobretarifar as importações de carro do continente, em medida semelhante às importações de aço e alumínio. [...]		<p>1 Especulação e boato</p> <p>7 Arena</p> <p>Bastidores: lugar de fala duvidosa; Território de batalha</p>	Donald Trump, Presidente dos Estados Unidos da América	<p>> Trump (título)</p> <p>> O presidente americano</p>	<p>Crítica</p> <p>Denúncia</p> <p>Reprovação</p> <p>Bastidores: Impolidez de Trump (-7)</p>	O off ameaça a face negativa de Trump

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (4)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
17/07/2018 23h29	Assembleia acelera escolha de novo conselheiro do TCES	<p>2 Autoria Indeterminada</p> <p>6 Conchavo</p> <p>3 Vaguidão</p> <p>Bastidores [1]: Lugar de fala de enunciador impreciso; Território de aliados.</p> <p>Bastidores [2]: lugar de fala de informação incipiente</p>	<p>Paulo Hartung, Governador</p> <p>Rodrigo Coelho, Deputado Estadual e líder do governo na Assembleia Legislativa</p> <p>Valci Ferreira, Deputado Estadual</p>	<p>> Hartung > O governador > “a bênção de Hartung”</p> <p>> O “ungido” > A bola da vez > “ganhou a bênção de Hartung”</p> <p>> conselheiro afastado e preso > Ele pode perder o cargo</p>	<p>Aprovação Concordância Confirmação de favorecimento de aliados políticos</p> <p>Bastidores 1: Cortesia com propósito descortês (-4)</p> <p>Cobrança Vigilância</p> <p>Bastidores 2: Descortesia involuntária (-2)</p>	<p>O off preserva a face positiva de Hartung</p> <p>O Off ameaça a face positiva de Valci Ferreira</p>

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (5)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
29/08/2018 22h19	TSE deve julgar participação de <u>Lula</u> no horário eleitoral	2 Autoria Indeterminada	Luiz Inácio Lula da Silva, Ex-presidente	> Lula (título) > “ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do PT ao Palácio do Planalto”	Desaprovação Pré-julgamento	O off/ministros ameaçam a face positiva de Lula
	A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Rosa Weber, convocou para sexta-feira uma sessão extraordinária. A pauta oficial ainda não foi divulgada, mas ministros da Corte ouvidos pelo GLOBO informaram que, na ocasião, deverá ser julgado um pedido de liminar para que <u>o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do PT ao Palácio do Planalto</u> , seja impedido de participar do horário eleitoral. [...]	5 Contraposição		> Lula > ex-presidente	Boicote Punição Constrangimento	
	[...] Antes mesmo do PT ter apresentado o pedido de registro de <u>Lula</u> , ministros do TSE já diziam, nos bastidores , que estavam empenhados em definir ainda em agosto a situação do <u>ex-presidente</u> . O objetivo é evitar que o horário eleitoral gratuito no rádio e na TV comece com o quadro de candidatos indefinido. Para ministros do TSE , o processo eleitoral ficará conturbado se <u>o petista</u> aparecer no rádio e na TV pedindo votos – já que, ao final, <u>ele</u> será impedido de disputar a Presidência da República. [...]	2 Autoria Indeterminada (§ repetido 5 e 6)	Rosa Weber, Ministra Presidente do TSE	> o pedido de registro de Lula > “ele será impedido”		
		Bastidores: Lugar de fala de enunciador generalizado.		> A presidente do Tribuna Superior Eleitoral > ministra Rosa Weber	Bastidores: Cortesia com motivação não cortês (-4)	

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (6)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
31/08/2018 07h32	Entenda o que pode acontecer com Lula na sessão extraordinária do TSE	<p>2 Autoria Indeterminada</p> <p>5 Contraposição</p> <p>1 Especulação e boato</p> <p>2 Autoria Indeterminada (§ repetido 5 e 6)</p> <p>Bastidores: Lugar de fala de enunciador generalizado</p>	<p>Luiz Inácio Lula da Silva, Ex-presidente</p> <p>Rosa Weber, Ministra Presidente do TSE</p>	<p>> Lula (título) > o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva > candidato do PT ao Palácio do Planalto > o petista > Lula > ele</p> <p>> A presidente do Tribunal Superior Eleitoral</p>	<p>Reprovação Pré-julgamento Boicote Punição Constrangimento</p> <p>Bastidores: Cortesia com motivação não cortês (-4)</p>	<p>O off/ministros ameaça a face positiva de Lula</p>

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (7)	Categoria do Off / Bastidores	Referenciado	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
25/09/2018 16h04	Casagrande pede apoio para formar base no Senado e Câmara	4 Retórico ou sofista Bastidores: Discurso eloquente	Renato Casagrande, candidato a governador Wilton Minarini, vereador e presidente da Associação das Câmaras Municipais do Espírito Santo	> Casagrande (título) > me > eu > nós > Casagrande > o governo > Presidente da Câmara de Baixo Guandu > vereadores > parlamentares municipais > “cabos eleitorais de luxo” > [Nós] > Nossas demandas > “o cargo de vereador tinha que acabar”	Reprovação Crítica Desabafo Bastidores: Descortesia de Repreensão de Minarini (-7)	“Bastidores” ameaça a face positiva de Casagrande Wilton ameaça a face positiva de Casagrande Wilton preserva a sua face positiva Obs.: Termo “Bastidores” não vinculado a Fonte Off

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (8)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
28/09/2018 09h14	Ex-mulher acusou Bolsonaro de furto de cofre e agressividade, diz revista	4 Retórico ou sofista Bastidores: Discurso eloquente	Jair Messias Bolsonaro, candidato a presidente Ana Cristina Bolsonaro, candidata a deputada federal	> Bolsonaro (título) > presidenciável > ex-mulher (título) > ela > você > Candidata nas eleições 2018 > a deputado federal pelo Podemos do Rio > Ana Cristina > sua > a advogada	Confissão Arrependimento Pedido de desculpas Bastidores: Ato descortês involuntário (-2) do jornalista	Ana Cristina preserva a face positiva de Bolsonaro Veja e A Gazeta ameaçam a face positiva de Cristina e de Bolsonaro Ana Cristina ameaça a sua face positiva Obs.: “Bastidores” não vinculado a Fonte Off

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (9)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
11/10/2018 19h07	Ciro viaja para o exterior e frustra planos de Haddad para o 2º turno	6 Conchavo Bastidores: Território de aliados	Ciro Gomes Fernando Haddad, candidato a presidente	> <u>Ciro</u> (título) > <u>Ciro</u> > <u>ele</u> > o nome dele > Haddad > eventual governo Haddad	Recusa de convite para aliança Bastidores: Descortesia involuntária (-2)	O Off/bastidores ameaça a face positiva de Haddad Haddad ameaça a face negativa de <u>Ciro</u> Ciro ameaça a face positiva de Haddad
[...] O PT pretendia insistir com <u>Ciro</u> para que <u>ele</u> integrasse a coordenação da campanha de Haddad. Nos bastidores , o convite era tratado como um primeiro passo para <u>Ciro</u> assumir um ministério em eventual governo Haddad. Na campanha petista, o nome <u>dele</u> é citado para comandar o Planejamento ou a Fazenda. [...]						

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (10)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
22/10/2018 09h52	Após pedido de <u>Casagrande</u> , Hartung veta redução de imposto sobre energia	<p>6 Contraposição</p> <p>2 Autoria indeterminada</p> <p>2 Autoria indeterminada</p> <p>1 Especulação e boato</p> <p>Bastidores: Lugar de fala de informação duvidosa; Lugar de fala de enunciador generalizado</p>	<p>Renato Casagrande, candidato a governador</p> <p>Paulo Hartung, Governador do Espírito Santo</p> <p>Bruno Lamas, Deputado Estadual</p>	<p>> Casagrande (título) > Casagrande > socialista > o favorito > grupo socialista</p> <p>> Hartung > governador</p> <p>> Lamas > deputado</p>	<p>Reprovação Crítica</p> <p>Bastidores: Ato cortês com motivo descortês (-4)</p>	<p>O off preserva a face positiva de Hartung</p> <p>O off preserva a face positiva de Casagrande</p> <p>O off/bastidores ameaçam a face positiva de Lamas</p>

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (11)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
07/11/2018 11h15	Slogan da ditadura no SBT foi ordem de <u>Silvio Santos</u> , diz colunista	2 Autoria Indeterminada 5 Contraposição Bastidores: ContradiscursO	Silvio Santos, empresário e apresentador Maurício Stycer, colunista	> Silvio Santos (título) > Silvio Santos > Silvio > o empresário > colunista > Mauricio [sic] Stycer	Autodefesa Revelação Esclarecimento Impolidez do colunista Impolidez das fontes do colunista Bastidores: descortesia com propósito cortês (-1)	O Off ameaça a face positiva de Silvio Santos O Off ameaça a face positiva do colunista
<p>A última campanha lançada pelo SBT, supostamente, para unir os "lados" do Brasil que foram segregados depois de uma eleição totalmente polarizada, está causando tudo na internet, menos união. É que uma das vinhetas, definidas exclusivamente por <u>Silvio Santos</u>, como garantem fontes do colunista Maurício Stycer, traz o slogan "Brasil: ame-o ou deixe-o" - frase que é símbolo de um período da ditadura do Brasil considerada a mais repressora de todo o regime, presidida pelo general Médici, entre 1969 e 1974.</p> <p>[...]</p> <p>Com a recusa do público a achar graça na "criatividade" de <u>Silvio</u>, essa vinheta, especialmente, foi retirada do ar ainda nesta terça-feira (6), no mesmo dia em que foi lançada. Nos bastidores, Mauricio [sic] Stycer destaca que a conversa é de que a escolha dos elementos foi um erro, já que a ideia do empresário era de promover mensagens de união. As outras cinco vinhetas continuam sendo exibidas.</p> <p>[...]</p>						

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (12)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
26/11/2018 16h03	<u>Ministério Público Estadual</u> e <u>Defensoria</u> vão dar abono aos servidores	<p>2 Autoria Indeterminada</p> <p>3 Vaguidão</p> <p>6 Conchavo</p> <p>Bastidores: Lugar de fala de enunciador generalizado; Lugar de fala de informação imprecisa; Território de aliados</p>	<p>Assembleia Legislativa do Espírito Santo</p> <p>Ministério Público do Espírito Santo</p> <p>Defensoria Pública</p> <p>Poder Executivo, do Tribunal de Justiça (TJES), do Tribunal de Contas do Estado (TCES) e da Assembleia Legislativa</p>	<p>> deputados</p> <p>> Procuradoria</p> <p>> servidores públicos > funcionários</p> <p>Poderes</p>	<p>Especulação Revelação</p> <p>Impolidez do off</p> <p>Impolidez do jornalista</p> <p>Bastidores: cortesia com propósito não cortês (-4)</p>	<p>O Off ameaça a face negativa dos Poderes</p>
<p>A concessão de abono natalino de R\$ 1.500 a servidores públicos chegou oficialmente à Assembleia Legislativa, por meio de mensagens enviadas pelos <u>Poderes</u>, lidas no Expediente da sessão desta segunda-feira (26). A novidade agora é que o <u>Ministério Público Estadual (MPES)</u> e <u>Defensoria Pública</u> também decidiram conceder o benefício. Com isso, os projetos de lei para contemplar quase 100 mil funcionários do <u>Poder Executivo, do Tribunal de Justiça (TJES)</u>, do <u>Tribunal de Contas do Estado (TCES)</u> e da <u>Assembleia Legislativa</u> foram oficialmente apresentados.</p> <p>Depois da leitura no <u>plenário</u>, as matérias seguem para a análise da <u>Procuradoria</u>, e das <u>comissões</u>, para depois serem votadas em <u>plenário</u>. Se aprovadas, ainda precisam ser sancionadas pelo governador Paulo Hartung (sem partido). De acordo com informações de bastidores, é possível que na sessão desta terça-feira (27) <u>os deputados</u> aprovem o regime de urgência para os projetos, e em seguida convoquem uma <u>sessão extraordinária</u>, no mesmo dia para poder aprová-los.</p> <p>[...]</p>						

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (13)	Categoria do Off / Bastidores	Referenciado	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
07/12/2018 10h09	Após casamento, lista de presentes de Nicole Bahls está enalhada					
[...] Nos bastidores , o comentário foi até de que alguns <u>convidados</u> chegaram a cogitar a possibilidade de não irem à <u>festa</u> para não ter que gastar com os <u>presentes</u> exuberantes que o <u>casal</u> escolheu. [...]	1 Especulação e boato Bastidores: Lugar de fala de informação imprecisa	Nicole Bahls, modelo, apresentadora de TV e atriz	> Nicole Bahls (título) > o casal	Reprovação Crítica Bastidores: cortesia com propósito descortês (-4)	O <i>off</i> ameaça a face positiva de Nicole	

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (14)	Categoria do Off / Bastidores	Referenciado	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
28/12/2018 21h17	Em última entrevista, Gerson Camata deixou conselhos para Casagrande					
[...] Desde o princípio, pensamos em entrevistar Gerson Camata . Afinal <u>ele</u> , sempre tão <u>gentil</u> e <u>solícito</u> e com participação ainda ativa nos bastidores da política , certamente teria uma boa análise a fazer sobre o cenário do Estado. Liguei para <u>ele</u> à tarde e fui prontamente atendida. Não imaginava que esta poderia ser a última entrevista, exclusiva, concedida por <u>ele</u> à imprensa, já que seria <u>morto</u> uma semana depois, quase neste mesmo horário. [...]	4 Retórico ou Sofista Bastidores: Discurso Eloquente	Gerson Camata (1941-2018), ex-governador	> Gerson Camata (título) > Gerson Camata > ele > gentil > solícito > morto	Reconhecimento Admiração Homenagem Bastidores: Lisonjeio (+2)	O Off / jornalista preserva a face positiva de Camata	

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (15)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
10/01/2019 19h32	"Não vamos brigar por causa de cargo", diz <u>Vidigal</u> sobre secretaria	<p>1 Especulação e boato</p> <p>2 Autoria Indeterminada</p> <p>6 Conchavo</p> <p>Bastidores: Lugar de Fala de informação duvidosa; Lugar de Fala de enunciador generalizado; Território de aliados</p>	<p>Sergio Vidigal, Deputado Federal</p> <p>Bruno Lamas, Deputado Estadual</p> <p>[Alessandro] Comper</p> <p>Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo</p> <p>A fonte <i>Off</i></p>	<p>> Vidigal (título) > Nós > Vidigal > PDT parceiro</p> <p>> Bruno Lamas > socialista</p> <p>> Comper</p> <p>> Casagrande > socialista > governo socialista</p> <p>> um pedetista > o pedetista</p>	<p>Especulação Sugestão Proposta Negociação</p> <p>Bastidores: Descortesia involuntária (-2)</p>	<p>O <i>off</i> ameaça a face negativa de Vidigal</p>

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (16)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
30/01/2019 18h05	<u>Irmão de Magno Malta</u> é demitido e não deve ganhar espaço na Codesa	<p>1 Especulação e boato</p> <p>2 Autoria Indeterminada</p> <p>5 Contraposição</p> <p>Bastidores: Lugar de fala de informação duvidosa. Lugar de fala de enunciador generalizado</p>	<p>Maurício Malta</p> <p>Magno Malta, senador</p> <p>Empresa de Planejamento e Logística (EPL)</p>	<p>> irmão de Magno Malta (título) > irmão do Senador Magno Malta > Maurício Malta > [destituição] dele > diretor de gestão > Maurício Malta > ele > irmão do senador do PR > Maurício</p> <p>> Magno > senador > não reeleito</p> <p>> Por meio de nota > EPL > definição do Conselho de Administração</p>	<p>Especulação Revelação Confirmação</p> <p>Impolidez do off</p> <p>Impolidez do jornalista</p> <p>Bastidores: Cortesia com propósito descortês (-4)</p>	<p>O off/bastidores preserva a face positiva de Maurício</p> <p>O off/reportagem ameaça a face positiva de Maurício</p>

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (17)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
01/02/2019	Rodrigo Maia é reeleito presidente da Câmara dos Deputados	6 Conchavo Bastidores: Território de aliados	Rodrigo Maia, Presidente da Câmara dos Deputados Paulo Guedes, ministro da economia	> Rodrigo Maia (título) > Rodrigo Maia (DEM-RJ) > Maia > se > [Ø] > superministro da Economia	Comemoração Confirmação Reconhecimento Bastidores: Ato descortês com propósito cortês (-1)	O off preserva a face positiva de Rodrigo Maia O jornalista preserva a face de Rodrigo Maia e de Paulo Guedes

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (18)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
01/02/2019 13h20	Assembleia do ES: definição de nome para a Mesa fica para última hora	<p>1 Especulação e boato</p> <p>2 Autoria Indeterminada</p> <p>6 Conchavo</p> <p>Bastidores: Lugar de fala de informação duvidosa</p>	Renato Casagrande, Governador do Espírito Santo	<p>> o governador Renato Casagrande (PSB)</p> <p>> o governador</p>	<p>Especulação Revelação</p> <p>Reprovação Crítica</p> <p>Bastidores: Descortesia com propósito cortês (-1)</p>	<p>O Off/bastidores preserva a face negativa de Casagrande</p> <p>O Off/parlamentar ameaça a face negativa de Casagrande</p>
<p>[...]</p> <p>De acordo com informações que circulam nos bastidores, enquanto as vagas de presidente e primeiro vice presidente [sic] deverão ser ocupadas por Erick Musso (PRB) e Marcelo Santos (PDT), respectivamente, as demais vagas ainda estão abertas.</p> <p>A principal vaga ainda em disputa é a da segunda secretaria, que pela vontade do <u>governador Renato Casagrande (PSB)</u> deveria ficar com o novato Adilson Espindola (PTB).</p> <p>[...]</p> <p>[...]</p> <p>Entre os parlamentares ainda na disputa pela vaga estão Lorenzo Pazolini (PRP), Alexandre Xambinho (Rede) e Emilio Mameri (PSDB). "<u>O governador</u> escolheu um nome que nem tinha indicado que queria a vaga. Ainda estamos nos articulando", afirmou um dos parlamentares, sem se identificar.</p> <p>[...]</p>						

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (19)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
14/02/2019 23h52	Presidente do TCES: sociedade questiona aposentadoria de Valci com razão	6 Conchavo Bastidores: Território de aliados	Valci Ferreira, deputado estadual Marcelo Santos, deputado estadual Luiz Ciciliotti, Presidente do PSB	> Valci (título) > aposentadoria > vacância > A cadeira que era de Valci > vagas > vaga > votos	Pedido de apoio e voto Campanha Negociação Interesse Bastidores: Descortesia com propósito cortês (-1)	O Off ameaça a face negativa de Marcelo Santos e Luiz Ciciliotti

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (20)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
28/03/2019 06h47	Papa acirra polêmica entre alas do Vaticano ao recusar beija-mão	7 Arena 7 Arena Bastidores: Território de opositores	Papa Francisco	> Papa (título) > um papa Francisco > progressistas > argentino > papa	Reprovação Crítica Impolidez do Off Impolidez do Life Site Bastidores: Descortesia de repreensão (-7)	O off ameaça a face negativa do Papa

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (21)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
31/03/2019 18h04	De olho na prefeitura, Neuzinha vence eleição no PSDB de Vitória	7 Arena Bastidores: Território contra opositores	Neuzinha de Oliveira, Vereadora de Vitória Wesley Goggi	> Neuzinha (título) > a vereadora > a senhora > [Ø] > ele > o adversário > o Goggi > “pessoas que não constroem nada e só reclamam” > “soldado infiel” > mimado	Constatação Provocação Impolidez de Goggi e de Neuzinha Bastidores/ Jornalista: Cortesia motivada por descortesia (-4)	O off/jornalista ameaça as faces positivas de Neuzinha e de Goggi Goggi ameaça a face positiva de Neuzinha Neuzinha ameaça a face de positiva Goggi Obs.: “Bastidores” não vinculado a Fonte Off

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (22)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Impolidez)	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
04/04/2019 19h42	Presidente da Câmara nega interferência, mas defende Marcos Madureira	<p>1 Especulação e boato</p> <p>2 Autoria Indeterminada</p> <p>Bastidores: Lugar de fala de informação duvidosa. Lugar de Fala de enunciador generalizado</p>	<p>Rodrigo Caldeira, Presidente da Câmara da Serra</p> <p>Marcos Madureira, ex-deputado estadual e conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do Estado</p>	<p>> Presidente da Câmara (título) > Caldeira > o presidente</p> <p>> Madureira > amigos</p>	<p>Alerta Denúncia Crítica</p> <p>Impolidez do off</p> <p>Bastidores: Cortesia motivada por descortesia (-4)</p>	<p>O off ameaça a face negativa de Caldeira</p> <p>O off ameaça a face negativa de Madureira</p> <p>Caldeira preserva a face negativa de Madureira</p>

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (23)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
26/04/2019 17h57	Governo define que estatais submetam propagandas a análise do Planalto	<p style="text-align: center;">2 Autoria Indeterminada</p> <p style="text-align: center;">5 Contraoposição</p> <p style="text-align: center;">Bastidores: Lugar de Fala de enunciador generalizado. Lugar de Contradiscursão</p>	<p>Jair Messias Bolsonaro, Presidente</p>	<p>> Governo (título) > Palácio do Planalto > Poder Executivo > assessores presidenciais > o presidente > ele</p>	<p>Admissão de erro Autocrítica Discordância Autoritarismo</p> <p style="text-align: center;">Polidez do off</p> <p style="text-align: center;">Bastidores: Autodescorresia (-3)</p>	<p>O off ameaça a face negativa de Bolsonaro</p> <p>O jornalista ameaça a face negativa de Bolsonaro</p>
<p>[...] Anteriormente, eram submetidos à análise do <u>Palácio do Planalto</u> apenas publicidades de empresas estatais de perfis institucional e de utilidade pública. As propagandas mercadológicas, ou seja, que têm como objetivo alavancar vendas ou promover produtos e serviços, não passavam pela chancela do <u>Poder Executivo</u>. Nos bastidores, assessores presidenciais reconhecem que a mudança pode ser questionada juridicamente, uma vez que ela pode representar uma interferência indevida em empresas de capital misto, como a Petrobras. A inclusão das propagandas mercadológicas foi uma orientação do <u>presidente</u> após <u>ele</u> ter <u>se</u> irritado e censurado anúncio televisivo do Banco do Brasil, no qual atores representavam a diversidade racial e sexual do país. [...]</p>						

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (24)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
27/05/2019 12h26	BR 262: valor de pedágio será mais baixo até duplicação, diz <u>ministro</u>	5 Contraoposição Bastidores: Lugar de Contradiscursão	Tarcísio Gomes de Freitas, Ministro da Infraestrutura	> ministro (título) > ministro da Infraestrutura > Tarcísio Gomes de Freitas > governo federal > ministro	Cobrança Pressão Bastidores: Cortesia com propósito descortês (-4)	O Off ameaça a face positiva da concessionária O Ministro/Governo preserva a face positiva da concessionária
<p>[...] Com a concessão à iniciativa privada prevista para 2020, a BR 262, que corta o Espírito Santo e Minas Gerais, terá um valor de pedágio mais baixo enquanto a concessionária não concluir a duplicação da rodovia. A informação foi dada pelo <u>ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas</u>, em entrevista à rádio CBN Vitória.</p> <p>Nos bastidores, o que se comenta é que o <u>governo federal</u> quer evitar os atrasos nas obras da BR 262, como o que aconteceu na BR 101.</p> <p>[...] "A tarifa diferenciada seria mais baixa para trechos não duplicados, e a tarifa no valor cheio passa a ser cobrada só quando a obra de duplicação for entregue. A ideia é criar um incentivo para que a empresa concessionária realmente entregue o trecho duplicado para conseguir uma tarifa maior", afirma o <u>ministro</u>.</p>						

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (25)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
28/05/2019 07h42	TCU e CGU terão acesso a sistemas da Receita Federal	7 Arena Bastidores: Território contra opositores	Receita Federal Tribunal de Contas da União (TCU) Controladoria Geral da União (CGU) Dilma Rousseff, ex-presidente	> Ministério da Fazenda > Órgãos de controle > ministra Ana Arraes > Corte de contas > TCU > Órgãos de controle > Balanço Geral da União (BGU) > contas da ex-presidente Dilma Rousseff > governo da petista > seu impeachment	Ameaça Bastidores: Descortesia de repreensão (-7)	O Off ameaça a face positiva do Ministério da Fazenda/União

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (26)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
04/06/2019 22h20	Lideranças já testam nomes de <u>candidatos</u> para prefeituras da Grande Vitória	<p>1 Especulação e boato</p> <p>2 Autoria Indeterminada</p> <p>6 Conchavo</p> <p>Bastidores: Território de aliados</p>	Candidatos a prefeito na Grande Vitória	> candidatos (título) > nomes > eles > se	<p>Conchavos Acordos Negociações Convites</p> <p>Bastidores: Lisonjeio de imagens (+2)</p>	O off preserva a face positiva dos candidatos

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (27)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
28/06/2019 11h44	DEM já não sabe se Lorenzoni fica no cargo	6 Conchavo 7 Arena Bastidores: Território de aliados. Território contra opositores	Onyx Lorenzoni, Ministro da Casa Civil Jair Messias Bolsonaro, Presidente	> Lorenzoni (título) > ministro da Casa Civil > Onyx Lorenzoni > o poder de Onyx > o ministro > Onyx > o presidente Jair Bolsonaro > Bolsonaro > o governo	Descontentamento Queixa Ameaça Bastidores: Descortesia de repreensão (-7)	O Off ameaça a face positiva de Onix O Off reforça a face negativa de Bolsonaro

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (28)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
12/07/2019 23h35	Decisões da Justiça incendeiam a política da Serra	<p>2 Autoria Indeterminada</p> <p>3 Vaguidão</p> <p>7 Arena</p> <p>Bastidores: Território contra opositores</p>	<p>Telmelita Guimarães Alves, juíza da Vara da Fazenda Pública da Serra</p>	<p>> a juíza cujas decisões causam mais “impacto”</p> <p>> Telmelita Guimarães Alves</p> <p>> Vara da Fazenda Pública da Serra</p> <p>> ela</p> <p>> [Ø]</p> <p>> juíza eleitoral</p> <p>> atuação de Telmelita</p> <p>> “desvantagem [...] por conta dela”</p> <p>> “decisões proferidas por ela [...] reformadas pela instância superior”</p>	<p>Reprovação Crítica</p> <p>Bastidores: Descortesia de repreensão (-7)</p>	<p>O off/políticos da Serra ameaçam a face positiva de Telmelita</p>

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (29)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
19/07/2019 10h48	Fontenelle diz que foi cogitada para <u>governo Bolsonaro</u> : "Em breve"	5 Contraoposição Bastidores: Lugar de Contradiscurso	Jair Messias Bolsonaro, Presidente Antônia Fontenelle, Youtuber	> governo Bolsonaro (título) > Bolsonaro > governo Bolsonaro > Fontenelle > seu canal > a loira > sem papas na língua > Antônia	Revelação Interesse Autopromoção Bastidores: Descortesia de repreensão (-7)	O Off preserva a face positiva de Jair Bolsonaro O Off ameaça a face positiva de Fontenelle
[...] Nos bastidores , o papo é de que Fontenelle quer levar <u>Bolsonaro</u> para dar entrevista em <u>seu</u> canal, também. A ministra Damares Alves já foi entrevistada pela loira. Sem papas na língua, Antônia também criticou o descaso do <u>governo</u> Bolsonaro com a Cultura.						

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (30)	Categoria do Off / Bastidores	Referenciado	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
21/08/2019 14h42	Liberdade Econômica: <u>Senado</u> aprova MP sem trecho sobre trabalho no domingo	6 Conchavo Bastidores: Território de aliados	Senado Federal Fabiano Contarato, Senador	> Senado (título) > O Senado > Senadores > Senador capixaba	Confirmação de pré-acordo Bastidores: Descortesia com propósito cortês (-1)	O Off preserva a face positiva do Senado
<p>O Senado aprovou na noite desta quarta-feira, 21, o texto da Medida Provisória da Liberdade Econômica, mas derrubou a autorização para o trabalho aos domingos e feriados. Essa permissão, que havia sido aprovada na Câmara dos Deputados, era defendida pelo governo, mas causou polêmica nas discussões do Senado. O trecho foi retirado após pedido de impugnação do <u>senador capixaba Fabiano Contarato (Rede)</u>. Como a MP perde a validade na próxima terça-feira, 27, o governo preferiu recuar e concordar com a retirada da autorização para garantir a votação da medida a tempo.</p> <p>[...] <u>Senadores</u> já tinham anunciado nos bastidores um acordo para aprovar a Medida Provisória da Liberdade Econômica retirando, porém, as mudanças feitas sobre o trabalho aos domingos.</p> <p>[...]</p>						

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (31)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
21/08/2019 14h43	Senadores fecham acordo para aprovar MP da Liberdade Econômica	6 Conchavo (§ repetido 30 e 31) Bastidores: Território de aliados	Senado Federal Jair Messias Bolsonaro, Presidente	> Senadores (título) > Senadores > o governo	Confirmação de pré-acordo Bastidores: Descortesia com propósito cortês (-1)	O Off ameaça a face negativa de Jair Bolsonaro

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (32)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
04/09/2019 12h43	<u>Luciano Rezende</u> apoia Gandini para prefeitura, mas não se afasta do PSB	1 Especulação e boato Bastidores: Lugar de fala de informação duvidosa	Luciano Rezende, Prefeito de Vitória	<ul style="list-style-type: none"> > Luciano Rezende (título) > seu penúltimo ano > Luciano Rezende (PPS) > seu partido > sucedê-lo > o prefeito > Luciano 	Especulação Revelação	<p>O Off ameaça a face positiva de Luciano Rezende</p> <p>O Off preserva a face positiva de Sérgio Majeski</p>
<p>Em seu penúltimo ano à frente da Prefeitura de Vitória, <u>Luciano Rezende</u> (PPS) afirmou nesta quarta-feira (4) que o candidato de seu partido para sucedê-lo na Capital é o deputado estadual Fabrício Gandini (PPS). Apesar disso, o <u>prefeito</u> ressalta que o fato de defender a candidatura do correligionário "não anula" a importância da aliança da sigla com o PSB, que também se prepara para lançar um candidato próprio para comandar a cidade.</p> <p>Este candidato, por sua vez, seria Sérgio Sá, justamente o atual vice-prefeito de <u>Luciano</u>. O nome do deputado estadual Sergio Majeski (PSB) também é citado nos bastidores políticos. [...]</p>			Fabrício Gandini, Deputado Estadual	<ul style="list-style-type: none"> > candidato do seu partido > correligionário 		
			Sérgio Sá, vice-prefeito de Vitória	<ul style="list-style-type: none"> > candidato próprio > o atual vice-prefeito 		
			Sergio Majeski, Deputado Estadual	<ul style="list-style-type: none"> > o nome do deputado também é citado > deputado estadual Sergio Majeski (PSB) 	Bastidores: Descortesia com propósito cortês (-1)	

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (33)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
09/09/2019 08h12 14h22	Duda Beat: "Tantos problemas no Rio e <u>Crivella</u> perseguindo o amor"	5 Contraposição (x emprego literal) Bastidores: Lugar de Contradiscursivo	Marcelo Crivella, Prefeito do Rio de Janeiro Elba Ramalho, cantora	> Crivella (título) > Crivella > Rio > ele > Elba Ramalho > cantora paraibana	Reprovação Crítica Bastidores: Descortesia de repreensão (-7)	O Off/Elba Ramalho ameaça a face negativa de Crivella Obs.: ambiguidade do termo “bastidores”

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (34)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
14/10/2019 15h	PSL poderia ter acabado se não desse sigla a Bolsonaro , diz líder do governo	7 Arena Bastidores: Território contra opositores	Jair Messias Bolsonaro, Presidente	> Bolsonaro (título) > Bolsonaro > ele > o presidente > grupos de Bolsonaro	Revelação Contração	O Off ameaça a face negativa de Bolsonaro e de Bivar
<p>[...]</p> <p>Na semana passada, <u>Bolsonaro</u> requereu ao dirigente nacional do PSL, Luciano Bivar, a realização de uma auditoria externa nas contas da legenda. A ideia é usar eventuais irregularidades nos documentos como justa causa para uma desfiliação de deputados da sigla, o que evitaria perda de mandato. [...]</p> <p>Na semana passada, <u>Bolsonaro</u> afirmou estar decidido a deixar o PSL, mas <u>ele</u> ainda busca uma saída jurídica para desembarcar do partido. A equipe que assessora <u>o presidente</u> trabalha na construção de uma saída para evitar que os deputados aliados percam seus mandatos por infidelidade partidária.</p> <p>Hoje, ao menos 20 parlamentares estariam dispostos a seguir <u>o presidente</u>. Nos bastidores, os <u>grupos de Bolsonaro</u> e de Bivar dizem que o que está em jogo é a chave do cofre dos R\$ 110 milhões do fundo partidário ao que PSL vai receber até o fim do ano.</p>			Luciano Bivar, dirigente nacional do PSL	> grupos de Bivar	Bastidores: Descortesia com propósito cortês (-1)	

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (35)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
29/10/2019 11h13	Bolsonaro admite erro em vídeo com hienas e pede desculpas	2 Autoria Indeterminada Bastidores: Lugar de fala de enunciador generalizado	Jair Messias Bolsonaro, Presidente Superior Tribunal Federal	> Bolsonaro (título) > Bolsonaro > leão acossado por hienas > o governo precisa chegar à vida adulta > Uma delas [hienas] representa o STF > ministros do Supremo > alguns ministros	Reprovação Ironia Crítica Infantilidade Bastidores: Descortesia por repreensão (-7)	Off ameaça a face positiva de Bolsonaro
<p>[...] No vídeo publicado nesta segunda-feira (28), <u>Bolsonaro</u> se compara a um <u>leão acossado por hienas</u> que o atacam. Uma delas representa o STF (Supremo Tribunal Federal).</p> <p>[...]</p> <p>A publicação causou mal-estar entre ministros do Supremo. Nos bastidores, alguns ministros classificaram a publicação como infantil e, com ironia, disseram que <u>o governo</u> precisa chegar à vida adulta.</p> <p>[...]</p>						

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (36)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
27/11/2019 16h15	Alcolumbre suspende sessão sem terminar análise de vetos e projetos	2 Autoria Indeterminada 7 Arena Bastidores: Lugar de fala de enunciador generalizado. Território contra opositores	Davi Alcolumbre, Presidente do Senado Jair Messias Bolsonaro, Presidente	> Alcolumbre (título) > os senadores votaram para manter os vetos > o presidente do Senado > Davi Alcolumbre (DEM-AP) > vetos de Bolsonaro	Acusação de Negociata Articulação Pré-acordo Crítica Bastidores: Descortesia de repreensão (-7)	O Off ameaça a face negativa do Governo Bolsonaro
<p>[...] Na votação, os deputados votaram majoritariamente por derrubar os vetos de Bolsonaro na LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias]. Já <u>os senadores</u> votaram para manter os vetos, o que inviabilizou a retomada dos itens do projeto. Os partidos do Centrão na Câmara pediram então a suspensão da sessão. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), afirmou que houve uma "confusão" na distribuição de cédulas pelo governo aos <u>senadores</u>. Nos bastidores, parlamentares apontam uma articulação do Planalto para manter os vetos e atender a AGU [Advocacia-Geral da União].</p>						

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (37)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
28/11/2019 21h36	Em aparente pacificação, Câmara de Vitória aprova orçamento municipal para 2020	1 Especulação e boato Bastidores: Lugar de fala de informação duvidosa	Câmara de Vereadores de Vitória Luciano Rezende, Prefeito de Vitória	> o presidente, Cleber Félix (PP), o Clebinho > ameaça ao prefeito > Luciano Rezende (Cidadania) > o prefeito	Constatação Bastidores: Descortesia com propósito cortês (-1)	O Off preserva a face positiva do Prefeito de Vitória / Prefeitura

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (38)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
01/12/2019 13h42	Casagrande: "Freitas é um homem de minha total confiança"	<p>2 Autoria Indeterminada</p> <p>5 Contraposição</p> <p>Bastidores: Lugar de fala de enunciador generalizado. Lugar de Contradiscursão.</p>	<p>Renato Casagrande, Governador do Espírito Santo</p> <p>Eustáquio de Freitas, Deputado Estadual</p> <p>Enivaldo dos Anjos, Deputado Estadual</p>	<p>> Casagrande (título) > [Ø] > o governador Renato Casagrande (PSB) > “benéfica para sua administração” > o governo</p> <p>> novo líder do governo na Assembleia Legislativa > “homem de minha total confiança”</p> <p>> atuação questionada pelo governo > deputado substituído</p>	<p>Reprovação e Insatisfação</p> <p>Bastidores: Descortesia com propósito cortês (-1)</p>	<p>O Off preserva a face negativa do Governo Casagrande</p> <p>O Off ameaça a face positiva de Enivaldo dos Anjos</p>

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (39)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
26/12/2019 05h01	Os bastidores do poder no dia em que Camata foi assassinado					
[...] Os policiais mais velhos de guerra no DHPP [Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa] só comentavam sobre o crime. [Ø] Até se lembravam de falas do <u>ex-governador</u> e de brincadeiras que <u>ele</u> fazia quando encontrava os servidores em eventos. Entre olhares, só acrescentavam que “a ficha não havia caído”. [...]		4 Retórico ou Sofista (título) 2 Autoria Indeterminada Bastidores (título): Lugar de Discurso eloquente	Gerson Camata (1941-2018), ex-governador DHPP (Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa)	> Camata (título) > Camata > o crime > ex-governador > ele > Os policiais mais velhos de guerra [Ø]	Inconformidade de Saudosismo Homenagem Bastidores: Lisonjeio de imagem (+2)	O off preserva a face [memória] de Camata

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (40)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
01/02/2020 12h20	Bolsonaro sinaliza de novo que pode indicar Moro para o STF	<p>2 Autoria Indeterminada</p> <p>7 Arena</p> <p>1 Contraposição</p> <p>2 Autoria Indeterminada</p> <p>Bastidores: Contradiscursivo</p>	<p>Jair Messias Bolsonaro, Presidente</p> <p>Sergio Moro, Ministro da Justiça</p> <p>Celso de Mello, Ministro do STF</p>	<p>> Bolsonaro (título) > Jair Bolsonaro > seu > o presidente > Bolsonaro > governo</p> <p>> o ministro da Justiça > Sergio Moro > ex-juiz da Lava-Jato > preferido > Moro > ele > adversário > o ministro > “alguém com perfil do juiz”</p> <p>> decano</p>	<p>Pré-Acordo Negociata</p> <p>Bastidores: descortesia com propósito cortês (-1)</p>	<p>O Off ameaça a face negativa de Jair Bolsonaro</p>

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (41)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
31/01/2020 17h32	Saída de auxiliar e perda de funções enfraquecem Onyx no governo	2 Autoria indeterminada	Onyx Lorenzoni, Ministro da Casa Civil	> Onyx (título) > esvaziamento das funções > demissão de assessores > ministro Onyx Lorenzoni	Reprovação Pré-julgamento Ajuizamento Acusação Crítica	O Off ameaça a face positiva de Onix
<p>O esvaziamento das funções da Casa Civil e a demissão de assessores da pasta, anunciados nesta quinta-feira, 30, pelo presidente Jair Bolsonaro, foram vistos por integrantes do governo como o "fim da linha" para o <u>ministro Onyx Lorenzoni</u>, destaca o jornal O Estado de S. Paulo. O comportamento do <u>ministro</u> tem incomodado não apenas o presidente, mas <u>seus colegas de Esplanada</u>, que <u>o</u> acusam de fazer a velha política, ao usá-los para atender a demandas do baixo clero do Congresso, e de ter indicado para o governo nomes que viraram dor de cabeça para seu chefe, como o ministro da Educação, Abraham Weintraub.</p>		7 Arena				
<p>[...]</p>		7 Arena				
<p>Em outro foco de desgaste, o <u>ministro da Casa Civil</u> tem recebido críticas nos bastidores por não coordenar a atuação de todas as pastas da Esplanada, o que também seria <u>sua</u> função. Um sinal de que Bolsonaro está insatisfeito com o trabalho foi o fato de ter passado o Conselho da Amazônia, no início do mês, para o vice-presidente Hamilton Mourão. Para integrantes do governo, apesar de a situação <u>de Onyx</u> ser a mais grave, as mudanças na <u>Casa Civil</u> anunciadas nesta quinta por Bolsonaro são vistas como um prenúncio de uma possível minirreforma ministerial.</p>		3 Vaguidão	Jair Messias Bolsonaro, Presidente	> governo (título) > o presidente Jair Bolsonaro > o presidente > chefe > Bolsonaro		
		Bastidores: Território contra opositores	Abraham Weintraub, Ministro da Educação	> “nomes que viraram dor de cabeça”	Bastidores: Atos de descortesia de repreensão (-7)	

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (42)	Categoria do Off / Bastidores	Faces Públicas	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
24/02/2020 12h02	Guedes tenta avançar na pasta do Meio Ambiente para tranquilizar investidor					
[...]	Apesar da intervenção, Tereza Cristina demonstra nos bastidores estar descontente com Salles pela repercussão negativa que sua gestão está tendo para o agronegócio. O setor como um todo não aprova a política e a atitude adotadas pelo ministro.	7 Arena 1 Especulação e boato Bastidores: Território contra opositores	Paulo Guedes, Ministro da Economia Ricardo Salles, Ministro do Meio Ambiente Tereza Cristina, Ministra da Agricultura	> Guedes (título) > Salles > “repercussão negativa que sua gestão está tendo” > ministro > Tereza Cristina	Reprovação Crítica Pré-julgamento Ajuizamento Bastidores: Atos de descortesia de repreensão (-7)	O Off/Tereza Cristina ameaça a face positiva de Salles

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (43)	Categoria do Off / Bastidores	Faces Públicas	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
28/02/2020 18h21	Giro político: governador não deve ser punido por adiar ida à Assembleia					
[...]	Nos bastidores , a avaliação é que <u>ele</u> não se prontificou até agora porque "não há clima". Parlamentares ligados às polícias, como Pazolini, têm pressionado por reajuste salarial em meio à negociação entre <u>governos</u> e representantes das corporações ligadas à segurança pública. [...]	5 Contraposição 2 Autoria Indeterminada Bastidores: Contradiscorso	Renato Casagrande, Governador Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo	> governador (título) > ele > Assembleia > Parlamentares ligado às polícias, como Pazolini	Cobrança Pressão Coação Bastidores: Cortesias motivada por descortesia (-4)	O Off ameaça a face negativa do Governador

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (44)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
09/03/2020 15h09	<u>Regina Duarte</u> quer mais dinheiro e recuperar cargos perdidos com fim de ministério					
[...] Menos de uma semana depois de tomar posse, a atriz <u>Regina Duarte</u> batalha nos bastidores por mais autonomia à frente da Secretaria Especial da Cultura. [...]		7 Arena Bastidores: Território contra opositores	Regina Duarte, Secretária Especial de Cultura	> Regina Duarte (título) > a atriz Regina Duarte	Insatisfação Discordância Bastidores: Descortesia com propósito cortês (-1)	O Off/bastidores ameaça a face positiva de Regina Duarte

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (45)	Categoria do Off / Bastidores	Referenciado	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
26/03/2020 18h20	<u>Filhos de Bolsonaro</u> atuam para tentar reverter desgaste do <u>pai</u>	4 Retórico ou sofista 2 Autoria Indeterminada 6 Conchavo Bastidores: Lugar de Fala de Discurso eloquente	Jair Messias Bolsonaro, Presidente Flávio Bolsonaro, Senador	> pai (título) > filhos (título) > Bolsonaro (título) > o presidente > Filhos de Bolsonaro (título) > o senador > ele > os filhos > Flávio	Campanha pró-governo Bastidores: Descortesia com propósito cortês (-1)	O off/jornalista ameaça a face positiva de Flávio Bolsonaro
[...] A atuação do senador era inicialmente discreta, mas desde o primeiro pannelaço contra o presidente, no dia 17, ele decidiu sair dos bastidores . [...] Os filhos têm também gravado alguns vídeos informais que o presidente faz no Palácio da Alvorada, para serem replicados nas redes sociais. Segundo interlocutores , Flávio tem ainda se empenhado na interlocução com empresários e, principalmente, senadores. [...]						

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (46)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
02/04/2020 20h42	Bolsonaro diz que falta humildade a <u>Mandetta</u> , mas não vai demiti-lo "na guerra"					
[...] Os ministros Sergio Moro (Justiça) e Paulo Guedes (Economia) uniram-se nos bastidores no apoio a <u>Mandetta</u> e na defesa da manutenção das medidas de distanciamento social e isolamento da população no combate à pandemia. [...]		6 Conchavo 7 Arena Bastidores: Território de aliados contra opositores	Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde Jair Messias Bolsonaro, Presidente Sergio Moro, Ministro da Justiça Paulo Guedes, Ministro da Economia	> Mandetta (título) > “falta humildade [...] mas não vai demiti-lo” (título) > apoio a Mandetta > Bolsonaro (título) > Os ministros > Os ministros	União para combate à pandemia Discordância do presidente Bolsonaro Bastidores: Cortesia com propósito descortês (-4)	O Off/jornalista ameaça a face negativa de Jair Bolsonaro O Off/jornalista ameaça a face positiva de Moro e Guedes

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (47)	Categoria do Off / Bastidores	Faces Públicas	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
03/04/2020 17h02	Direita 'racha' sobre <u>Mandetta</u> no Twitter, após crítica de <u>Bolsonaro</u>	5 Contraoposição	Jair Messias Bolsonaro, Presidente Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde	> Bolsonaro > Mandetta	Falsidade Jogo de interesse Bastidores: Cortesia motivada por descortesia (-4)	O off/jornalista Ameaça a face positiva de Bolsonaro e de Mandetta
[...]	Publicamente, até então, <u>Bolsonaro</u> e <u>Mandetta</u> trocam elogios, ainda que nos bastidores já se sabia que a relação entre os dois estava ruim. [...]					

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (48)	Categoria do Off / Bastidores	Faces Públicas	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
03/04/2020 14h48	"Estamos com você, <u>Mandetta</u> ", diz leitora após críticas de Bolsonaro	2 Autoria Indeterminada	Jair Messias Bolsonaro, Presidente	> Bolsonaro	Insubordinação Determinação Provocação Coragem	O Off ameaça a face negativa de Mandetta
[...]	<u>Mandetta</u> preferiu não responder às críticas de Bolsonaro e afirmou a interlocutores que <u>seu</u> foco é no trabalho. Nos bastidores , <u>ele</u> teria afirmado que não pretende <u>se</u> demitir. "Um médico não abandona o paciente", <u>[Ø]</u> teria dito . [...]	1 Especulação e boato	Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde	> Mandetta (título) > Mandetta > "seu foco" > ele > se demitir > [Ø] teria dito: "Um médico não abandona o paciente"	Bastidores: Silêncio esmagador (-6)	
		Bastidores: Lugar de fala de informação duvidosa. Lugar de fala de enunciador generalizado				

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (49)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
06/04/2020 16h50	Bolsonaro avalia demitir <u>Mandetta</u> do Ministério da Saúde	<p>2 Autoria Indeterminada</p> <p>1 Especulação e Boato</p> <p>6 Conchavo</p> <p>7 Arena</p> <p>Bastidores: Território de aliados. Território contra opositores</p>	<p>Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde</p> <p>Jair Messias Bolsonaro, Presidente</p> <p>Sergio Moro, Ministro da Justiça</p> <p>Paulo Guedes, Ministro da Economia</p>	<p>> Mandetta (título) > Mandetta > “falta humildade ao seu auxiliar” > “ele extrapolou” > o ministro > “não comento o que o presidente da República fala” > eu [trabalho] > [Ø] > colega da saúde</p> <p>> Bolsonaro (título) > Bolsonaro > o presidente da República > ele [fala]</p> <p>> Sergio Moro (Justiça)</p> <p>> Paulo Guedes (Economia)</p>	<p>Insubordinação Determinação Coragem</p> <p>Bastidores: Silêncio esmagador (-6)</p>	<p>O Off ameaça a face negativa de Mandetta</p>

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (50)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
07/04/2020 09h51 10h30	Coronel Caus é o novo comandante da PMES					
<p>[...] Caus foi escolhido por <u>Casagrande</u> em acordo com o novo secretário estadual de Segurança Pública, Alexandre Ramalho [...].</p> <p>[...] Representante da turma de aspirantes de 1991, Caus é um dos coronéis mais antigos na ativa e tem o respeito da categoria. Nos bastidores da cúpula da PMES, havia certo desconforto pelo fato de a corporação vir sendo comandada, desde o início do <u>governo Casagrande</u>, por coronéis mais jovens e ingressos depois na instituição: Moacir Leonardo Barreto (de janeiro a novembro de 2019) e Márcio Eugênio Sartório (de novembro até esta terça-feira).</p> <p>Coronéis ouvidos por A Gazeta definem o novo comandante-geral da PMES como um homem agregador, afeito ao diálogo e com grande capacidade de argumentação e de convencimento. Também o definem como alguém “humano”, sem uma visão de que os problemas da segurança se resolvem com “tiro, porrada e bomba”.</p> <p>Por outro lado, num momento em que <u>o governo</u> espera uma PM mais presente e ativa nas ruas, o novo comandante-geral também tem, segundo as fontes ouvidas por A Gazeta, um perfil “arrojado”, de quem “vai para a rua pessoalmente, se necessário”.</p> <p>[...]</p>		<p>5 Contraposição</p> <p>1 Autoria Indeterminada</p> <p>1 Autoria Indeterminada</p> <p>Bastidores: Contradiscurso</p>	<p>Renato Casagrande, Governador do Espírito Santo</p> <p>Douglas Caus, Coronel da PMES</p> <p>Moacir Leonardo Barreto, Comandante da PMES</p> <p>Márcio Eugênio Sartório, Comandante da PMES</p>	<p>> Casagrande > o governo Casagrande > o governo</p> <p>> Coronel Caus > Caus > “um dos coronéis mais antigos” > “tem o respeito da categoria” > “um homem agregador, afeito ao diálogo [...]” > “perfil arrojado” [...] “vai para a rua pessoalmente”</p> <p>> “coronéis mais jovens e ingressos depois na instituição”</p> <p>> “coronéis mais jovens e ingressos depois na instituição”</p>	<p>Insatisfação Reprovação Pressão</p> <p>Bastidores: Cortesia motivada por descortesia (-4)</p>	<p>O Off ameaça a face positiva do governo Casagrande</p> <p>O Off ameaça a face positiva dos coronéis Barreto e Sartório</p> <p>O Off preserva a face positiva do coronel Caus</p>

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (51)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
08/04/2020 12h32	Núcleo duro do Ministério da Saúde diz que se <u>Mandetta</u> sair, sai junto	7 Arena	Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde	> Mandetta (título) > Ministro da Saúde > Mandetta	Insurreição Ameaça	O Off/jornalista ameaça a face negativa de Jair Bolsonaro
<p>[...] O movimento de "se sair, saímos juntos" tem sido reforçado nos bastidores [1] por parte dos secretários do Ministério da Saúde em meio à queda de braço entre <u>Mandetta</u> e <u>o presidente Jair Bolsonaro</u>.</p> <p>A frase é repetida sobretudo pelo secretário-executivo da pasta, João Gabbardo dos Reis, e pelo secretário de Vigilância, Wanderson Oliveira, ambos na linha de frente do combate ao novo coronavírus.</p> <p>[...] [...] Nos bastidores [2], Oliveira também tem repetido que deixará o ministério caso <u>Mandetta</u> saia.</p>	7 Arena	Jair Messias Bolsonaro, Presidente	> o presidente Jair Bolsonaro	Bastidores: Descortesia de repreensão (-7)	O Off ameaça a face negativa de Mandetta e secretários	
		Bastidores: (1 e 2) Território de opositores	Wanderson Oliveira, secretário de Vigilância do Ministério da Saúde	> “secretários do Ministério da Saúde” > secretário de Vigilância > Oliveira		

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (52)	Categoria do Off / Bastidores	Referenciado	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
09/04/2020 06h00	“Em meio à crise, privilegiados do setor público seguem sem sacrifícios”					
[...] Nesta semana, o ministro Paulo Guedes defendeu o congelamento dos vencimentos dos servidores, descartando um possível achatamento da remuneração. Nos bastidores, afirma-se que a oposição é do próprio presidente Jair Bolsonaro , visto que a <u>equipe econômica</u> chegou a ensaiar uma PEC para cortar os salários em até 25%, com redução proporcional da jornada. Nada feito. [...]		2 Autoria Indeterminada 5 Contraposição Bastidores: Lugar de Contradiscorso	Jair Messias Bolsonaro, Presidente Paulo Guedes, Ministro da economia	> presidente Jair Bolsonaro > ministro Paulo Guedes	Jogo Revelação Bastidores: Descortesia de repreensão (-7)	O Off ameaça a face positiva de Bolsonaro

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (53)	Categoria do Off / Bastidores	Referenciado	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
09/04/2020 15h51	“Coronavírus: Bolsonaro quer discurso otimista de Mandetta”					
[...] A reunião desta quarta com o ministro da Saúde serviu para <u>Bolsonaro</u> estabelecer com ele um pacto de convivência até o fim do estado de calamidade pública em que vive o país. Na prática, porém, Mandetta se tornou um fio desencapado para <u>Bolsonaro</u> e sua demissão é vista nos bastidores da política como questão de tempo. [...]		4 Retórico ou sofista Bastidores: Lugar de Discurso eloquente	Jair Messias Bolsonaro, Presidente Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde	> Bolsonaro (título) > Bolsonaro > ministro da saúde > ele > Mandetta > “fio desencapado para Bolsonaro” > “sua demissão é [...] questão de tempo”	Jogo Intolerância Bastidores: Cortesia com propósito descortês (-4)	O Off ameaça a face positiva de Bolsonaro

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (54)	Categoria do Off / Bastidores	Referenciado	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
09/04/2020 19h23	“‘Eu teria cortado a cabeça dele’, diz Onyx sobre <u>Mandetta</u> ”	<p>3 Vaguidão</p> <p>7 Arena</p> <p>Bastidores: Território contra opositores</p>	Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde	<p>> Mandetta (título) > “cortado a cabeça dele” > Mandetta > “fritura do ministro da Saúde”</p>	<p>Crítica Divisão Intolerância Jogo premeditado Autoritarismo</p>	<p>O Off/jornalista ameaça a face negativa de Jair Bolsonaro, Onix Lorenzoni e Osmar Terra.</p>
<p>O ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni (DEM-RS), e o deputado federal Osmar Terra (MDB-RS) discutiram, na manhã desta quinta-feira (09) a saída do <u>ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta</u>. Em conversa divulgada pela CNN Brasil, Onyx diz que não fala com <u>Mandetta</u> há dois meses e que, se estivesse na cadeira do presidente Jair Bolsonaro, teria “cortado a cabeça” dele <u>após a reunião no Palácio do Planalto na segunda (06)</u>.</p>			<p>Onyx Lorenzoni, ministro da Cidadania</p>	<p>> Onyx (título) > o ministro da Cidadania > Onyx Lorenzoni (DEM-RS) > Onyx</p>		
<p>No diálogo, Terra se propõe a ajudar na saída <u>do ministro da Saúde</u>. O deputado, que <u>também é médico</u>, defende a flexibilização do isolamento social e o uso da hidroxicloroquina no tratamento da covid-19, mesmo ainda sem pesquisas conclusivas sobre a eficácia e efeitos colaterais [sic] do medicamento. Por se tornar uma voz contrária a <u>Mandetta</u> e alinhado ao que deseja o presidente, Terra passou a ser cotado para chefia a [sic] <u>Saúde</u>.</p>			<p>Osmar Terra, deputado federal</p>	<p>> Terra > “O deputado, que também é médico” > “voz contrária a Mandetta e alinhado ao [...] presidente” > “cotado para a chefia a [sic] Saúde”</p>		
<p>A conversa indica que, apesar dos esforços da ala militar para estabelecer uma trégua entre Bolsonaro e <u>Mandetta</u>, a fritura do <u>ministro da Saúde</u> segue em alta nos bastidores por seus pares e auxiliares do presidente alinhados à ala ideológica. [...]</p>		<p>Jair Messias Bolsonaro, Presidente</p>	<p>> “cadeira do presidente Jair Bolsonaro”</p>	<p>Bastidores: Descortesia de repreensão (-7)</p>		

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (55)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
12/04/2020 08h30	Governo Bolsonaro ameaça de novo tomar medidas contra isolamento	<p>2 Autoria Indeterminada</p> <p>5 Contraoposição</p> <p>Bastidores: Lugar de fala de enunciador generalizado. Lugar de Contradiscorso</p>	<p>Jair Messias Bolsonaro, Presidente</p> <p>João Dória, Governador de São Paulo</p> <p>Supremo Tribuna Federal (STF)</p>	<p>> Governo Bolsonaro (título) > governo Jair Bolsonaro > Bolsonaro</p> <p>> “vem protagonizando embates com Bolsonaro” > “afirmou que o estado poderá prender quem descumprir as regras de isolamento”</p> <p>> O STF > corte > “resistência de alguns ministros” > O presidente do Supremo, Dias Toffoli [...] se declarou contrário” > “outros integrantes da corte”</p>	<p>Crítica Discordância Autoritarismo</p> <p>Bastidores: Descortesia de repreensão (-7)</p>	<p>O Off ameaça a face positiva de Jair Bolsonaro</p>

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (56)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
16/04/2020 18h08	<u>Mandetta</u> foi de ' <u>grande exemplo</u> ' a ' <u>traidor</u> ' para a direita no Twitter	5 Contraoposição Bastidores: Lugar de contradiscurso	Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde Jair Messias Bolsonaro, Presidente	<ul style="list-style-type: none"> > Mandetta (título) > “grande exemplo” (título) > “traidor” (título) > “Ministro @lhmandetta” > ele > timaço > o nome de Mandetta > “o nome do ministro” > Mandetta > subordinado > ministro > “ataques ao ministro” > presidente Bolsonaro > “timaço que escolheu” > Bolsonaro > O primeiro > o próprio presidente [...] faltando humildade ao subordinado”	Discordância Dissenso Divisão Conspiração Bastidores: Cortesia com motivação descortês (-4)	O off ameaça a face positiva de Bolsonaro

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (57)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
17/04/2020 11h39	Discreto antes da pandemia, <u>Mandetta</u> sai sem implementar seu maior projeto	7 Arena Bastidores: Território contra opositores	Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde Jair Messias Bolsonaro, Presidente	> Mandetta (título) > o ministério > Mandetta > o ministro > [Ø] > o chefe > o presidente > os palacianos > Bolsonaro	Dissenso Confronto Afronta Bastidores: Descortesia de repreensão (-7)	O off ameaça a face positiva de Bolsonaro

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (58)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
21/04/2020 19h46	Bolsonaro modulou discurso após pressão de militares e do Judiciário	5 Contraoposição	Jair Messias Bolsonaro, Presidente	> Bolsonaro (título) > o discurso de Bolsonaro > nós > o governo	Contradição Jogo político Falácia	O off ameaça a face positiva de Jair Bolsonaro
[...] O discurso de <u>Bolsonaro</u> no domingo, no qual disse "chega de velha política" e afirmou que " <u>nós</u> não queremos negociar nada", ocorreu num momento em que <u>o governo</u> , nos bastidores , avança com ofertas de cargos a partidos do chamado centrão, em ofensiva para isolar cada vez mais o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e formar uma base que lhe garanta vitórias no Parlamento.		7 Arena	Rodrigo Maia, Presidente da Câmara	> o presidente da Câmara	Bastidores: Cortesia motivada por descortesia (-4)	

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (59)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
23/04/2020 17h01	Militares tentam evitar saída de Moro após novo choque com Bolsonaro	<p>2 Autoria Indeterminada</p> <p>5 Contraponto</p> <p>7 Arena</p> <p>2 Autoria Indeterminada</p> <p>Bastidores: Lugar de contradiscurso</p>	<p>Jair Messias Bolsonaro, Presidente</p> <p>Luiz Henrique Mandetta, Ex-Ministro da Saúde</p> <p>Maurício Valeixo, comandante da Polícia Federal</p> <p>Sergio Moro, Ministro da Justiça</p>	<p>> Bolsonaro (título)</p> <p>> o presidente Jair Bolsonaro</p> <p>> Bolsonaro</p> <p>> presidente</p> <p>> governo</p> <p>> “sua caneta” [Ø]</p> <p>> “pessoas do governo ‘que viraram estrelas”</p> <p>> ex-ministro da Saúde</p> <p>> Maurício Valeixo</p> <p>> Interlocutores de Valeixo</p> <p>> ministro da Justiça</p> <p>> ele</p> <p>> Moro</p> <p>> ministro mais popular</p>	<p>Insurreição</p> <p>Dissenso</p> <p>Insubordinação</p> <p>Autoritarismo</p> <p>Bastidores: Descortesia de repreensão (-7)</p>	<p>Off ameaça a face positiva de Bolsonaro</p>

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (60)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
24/04/2020 18h10 20h20	De <u>juiz da Lava Jato a superministro</u> : relembre a trajetória de <u>Sergio Moro</u>					
<p>Ao anunciar <u>sua saída do Ministério da Justiça e Segurança Pública e romper publicamente com o governo de Jair Bolsonaro</u>, o <u>ex-juiz federal Sergio Moro</u> alegou que se demitiu "para preservar <u>sua</u> biografia". Apontando interferências do presidente na direção da Polícia Federal, <u>Moro</u>, que construiu <u>sua</u> imagem como um dos responsáveis e líderes da Operação Lava Jato, deixa o governo criando uma das crises mais agudas no mandato de <u>Bolsonaro</u>.</p> <p>[...]</p> <p>Mesmo com um clima ruim com o presidente, nos bastidores dizia-se que <u>Moro</u> permanecia no cargo por uma suposta promessa de Bolsonaro de <u>indicá-lo</u> a uma vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A nomeação favoreceria aos <u>dois</u>, já que a cadeia era um desejo do <u>juiz</u> e, assumindo o cargo, <u>Moro</u> estaria fora de uma possível disputa com Bolsonaro pela presidência em 2022.</p> <p>Nesta sexta-feira (24), quando terminou seu pronunciamento, as redes sociais já tinham inúmeras postagens que pediam a eleição do <u>ex-ministro</u> para presidente da república em 2022. O rompimento com Bolsonaro rachou os grupos de apoio ao presidente. Entre as tags utilizadas no Twitter as principais foram <u>#Moro2022</u> e <u>#MoroPresidente</u>. Na maioria das postagens, perfis que apoiavam Bolsonaro descrevem decepção e associam <u>Moro</u> à <u>imagem de herói</u>.</p> <p>[...]</p>		<p>6 Conchavo</p> <p>1 Especulação e Boato</p> <p>Bastidores: Território de aliados. Lugar de fala de informação duvidosa</p>	<p>Sérgio Moro, Ministro da Justiça</p> <p>Jair Messias Bolsonaro, Presidente</p>	<p>> Sergio Moro (título) > juiz da Lava Jato e superministro (título) > sua saída > ex-juiz federal Sergio Moro > se demitiu > sua biografia” > Moro > “um [...] da Operação Lava Jato” > “indicá-lo” > “aos dois” > juiz > “ex-ministro” > #Moro2022 > #Moro Presidente > “imagem de herói”</p> <p>> governo de Jair Bolsonaro > interferências do presidente > mandato de Bolsonaro > o presidente > “os grupos de apoio ao Presidente” > “decepção”</p>	<p>Rivalidade Confronto Jogo político</p> <p>Bastidores: Cortesia motivada por descortesia (-4)</p>	<p>O Off ameaça a face positiva de Bolsonaro</p> <p>O Off ameaça a face positiva de Moro</p>

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (61)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
25/04/2020 16h09	Saída de Moro antecipa a disputa eleitoral prevista para 2022	<p>4 Retórico ou sofista</p> <p>5 Contraposição</p> <p>2 Autoria Indeterminada</p> <p>5 Contraposição</p> <p>Bastidores: Lugar de Discurso eloquente</p>	<p>Sérgio Moro, Ministro da Justiça</p> <p>Jair Messias Bolsonaro, Presidente</p>	<p>> Moro (título) > Moro > ex-juiz da Lava Jato > “se tornou o principal algoz do presidente > aliados de Moro</p> <p>> Bolsonaro > candidato a novo mandato > “governo nas cordas” > “caminho para um processo de impeachment” > o presidente > “opositores de Bolsonaro” > “a Lava Jato pulou fora do governo’ para não naufragar com ele”</p>	<p>Rivalidade Confronto Jogo político</p> <p>Bastidores: Cortesia motivada por descortesia (-4)</p>	<p>O Off ameaça a face positiva de Bolsonaro</p>
<p>[...]</p> <p>Bolsonaro já se apresentou como candidato a novo mandato, embora, nos bastidores da política, 2022 seja visto como o ano mais imprevisível dessa temporada. Com a renúncia, Moro jogou o governo nas cordas e abriu caminho para um processo de impeachment. Na prática, ao denunciar que o presidente agia para interferir politicamente na Polícia Federal e queria monitorar relatórios de inteligência, preocupando-se com o rumo de investigações no Supremo Tribunal Federal (STF), o ex-juiz da Lava Jato expôs o que opositores de Bolsonaro classificam como “farsa” do combate à corrupção.</p> <p>Moro se tornou o principal algoz do presidente e alimenta agora a polarização com a esquerda. Em um tempo de pandemia de coronavírus, com Bolsonaro distribuindo cargos em troca de apoio no Congresso e prestes a se casar de papel passado com partidos do Centrão - a quem sempre chamou de “velha política” -, aliados de Moro dizem que “a Lava Jato pulou fora do governo” para não naufragar com ele.</p> <p>[...]</p>						

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (62)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
25/04/2020 12h06	Centrão assume defesa de Bolsonaro e nega clima de impeachment	3 Vaguidão	Jair Messias Bolsonaro, Presidente	> Bolsonaro (título) > Jair Bolsonaro > presidente da República	Reversão Aliança Jogo político	O off preserva a face positiva de Jair Bolsonaro
Destoando até de tradicionais apoiadores de <u>Jair Bolsonaro</u> que, nesta sexta-feira (24), manifestaram críticas, o centrão assumiu a linha de frente da defesa do <u>presidente da República</u> e diz não haver, por ora, clima para impeachment.		3 Vaguidão			> “aliança em torno do presidente”	O centrão ameaça a face positiva de Moro
[...] Em linhas gerais, a maioria afirma também que a crise aberta agora com a demissão de Sergio Moro reforça a necessidade de uma aliança em torno do <u>presidente</u> .		3 Vaguidão			> governo Bolsonaro > governo	
[...] No início do <u>governo Bolsonaro</u> , o centrão participou de articulações para retirar das mãos de Moro o comando do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e esvaziar o projeto com medidas de endurecimento de leis penais conhecido como pacote anticrime, proposto pelo ministro.		3 Vaguidão			> “respaldo político a Bolsonaro”	
Agora, alguns desses políticos questionam nos bastidores as declarações feitas por Moro ao anunciar sua saída do <u>governo</u> - indício de que o bloco está disposto a rebater o ex-juiz para dar respaldo político a <u>Bolsonaro</u> .		7 Arena	Sergio Moro, Ministro da Justiça	> Sergio Moro > “mãos de Moro” > ministro > “declarações feitas por Moro” > “sua saída do governo” > ex-juiz		
[...]		Bastidores: Território contra opositores	Líderes dos partidos das siglas PP, PL, Republicanos, PTB, Solidariedade e PSD	> Centrão	Bastidores: Descortesia de repreensão (-7)	

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (63)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
28/04/2020 9h49	Moro tem 'bancada' suprapartidária na Câmara e no Senado	<p>6 Conchavo</p> <p>3 Vaguidão</p> <p>2 Autoria Indeterminada</p> <p>Bastidores: Lugar de fala de informação incipiente. Território de aliados</p>	<p>Sergio Moro, Ex-Ministro da Justiça</p> <p>Jair Messias Bolsonaro, Presidente da República</p>	<p>> Moro (título) > “Sonho de consumo de siglas de centro-direita” > Moro . > pautas de Moro > discurso do ex-juiz > “seu ingresso em qualquer partido” > seu ingresso > o ex-juiz > “apavorado com especulações dele na política” > “contaminado pelo vírus da política” > “os filhos do presidente” > governo > “o fogo amigo interno no governo”</p>	<p>Especulação Aliança Jogo político de interesse</p> <p>Bastidores: Descortesia com motivação cortês (-1)</p>	<p>O off preserva a face positiva de Moro</p>

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (64)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
30/04/2020 20h03	Ministros do Supremo rebatem Bolsonaro e saem em defesa de Moraes	2 Autoria Indeterminada 7 Arena Bastidores: Território de opositores	Jair Messias Bolsonaro, Presidente Alexandre de Moraes, Ministro da Defesa	> Bolsonaro (título) > ataques do presidente Jair Bolsonaro > declarações do chefe do Executivo > “criticaram os ataques de Bolsonaro” > ministro Alexandre de Moraes > colega de STF > “outros ministros [...] questão de elogiar Moraes”	Crítica Acusação Rivalidade Confronto Jogo político Bastidores: Descortesia de repreensão (-7)	O Off ameaça a face positiva de Bolsonaro

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (65)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
04/05/2020 9h52	Partido Novo tenta evitar rótulo de oposição ao <u>governo Bolsonaro</u>	7 Arena Bastidores: Território contra opositores	Jair Messias Bolsonaro, Presidente	<ul style="list-style-type: none"> > governo Bolsonaro (título) > “impeachment do presidente Jair Bolsonaro” > Palácio do Planalto > presidente da República > Bolsonaro > o bolsonarismo 	Dissenso Jogo político	O off ameaça a face positiva de Jair Bolsonaro
			Romeu Zema, Governador de Minas Gerais	<ul style="list-style-type: none"> > governador de Minas Gerais > Romeu Zema > Zema 		
			João Amoedo, fundador e ex-presidente do Partido Novo	<ul style="list-style-type: none"> > João Amoedo, > fundador > ex-presidente da legenda > ele 	Bastidores: Descortesia de repreensão (-7)	

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (66)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
05/05/2020 15h44	Entenda o interesse de Bolsonaro na troca do chefe da PF no Rio	<p>2 Autoria Indeterminada</p> <p>4 Retórico ou sofista</p> <p>1 Especulação e Boato</p> <p>7 Arena</p> <p>2 Autoria Indeterminada</p> <p>3 Vaguidão</p>	<p>Jair Messias Bolsonaro, Presidente</p>	<p>> “Capitão reformado do Exército e defensor de pautas das forças de segurança desde o início da vida política”</p> <p>> Bolsonaro</p> <p>> o filho Eduardo virou escrivão da PF</p> <p>> a família</p> <p>> a candidatura a presidente</p> <p>> um porteiro do seu condomínio</p> <p>> Bolsonaro</p> <p>> se preocupar</p> <p>> O presidente</p> <p>> “Antes aliados, os dois viraram inimigos políticos”</p> <p>> Seus contatos</p> <p>> gabinete de Flávio Bolsonaro</p> <p>> Aliados do presidente</p>	<p>Aliança</p> <p>Inimizade</p> <p>Rivalidade</p> <p>Confronto</p> <p>Jogo político</p>	<p>O Off ameaça a face positiva de Bolsonaro</p> <p>O Off ameaça a face positiva da Polícia Federal</p>

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

<p>diversas vezes que a polícia possui uma série de informações deste assunto, guardadas em sigilo. [...]</p>	<p>Bastidores: [1] território de aliados [2] território contra opositores</p>	<p>Polícia Federal Wilson Witzel, Governador do Rio de Janeiro</p>	<p>> integrantes da Polícia Federal > Bastidores da Superintendência da PF no Rio > “o ocorrido era parte de um plano do governador Wilson Witzel” > “Antes aliados, os dois viraram inimigos políticos” > “o adversário não virava alvo de investigações”</p>	<p>Bastidores: Descortesia com propósito cortês (-1)</p>	
---	---	---	--	--	--

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (67)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
05/05/2020 16h30	Toffoli libera publicação da Defesa em homenagem ao golpe de 1964	4 Retórico ou sofista Bastidores: Lugar de Discurso eloquente	Jair Messias Bolsonaro, Presidente Dias Toffoli, Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF)	> atos do presidente Jair Bolsonaro > amigo da família de Bolsonaro > ataques de Bolsonaro ao Supremo > o presidente do STF > Toffoli > o presidente do Tribunal > Toffoli	Crítica Rivalidade Confronto Jogo político Bastidores: Descortesia de repreensão (-7)	O Off / Toffoli preserva a face positiva de Bolsonaro Toffoli ameaça a face positiva do STF

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (68)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
06/05/2020 16h06	Guedes tenta convencer militares que privatizações podem atrair R\$ 150 bi	<p>2 Autoria Indeterminada</p> <p>5 Contraoposição</p> <p>5 Contraoposição</p> <p>6 Conchavo</p> <p>Bastidores: contradiscorso</p>	<p>Paulo Guedes, Ministro da Economia</p> <p>Salim Mattar, Secretário de Desestatização e Privatização</p> <p>Jair Messias Bolsonaro, Presidente</p>	<p>> Guedes (título)</p> <p>> O ministro da Economia</p> <p>> Paulo Guedes</p> <p>> “se reuniram”</p> <p>> o secretário de Desestatização e Privatização</p> <p>> o secretário</p> <p>> Salim</p> <p>> Jair Bolsonaro</p> <p>> assessores de Bolsonaro</p>	<p>Descrédito</p> <p>Bastidores: Cortesia motivada por descortesia (-4)</p>	<p>O Off ameaça a face positiva de Guedes e Salim</p>

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (69)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
07/05/2020 11h15	Com futuro incerto, <u>Regina</u> apresenta plano de cultura para Bolsonaro e desafeto	2 Autoria Indeterminada	Regina Duarte, atriz	<ul style="list-style-type: none"> > Regina (título) > a atriz Regina Duarte > a presença de Regina <ul style="list-style-type: none"> > “secretária > “ela foi nomeada” > vitória de Regina <ul style="list-style-type: none"> > sua equipe > “sua autonomia é [...] limitada” <ul style="list-style-type: none"> > “Os dois têm divergido” > a titular na Cultura <ul style="list-style-type: none"> > “a quem [...] dispara críticas” > a atriz > Regina Duarte > Regina e seus secretários > fritura da atriz <ul style="list-style-type: none"> > “esquerdista” > Ela > Regina > sua relação > sua permanência 	Crítica Rivalidade Confronto Jogo político	O Off ameaça a face positiva de Regina Duarte

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

<p>"Embora não seja da equipe de <u>Regina Duarte</u>, fui convidado pelo presidente a participar da reunião. Quando cheguei havia uma cadeira desocupada ao lado dele. O lugar estava reservado para mim. Sinto-me honrado! <u>Regina e seus secretários</u> não sabiam que [Ø] participaria. Surprise!", escreveu.</p> <p>[...]</p> <p>O Palácio do Planalto, numa tentativa de mostrar normalidade na relação da <u>secretária</u> e do presidente, publicou <u>fotos</u> da reunião em que <u>a atriz</u> aparece ao lado do presidente e sorrindo em diversas imagens.</p> <p>Nos bastidores, porém, Bolsonaro ainda se mantém cético sobre a permanência da <u>atriz</u> em sua gestão.</p> <p>Ele deu aval à ala dos ideológicos para iniciar um processo de <u>fritura da atriz</u>, que vem sendo apontada como "<u>esquerdista</u>" pelo grupo bolsonarista mais fiel.</p> <p><u>Ela</u> foi impedida, por exemplo, de nomear o produtor de teatro Humberto Braga para a <u>Secretaria</u>.</p> <p>Segundo aliados, <u>Regina</u> agora trabalha para tentar pacificar <u>sua</u> relação com o governo e deve permanecer em Brasília. <u>Sua</u> permanência em São Paulo por mais de um mês, após o início da pandemia, foi criticada publicamente por Bolsonaro.</p>	<p>5 Contraoposição</p> <p>2 Autoria indeterminada</p> <p>7 Arena</p> <p>7 Arena</p> <p>Bastidores: Contradiscurso</p>	<p>Jair Messias Bolsonaro, Presidente</p> <p>Dante Mantovani, maestro</p> <p>Sergio Camargo, presidente da Fundação Palmares</p>	<p>> presidente Jair Bolsonaro > Bolsonaro > convite de Bolsonaro > o presidente > ao lado dele > presidente > Ele > relação com o governo > Bolsonaro</p> <p>> O maestro Dante Mantovani > "que havia sido exonerado" > nomeação de Mantovani</p> <p>> a presença do presidente da Fundação Palmares > "Os dois têm divergido" Camargo > o nome de Camargo [Ø] > o presidente da Fundação > ele</p>	<p>Bastidores: Descortesia de repreensão (-7)</p>	
--	--	--	---	---	--

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (70)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
15/05/2020 19h24	Dar reajuste a servidor é usar cadáveres como palanque, diz <u>Guedes</u>	7 Arena Bastidores: Território contra opositores	Paulo Guedes, Ministro da Economia Rodrigo Maia, Presidente da Câmara	> Guedes (título) > O ministro Paulo Guedes (Economia) > Ele > Guedes > o chefe da equipe econômica > o presidente da Câmara > Rodrigo Maia (DEM-RJ)	Crítica Dissenso Bastidores: Descortesia com propósito cortês (-1)	O off ameaça a face positiva de Rodrigo Maia

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (71)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
25/05/2020 11h21	Oposição vê versão comprometida de Bolsonaro e quer CPI para investigação	2 Autoria Indeterminada 7 Arena 3 Vaguidão 5 Contraposição Bastidores: Lugar de contradiscurso	Jair Messias Bolsonaro, Presidente Sergio Moro, Ex-Ministro da Justiça Maurício Valeixo, ex-diretor-geral da PF	> Bolsonaro (título) > crimes cometidos pelo presidente Jair Bolsonaro > sua versão > Bolsonaro > base do governo > denúncia do ex-ministro Sergio Moro > troca do ex-diretor-geral	Pressão Suspeita Oposição Jogo político Bastidores: Cortesia motivada por descortesia (-4)	O Off ameaça a face positiva de Bolsonaro

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (72)	Categoria do Off / Bastidores	Faces Públicas	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
25/05/2020 19h02	Bolsonaro diz acreditar em arquivamento de inquérito e defende "harmonia"					
<p>Um dia após sugerir que o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), cometeu crime de abuso de autoridade ao divulgar vídeo de uma reunião ministerial, o <u>presidente Jair Bolsonaro (sem partido)</u> defendeu nesta segunda-feira, 25, a “harmonia” entre os Poderes.</p> <p>[...]</p> <p>No domingo, Bolsonaro publicou em <u>suas redes sociais</u> um trecho da lei de abuso de autoridade a respeito de divulgação total ou parcial de gravações. <u>Ele</u> compartilhou o artigo 28, em que se lê: “Divulgar gravação ou trecho de gravação sem relação com a prova que se pretenda produzir, expondo a intimidade ou a vida privada ou ferindo a honra ou imagem do investigado ou acusado”, diz o trecho. “Pena – detenção de 1 (um) a 4 (quatro) anos”.</p> <p>A publicação do <u>presidente</u> foi interpretada nos bastidores como um recado a Celso de Mello. Na avaliação de juristas ouvidos pelo Estadão, no entanto, não é possível atribuir abuso de autoridade ao ministro do STF.</p> <p>[...]</p>		<p>4 Retórico ou sofista</p> <p>2 Autoria Indeterminada</p> <p>5 Contraposição</p> <p>Bastidores: Lugar de Discurso eloquente</p>	<p>Jair Messias Bolsonaro, Presidente</p> <p>Celso de Mello, Ministro do Supremo Tribunal Federal</p>	<p>> Bolsonaro (título) > o presidente Jair Bolsonaro > Bolsonaro > Ele > A publicação do presidente</p> <p>> ministro Celso de Mello</p>	<p>Acusação Ameaça Provocação Intimidação</p> <p>Bastidores: Descortesia de repreensão (-7)</p>	<p>O Off ameaça a face positiva de Jair Bolsonaro</p>

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (73)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
29/05/2020 18h23	Witzel demite secretários e aumenta poder de capixaba alvo de operação	1 Especulação e boato (§ repetido 73, 74 e 75) Bastidores: Lugar de fala de informação duvidosa	Wilson Witzel, Governador do Rio de Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> > Witzel (título) > seu governo > o governador do Rio de Janeiro > Wilson Witzel (PSC) > seu secretário > o próprio governador > Witzel > “se sente ameaçado” > seu ex-aluno > sua campanha > as práticas do governo 	Aliança Jogo político Denúncia Implícita	O Off ameaça a face positiva de Witzel
<p>Em meio à crise política que estremece <u>seu governo</u>, o governador do Rio de Janeiro, <u>Wilson Witzel (PSC)</u>, decidiu inflar o poder de Lucas Tristão, seu secretário de Desenvolvimento Econômico e braço direito.</p> <p>Tristão foi um dos alvos da Operação Placebo, da Polícia Federal, que atingiu <u>o próprio governador</u>, sob suspeita de desviar recursos públicos por meio de contratações irregulares na saúde.</p> <p>[...]</p> <p>Informações de bastidores dão conta de que Witzel <u>se</u> sente ameaçado por Tristão, <u>seu</u> ex-aluno, que foi um dos articuladores de <u>sua</u> campanha e que teria vasto conhecimento sobre as práticas do <u>governo</u>.</p> <p>[...]</p>			Lucas Tristão, Secretário de Desenvolvimento Econômico	<ul style="list-style-type: none"> > secretário > braço direito > Tristão > “um dos alvos da Operação Placebo” > ex-aluno > um dos articuladores da campanha de Witzel 	Bastidores: Cortesia motivada por descortesia (-4)	

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (74)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
03/06/2020 15h42	<u>Capixaba que era o braço direito de Witzel</u> é exonerado do governo do Rio	1 Especulação e boato (§ repetido 73, 74 e 75) Bastidores: Lugar de fala de informação duvidosa	Lucas Tristão, Ex-Secretário de Desenvolvimento Econômico Wilson Witzel, Governador do Rio de Janeiro	> “Capixaba [...] braço direito de Witzel” (título) > capixaba > ele > Lucas Tristão > “dois de seus desafetos” > “superpoderes para Tristão” > Tristão > ex-aluno > um dos articulares da campanha de Witzel > vasto conhecimento sobre as práticas do governo > capixaba > governo Witzel > o governo > o governador > se sente ameaçado	Confronto Jogo político Denúncia Implícita Bastidores: Descortesia por repreensão (-7)	O Off ameaça a face positiva de Witzel

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (75)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
10/06/2020 17h03	Assembleia Legislativa do Rio decide abrir processo de impeachment contra <u>Witzel</u>	<p>1 Especulação e boato (§ repetido 73, 74 e 75)</p> <p>1 Especulação e boato</p> <p>Bastidores: Lugar de fala de informação duvidosa</p>	<p>Wilson Witzel, Governador do Rio de Janeiro</p> <p>Lucas Tristão, Ex-Secretário de Desenvolvimento Econômico</p> <p>Mário Peixoto, empresário</p>	<p>> Witzel (título) > Witzel > se sente ameaçado > o governo > o governador > Witzel > “escritório de advocacia da primeira-dama, Helena Witzel”</p> <p>> ex-aluno > “um dos articulistas [...] de Witzel” > conhecimento [...] do governo > Tristão > Ex-secretário > “figura de perfil agressivo e com tendência ao confronto”</p> <p>> alvo das investigações > preso > empresa de Peixoto</p>	<p>Confronto Jogo político Denúncia Implícita</p> <p>Bastidores: Descortesia por repreensão (-7)</p>	<p>O Off ameaça a face positiva de Witzel</p> <p>O Off ameaça a face positiva de Tristão</p>

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (76)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
16/06/2020 13h09	MEC deverá continuar sob influência ideológica olavista com ou sem Weintraub	<p>2 Autoria Indeterminada</p> <p>5 Contraposição</p> <p>6 Conchavo</p> <p>2 Autoria Indeterminada</p> <p>6 Conchavo</p> <p>Bastidores: Território de aliados</p>	<p>Abraham Weintraub, Ministro da Educação</p> <p>Jair Messias Bolsonaro, Presidente</p> <p>Carlos Nadalim, secretário de Alfabetização</p>	<p>> Weintraub (título) > Weintraub > MEC > “persona agressiva e de alto teor ideológico [...]” > mandato de Weintraub > ministério > bolsonarista > pasta > ministro</p> <p>> visão de Bolsonaro > preocupações do presidente</p> <p>> único nome mantido > indicação do escritor Olavo de Carvalho, guru do bolsonarista > Nadalim</p>	<p>Crítica Favoritismo Jogo político</p> <p>Bastidores: Ato de autodescor-tesia (-3)</p>	<p>O Off ameaça a face positiva de Jair Bolsonaro e do MEC</p>

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (77)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
18/06/2020 9h01	Assessores do MEC aguardam demissão de Weintraub nesta quinta (18)	<p>5 Retórico ou sofista</p> <p>2 Autoria Indeterminada</p> <p>7 Arena</p> <p>Bastidores: Lugar de Discurso eloquente</p>	<p>Abraham Weintraub, Ministro da Educação</p> <p>Jair Messias Bolsonaro, Presidente</p>	<p>> Weintraub (título) > Weintraub > [Ø] > Weintraub voltou a usar a palavra “vagabundos” > afirmação dele > “Eu, por mim” > declarações > demissão do ministro > “Sua permanência ficou insustentável” > mantê-lo</p> <p>> apoiadores do governo > entorno de Bolsonaro > pressão dos filhos para manter ministro</p>	<p>Acusação Desaprovação</p> <p>Bastidores: Descortesia de repreensão (-7)</p>	<p>O off ameaça a face negativa de Weintraub</p>

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (78)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
18/06/2020 14h32	MEC revoga cotas para negros, indígenas e deficientes em pós-graduação	<p>2 Autoria Indeterminada</p> <p>1 Especulação e Boato</p> <p>Bastidores: Lugar de fala de informação duvidosa. Lugar de fala de enunciador indeterminado</p>	Abraham Weintraub Ministro da Educação	<p>> MEC (título) > o ministro da Educação > Abraham Weintraub > MEC > Weintraub > ele</p>	<p>Afronta Intransigência pessoal</p> <p>Bastidores: Descortesia de repreensão (-7)</p>	O <i>Off</i> ameaça a face negativa de Weintraub

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (79)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
18/06/2020 11h21	De "rachadinha" a fantasmas, conheça investigações que envolvem o entorno de Jair Bolsonaro					
[...] No episódio envolvendo o porteiro do caso Marielle, o presidente chegou a insinuar que o ocorrido era parte de um plano do governador Wilson Witzel (PSC-RJ). <u>Antes aliados, os dois viraram inimigos políticos</u> desde o final do ano passado. A partir disso, nos bastidores , <u>Bolsonaro</u> reclamava de que o adversário não virava alvo de investigações. [...]		7 Arena Bastidores: Território contra opositores	Jair Messias Bolsonaro, Presidente Wilson Witzel, Governador do Estado do Rio de Janeiro	> Jair Bolsonaro (título) > o presidente > “antes aliados, os dois viraram inimigos políticos” > Bolsonaro > “o adversário não virava alvo de investigações” > plano do governador Wilson Witzel > “antes aliados, os dois viraram inimigos políticos” > o adversário [...] alvo de investigações	Desconfiança Acusação Jogo político Bastidores: Descortesia de repreensão (-7)	O Off ameaça a face positiva de Bolsonaro

APÊNDICE A

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS CONTENDO PERSONALIDADES PÚBLICAS NO TÍTULO E O TERMO “BASTIDORES” NO TEXTO NOTICIOSO

Dia/hora da publicação	Título da Notícia (80)	Categoria do Off / Bastidores	FACES PÚBLICAS	Expressões Referenciais	Ato de Fala e (Im)polidez	(Des)Construção de Face Social em Bastidores
29/06/2020 22h20	<u>Decotelli</u> diz que fica, e Bolsonaro chama erros em currículo de 'inadequações'	2 Autoria Indeterminada	Carlos Alberto Decotelli, Ministro da Educação	> Decotelli (título) > Decotelli > nome técnico > escolhido > nova análise do currículo do ministro > sua permanência > o ministro > o novo chefe do MEC > pasta > palco de disputas	Decepção Insatisfação Jogo político	O Off ameaça a fase positiva de Decotelli
[...] Segundo relatos feitos à reportagem, Bolsonaro ficou incomodado com a repercussão negativa dos erros no currículo de <u>Decotelli</u> e de acusações de plágio. O mandatário se queixou de que não houve a repercussão positiva esperada com a nomeação de <u>um nome técnico</u> e que, nas redes sociais, o tema se converteu em novo flanco de desgaste. <u>Decotelli</u> [sic] foi escolhido para suceder Weintraub, que deixou o cargo após uma série de polêmicas com o Supremo Tribunal Federal (STF). A nova análise no currículo do <u>ministro</u> , ordenada por Bolsonaro, serve para apurar se há mais inconsistências. O próprio <u>Decotelli</u> demonstrou nesta segunda preocupação com sua <u>permanência</u> e identificou perseguição da imprensa. A reportagem solicitou entrevista com o <u>ministro</u> , mas não obteve retorno. A avaliação nos bastidores é de que, mesmo que seja mantido no cargo, o <u>novo chefe do MEC</u> chega enfraquecido à <u>pasta</u> , <u>palco de disputas</u> entre grupos divergentes do governo. [...]	7 Arena					
	7 Arena	Jair Messias Bolsonaro, Presidente	> Bolsonaro (título) > O mandatário > governo			
	Bastidores: Território contra os opositores			Bastidores: Cortesia motivada por descortesia (-4)		

APÊNDICE B

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS - RESUMO

Período	Nº	Dia/hora da publicação	Título da Notícia	Personalidades públicas envolvidas
Junho 2018	1	06/06/2018 09h32	De olho nas eleições, Bolsonaro tenta adiar julgamento no STF	Jair Messias Bolsonaro, Deputado Federal (1) Maria do Rosário, Deputada Federal (1)
	2	26/06/2018 10h24	Bolsonaro pede Magno em "casamento", mas senador diz que quer pensar	Jair Messias Bolsonaro, Deputado Federal (2) Magno Malta, Senador (2)
Julho 2018	3	02/07/2018 16h41	Estamos próximos de acordos comerciais 'muito justos', diz Trump	Donald Trump, Presidente dos Estados Unidos da América (3)
	4	17/07/2018 23h29	Assembleia acelera escolha de novo conselheiro do TCES	Paulo Hartung, Governador (4) Rodrigo Coelho, Deputado Estadual (4) Valci Ferreira, Deputado Estadual (4)
Agosto 2018	5	29/08/2018 22h19	TSE deve julgar participação de Lula no horário eleitoral	Luiz Inácio Lula da Silva, Ex-presidente (5)
	6	31/08/2018 07h32	Entenda o que pode acontecer com Lula na sessão extraordinária do TSE	Luiz Inácio Lula da Silva, Ex-presidente (6)
Setembro 2018	7	25/09/2018 16h04	Casagrande pede apoio para formar base no Senado e Câmara	Renato Casagrande, candidato a governador (7) Wilton Minarini, presidente da Associação das Câmaras Municipais do Espírito Santo (7)
	8	28/09/2018 09h14	Ex-mulher acusou Bolsonaro de furto de cofre e agressividade, diz revista	Jair Messias Bolsonaro, candidato a presidente (8) Cristina Bolsonaro, candidata a deputada federal (8)
Outubro 2018	9	11/10/2018 19h07	Ciro viaja para o exterior e frustra planos de Haddad para o 2º turno	Ciro Gomes (9) Fernando Haddad, candidato a presidente (9)
	10	22/10/2018 09h52	Após pedido de Casagrande, Hartung veta redução de imposto sobre energia	Paulo Hartung, Governador do Espírito Santo (10) Renato Casagrande, candidato a governador (10) Bruno Lamas, Deputado Estadual (10)
Novembro 2018	11	07/11/2018 11h15	Slogan da ditadura no SBT foi ordem de Silvio Santos, diz colunista	Silvio Santos, empresário e apresentador (11) Maurício Stycer, colunista (11)
	12	26/11/2018 16h03	Ministério Público Estadual e Defensoria vão dar abono aos servidores	Assembleia Legislativa do Espírito Santo (12) Ministério Público do Espírito Santo (12) Defensoria Pública (12)
Dezembro 2018	13	07/12/2018 10h09	Após casamento, lista de presentes de Nicole Bahls está encalhada	Nicole Bahls, modelo, apresentadora de tv e atriz (13)
	14	28/12/2018 21h17	Em última entrevista, Gerson Camata deixou conselhos para Casagrande	Gerson Camata (1941-2018), ex-governador (14)

APÊNDICE B

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS - RESUMO

Período	Nº	Dia/hora da publicação	Título da Notícia	Personalidades públicas envolvidas
Janeiro 2019	15	10/01/2019 19h32	"Não vamos brigar por causa de cargo", diz Vidigal sobre secretaria	Sergio Vidigal, Deputado Federal (15) Bruno Lamas, Deputado Estadual (15)
	16	30/01/2019 18h05	Irmão de Magno Malta é demitido e não deve ganhar espaço na Codesa	Magno Malta, senador (16) Maurício Malta (16)
Fevereiro 2019	17	01/02/2019	Rodrigo Maia é reeleito presidente da Câmara dos Deputados	Rodrigo Maia, Presidente da Câmara dos Deputados (17) Paulo Guedes, ministro da economia (17)
	18	01/02/2019 13h20	Assembleia do ES: definição de nome para a Mesa fica para última hora	Renato Casagrande, Governador do Espírito Santo (18)
	19	14/02/2019 23h52	Presidente do TCES: sociedade questiona aposentadoria de Valci com razão	Valci Ferreira, deputado estadual (19) Marcelo Santos, deputado estadual (19) Luíz Ciciliotti, Presidente do PSB (19)
Março 2019	20	28/03/2019 06h47	Papa acirra polêmica entre alas do Vaticano ao recusar beija-mão	Papa Francisco (20)
	21	31/03/2019 18h04	De olho na prefeitura, Neuzinha vence eleição no PSDB de Vitória	Neuzinha de Oliveira, Vereadora de Vitória (21) Wesley Goggi (21)
Abril 2019	22	04/04/2019 19h42	Presidente da Câmara nega interferência, mas defende Marcos Madureira	Rodrigo Caldeira, Presidente da Câmara da Serra (22) Marcos Madureira, ex-deputado estadual e conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do Estado (22)
	23	26/04/2019 17h57	Governo define que estatais submetam propagandas a análise do Planalto	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (23)
Maio 2019	24	27/05/2019 12h26	BR 262: valor de pedágio será mais baixo até duplicação, diz ministro	Tarcísio Gomes de Freitas, Ministro da Infraestrutura (24)
	25	28/05/2019 07h42	TCU e CGU terão acesso a sistemas da Receita Federal	Receita Federal (25) Dilma Rousseff, ex-presidente (25)
Junho 2019	26	04/06/2019 22h20	Lideranças já testam nomes de candidatos para prefeituras da Grande Vitória	Fabício Gandini (PPS) (26) Lenise Loureiro (PPS) (26) Amaro Neto (PRB) (26)
	27	28/06/2019 11h44	DEM já não sabe se Lorenzoni fica no cargo	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (27) Ônyx Lorenzoni, Ministro da Casa Civil (27)
Julho 2019	28	12/07/2019 23h35	Decisões da Justiça incendeiam a política da Serra	Telmelita Guimarães Alves, juíza (28)
	29	19/07/2019 10h48	Fontenelle diz que foi cogitada para governo Bolsonaro: "Em breve"	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (29) Antônia Fontenelle, Youtuber (29)
Agosto 2019	30	21/08/2019 14h42	Liberdade Econômica: Senado aprova MP sem trecho sobre trabalho no domingo	Fabiano Contarato, Senador (30)
	31	21/08/2019 14h43	Senadores fecham acordo para aprovar MP da Liberdade Econômica	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (31)

ATOS DE FALA E REFERENCIAÇÃO NA (DES)CONSTRUÇÃO DE FACES PÚBLICAS NOS "BASTIDORES" DE NOTÍCIAS POLÍTICAS

APÊNDICE B

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS - RESUMO

Período	Nº	Dia/hora da publicação	Título da Notícia	Personalidades públicas envolvidas
Setembro 2019	32	04/09/2019 12h43	Luciano Rezende apoia Gandini para prefeitura, mas não se afasta do PSB	Luciano Rezende, Prefeito de Vitória (32) Sérgio Majeski, Deputado Estadual (32)
	33	09/09/2019 08h12	Duda Beat: "Tantos problemas no Rio e Crivella perseguindo o amor"	Elba Ramanho, cantora (33) Marcelo Crivella, Prefeito do Rio de Janeiro (33)
Outubro 2019	34	14/10/2019 15h	PSL poderia ter acabado se não desse sigla a Bolsonaro, diz líder do governo	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (34) Luciano Bivar, dirigente nacional do PSL (34)
	35	29/10/2019 11h13	Bolsonaro admite erro em vídeo com hienas e pede desculpas	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (35)
Novembro 2019	36	27/11/2019 16h15	Alcolumbre suspende sessão sem terminar análise de vetos e projetos	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (36) Davi Alcolumbre, Presidente do Senado (36)
	37	28/11/2019 21h36	Em aparente pacificação, Câmara de Vitória aprova orçamento municipal para 2020	Câmara de Vereadores de Vitória (37) Luciano Rezende, Prefeito de Vitória (37)
Dezembro 2019	38	01/12/2019 13h42	Casagrande: "Freitas é um homem de minha total confiança"	Renato Casagrande, Governador do Espírito Santo (38) Enivaldo dos Anjos, Deputado Estadual (38) Erick Musso, Presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (38)
	39	26/12/2019 05h01	Os bastidores do poder no dia em que Camata foi assassinado	Gerson Camata (1941-2018), ex-governador (39)
Janeiro 2020	40	01/02/2020 12h20	Bolsonaro sinaliza de novo que pode indicar Moro para o STF	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (40) Sergio Moro, Ministro da Justiça (40)
	41	31/01/2020 17h32	Saída de auxiliar e perda de funções enfraquecem Onyx no governo	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (41) Onyx Lorenzoni, Ministro da Casa Civil (41) Abraham Weintraub, Ministro da Educação (41)
Fevereiro 2020	42	24/02/2020 12h02	Guedes tenta avançar na pasta do Meio Ambiente para tranquilizar investidor	Paulo Guedes, Ministro da Economia (42) Ricardo Salles, Ministro do Meio Ambiente (42) Tereza Cristina, Ministra da Agricultura (42)
	43	28/02/2020 18h21	Giro político: governador não deve ser punido por adiar ida à Assembleia	Renato Casagrande, Governador (43)
Março 2020	44	09/03/2020 15h09	Regina Duarte quer mais dinheiro e recuperar cargos perdidos com fim de ministério	Regina Duarte, Secretária Especial de Cultura (44)
	45	26/03/2020 18h20	Filhos de Bolsonaro atuam para tentar reverter desgaste do pai	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (45) Flávio Bolsonaro, Senador (45)

APÊNDICE B

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS - RESUMO

Período	Nº	Dia/hora da publicação	Título da Notícia	Personalidades públicas envolvidas
Abril 2020	46	02/04/2020 20h42	Bolsonaro diz que falta humildade a Mandetta, mas não vai demiti-lo "na guerra"	Sergio Moro, Ministro da Justiça (46) Paulo Guedes, Ministro da Economia (46) Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde (46)
	47	03/04/2020 17h02	Direita 'racha' sobre Mandetta no Twitter, após crítica de Bolsonaro	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (47) Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde (47)
	48	03/04/2020 14h48	"Estamos com você, Mandetta", diz leitora após críticas de Bolsonaro	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (48) Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde (48)
	49	06/04/2020 16h50	Bolsonaro avalia demitir Mandetta do Ministério da Saúde	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (49) Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde (49) Sergio Moro, Ministro da Justiça (49) Paulo Guedes, Ministro da Economia (49)
	50	07/04/2020 09h51	Coronel Caus é o novo comandante da PMES	Renato Casagrande, Governador do Espírito Santo (50) Douglas Caus, Coronel da PMES (50) Moacir Leonardo Barreto, Comandante da PMES (50) Márcio Eugênio Sartório, Comandante da PMES (50)
	51	08/04/2020 12h32	Núcleo duro do Ministério da Saúde diz que se Mandetta sair, sai junto	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (51) Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde (51)
	52	09/04/2020 06h00	"Em meio à crise, privilegiados do setor público seguem sem sacrifícios"	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (52) Paulo Guedes, Ministro da economia (52)
	53	09/04/2020 15h51	"Coronavírus: Bolsonaro quer discurso otimista de Mandetta"	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (53) Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde (53)
	54	09/04/2020 19h23	"Eu teria cortado a cabeça dele", diz Onyx sobre Mandetta"	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (54) Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde (54)
	55	12/04/2020 08h30	Governo Bolsonaro ameaça de novo tomar medidas contra isolamento	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (55) João Dória, Governador de São Paulo (55)
56	16/04/2020 18h08	Mandetta foi de 'grande exemplo' a 'traidor' para a direita no Twitter	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (56) Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde (56)	

APÊNDICE B

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS - RESUMO

Período	Nº	Dia/hora da publicação	Título da Notícia	Personalidades públicas envolvidas
Abril 2020	57	17/04/2020 11h39	Discreto antes da pandemia, Mandetta sai sem implementar seu maior projeto	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (57) Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde (57)
	58	21/04/2020 19h46	Bolsonaro modulou discurso após pressão de militares e do Judiciário	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (58) Rodrigo Maia, Presidente da Câmara (58)
	59	23/04/2020 17h01	Militares tentam evitar saída de Moro após novo choque com Bolsonaro	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (59) Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde (59) Maurício Valeixo, comandante da Polícia Federal (59) Sergio Moro, Ministro da Justiça (59)
	60	24/04/2020 18h10 20h20	De juiz da Lava Jato a superministro: relembre a trajetória de Sergio Moro	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (60) Sérgio Moro, Ministro da Justiça (60)
	61	25/04/2020 16h09	Saída de Moro antecipa a disputa eleitoral prevista para 2022	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (61) Sérgio Moro, Ministro da Justiça (61)
	62	25/04/2020 12h06	Centrão assume defesa de Bolsonaro e nega clima de impeachment	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (62) Sérgio Moro, Ministro da Justiça (62)
	63	28/04/2020 9h49	Moro tem 'bancada' suprapartidária na Câmara e no Senado	Sérgio Moro, Ex-Ministro da Justiça (63)
	64	30/04/2020 20h03	Ministros do Supremo rebatem Bolsonaro e saem em defesa de Moraes	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (64) Alexandre de Moraes, Ministro da Defesa (64)
Maio 2020	65	04/05/2020 9h52	Partido Novo tenta evitar rótulo de oposição ao governo Bolsonaro	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (65) Romeu Zema, Governador de Minas Gerais (65)
	66	05/05/2020 15h44	Entenda o interesse de Bolsonaro na troca do chefe da PF no Rio	Polícia Federal (66) Jair Messias Bolsonaro, Presidente (66) Wilson Witzel, Governador do Rio de Janeiro (66)
	67	05/05/2020 16h30	Toffoli libera publicação da Defesa em homenagem ao golpe de 1964	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (67) Dias Toffoli, Presidente do Supremo Tribunal Federal (67)
	68	06/05/2020 16h06	Guedes tenta convencer militares que privatizações podem atrair R\$ 150 bi	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (68) Paulo Guedes, Ministro da Economia (68) Salim Mattar, Secretário de Desestatização e Privatização (68)
	69	07/05/2020 11h15	Com futuro incerto, Regina apresenta plano de cultura para Bolsonaro e desafeto	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (69) Regina Duarte, atriz (69) Dante Mantovani, maestro (69) Sergio Camargo, presidente da Fundação Palmares (69)

ATOS DE FALA E REFERENCIAÇÃO NA (DES)CONSTRUÇÃO DE FACES PÚBLICAS NOS "BASTIDORES" DE NOTÍCIAS POLÍTICAS

APÊNDICE B

TABELA DE NOTÍCIAS POLÍTICAS - RESUMO

Período	Nº	Dia/hora da publicação	Título da Notícia	Personalidades públicas envolvidas
Maio 2020	70	15/05/2020 19h24	Dar reajuste a servidor é usar cadáveres como palanque, diz Guedes	Paulo Guedes, Ministro da Economia (70) Rodrigo Maia, Presidente da Câmara (70)
	71	25/05/2020 11h21	Oposição vê versão comprometida de Bolsonaro e quer CPI para investigação	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (71) Sergio Moro, Ex-Ministro da Justiça (71) Maurício Valeixo, ex-diretor-geral da PF (71)
	72	25/05/2020 19h02	Bolsonaro diz acreditar em arquivamento de inquérito e defende "harmonia"	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (72) Celso de Mello, Ministro do Supremo Tribunal Federal (72)
	73	29/05/2020 18h23	Witzel demite secretários e aumenta poder de capixaba alvo de operação	Wilson Witzel, Governador do Rio de Janeiro (73) Lucas Tristão, Secretário de Desenvolvimento Econômico (73)
Junho 2020	74	03/06/2020 15h42	Capixaba que era o braço direito de Witzel é exonerado do governo do Rio	Wilson Witzel, Governador do Rio de Janeiro (74) Lucas Tristão, Ex-Secretário de Desenvolvimento Econômico (74)
	75	10/06/2020 17h03	Assembleia Legislativa do Rio decide abrir processo de impeachment contra Witzel	Wilson Witzel, Governador do Rio de Janeiro (75) Lucas Tristão, Ex-Secretário de Desenvolvimento Econômico (75) Mário Peixoto, empresário (75) Helena Witzel, primeira-dama (75)
	76	16/06/2020 13h09	MEC deverá continuar sob influência ideológica olavista com ou sem Weintraub	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (76) Abraham Weintraub, Ministro da Educação (76) Carlos Nadalim, secretário de Alfabetização (76)
	77	18/06/2020 9h01	Assessores do MEC aguardam demissão de Weintraub nesta quinta (18)	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (77) Abraham Weintraub, Ministro da Educação (77)
	78	18/06/2020 14h32	MEC revoga cotas para negros, indígenas e deficientes em pós-graduação	Abraham Weintraub, Ministro da Educação (78)
	79	18/06/2020 11h21	De "rachadinha" a fantasmas, conheça investigações que envolvem o entorno de Jair Bolsonaro	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (79) Wilson Witzel, Governador do Estado do Rio de Janeiro (79)
	80	29/06/2020 22h20	Decotelli diz que fica, e Bolsonaro chama erros em currículo de 'inadequações'	Jair Messias Bolsonaro, Presidente (80) Carlos Alberto Decotelli, Ministro da Educação (80)

APÊNDICE C

MEMÓRIA DAS PERSONALIDADES PÚBLICAS REFERENCIADAS NO *CORPUS*

80 NOTÍCIAS POLÍTICAS

PRINCIPAIS PERSONALIDADES REFERENCIADAS

Ordem	Quant.	Personalidade	%
1	42	Jair Messias Bolsonaro	52,50
2	10	Luiz Henrique Mandetta	12,50
3	9	Sergio Moro	11,25
4	7	Paulo Guedes	8,75
	7	Renato Casagrande	
5	6	Wilson Witzel	7,50
6	4	Abraham Weintraub	5,00
7	3	Lucas Tristão	3,75
	3	Rodrigo Maia	
	3	Onix Lorenzoni	

Memória: 94 personalidades referenciadas nas notícias analisadas

1. Abraham Weintraub, Ministro da Educação (41) (76) (77) (78)
2. Alessandro Comper (15)
3. Alexandre de Moraes, Ministro da Defesa (64)
4. Amaro Neto (PRB) (26)
5. Ana Cristina Bolsonaro (8)
6. Antônia Fontenelle, Youtuber (29)
7. Assembleia Legislativa do Espírito Santo (12) (43)
8. Bruno Lamas, Deputado Estadual (10) (15)
9. Câmara de Vereadores de Vitória (37)
10. Carlos Alberto Decotelli, Ministro da Educação (80)
11. Carlos Nadalim, secretário de Alfabetização (76)
12. Celso de Mello, Ministro do Supremo Tribunal Federal (40) (72)
13. Ciro Gomes (9)
14. Controladoria Geral da União (25)
15. Cristina Bolsonaro, candidata a deputada federal (8)
16. Dante Mantovani, maestro (69)
17. Davi Alcolumbre, Presidente do Senado (36)
18. Defensoria Pública (12)
19. Dias Toffoli, Presidente do Supremo Tribunal Federal (67)
20. Dilma Rousseff, ex-presidente (25)
21. Donald Trump, Presidente dos Estados Unidos da América (3)
22. Douglas Caus, Coronel da PMES (50)
23. Elba Ramanho, cantora (33)
24. Enivaldo dos Anjos, Deputado Estadual (38)
25. Empresa de Planejamento e Logística (16)
26. Erick Musso, Presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (38)
27. Eustáquio de Freitas, Deputado Estadual (38)
28. Fabiano Contarato, Senador (30)
29. Fabrício Gandini (PPS) (26) (32)
30. Fernando Haddad, candidato a presidente (9)
31. Flávio Bolsonaro, Senador (45)
32. Gerson Camata (1941-2018), ex-governador (14) (39)
33. Helena Witzel, primeira-dama (75)

ATOS DE FALA E REFERENCIAÇÃO NA (DES)CONSTRUÇÃO DE FACES PÚBLICAS NOS “BASTIDORES” DE NOTÍCIAS
POLÍTICAS

Rosani Muniz Marlow, PPGEL/UFES, 2021

APÊNDICE C

MEMÓRIA DAS PERSONALIDADES PÚBLICAS REFERENCIADAS NO *CORPUS*

34. Jair Messias Bolsonaro, deputado federal e pré-candidato / candidato a presidente / presidente (1) (2) (8) (23) (27) (29) (31) (34) (35) (36) (40) (41) (45) (46) (47) (48) (49) (51) (52) (53) (54) (55) (56) (57) (58) (59) (60) (61) (62) (63) (64) (65) (66) (67) (68) (69) (71) (72) (76) (77) (79) (80)
35. João Amoedo, fundador e ex-presidente do Partido Novo (65)
36. João Dória, Governador de São Paulo (55)
37. Lenise Loureiro (PPS) (26)
38. Lucas Tristão, Ex-Secretário de Desenvolvimento Econômico (73) (74) (75)
39. Luciano Bivar, dirigente nacional do PSL (34)
40. Luciano Rezende, Prefeito de Vitória (32) (37)
41. Luíz Ciciliotti, Presidente do PSB (19)
42. Luiz Henrique Mandetta, Ministro da Saúde (46) (47) (48) (49) (51) (53) (54) (56) (57) (59)
43. Luiz Inácio Lula da Silva, Ex-presidente (5) (6)
44. Magno Malta, Senador (2) (16)
45. Marcelo Crivella, Prefeito do Rio de Janeiro (33)
46. Marcelo Santos, deputado estadual (19)
47. Márcio Eugênio Sartório, Comandante da PMES (50)
48. Marcos Madureira, ex-deputado estadual e conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do Estado (22)
49. Maria do Rosário, Deputada Federal (1)
50. Mário Peixoto, empresário (75)
51. Maurício Malta (16)
52. Maurício Stycer, colunista (11)
53. Maurício Valeixo, comandante da Polícia Federal (59) (71)
54. Ministério Público do Espírito Santo (12)
55. Ministro da Infraestrutura (24)
56. Moacir Leonardo Barreto, Comandante da PMES (50)
57. Neuzinha de Oliveira, Vereadora de Vitória (21)
58. Nicole Bahls, modelo, apresentadora de tv e atriz (13)
59. Onyx Lorenzoni, Ministro da Casa Civil (27) (41) (54)
60. Osmar Terra, deputado federal (54)
61. Papa Francisco (20)
62. Paulo Guedes, ministro da Economia (17) (42) (46) (49) (52) (68) (70)
63. Paulo Hartung, Governador do Espírito Santo (4) (10)
64. Polícia Federal (66)
65. Polícia Militar do ES (DHPP) (39)
66. Receita Federal (25) (66)
67. Regina Duarte, atriz / Secretária Especial de Cultura (44) (69)
68. Renato Casagrande, candidato a governador / governador (7) (10) (15) (18) (38) (43) (50)
69. Ricardo Salles, Ministro do Meio Ambiente (42)
70. Rodrigo Caldeira, Presidente da Câmara da Serra (22)
71. Rodrigo Coelho, Deputado Estadual (4)
72. Rodrigo Maia, Presidente da Câmara (17) (58) (70)
73. Romeu Zema, Governador de Minas Gerais (65)
74. Rosa Weber, Ministra Presidente do TSE (05) (6)
75. Salim Mattar, Secretário de Desestatização e Privatização (68)
76. Senado Federal (30) (31)
77. Sergio Camargo, presidente da Fundação Palmares (69)
78. Sérgio Majeski, Deputado Estadual (32)
79. Sérgio Moro, Ministro da Justiça / Ex-Ministro da Justiça (40) (46) (49) (59) (60) (61) (62) (63) (71)
80. Sérgio Sá, vice-prefeito de Vitória (32)
81. Sergio Vidigal, Deputado Federal (15)
82. Silvio Santos, empresário e apresentador (11)
83. Superior Tribuna Federal (35) (55)
84. Tarcísio Gomes de Freitas, Ministro da Infraestrutura (24)

ATOS DE FALA E REFERENCIAÇÃO NA (DES)CONSTRUÇÃO DE FACES PÚBLICAS NOS "BASTIDORES" DE NOTÍCIAS
POLÍTICAS

Rosani Muniz Marlow, PPGEL/UFES, 2021

APÊNDICE C

MEMÓRIA DAS PERSONALIDADES PÚBLICAS REFERENCIADAS NO *CORPUS*

85. Telmelita Guimarães Alves, juíza (28)
86. Tereza Cristina, Ministra da Agricultura (42)
87. Tribunal de Contas da União (25)
88. Tribunal de Contas do ES (12)
89. Tribuna de Justiça do ES (12)
90. Valci Ferreira, deputado estadual (4) (19)
91. Wanderson Oliveira, Secretário de Vigilância do Ministério da Saúde (51)
92. Wesley Goggi (21)
93. Wilson Witzel, Governador do Estado do Rio de Janeiro (79) (66) (73) (74) (75) (79)
94. Wilton Minarini, presidente da Associação das Câmaras Municipais do Espírito Santo (7)